



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 127 QUINTA-FEIRA, 20 DE AGOSTO DE 2015

BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Vicentinho Alves - (PR-TO)
2º SECRETÁRIO
Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO
Gladson Cameli - (PP-AC)
4º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)
2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)
3º Elmano Férrer (PTB-PI)
4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

EXPEDIENTE

<p>Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar</p>
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL	
Nº 24/2015.....	006
2 – ATA DA 138ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 19 DE AGOSTO DE 2015	007
2.1 – ABERTURA.....	007
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	007
2.2.1 – Oradores	
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Destaque para a importância da PEC que institui cota de participação das mulheres no Parlamento brasileiro; e outro assunto	009
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Críticas à oposição por pedir a renúncia da Presidente Dilma Rousseff.....	011
2.2.2 – Expediente encaminhado à publicação	013
2.2.2.1 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial amanhã, às 11 horas, destinada a comemorar os 60 anos da APAE Brasil – Federação Nacional das APAES	013
2.2.2.2 – Requerimentos	
Nº 930/2015, de autoria do Senador Dário Berger, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 300/2004; 105,147 e 365/2007; 568/2009; 81/2010; 98 e 569/2011; 373/2012 e 215/2015	013
Nº 931/2015, de autoria do Senador Romário, de retirada do Projeto de Lei do Senado nº 218/2015. Deferido	014
Nº 932/2015, de autoria do Senador Raimundo Lira, de tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 311 e 320/2015	015
Nº 933/2015, de autoria do Senador Humberto Costa, de autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 3 a 5 de setembro próximo.....	016
Nº 934/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, de realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União no Ministério dos Transportes	017
Nº 935/2015, de autoria do Senador José Pimentel e outros Senadores, de criação de Comissão Especial destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional	019
Nº 936/2015, de autoria do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda	020
Nº 937/2015, de autoria do Senador Humberto Costa e outros Senadores, de informações ao Ministro de Estado da Justiça	023
2.2.2.3 – Término de prazo	
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 135/2014.....	026
2.2.2.4 – Comunicações	
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 675/2015 (Ofício nº 218/2015).....	026
Da Liderança do PMDB e do Bloco Parlamentar da Maioria no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer sobre a Medida Provisória nº 677/2015 (Ofício nº 219/2015).....	027
2.2.2.5 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 540/2015, de autoria do Senador Gladson Cameli, que altera o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para estabelecer que os cargos de direção das agências reguladoras serão preenchidos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro da entidade respectiva.....	028
Nº 541/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.	030

Nº 542/2015-Complementar, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para impedir que as empresas com débitos tributários ou previdenciários sejam excluídas do Simples Nacional.....	033
Nº 543/2015-Complementar, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que insere o art. 100-A no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para dispor sobre a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em todas as instâncias, independentemente de vinculação ao órgão que a editou.....	035
Nº 544/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para excluir o efeito suspensivo dos recursos voluntários contra decisões de primeira instância, no âmbito do processo administrativo fiscal da União.....	037
Nº 545/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que dispõe sobre doação voluntária de sangue, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue.....	039
Nº 546/2015, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a antecipação de 50% do abono salarial anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.....	042
Nº 547/2015, de autoria da Senadora Gleisi Hoffmann, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.....	045
Nº 548/2015, de autoria do Senador Telmário Mota, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.....	047
2.2.2.6 – Ofício do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	
Nº 23/2015-CN (nº 301/2015, na origem), que encaminha o Relatório Gerencial Trimestral daquele Banco, referente ao segundo trimestre de 2015. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.....	051
2.2.2.7 – Avisos do Tribunal de Contas da União	
Nº 555/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.889/2015 (TC 033.511/2012-8).....	053
Nº 556/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.854/2015 (TC 046.098/2012-7).....	054
Nº 567/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.914/2015 (TC 011.518/2010-3).....	055
Nº 574/2015, na origem, que encaminha cópia do Acórdão nº 1.930/2015 (TC 029.505/2010-0).....	058
2.2.2.8 – Propostas de Emenda à Constituição	
Nº 113/2015 (Nº 182/2007, na Câmara dos Deputados), que reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	061
Nº 114/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, que dá nova redação ao inciso V do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal, para vedar, temporariamente, pelos prazos que especifica, em âmbito nacional, o exercício da advocacia a juízes e membros de tribunais que se afastarem do cargo por aposentadoria ou exoneração.....	067
2.2.2.9 – Ofício do Supremo Tribunal Federal	
Nº S/75/2015 (nº 406/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN, para compor o Conselho Nacional de Justiça.....	073
2.2.3 – Oradores (continuação)	
SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa da urgente rediscussão do Pacto Federativo face aos problemas fiscais e financeiros dos estados e municípios do País ; e outros assuntos.....	116
SENADORA FÁTIMA BEZERRA – Anúncio da convocação de manifestações populares para amanhã, dia 20, em repúdio às ocorridas domingo passado; e outro assunto.....	118
SENADOR LASIER MARTINS – Responsabilização da Presidente Dilma e do ex-Presidente Lula pelo atual quadro recessivo da economia brasileira.....	120
SENADOR JOSÉ MEDEIROS, como Líder – Comentários sobre a Medida Provisória nº 683, de 2015, editada recentemente pela Presidente Dilma Rousseff.....	122
SENADOR PAULO BAUER – Preocupação com o corte de recursos na área da educação feito pelo Governo Federal.....	126
SENADOR ACIR GURGACZ – Considerações sobre programas governamentais que preveem investimentos no setor elétrico brasileiro, especialmente em Rondônia.....	128
SENADORA LÍDICE DA MATA – Defesa do PLS nº 475/2013, de autoria de S. Exª, que busca incentivar o uso da energia eólica e solar no País.....	130
SENADOR WALTER PINHEIRO – Alerta para a urgência da discussão de propostas que aperfeiçoem o Pacto Federativo.....	132
SENADORA ÂNGELA PORTELA – Defesa da aprovação do projeto de lei que reonera a folha de pagamento das empresas, terceira grande medida do ajuste fiscal adotado no País.....	136

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Defesa da aprovação de PEC que altera a estrutura do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.....	137
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Comunicação à Casa do envio de informações pelo Ministério da Fazenda relativas aos gastos do BNDES	139
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Críticas à PEC do Governo Federal que estende a Desvinculação de Receitas da União para os fundos constitucionais de desenvolvimento regional.....	140
SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Alegria com o iminente início da transposição das águas do rio São Francisco.....	142
SENADOR HÉLIO JOSÉ, como Líder – Considerações acerca da reunião do Parlamento Latino-americano em Brasília; e outros assuntos	146
SENADOR RONALDO CAIADO – Críticas ao Governo Federal pela falta de razoabilidade na execução do ajuste fiscal	147
SENADOR OTTO ALENCAR – Alerta para a situação em que se encontram as empresas envolvidas na Operação Lava Jato.....	150
2.2.4 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Sobre a criação de Comissão Especial para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional; e reunião amanhã, para instituir Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de lei destinados a desburocratizar a Administração Pública brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos.....	152
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 1	
Projeto de Lei da Câmara nº 57/2015 (nº 863/2015, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias. Parecer nº 558/2015-PLEN , proferido pelo Senador Eunício Oliveira, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Assuntos Econômicos, e leitura dos Requerimentos nºs 938 a 954/2015	153
2.3.2 – Questão de Ordem	
Suscitada pelo Senador Cássio Cunha Lima e respondida pela Presidência	192
2.3.3 – Item 1 (continuação)	
Projeto de Lei da Câmara nº 57/2015 (nº 863/2015, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias. Aprovado (votação nominal). À sanção.	193
2.3.4 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 935/2015, de autoria do Senador José Pimentel e outros Senadores. Aprovado	219
2.3.5 – Requerimento	
Nº 955/2015, de iniciativa de Líderes, de oitiva, em caráter terminativo, da Comissão especial do Pacto Federativo sobre o Projeto de Lei do Senado nº 508/2015. Aprovado	219
2.3.6 – Fala da Presidência (Senador Renan Calheiros)	
Constituição de Comissão de Juristas Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de lei destinados a desburocratizar a Administração Pública brasileira	220
2.4 – ENCERRAMENTO.....	220
<u>SENADO FEDERAL</u>	
3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	221
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	224
5 – LIDERANÇAS	225
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	227
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	240
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	248
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	295
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>	
10 – COMISSÕES MISTAS	318
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	331



SENADO FEDERAL

Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa

ATO DO PRESIDENTE Nº 24 , DE 2015

*Prorroga o prazo de funcionamento
da Comissão Especial para o
Aprimoramento do Pacto Federativo.*

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 90 dias o prazo previsto no art. 1º do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2015, que institui Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 19 de agosto de 2015.

Senador RENAN CALHEIROS
Presidente

Ata da 138ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 19 de agosto de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, das Sras. Fátima Bezerra, Vanessa Grazziotin, dos Srs. Acir Gurgacz, José Medeiros, Paulo Paim e Hélio José.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 7 minutos e encerra-se às 21 horas e 52 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

138ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Período: 19/08/2015 07:00:00 até 19/08/2015 22:00:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PR	MT	Blairo Maggi	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
PMDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X	X
PTB	PE	Douglas Cintra	X	
PMDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X	
PTB	PI	Elmano Férrer	X	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X	X
PTB	AL	Fernando Collor	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	
PSD	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	
PMDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PMDB	PB	José Maranhão	X	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PPS	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
-	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X	
-	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
PDT	DF	Reguffe	X	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X	
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X	X
PSB	RJ	Romário	X	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PMDB	ES	Rose de Freitas	X	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PDT	RR	Telmário Mota	X	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X
PDT	MG	Zezé Perrella	X	X

Compareceram 78 senadores.

A SRª PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Senadora Vanessa Grazziotin a fazer uso da palavra neste momento, como oradora inscrita.

Enquanto a Senadora Vanessa se aproxima da tribuna, quero solicitar aqui o meu registro no horário destinado à comunicação inadiável.

Com muito prazer, passamos a palavra agora à Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Srª Presidente, Senadora Fátima, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, companheiros e companheiras.

Antes de iniciar o assunto que me traz à tribuna, Senadora Fátima Bezerra, eu quero registrar que estou dando entrada, no dia de hoje, a um requerimento que solicita, de acordo com o Regimento Interno, voto de pesar pelo assassinato de uma mulher, líder comunitária, chamada Maria das Dores Salvador Priante.

Na noite, Srª Presidente, do último dia 12 de agosto, Maria das Dores Salvador Priante, que é uma líder comunitária e, muito mais do que uma líder comunitária, é Presidente da Associação dos Moradores da Portelinha... Portelinha é uma comunidade existente no Município de Iranduba, um Município vizinho de Manaus, um Município da região metropolitana.

Maria das Dores foi sequestrada dentro de sua própria casa, da casa em que morava com a família. A violência que ela sofreu teve o pior de todos os desfechos: Maria das Dores foi brutalmente, Srª Presidente, assassinada.

Além de exercer grande liderança na comunidade da Portelinha, Maria das Dores era também uma aguerrida militante do meu Partido, o Partido Comunista do Brasil, espaço em que levantava bandeira de luta pela melhoria das condições de vida, de trabalho, sobretudo dos agricultores familiares, dos pequenos agricultores. E levantava sua voz, mais forte ainda, para defender as mulheres e defender as mulheres agricultoras.

É uma grande liderança, sem dúvida, do movimento popular, que teve sua vida ceifada por defender os interesses dos menos favorecidos.

Eu tenho certeza absoluta de que a morte de Maria, infelizmente – e daqui quero mandar minhas condolências aos amigos, às amigas, aos companheiros de Partido, aos comunitários, à família de Maria das Dores –, apesar de seu fim trágico, eu tenho a convicção e a certeza absoluta de que sua passagem não ficará em vão nem impune, porque o exemplo de luta dessa mulher guerreira que, com muita dificuldade, Senadora Fátima... Havia encontro do Partido no Estado ou fora dele, ela se desdobrava e fazia de tudo para participar, porque dizia que isso a ajudava muito a construir sua liderança dentro de sua comunidade e do seu Município de Iranduba.

Portanto, encaminho à Mesa o requerimento que apresenta o voto de pesar pelo falecimento de nossa querida companheira, Maria das Dores Salvador Priante. E estou, paralelamente a isso, encaminhado uma série de ofícios à Secretaria de Segurança do Estado do Amazonas para que esse sequestro e assassinato sejam investigados e o responsável, ou os responsáveis, seja rigorosamente punido. Tudo indica que nesse episódio esteja envolvida uma luta por terra. Havia uma denúncia feita, principalmente por parte dela, de posse ilegal de grandes áreas de terra na região do Município de Iranduba. Talvez, não estou afirmando nada, mas talvez essa seja uma das razões do sequestro e do assassinato de Maria das Dores.

Mas, Srª Presidente, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, neste dia, que para nós é muito especial, 19 de agosto, temos uma pauta complexa. Deveremos votar o projeto de lei que tramita em regime de urgência e tranca a pauta desta Casa, que trata da reoneração, que seria a última de todas as medidas do ajuste fiscal patrocinado pelo Governo e analisado pelo Congresso Nacional.

E, na sequência da discussão e votação dessa matéria, deveremos votar a Proposta de Emenda à Constituição nº 98, de 2015, que trata da cota de participação das mulheres no Parlamento brasileiro. E, em que pese essa ainda cota ser muito acanhada, Senador Gladson, uma cota de cadeiras, de vagas que começa com 10% nas próximas eleições, alcançando 12% e 16%, respectivamente, nas eleições seguintes; em que pese serem ainda cotas tímidas... E hoje tivemos a abertura do Parlatino, tivemos a abertura das reuniões e das comissões do Parlatino, que acontece aqui no Brasil. São três comissões. Houve uma belíssima sessão realizada neste plenário, presidida pelo Senador Renan Calheiros, que contou com a presença da Presidente do Parlatino, uma mulher, uma Senadora do México.

E ela dizia a todos nós, Senadora Fátima, que lá no México elas já alcançaram quase a paridade. São 50% de mulheres. Isso porque o sistema que vigora lá é o de lista fechada com alternância entre homens e mulheres.

Era isso que nós queríamos. Era isso que nós defendíamos, e continuamos a defender. Entretanto, temos a convicção de que, não sendo assim e não aglutinando as forças e os votos necessários para aprovação dessa

proposta, fizemos um acordo com as Lideranças partidárias do Senado e, sobretudo, da Câmara dos Deputados, para que aprovemos a proposta de emenda à Constituição, nos termos do apresentado na PEC 98.

Repito: apesar de ser uma cota acanhada, nós temos a convicção plena de que conseguiríamos dar um passo muito importante por dois fatores. Primeiro, Senadora, pelo percentual em si, porque, hoje, no Brasil, a média da presença das mulheres no Parlamento é de 10%. Hoje já é assim. Aí muitas pessoas questionam: “Se hoje já é de 10%, por que reservar o mínimo de vagas em 10%?” Porque, hoje, são 10% na somatória, o que não significa dizer que todos os Estados tenham 10% de mulheres.

Acabo de vir de Sergipe, juntamente e a convite da Senadora Maria do Carmo Alves. E lá nós fizemos o lançamento da campanha “Mais Mulheres na Política”, como já foi feito em vários Estados do Brasil, inclusive em Roraima; no meu Estado, o Amazonas, em São Paulo e em muitos outros.

O Estado de Sergipe tem uma Bancada de oito Deputados Federais, nenhuma mulher. Então, a cota de 10% obrigará que cada Estado, cada Município, para cada Casa Legislativa tenha, no mínimo, 10% de mulheres eleitas. E se somar esses 10% do piso obrigatório para cada Estado, aqueles Estados que ultrapassam a cota de mulheres, porque vários ultrapassam, nós vamos chegar, pelos nossos cálculos, a ter um número aproximadamente de 16% a 20% de mulheres no Parlamento.

Mas o que muda, além disso? Eu disse que eram dois aspectos. Um é o percentual em si, o outro é a mudança da cultura, mudança do tratamento que os partidos políticos terão com as mulheres, porque serão cadeiras que estarão na disputa. Eles perceberão que precisam ter mulheres com viabilidade eleitoral para preencher essas cadeiras, porque, cada vez mais, a política no Brasil fica acirrada.

Aqui mesmo, no Senado, Senadora Ângela – e eu vou conceder aparte a V. Exª –, nós ganhamos ou perdemos determinadas votações por um voto. Então, 10% de cadeiras, e deverá haver isso em cada Estado, no mínimo, uma mulher por Estado, quando o piso do número de Deputados é de oito, para nós, isso será fenomenal.

Eu concedo aparte a V. Exª, Senadora Ângela.

A Srª Ângela Portela (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Muito obrigada, Senadora Vanessa. Eu peço um aparte a V. Exª porque eu tenho observado aqui, com muita satisfação, a luta da Bancada Feminina na Câmara e no Senado para buscar uma solução e aumentar a participação das mulheres na política e, principalmente, no Poder Legislativo. Nós, ontem, tivemos a oportunidade de conversar com o Presidente Renan – eu, a Senadora Vanessa e outras Senadoras –, para que fosse colocada na pauta hoje essa proposta, de autoria da Senadora Marta Suplicy, que amplia e concede 10% das vagas já na próxima eleição, esperamos que já em 2016, para as mulheres brasileiras terem maior oportunidade, melhores condições para disputar, concorrer e ganhar as eleições. Então, isso é fruto de um trabalho intenso, de vários anos. E eu não posso deixar de destacar o trabalho das Deputadas e aqui, no Senado, principalmente, além de todas as Senadoras que compõem esta Casa, o protagonismo da Senadora Vanessa Grazziotin como nossa Procuradora Especial da Mulher. Ela esteve no meu Estado de Roraima. Fizemos lá um bom evento, na presença da Governadora, de autoridades do Poder Judiciário, e pudemos, naquela ocasião, assim como em muitas outras que a Senadora Vanessa esteve, em diversos outros Estados, para sensibilizar a sociedade roraimense da importância da participação maior das mulheres na política. O nosso País, em um ranking de 166 países, fica entre os últimos colocados. Então, nosso País não pode estar em uma posição tão vergonhosa quanto essa,...

(Soa a campanha.)

A Srª Ângela Portela (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... quando 52% do eleitorado brasileiro é de mulheres. É necessário, é preciso que o Congresso Nacional se sensibilize com essa situação e vote hoje essa PEC, pela qual estamos esperando ansiosamente. Muito obrigada pelo aparte, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu agradeço e incorporo o aparte de V. Exª, Senadora Ângela.

Quero dizer que, apesar do número restrito, reduzido de mulheres aqui, no Congresso Nacional, temos agido de forma muito unificada, e isso é muito bom. A PEC que nós vamos votar, logo mais, não é a PEC de autoria de A ou B. É a PEC da Bancada Feminina do Congresso Nacional. Aliás, nós deveremos distribuir, Senadora Fátima, a todos os nossos companheiros Parlamentares aqui do Senado, uma moção aprovada pelo Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, em que todas as presidentes ou secretárias de mulheres de todos os partidos políticos registrados no Brasil apoiaram a PEC 98. Isso é muito importante.

Para concluir, se me permite, Senadora Fátima, quero registrar o ato que nós fizemos em Sergipe, Aracaju, na Assembleia Legislativa. Foi uma audiência pública de iniciativa da Senadora Maria do Carmo Alves, com a Deputada Estadual Goretti Reis e outras Deputadas que compõem a Bancada Feminina da Assembleia Legislativa de Sergipe, a Deputada Ana Lúcia, a Deputada Silvia Fontes e a Deputada Maria Mendonça. O plenário

da Assembleia Legislativa estava lotado, eram muitas Lideranças, ex-Parlamentares presentes, como o caso da única Deputada Federal que teve Sergipe – a Deputada Federal Tânia Soares.

Aliás, eu lá fiquei sabendo, Senadora Fátima, que a única mulher a ter sido eleita consecutivamente três vezes para o Senado, Senadora Ana Amélia, foi a Deputada Maria do Carmo Alves. Ou seja, a nossa presença no Parlamento é tão pequena, tão recente que cada uma de nós faz um pouquinho da História. A primeira Senadora do Brasil é de 1979 e era do meu Estado. A primeira Bancada a ter duas Senadoras acontece agora; é a minha Bancada do Amazonas, onde estamos eu e a Senadora Sandra Braga. A Senadora Maria do Carmo é a primeira Senadora a ter sido eleita, reeleita, e reeleita pela terceira vez. Isso mostra o quanto, apesar de sermos a maioria da população, ainda estamos muito pouco representadas no Parlamento.

Contamos com a presença do Prefeito de Aracaju no nosso evento, Prefeito João Alves, do Presidente da Assembleia Legislativa, de vários Deputados Estaduais e todo o movimento de mulheres. Bonito, Senadora Ângela, como foi no seu Estado de Roraima, como foi no meu Estado do Amazonas, o ato realizado em Sergipe.

Dia 24, agora, todas nós estamos chamadas a ir a São Luís. O Governador Flávio Dino já garantiu a presença, confirmou a presença e nós faremos o ato na cidade de São Luís, capital do Maranhão, para que nossa luta siga sendo fortalecida, porque é assim que nós temos conquistado os nossos espaços, e é assim que seguiremos conquistando ainda mais espaço.

Então, agradeço a tolerância de V. Ex^a, Senadora Fátima Bezerra, agradeço a todos. E hoje vamos caminhar para que na Ordem do Dia possamos votar.

Senador Medeiros, V. Ex^a foi quem organizou o ato na cidade de Cuiabá, capital do Mato Grosso, seu Estado. Isso para nós é muito importante, e jamais nos esqueceremos disso, Senador Medeiros. Muito obrigada pelo apoio não só de palavras, mas de atos que V. Ex^a tem dado à luta da mulher, que, dizemos, é a luta da própria democracia.

Muito obrigada.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Fátima Bezerra. Bloco Apoio Governo/PT - RN) – V. Ex^a já está inscrita.

Nós vamos passar a palavra ao Senador Humberto, que vai falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Quero aqui, rapidamente, parabenizar a Senadora Vanessa pelo pronunciamento que acabou de fazer, me associando à Senadora Ângela, que aqui destaca a participação da Bancada Feminina como um todo, tanto no Senado como na Câmara. Mas, por dever de justiça, destaco aqui o protagonismo, Senadora Vanessa Grazziotin, de V. Ex^a à frente dessa luta, que é um luta, sem dúvida nenhuma, muito importante e que tem exatamente por objetivo avançar no que diz respeito à participação das mulheres na política. Evidente que a proposta de emenda à Constituição que vamos votar logo mais – esperamos que por unanimidade – não é aquilo que sonhamos, que desejamos. Afinal, queremos igualdade de participação das mulheres na política. Mas é um primeiro passo, fruto de muita luta, repito, tão bem liderada por V. Ex^a.

Quero aqui também me associar a V. Ex^a num voto de pesar em virtude do sequestro e brutal assassinato da líder comunitária Maria das Dores, militante do Partido Comunista do Brasil lá da cidade de Iranduba, no Amazonas.

Senador Humberto Costa, Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores aqui no Senado, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes que nos acompanham pela Rádio Senado, estive em missão oficial, até ontem, como representante brasileiro no Mercosul, juntamente com Deputados e outros Senadores brasileiros, e dos países que integram o bloco, para fazermos a defesa enfática dos regimes democráticos e dos governos legitimamente eleitos no nosso continente, valores que assombrosamente estão em cheque no Brasil de hoje, atacados até mesmo por algumas mentes que se julgam privilegiadas, neste País.

Acompanhei, no domingo, os protestos de rua e, sem qualquer demérito a quem participou – mesmo aqueles portadores de faixas e cartazes fascistas e criminosos, que prefiro classificar aqui como aberrações –, ficou muito claro que ali estavam pessoas que querem mudança de Governo, e não no Governo.

Foram manifestantes insistentemente convocados pelos partidos de oposição, que têm uma cor partidária muito definida. Oitenta por cento deles, aliás, declaradamente eleitores do PSDB. Mas são legítimos esses protestos. São legais e merecem ser recepcionados e ter todo o reconhecimento de um Estado democrático de direito como o Estado brasileiro.

Respeitamos esses 800 mil, esse milhão de pessoas que os protestos reúnem, mas o último domingo deixou evidente que os manifestantes que foram às ruas não são representantes dos brasileiros que estão insa-

tisfeitos. Os brasileiros insatisfeitos querem mudanças no Governo. Querem mudanças no Brasil. Mas rechaçam o golpismo, rechaçam o *impeachment*, rechaçam qualquer saída que flerte com a ruptura da ordem democrática. Os brasileiros insatisfeitos com a atual conjuntura querem saídas sérias para a crise. Não querem agravá-la.

Essa constatação ficou muito clara, porque – mesmo com todo o dinheiro que irrigou esses protestos, mesmo com todo o apoio prestado pela oposição, que viajou pelo País afora tentando inflamar a população – as manifestações foram menores do que as de 15 de março, ou seja, os brasileiros que querem sair da crise entenderam que é trabalhando, é construindo, é somando esforços – e não empacados nas ruas – que vamos ajudar o Brasil a superá-la.

Isso desesperou a oposição, especialmente o PSDB. A mudança de conjuntura, o início de uma grande concertação nacional em favor do País, apoiada por todos os setores mais responsáveis da nossa sociedade, a inauguração de uma agenda positiva para o povo brasileiro, tudo isso fez bater um enorme desespero entre os tucanos, o desespero de ter perdido quatro eleições presidenciais consecutivas e de ver se esvaír a oportunidade que julgavam ideal para golpear a democracia brasileira, impedir uma Presidenta legitimamente eleita de governar e chegar ao poder pela contramão da história.

O Lexotan parece ter acabado em Higienópolis. Só pode ser essa a justificativa para a escalada de ansiedade e agitação inaugurada nesse ninho tucano, onde não se choca outra coisa que não o ovo da serpente.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que sempre apresentou certa lucidez e ponderação quando avaliava a conjuntura nacional, foi tomado por uma extrema irresponsabilidade ao pedir a renúncia da Presidenta Dilma. Logo ele, que, no início do seu segundo mandato, amargou péssimos índices de popularidade, teve problemas terríveis com a base de sustentação no Congresso e se viu envolvido em várias denúncias de corrupção, como a compra de votos em favor da própria reeleição e a escandalosa privatização das nossas estatais, hoje episódio conhecido como “privataria tucana”.

Por que Fernando Henrique Cardoso, então, não buscou essa grandeza de renunciar ao próprio mandato, como hoje sugere à Presidenta Dilma que o faça? Não vejo outra explicação que não o oportunismo e a conveniência política.

Sua fala passou a ser reproduzida por muitos dos próceres do PSDB, que, desesperados com o isolamento para onde estão seguindo, tentam a todo custo dar novo gás ao caos político em que insistem em colocar o Brasil, gerando um factóide a cada dia;

São, realmente, o maior partido de oposição ao Brasil, como bem disse, em ato falho, o presidente nacional da legenda, o Senador Aécio Neves.

Muitas são as entidades políticas, econômicas e sociais que têm pedido altivez e responsabilidade de todos, para que possamos trabalhar para manter o País nos trilhos. As duas maiores federações de indústrias brasileiras – Fiesp e Firjan – já o fizeram. Assim também agiram grandes empresários do Brasil. Hoje, tivemos manifestação semelhante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e das Confederações Nacional da Indústria (CNI), dos Transportes (CNT) e da Saúde (CNS), que formaram um fórum permanente para trabalhar pela correção de rumos.

Assim se posicionaram grandes jornais no Brasil e no exterior, como o americano *The New York Times*, que, em editorial nessa terça-feira, elogiou a força das nossas instituições democráticas e a postura da Presidenta Dilma de submissão à lei e de não interferir ou constranger quaisquer investigações em curso, atinjam elas quem atingir.

Forçar a saída da Presidenta Dilma do cargo sem qualquer evidência concreta de malfeito traria sério prejuízo para uma democracia que tem ganhado força ao longo de 30 anos, sem nenhum benefício em troca. E não há nada que indique que qualquer líder da mesma ala faria trabalho melhor na economia, diz o editorial do jornal. E concluiu: “a solução não deve ser minar as instituições democráticas que são, no fim das contas, o que garante estabilidade, credibilidade e um governo honesto”.

Então, seja internamente, seja externamente, não há – entre os que têm responsabilidade – quem defenda a quebra da ordem constitucional, a ruptura da ordem democrática como saída de uma crise não mais grave, aliás, do que qualquer outra pela qual tenhamos passado.

Mas o PSDB apequena o Brasil e a nossa democracia e faz ouvidos moucos a toda uma linha que prega a estabilidade institucional no País.

Não adianta querer travestir de legalidade o que fica evidente para todos – no Brasil e no exterior – como um vergonhoso golpe que se quer aplicar à nossa democracia.

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – Deixo aqui, então, o meu repúdio a essa nova quartelada do PSDB, que, tenho certeza, deve envergonhar muita gente da boa cepa do partido.

Lamentavelmente, entre essas pessoas não se encontra o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, autor dessa triste nota da última segunda-feira, que mancha a sua biografia e passará para a História do Brasil como um documento em que um ex-presidente dito democrata assume o discurso golpista que nós julgávamos página virada na América Latina.

Mas não há de ser nada. Fernando Henrique já nos disse uma vez que esquecêssemos tudo o que ele escreveu. Pois essa nota, Sr^a Presidenta, será mais uma entre as tantas obras do ex-presidente que os brasileiros mandarão solenemente para o esquecimento.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a e de todos os nossos Senadores e Senadoras.
Obrigado.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, a Sr Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Sr^a Vanessa Grazziotin.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – V. Ex^a não precisa agradecer, porque tem sido extremamente disciplinado na obediência do tempo.

Parabéns, Senador, e o cumprimento pelo pronunciamento.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

REALIZAÇÃO DE SESSÃO

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se amanhã, dia 20, às 11 horas, para comemorar os 60 anos da APAE Brasil – Federação Nacional das APAES.

REQUERIMENTOS

SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 930, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 300, de 2004; 105, 147 e 365, de 2007; 568, de 2009; 81, de 2010; 98 e 569, de 2011; 373, de 2012; e 215, de 2015, por versarem sobre a mesma matéria (doenças a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma).

Sala das Sessões,

Senador **DÁRIO BERGER**

Defiro
EM 19/8/2015

Fátima Bezerra

REQUERIMENTO Nº 931 DE 2015

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PLS 218/2015, que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criar cadastro específico de adoção de crianças e adolescentes com deficiência ou doença crônica e determinar a inclusão de dados relativos a deficiência ou doença crônica nos dados estatísticos relativos às crianças e aos adolescentes aptos à adoção.

JUSTIFICAÇÃO

Para reanálise do mérito da proposição.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2015.



Senador Romário
(PSB - RJ)

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Recebido em 19/07/2015
Hora 18:40

Myriam Machado - Mat. 38267
SGM - SLC



SF/15169.65545-95

Página: 1/1 30/06/2015 19:03:28

41df1342b87cbe26453cc1d7af582ae5885ba8cd



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 932, DE 2015

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº311 e 320, de 2015, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, em de de 2015

Senador **RAIMUNDO LIRA**

(À MESA PARA DECISÃO)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Humberto Costa

à publicação
em 19/8/2015
DDb Humberto Costa

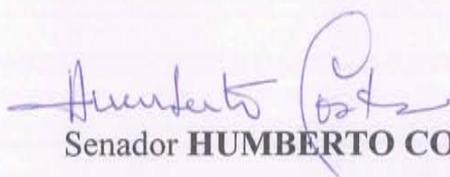
REQUERIMENTO, ⁹⁸³ DE 2015

Senhor Presidente,

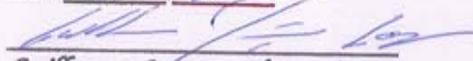
Nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro afastamento para o exterior, com o intuito de participar, na qualidade de Membro do Parlamericas, das 38ª Reunião do Conselho de Administração e 12ª Assembleia Plenária, que acontecerão de 3 a 5 de setembro do corrente ano, na Cidade do Panamá, no Panamá.

Desse modo, em caso de ser aprovado o requerimento em foco, comunico que, nos termos do artigo 39, I, do mesmo Regimento, para tomar parte em tais eventos, terei de me ausentar do Senado Federal entre os dias 02 e 06 de setembro de 2015, período no qual já se insere o traslado.

Sala das sessões, em 19 de agosto de 2015.


Senador **HUMBERTO COSTA**

Recebido em 19 / 08 / 2015
Hora 14 : 14


Guilherme Lopes - Mat. 252612
SGM - Senado Federal



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 934, DE 2015

Com fulcro nos art. 71, IV, da Constituição Federal, e nos termos regimentais, requeiro seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) pedido de realização de inspeção no Ministério dos Transportes, a fim de examinar o posicionamento e as providências adotadas por aquela Pasta quanto ao acompanhamento das negociações entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná (DER/PR) e as concessionárias do Programa de Concessões do Paraná, com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão das rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

Em resposta à solicitação do Congresso Nacional originada do Requerimento nº 564, de 2014, de minha autoria, o TCU encaminhou informações acerca das providências até então adotadas pelo DER/PR para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de rodovias federais delegadas ao Estado do Paraná mediante convênio.

Em que pese terem sido realizados diversos estudos e negociações com as concessionárias, a almejada repactuação dos contratos ainda parece estar longe de ser concluída.

Enquanto isso, os usuários daquelas rodovias vêm suportando o prejuízo decorrente do pagamento de tarifas indevidas, cujo valor, a cada dia que passa, fica mais difícil de ser recuperado, uma vez que os contratos perdurarão por apenas mais seis anos.

O Ministério dos Transportes, na qualidade de interveniente da União para acompanhar, fiscalizar e coordenar a execução dos convênios, deve monitorar e posicionar-se acerca do desfecho da questão.

2

Diante do exposto, apresento este requerimento de solicitação de inspeção ao Tribunal de Contas da União, para que sejam examinadas as ações do Ministério dos Transportes relativas ao deslinde da controvérsia instalada entre as concessionárias e o DER/PR.

Sala das Sessões,

Senadora **GLEISI HOFFMANN**

(À publicação)

REQUERIMENTO Nº 935, DE 2015

Aprovado em 19/8/2015
[Signature]
Rozel de Freitas

Requeremos, nos termos regimentais, a criação de Comissão Especial, composta por 14 (quatorze) membros titulares e igual número de suplentes, para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requeremos, ainda, que as proposições legislativas que tratem da promoção do desenvolvimento nacional sejam encaminhadas à Comissão Especial destinada a tratar do tema, sempre que possível apensadas, para sistematização e parecer.

Sala das Sessões,

[Signature] → José F. Pinheiro
[Signature] → Elvício
[Signature] → Eduardo Amorim
[Signature] → ACIR GURGACE
[Signature] → Walter Pinheiro
[Signature] → Delcídio do Amaral
[Signature] → Alvaro Dias



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 936, DE 2015

Requeiro, com fulcro no art. 50, § 2º da Constituição Federal, c/c art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado ao Ministério da Fazenda no sentido de obter as seguintes informações sobre o vazamento de informações bancárias sobre supostas investigações que incluem o Instituto Lula, conforme noticiado por revista semanal.

Informações requeridas ao Ministro da Fazenda:

- 1) As supostas informações divulgadas na imprensa que versam sobre movimentação bancária do Instituto Lula foram geradas ou vazadas por órgãos vinculados ou entidades vinculadas ao Ministério da Fazenda? Há algum procedimento investigatório sobre o fato no âmbito dos órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Fazenda?
- 2) Segundo a imprensa, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de inteligência desse Ministério da Fazenda, remeteu ao menos três relatórios diferentes indicando movimentação atípica da empresa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a L.I.LS, para investigações diversas do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. V. Exa pode responder se a informação é verdadeira e, se afirmativo, como a mídia teve acesso ao conteúdo de tais relatórios?

2

JUSTIFICAÇÃO

As divulgações de dados sigilosos, verídicos ou criados, são, infelizmente, uma constante na realidade brasileira, um problema que nossa democracia não tem sido capaz de solucionar e que equivocadamente é vinculado à liberdade de expressão ou de imprensa e ao resguardo do sigilo da fonte, de tal modo que se uma notícia é falsa, o ônus recai sob a indeterminação da “fonte sigilosa”.

De todo modo, quem deve responder por vazamentos de informações confidenciais são servidores públicos que têm a obrigação funcional e legal de resguardá-las. Além de sanções administrativas, que podem culminar na demissão, o Código Penal prevê pena de reclusão aos servidores públicos pela violação de sigilo funcional, que consiste em revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva manter em segredo ou facilitar sua revelação.

Nada obstante, a despeito da responsabilidade individual de funcionários, é necessário que o órgão possua mecanismos de gestão suficientes para coibir e punir tal prática, sob pena de ser considerado conivente com o abuso e desrespeito a princípios constitucionais. Essa necessidade de boa governança aumenta ainda mais quando se trata de órgãos que guardam informações sensíveis sobre qualquer pessoa física ou jurídica.

De tal modo, em sua função fiscalizadora, o Senado Federal pode e deve solicitar informações acerca de vazamentos nos meios de comunicação de supostas informações de posse do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2015.

Senador **HUMBERTO COSTA**

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

Senador **JORGE VIANA**

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

Senador **LINDBERGH FARIAS**

3

Senador **PAULO PAIM**

Senadora **REGINA SOUSA**

(À Mesa para decisão)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 937, DE 2015

Requeiro, com fulcro no art. 50, § 2º da Constituição Federal, c/c art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja oficiado ao Ministério da Justiça no sentido de obter as seguintes informações sobre o vazamento de informações bancárias sobre supostas investigações que incluem o Instituto Lula, conforme noticiado pelos meios de comunicação.

Informações requeridas ao Ministro da Justiça:

- 1) Que medidas o Ministério da Justiça adotou para a violação de sigilo bancário sofrida pela empresa LILS, do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva?
- 2) Segundo a imprensa, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão de inteligência do Ministério da Fazenda, remeteu ao menos três relatórios diferentes indicando movimentação atípica da empresa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a L.I.LS, para investigações diversas do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. V. Exa pode responder se a informação é verdadeira e, se afirmativo, como a mídia teve acesso ao conteúdo de tais relatórios?
- 3) Que medidas a Polícia Federal tem adotado para coibir e punir os vazamentos seletivos que ocorrem no âmbito das investigações?

2

JUSTIFICAÇÃO

As divulgações de dados sigilosos, verídicos ou criados, são, infelizmente, uma constante na realidade brasileira, um problema que nossa democracia não tem sido capaz de solucionar e que equivocadamente é vinculado à liberdade de expressão ou de imprensa e ao resguardo do sigilo da fonte, de tal modo que se uma notícia é falsa, o ônus recai sob a indeterminação da “fonte sigilosa”.

De todo modo, quem deve responder por vazamentos de informações confidenciais são servidores públicos que têm a obrigação funcional e legal de resguardá-las. Além de sanções administrativas, que podem culminar na demissão, o Código Penal prevê pena de reclusão aos servidores públicos pela violação de sigilo funcional, que consiste em revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva manter em segredo ou facilitar sua revelação.

Nada obstante, a despeito da responsabilidade individual de funcionários, é necessário que o órgão possua mecanismos de coibir e punir tal prática, sob pena de ser considerado conivente com o abuso e desrespeito a princípios constitucionais. Essa necessidade de boa governança aumenta ainda mais quando se trata de órgãos que guardam informações sensíveis sobre qualquer pessoa física ou jurídica.

De tal modo, em sua função fiscalizadora, o Senado Federal pode e deve solicitar informações acerca de vazamentos nos meios de comunicação de supostas informações de posse do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda, bem como do vazamento de informações bancárias de pessoas que não são objeto de investigação.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2015.

Senador **HUMBERTO COSTA**

Senador **DELCÍDIO DO AMARAL**

Senadora **FÁTIMA BEZERRA**

3

Senador **JORGE VIANA**

Senador **JOSÉ PIMENTEL**

Senador **LINDBERGH FARIAS**

Senador **PAULO PAIM**

Senadora **REGINA SOUSA**

(À Mesa para decisão)

TÉRMINO DE PRAZO

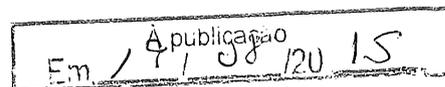
Encerrou-se no dia 18 de agosto o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do **Projeto de Lei do Senado nº 135, de 2014**.

Tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão competente, o Projeto vai ao Arquivo.

COMUNICAÇÕES

SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 218/2015



Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação da Senadora Lúcia Vânia para compor, como membro suplente em vaga existente do Bloco da Maioria, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 675, de 2015.

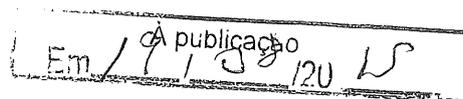
Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria



SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do PMDB e da Maioria

OF. GLPMDB nº 219/2015



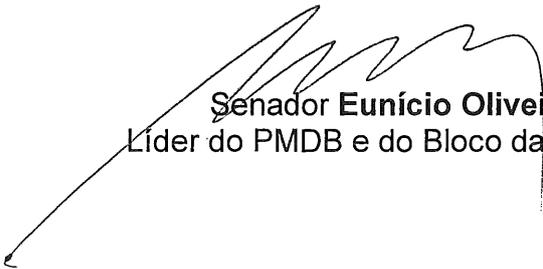
Brasília, 18 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador Hélio José – PSD/DF para compor, como membro suplente em vaga existente do Bloco da Maioria, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 677, de 2015.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **Eunício Oliveira**
Líder do PMDB e do Bloco da Maioria

PROJETOS DE LEI DO SENADO



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 540, DE 2015

Altera o art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, para estabelecer que os cargos de direção das agências reguladoras serão preenchidos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo do quadro da entidade respectiva.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 5º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º** O Presidente ou o Diretor-Geral ou o Diretor-Presidente (CD I) e os demais membros do Conselho Diretor ou da Diretoria (CD II) serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária, titulares de cargos de provimento efetivo da agência reguladora e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados, devendo ser escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea *f* do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

.....”(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É necessário aperfeiçoar o regime jurídico das agências reguladoras, no sentido de conferir maior estabilidade, segurança e qualificação a seus órgãos diretivos.

2

Nesse sentido, propõe-se que os cargos de Presidente, Diretor-Geral, Diretor-Presidente e demais membros do Conselho Diretor ou Diretoria das agências reguladoras somente sejam ocupados por titulares de cargo de provimento efetivo do próprio quadro da agência reguladora em questão. Objetiva-se, de um lado, privilegiar a experiência acumulada por esses profissionais que já desenvolvem suas atividades na agência reguladora, e, de outro lado, evitar que sejam feitas ingerências indevidas por meio da nomeação de dirigentes com pouca experiência na área ou sem o devido perfil necessário.

O presente Projeto concretiza a regra do inciso V do art. 37 da Constituição Federal para fixar regime jurídico específico para o provimento de cargos em comissão de direção e chefia das agências reguladoras. Busca-se a efetivação dos princípios da moralidade e eficiência nessa medida, reconhecendo-se os excelentes quadros de servidores públicos efetivos das agências reguladoras no Brasil.

Tendo a certeza dos objetivos positivos do Projeto, solicita-se o apoio das ilustres Senadoras e dos ilustres Senadores.

Sala das Sessões,

Senador **GLADSON CAMELI**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[inciso V do artigo 37](#)

[alínea f do inciso III do artigo 52](#)

[Lei nº 9.986, de 18 de Julho de 2000 - 9986/00](#)

[artigo 5º](#)

[artigo 5º](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, DE 2015

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Inclua-se no § 6º do art. 3º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, a seguinte alínea “g”.

“**Art. 3º**.....

§ 6º

g) em cuja composição química estejam presentes, individualmente ou misturados, os seguintes ingredientes ativos: glifosato, triclofom, carbofuran, cihexatina, abamectina, fosmete e lactofen”. (NR)

Art. 2º Inclua-se no art. 4º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, o seguinte § 2º, renomeando-se o atual parágrafo único como §1º:

“**Art. 4º**.....

§1º.....

§2º É vedada a pulverização aérea de agrotóxicos para toda e qualquer finalidade”. (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No Dia Mundial da Saúde, 08 de abril do corrente ano, o Inca (Instituto Nacional de Câncer) publicou um documento informando o uso indiscriminado de agrotóxicos como possível causador de vários tipos de câncer. O relatório sobre o uso de agrotóxicos nas lavouras alerta para a gravidade do problema não só para a natureza, mas para os trabalhadores e toda a população.

A venda de agrotóxicos no País aumentou de U\$\$ 2 bilhões para U\$\$ 7 bilhões em 2011. Transformando o Brasil no maior consumidor de agrotóxicos do mundo: mais de um milhão de toneladas por ano, ou seja, 5,2 kg por habitante. O grande uso de agrotóxicos gera grandes malefícios, como a poluição ambiental e a intoxicação dos trabalhadores e da população em geral. A presença desses venenos não é observada apenas nos alimentos *in natura*, mas também nos produtos alimentícios processados pela indústria, como biscoitos, salgadinhos, pães, cereais matinais, lasanhas, pizzas e outros que possuem como ingredientes o trigo, o milho e a soja. Ainda podendo estar presentes nas carnes e leites de animais que se alimentam de ração com traços de agrotóxicos.

Sabemos que o controle e avaliação dos agrotóxicos no País demoram muito devido a baixa infraestrutura da agência responsável. Portanto, faz-se urgente a atualização da legislação referente ao uso de agrotóxicos.

Além do mais, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é previsto nos artigos 6º e 227 da Constituição Brasileira devendo, portanto, o Estado fazer o possível para cumpri-lo. Portanto, o que vem a ser uma alimentação adequada? É apenas a oferta de alimentos? Não. É a oferta de alimentos livres de componentes que possam prejudicar a saúde do cidadão.

Vários agrotóxicos utilizados no Brasil já foram proibidos em outros países, como é o caso do glifosato, que segundo pesquisa realizada pela Dra. Stephanie Seneff, cientista sênior de pesquisa do MIT Computer Science and Artificial Intelligence Laboratory, mostra que se a utilização do glifosato continuar no ritmo atual, em 2025, uma em cada duas crianças será autista. O uso de glifosato está relacionado à causa de doenças como Alzheimer, autismo, câncer, doenças cardiovasculares e deficiências de nutrição. Recentemente, essa substância teve seu uso proibido na Colômbia.

Em março deste ano, a Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (IARC) publicou a Monografia (volume 112), na qual, após a avaliação da carcinogenicidade de cinco ingredientes ativos de agrotóxicos por uma equipe de pesquisadores de 11 países, incluindo o Brasil, classificou o herbicida glifosato e os inseticidas malationa e diazinona como prováveis agentes carcinogênicos para humanos (Grupo 2A) e os inseticidas tetraclorvínifós e parationa como possíveis agentes carcinogênicos para humanos (Grupo 2B). A publicação destaca que a malationa e a diazinona e o glifosato são autorizados e

3

amplamente usados no Brasil, como inseticidas em campanhas de saúde pública para o controle de vetores na agricultura.

Além do glifosato, temos outros agrotóxicos que trazem riscos à saúde como o triclofom, carbofuran, cihexatina, abamectina, fosmete, lactofen, a maioria já proibida em outros países.

Outra questão que merece destaque é o fato do Brasil ainda realizar pulverizações aéreas de agrotóxicos. Esse tipo de pulverização ocasiona dispersão destas substâncias pelo ambiente, contaminando não só a plantação, mas o solo, lençóis freáticos e áreas urbanas, além de subir para a atmosfera. Com as precipitações pluviométricas, retornam em forma de “chuva de agrotóxico”, fenômeno que ocorre em todas as regiões agrícolas.

Solicitamos o apoio do Senado Federal a esta proposição que objetiva restringir firmemente o uso de agrotóxicos no País, a fim de preservar a saúde dos trabalhadores rurais e consumidores, bem como manter nossos recursos naturais, sobretudo, flora, fauna, água e solo, para o uso sustentável desta e das futuras gerações de brasileiros.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 6º](#)

[artigo 227](#)

[Lei nº 7.802, de 11 de Julho de 1989 - 7802/89](#)

[parágrafo 6º do artigo 3º](#)

[artigo 4º](#)

(À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 542, DE 2015

(Complementar)

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para impedir que as empresas com débitos tributários ou previdenciários sejam excluídas do Simples Nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 31.

.....

§ 2º Na hipótese do inciso XVI do *caput* do art. 17, será permitida a permanência da pessoa jurídica como optante pelo Simples Nacional mediante a comprovação da regularização do débito ou do cadastro fiscal no prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir da ciência da comunicação da exclusão.

.....” (NR)

Art. 2º Ficam revogados o inciso V do *caput* do art. 17 e o inciso IV do *caput* do art. 31 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

2

JUSTIFICAÇÃO

O Simples Nacional – criado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 – atende ao mandamento constitucional de que haja tratamento tributário diferenciado e favorecido, em prol das microempresas e empresas de pequeno porte (Constituição Federal, art. 146, III, *d*).

Ocorre que, quando da sua criação, resolveu-se impor um ônus à empresa que seja inadimplente para com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou com as Fazendas Públicas (em qualquer nível federativo): sua exclusão do Simples Nacional. Contudo, essa proibição tem-se mostrado contraproducente.

A arrecadação por meio do Simples Nacional é eficiente e rápida – como deve ser, até em virtude do seu nome –, o que é benéfico tanto para o Fisco quanto para o contribuinte. Punir a empresa inadimplente com a exclusão do programa é tornar ainda mais improvável a adimplência dos débitos, além de estimular o contencioso administrativo tributário relativo a pequenas questões.

Dessa forma, é de todo salutar revogar o inciso V do art. 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, o que ora propomos por meio deste Projeto de Lei do Senado – Complementar.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 - SUPER SIMPLES - 123/06](#)

[inciso V do artigo 17](#)

[inciso IV do artigo 31](#)

[parágrafo 2º do artigo 31](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 543, DE 2015

(Complementar)

Inserir o art. 100-A no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), para dispor sobre a observância dos atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, em todas as instâncias, independentemente de vinculação ao órgão que a editou.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Código Tributário Nacional – Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“**Art. 100-A.** Os atos previstos no inciso I do art. 100 desta Lei são de observância obrigatória em qualquer instância administrativa, independentemente de vinculação do órgão àquele que editou a norma.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na qualidade de Relatora da Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada para apurar eventuais ilícitos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) – a CPICARF –, pudemos perceber que um dos grandes entraves ao bom funcionamento daquele Colegiado é o fato de não observar as normas expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Argumenta-se que o fato de o CARF estar vinculado ao Ministério da Fazenda o faz imune à competência normatizadora da Receita – o que, data vênia, constitui rematado

2

absurdo. Ora, se as normas expedidas pela autoridade fazendária federal compõem a legislação tributária (Código Tributário Nacional – CTN, arts. 96 e 100, I) e obrigam, portanto, aos particulares e vinculam até mesmo os órgãos jurisdicionais, por que um Conselho Administrativo estaria desobrigado de levá-las em conta quando do seu julgamento?

Tem-se notícia de que esse é, inclusive, um dos caminhos que permitiu grassar um esquema criminoso de venda de decisões no âmbito do Conselho, e que agora está sendo desbaratado pela CPICARF. Com efeito, se o julgador não está vinculado aos normativos da Receita, fica-lhe muito mais fácil decidir como bem lhe aprouver, o que afrouxa os mecanismos de controle da legalidade e da transparência de suas decisões.

Para pôr fim a essa situação esdrúxula, propomos a inserção de um art. 100-A no CTN, de modo a prever expressamente a necessidade de a administração pública, em todas as suas instâncias, observar tais normas, independentemente da existência de vinculação entre os órgãos.

Assim, a CPICARF cumpre uma de suas várias funções – qual seja, a de aperfeiçoar a legislação tributária e do processo administrativo fiscal.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 - CODIGO TRIBUTARIO NACIONAL - 5172/66](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos)



SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 544, DE 2015

Altera o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para excluir o efeito suspensivo dos recursos voluntários contra decisões de primeira instância, no âmbito do processo administrativo fiscal da União.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 33. Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, sem efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão.
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura ilícitos no âmbito do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) – a CPICARF –, percebeu-se que as decisões da primeira instância do processo administrativo fiscal, as Delegacias Regionais de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJs) são, em regra, bem fundamentadas e atenciosas aos princípios constitucionais da impessoalidade e da legalidade. Não à toa, a maioria das decisões das DRJs são mantidas pelo CARF, em grau de recurso. Essa conclusão foi corroborada, inclusive, por estudo estatístico realizado pela Associação Brasileira de Jurimetria, recentemente divulgado.

2

Demais disso, é inequívoco que a lentidão do julgamento desse recurso no âmbito do CARF termina por atrasar a execução dos créditos tributários já lançados e confirmados em primeira instância. Assim, a previsão de recurso para o CARF, com efeito suspensivo, não só traz mais demora no ajuizamento da ação de execução fiscal, como também estimula a litigância administrativa de má-fé, já que a mera interposição de recursos suspende a eficácia da decisão da DRJ.

Ora, no processo administrativo, a regra deve ser a de que os recursos não tenham efeito suspensivo. É nesse sentido que se encaminha, inclusive, a Lei do Processo Administrativo Federal (Lei nº 9.784, de 27 de janeiro de 1999). Se considerarmos o alto grau de aderência das decisões do CARF, em grau recursal, às decisões das DRJs, além da demora da autoridade julgadora em analisar os recursos, bem se nota ser injustificável manter o efeito suspensivo para esse tipo de recurso.

Por tais motivos, apresentamos agora este Projeto de Lei do Senado, visando a alterar o art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de junho de 1972 (que rege o processo administrativo e fiscal e que foi recepcionado com força de lei pela Constituição Federal de 1988), de modo a extinguir o efeito suspensivo dos recursos dirigidos ao CARF.

Por considerarmos urgente e relevante essa alteração legislativa, apresentamos imediatamente a proposição, esperando contar com o decisivo apoio dos nobres Senadores e Senadoras para sua rápida aprovação.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[Decreto nº 70.235, de 6 de Março de 1972 - 70235/72](#)

[artigo 33](#)

[Lei nº 9.784, de 29 de Janeiro de 1999 - 9784/99](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 545, DE 2015

Altera a Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, que *dispõe sobre doação voluntária de sangue*, para conceder abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos da Administração Pública federal aos doadores voluntários de sangue.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 1.075, de 27 de março de 1950, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 3º-A É assegurado abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo ou emprego público no âmbito da Administração Pública federal aos doadores regulares de sangue à rede hospitalar pública ou conveniada com o Sistema Único de Saúde.

§ 1º O abatimento de que trata o *caput* corresponderá à metade do valor exigido dos demais candidatos a título de taxa de inscrição.

§ 2º Considera-se doador regular de sangue aquele que, na data da publicação do edital do concurso público, comprove, por certidão ou outro documento expedido pelo órgão público competente, haver feito, no mínimo, três doações de sangue nos doze meses imediatamente anteriores.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem por finalidade conferir abatimento no valor da taxa de inscrição em concursos públicos federais a quem comprove ser doador de sangue, devendo tal comprovação ser feita por documento hábil expedido pelo órgão público competente, que ateste ter o beneficiário realizado ao menos três doações de sangue nos doze meses imediatamente anteriores ao concurso.

2

Conquanto diversas leis tenham sido aprovadas nos Estados, concedendo benefícios a doadores de sangue, no âmbito federal, lamentavelmente, ainda não contamos com norma que premie tais pessoas, concedendo-lhes isenção ou abatimento no pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos. No plano federal, o incentivo à doação de sangue limita-se a campanhas publicitárias. São necessárias, contudo, medidas concretas de estímulo à doação e fidelização dos doadores. Cremos que a presente proposta constitui uma importante medida nessa direção.

Optamos por não prever a total isenção no pagamento da taxa de inscrição, para evitar desvirtuamentos no uso do benefício, traduzidos na participação ilimitada do doador em concursos públicos, apenas em razão da gratuidade. Convém frisar que a taxa é cobrada dos candidatos para fazer face aos custos de organização do concurso. Assim, a participação gratuita de alguns repercute negativamente sobre outros, que devem pagar valores mais elevados para se inscrever. A tendência ao uso abusivo do benefício é mitigada quando, em lugar da completa isenção, o interessado obtém um abatimento no valor da taxa. Da mesma forma, o ônus transferido aos demais candidatos vê-se reduzido nesse cenário.

É premente a necessidade de aumentar o número de doações de sangue no Brasil. No ano de 2015, hemocentros de diversas regiões do País alertaram para os baixos estoques de sangue, em níveis insatisfatórios e mesmo preocupantes. Assim ocorreu, por exemplo, no noroeste paulista, no Distrito Federal, em Tocantins, Minas Gerais e Santa Catarina. Diante de um quadro considerado crítico, hemocentros do Rio Grande do Sul funcionaram no fim de semana, aderindo ao Junho Vermelho, campanha desenvolvida em diversas cidades brasileiras para incentivar as doações.

O Ministério da Saúde estima que 1,8% da população brasileira seja doadora de sangue. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, nos países desenvolvidos, o número anual de doações por mil habitantes oscila entre 13,3 e 64,6 (*Blood Safety, Key Global Facts in 2011*, p. 2), com uma mediana de 36,4. Já no Brasil, a taxa é de 18,75 doações por mil habitantes, metade desse valor (*Caderno de Informação. Sangue e hemoderivados*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004, p. 26).

Não se pode olvidar que, na insuficiência de estoques de sangue, vidas são perdidas e cirurgias são adiadas, aumentando o tempo de internação de pacientes e, conseqüentemente, os custos do sistema de saúde.

Por fim, ressaltamos que nada impede a apresentação de projeto de iniciativa com esse conteúdo por parlamentar. Como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, lei que *estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público não versa sobre matéria relativa a servidores públicos*, para a qual existe reserva de iniciativa em favor do Chefe do Poder Executivo (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.672, DJ de 10.11.2006).

Na certeza de ser urgente a adoção de medidas que estimulem a doação de sangue, e por todas as razões expostas, rogamos o apoio de nossos Pares, para a aprovação do presente projeto de lei.

3
Sala das Sessões,

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 1.075, de 27 de Março de 1950 - 1075/50](#)

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão
terminativa.)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 546, DE 2015

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar a antecipação de 50% do abono salarial anual devido ao segurado e ao dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 40-A:

“Art. 40-A. O pagamento do abono anual, de que trata o art. 40, será efetuado em duas parcelas:

I – a primeira parcela corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício correspondente ao mês de agosto e será paga com os benefícios correspondentes a esse mês; e

II – a segunda parcela corresponderá à diferença entre o valor total do abono anual e o valor da parcela antecipada e será paga com os benefícios correspondentes ao mês de novembro.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros no exercício subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

2

Há nove anos, os segurados e dependentes do Regime Geral de Previdência Social vêm recebendo, com regularidade, o adiantamento de parcela correspondente a cinquenta por cento do décimo terceiro salário.

Ocorre que, a cada ano, para que essa antecipação aconteça, já que ela não está prevista em lei, é necessária a edição de decreto pelo Poder Executivo, o que sempre gera incertezas e apreensão entre os beneficiários da Previdência Social, que contam com esse pagamento para fazer frente a suas despesas.

As incertezas e a apreensão aumentam mais ainda em épocas de aperto de contas públicas e de ajuste fiscal, como a que estamos atravessando.

Essa antecipação é importante não apenas para seus beneficiários diretos, já que são mais de 27 milhões de benefícios e todo o Brasil, como também para toda a sociedade, eis que representa uma injeção extra na economia brasileira de cerca de R\$ 14 bilhões nos meses de agosto e setembro.

Nesse contexto, cabe ao Congresso Nacional fixar uma regra clara e permanente sobre a matéria, tendo em vista que muitos tomam empréstimos ou planejam compras nesse período, mas dependem do pagamento da antecipação de parte do abono anual.

Para tanto, estamos propondo o presente projeto de lei para estabelecer que, no mês de agosto de cada ano, o segurado e o dependente da Previdência Social que, durante o ano, recebeu auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão fará jus à antecipação de 50% do abono salarial anual.

Pelas razões expostas e por se tratar de iniciativa de grande alcance social, esperamos contar com o apoio de nossos pares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, de agosto de 2015.

Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

LEGISLAÇÃO CITADA

3

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 547, DE 2015

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para instituir o programa Patrulha Maria da Penha.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do art. 22-A, com a seguinte redação:

“Art. 22-A. Fica instituído o programa Patrulha Maria da Penha, destinado a conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência previstas no art. 22.

§ 1º O programa Patrulha Maria da Penha consiste na realização de visitas periódicas às residências de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, para verificar o cumprimento das medidas protetivas de urgência do art. 22 e reprimir eventuais atos de violência.

§ 2º A gestão do programa será exercida de forma integrada pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele aderirem, mediante instrumento de cooperação federativa, conforme dispuser o regulamento.

§ 3º As ações previstas no § 1º serão executadas pelos órgãos de segurança pública dos Estados e do Distrito Federal, ou, no caso dos Municípios, pelas guardas municipais de acordo com o disposto na Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação oficial.

2

JUSTIFICAÇÃO

A proposição institui o Programa Patrulha Maria da Penha em âmbito nacional, de forma a conferir maior efetividade às medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor, previstas no art. 22 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

Embora a Lei Maria da Penha tenha previsto uma série de mecanismos de salvaguarda às mulheres em situação de violência, as estatísticas demonstram que os agressores não se inibem de praticar atos violentos, mesmo tendo contra si decretadas as medidas protetivas.

A Patrulha Maria da Penha foi idealizada para evitar essa resistência ao cumprimento da lei e, conseqüentemente, para garantir às mulheres em situação de violência a preservação de seu direito à vida e da sua saúde física e mental. Trata-se de um programa que requer a articulação de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o objetivo de solucionar esse grave problema de segurança pública.

A Patrulha Maria da Penha já está em pleno funcionamento em várias cidades brasileiras, a exemplo de Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Campo Grande, Fortaleza, Salvador e Manaus. São experiências exitosas em que foi realmente assegurada a proteção às mulheres em situação de violência, tendo sido constatada na prática a redução expressiva dos índices de violação às medidas protetivas.

Por entender que o programa Patrulha Maria da Penha irá conferir maior efetividade às medidas protetivas previstas pela Lei Maria da Penha, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senadora **GLEISI HOFFMANN**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - LEI MARIA DA PENHA - 11340/06
artigo 22](#)

[Lei nº 13.022, de 08 de agosto de 2014 - 13022/14](#)

3

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 548, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o atendimento educacional especializado em classes hospitalares ou mediante atendimento pedagógico domiciliar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 60-A:

“**Art. 60-A.** Os sistemas de ensino, mediante ação integrada com o sistema de saúde, oferecerão atendimento educacional especializado a alunos impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde que implique internação hospitalar, atendimento ambulatorial ou permanência prolongada em domicílio.

§ 1º O disposto no *caput* será assegurado por meio de classes hospitalares ou de atendimento pedagógico domiciliar, inclusive para crianças, jovens e adultos não matriculados no sistema educacional local, facilitando seu posterior acesso à escola regular.

§ 2º Os professores das classes hospitalares e do atendimento pedagógico domiciliar deverão ser habilitados nos termos do art. 62 desta Lei.

§ 3º O Conselho Nacional de Educação deliberará sobre as diretrizes operacionais e curriculares para o atendimento educacional especializado em classes hospitalares e no atendimento pedagógico domiciliar.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

2 JUSTIFICAÇÃO

Nos termos da Constituição Federal, a educação é um direito de todos (art. 205) e o “acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” (art. 208, § 1º). Portanto, a ninguém, sob nenhuma condição, pode ser negado o acesso à educação obrigatória. Nesse sentido, cabe ao Poder Público a obrigação de encontrar os meios adequados para assegurar esse direito àqueles que, por qualquer motivo, encontram-se impossibilitados de frequentar a escola.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece no art. 5º, §5º que o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, para garantir o atendimento do ensino obrigatório.

Entre os educandos que necessitam de formas especiais de atendimento estão aqueles impossibilitados de frequentar a escola em razão de condições e limitações específicas de saúde, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que “Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica”.

Nos termos dessa Resolução, os sistemas de ensino devem assegurar a tais educandos o atendimento educacional especializado em formato específico, em classes hospitalares ou no atendimento em ambiente domiciliar.

No âmbito do Poder Executivo, o documento intitulado “Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações”, publicado em 2002 pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, estabelece as bases pedagógicas para o tema e traz as seguintes definições:

Denomina-se classe hospitalar o atendimento pedagógico-educacional que ocorre em ambientes de tratamento de saúde, seja na circunstância de internação, como tradicionalmente conhecida, seja na circunstância do atendimento em hospital-dia e hospital-semana ou em serviços de atenção integral à saúde mental.

Atendimento pedagógico domiciliar é o atendimento educacional que ocorre em ambiente domiciliar, decorrente de problema de saúde que impossibilite o educando de frequentar a escola ou esteja ele em casas de passagem, casas de apoio, casas-lar e/ou outras estruturas de apoio da sociedade.

O tema também tem recebido atenção dos legisladores estaduais, havendo leis aprovadas em alguns estados da federação e proposições em tramitação em muitos outros.

Apesar disso, o assunto ainda não recebeu do legislador federal a atenção que merece, inexistindo norma legal que o discipline. Nossa proposição pretende preencher essa lacuna, dando ao tema o contorno de norma geral ao introduzi-lo no capítulo da Educação

3

Especial da LDB, dentro da competência privativa da União para legislar sobre a matéria, a par do disposto no art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal.

A assunção do tema à espécie de lei tomou como referência os documentos oficiais já mencionados, acrescentando a obrigação de o Conselho Nacional de Educação estabelecer diretrizes sobre as classes hospitalares e sobre o atendimento pedagógico domiciliar.

Assim, nosso projeto visa a dar *status* legal a um tema cujo avanço das práticas concretas e dos estudos teóricos não foi ainda acompanhado do necessário disciplinamento jurídico. Ao fazê-lo, pretendemos lançar luz sobre o trabalho dos profissionais que atendem crianças, adolescentes e adultos em leitos hospitalares ou nos lares, oferecendo-lhes a educação a que têm direito e da qual estariam privados em razão de limitações impostas pela doença ou por tratamentos de saúde.

Tendo em vista a importância desse tema para assegurar o direito de todos à educação, solicito dos nobres pares a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões,

Senador **TELMÁRIO MOTA**

4

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[inciso XXIV do artigo 22](#)

[Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - LEI DARCY RIBEIRO](#)

[9394/96](#)

--

*(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais, cabendo à última
decisão terminativa)*

OFÍCIO DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

– **Ofício nº 23 de 2015-CN** (Ofício nº 301/2015, na origem), que encaminha, nos termos do art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.948/09, e do art. 1º, § 8º da Lei nº 12.453/11, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2015.

É o seguinte o ofício de encaminhamento:

Ofício 301/2015- BNDES GP

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
SENADO FEDERAL
Edifício Principal, Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília- DF

Assunto: Recursos das leis nº 11.948/09 (alterada pela Lei nº 12.249/10), nº 12.096/09 (alterada pelas Leis nº 12.385/11, nº 12.453/11 e nº 12.712/12), nº 12.397/11, nº 12.453/11 (alterada pela lei nº 12.712/12), nº 12.872/13, nº 12.979/14, nº 13.000/14 e nº 13.126/15.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

1. Ao cumprimentá-lo, encaminho, nos termos do artigo 1º, § 6º, da Lei nº 11.948, de 16/06/2009, e do artigo 1º, § 8º da Lei nº 12.453, de 21/07/2011, o Relatório Gerencial Trimestral do BNDES referente ao segundo trimestre de 2015.

2. Adicionalmente, informo a Vossa Excelência que foi disponibilizado no Relatório o endereço eletrônico abaixo, com arquivo no formato PDF contendo a lista das empresas beneficiárias dos créditos concedidos com os recursos oriundos das mencionadas Leis:

http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Aplicacao_dos_Recursos_Financeiros/

Respeitosamente,

LUCIANO COUTINHO

Presidente

Calendário de tramitação do OFN 23/2015 (art. 120, Res. 1 de 2006-CN):

Leitura: 19/08

Até 21/8 prazo para publicação da matéria;

Até 5/9 prazo para apresentação de relatório e, se for o caso, de projeto de decreto legislativo;

Até 11/9 prazo para apresentação de emendas ao projeto de decreto legislativo; e

Até 18/9 prazo para apresentação, publicação, distribuição e votação do relatório e encaminhamento do parecer da CMO à Mesa do Congresso Nacional.

A matéria vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O inteiro teor do relatório pode ser encontrado na consulta à tramitação da matéria, no sítio do Senado.

AVISOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

– **Aviso nº 555 de 2015**, referente a fiscalização de obras do Lote 1 do Sistema Adutor do Agreste, trecho Arcoverde/Caruaru;

– **Aviso nº 556 de 2015**, referente a obras de Construção da Refinaria Abreu e Lima, em Recife/PE;

– **Aviso nº 567 de 2015**, acerca de obras de manutenção de trechos rodoviários na BR-070/MT;

– **Aviso nº 574 de 2015**, acerca de obra de construção de trecho rodoviário na BR-135, no Estado da Bahia – Divisa PI/BA – Barreiras.

São os seguintes os Avisos e os respectivos Acórdãos encaminhados:

Aviso nº 555-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 30 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1889/2015 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 033.511/2012-8, na Sessão Ordinária de 29/07/2015, acompanhado do Relatório e

da Proposta de Deliberação que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Presidente

A Sua Excelência, o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes, Senado Federal

Brasília -DF

ACÓRDÃO Nº 1889/2015 – TCU – Plenário

Processo nº TC 033.511/2012-8.

Grupo I – Classe V – Assunto: Relatório de Auditoria.

Interessados: Congresso Nacional (CN); Consórcio Adutor Agreste -L1 (18.081.808/0001-06).

Órgão/Entidade: Companhia Pernambucana de Saneamento; Ministério da Integração Nacional.

Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

Representante do Ministério Público: não atuou.

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

Advogado constituído nos autos: Valleska Magalhães (OAB/DF 21.801) e outros -peças 164, 145, 144 e 136.

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de fiscalização de obras do Lote 1 do Sistema Adutor do Agreste, trecho Arcoverde/Caruaru, executado pela Companhia Pernambucana de Saneamento com recursos federais.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator em:

9.1 considerar atendida a determinação contida no item 9.1 do acórdão 374/2015-TCU-Plenário;

9.2. dar ciência desta deliberação aos interessados;

9.3. encerrar o presente processo e arquivar os autos.

10. Ata nº 30/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 29/7/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1889-30/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Benjamin Zymler, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

BENJAMIN ZYMLER

Relator

Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Aviso nº 556-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 30 de julho de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1854/2015 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 046.098/2012-7, na Sessão Ordinária de 29/7/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

A Sua Excelência, o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília -DF

ACÓRDÃO Nº 1854/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 046.098/2012-7.

Apenso: 019.077/2014-9

Grupo II – Classe de Assunto V – Relatório de Auditoria

Interessados: Consórcio Camargo Córrea – CNEC (10.517.133/0001-93), formado por Construções e Comércio Camargo Córrea S.A (61.522.512/0001-02) e CNEC -Engenharia S.A (61.564.639/000194), Consórcio RNEST -CONEST (11.045.775/001-08), formado por Construtora OAS LTDA. (14.310.577/0001-04) e Odebrecht Plantas Industriais e Participações S.A (09.334.075/0001-83), Consórcio Ipojuca Interligações – CII (11.387.267/0001-08), formado por Construtora Queiroz Galvão S.A (33.412.792/0001-60) e IESA Óleo e Gás S.A (07.248.576/0001-11) e Congresso Nacional (vinculador)

Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Representante do Ministério Público: Lucas Rocha Furtado.

Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo, Gás Natural e Mineração (SeinfraPet).
Advogados constituídos nos autos: Rogério Vinhaes Assumpção (OAB/RJ 59.409), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118.488), Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 28.108), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 27.154), Igor Fellipe Araújo de Sousa (OAB/MG 41.605), Jean Guilherme Arnaud Deon (OAB/DF 44.764), Polyanna Vilanova (OAB/DF 19.273) e Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412).

Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de relatório de auditoria constituído de forma apartada do processo de mesma natureza, TC 009.830/2010-3, que trata fiscalização realizada nas obras de construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife/PE (RNEST),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões

expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer o expediente encaminhado pela Petrobras (peça 15) como petição e, no mérito, rejeitar o pedido formulado, mantendo incólume o Acórdão 1.319/2011-Plenário, posteriormente retificado pelo Acórdão 1.784/2011-Plenário;

9.2. conceder novo prazo de trinta (trinta) dias, a contar da ciência da presente deliberação, para que as empresas e consórcios mencionados no item 9.2 do Acórdão nº 3.362/2010 – Plenário se manifestem no âmbito do TC 009.830/2010-3, caso julguem conveniente, acerca do indício de irregularidade “sobrepço decorrente de preços excessivos frente ao mercado”, apontado na referida deliberação (valores conforme item 9.4 do mencionado acórdão), considerando a possibilidade de terem direitos subjetivos atingidos caso este Tribunal determine à Petrobras, oportunamente, que repactue os respectivos contratos;

9.3. apensar o presente feito ao TC 009.830/2010-3;

9.4. dar ciência da deliberação aos interessados e à Petróleo Brasileiro S.A.

Ata nº 30/2015 – Plenário.

Data da Sessão: 29/7/2015 – Ordinária.

Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1854-30/15-P.

Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministra que alegou impedimento na Sessão: Ana Arraes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

BENJAMIN ZYMLER

Presidente

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN

Procurador-Geral

Aviso nº 567-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 13 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1914/2015 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 011.518/2010-3, na Sessão Ordinária de 5/8/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília – DF
Relatora

ACÓRDÃO Nº 1914/2015 – TCU – Plenário

1. Processo TC 011.518/2010-3.
- 1.1. Apenso: TC 006.659/2014-4.
2. Grupo I – Classe I - Pedido de Reexame.
3. Recorrentes: Rodocon Construções Rodoviárias Ltda. (CNPJ 30.090.575/0001-03) e Tamasa Engenharia S.A. (CNPJ 18.823.724/0001-09).
- 3.1. Responsáveis: Antônio Carlos de Melo Victório (CPF 127.025.361-15), Jackson Reinoldo Schenkel (CPF 897.480.181-72), Laércio Coelho Pina (CPF 545.363.911-34), Luiz Antônio Ehret Garcia (CPF 820.696.201-82), Orlando Fanaia Machado (CPF 789.624.046-72), Rui Barbosa Igual (CPF 361.213.046-34).
- 3.2. Interessados: Congresso Nacional, Construtora Sercel Ltda. (CNPJ 17.197.237/0001-07), Lince Construtora e Incorporadora Ltda. (CNPJ 07.343.442/0001-80), Rodocon Construções Rodoviárias Ltda. (CNPJ 30.090.575/0001-03) e Tamasa Engenharia S.A. (CNPJ 18.823.724/0001-09).
4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRodovia).
8. Advogados: Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB 27.154/DF) e outros; Walter José Faiad de Moura (OAB/DF 17.390) e outros; Alexandre Silhessarenko (OAB/MT 3.921 e OAB/SP 109.087) e outros.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes pedidos de reexame interpostos por Rodocon Construções Rodoviárias Ltda. e Tamasa Engenharia S.A. contra o acórdão 996/2014 – Plenário;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com base nos artigos 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
 - 9.1. conhecer dos pedidos de reexame e conceder-lhes provimento parcial, com vistas a corrigir erro material constante do subitem 9.1.1, que passa a ter a redação abaixo:

CONTRATO SR/MT-562/2009						
Insumo	(A) Qtd Med	(B) Aquisição +	(C) Aquisição +	(D) Diferença	Superfaturamento	
	(Toneladas)	transporte Contratado (R\$)	transporte Referencial (R\$)	(R\$) (B-C)	(R\$) (DxA)	
CAP-50/70	3.015,220	1.927,24	1.703,75	223,49	673.859,82	
CM-30		2.711,35	2.320,73	390,62	-	
RR-1C	210,606	1.654,74	1.455,50	199,24	41.960,89	
RR-2C	-	1.601,59	1.242,95	358,64	-	
RL-1C COM POLÍMERO	1.008,910	2.074,70	1.785,26	289,44	292.021,66	
Total					1.007.842,37	
CONTRATO SR/MT-563/2009						
Insumo	(A) Qtd Med (Toneladas)	(B) Aquisição + transporte Contratado (R\$)	(C) Aquisição + transporte Referencial (R\$)	(D) Diferença (R\$) (B-C)	Superfaturamento (R\$) (DxA)	
CAP-50/70	4.725,830	1.803,42	1.622,68	180,74	854.160,50	
CM-30	25,800	2.595,72	2.247,65	348,07	8.980,33	
RR-1C	268,483	1.457,21	1.382,41	74,80	20.081,56	
RR-2C	1.326,300	1.404,56	1.169,86	234,70	311.285,29	
Total					1.194.507,67	
CONTRATO SR/MT-677/2009						
Insumo	(A) Qtd Med (Toneladas)	(B) Aquisição + transporte Contratado (R\$)	(C) Aquisição + transporte Referencial (R\$)	(D) Diferença (R\$) (B-C)	Superfaturamento (R\$) (DxA)	
CAP-50/70	5.080,256	1.886,61	1.685,87	200,74	1.019.791,89	
CM-30	102,624	2.696,73	2.304,61	392,12	40.240,86	
RR-1C	393,241	1.640,11	1.395,72	244,39	96.105,52	
RR-2C	755,280	1.586,97	1.226,82	360,15	272.011,48	
RL-1C COM POLÍMERO	448,427	2.091,03	1.769,14	321,89	144.346,32	
Total					1.572.496,07	
RL-1C COM POLÍMERO	448,427	2.091,03	1.769,14	321,89	144.346,32	
CONTRATO SR/MT-238/2009						
Insumo	(A) Qtd Med (Toneladas)	(B) Aquisição + transporte Contratado (R\$)	(C) Aquisição + transporte Referencial (R\$)	(D) Diferença (R\$) (B-C)	Superfaturamento (R\$) (DxA)	
CAP20	647,230	1.842,85	1.662,32	180,53	116.841,63	
RM-1C	81,179	1.678,88	1.418,15	260,73	21.165,69	
CM-30	170,733	2.604,63	2.283,38	321,25	54.847,64	
RR-1C	95,845	1.575,38	1.374,49	200,89	19.254,56	
RR-2C	363,657	1.520,52	1.205,59	314,93	114.524,74	
Total					326.634,27	

9.2. dar às recorrentes e aos demais interessados ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram.

10. Ata nº 31/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 5/8/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1914-31/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Raimundo Carreiro, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho.

(Assinado Eletronicamente)
AROLDO CEDRAZ
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora

Fui presente:
(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral

Aviso nº 574-Seses-TCU-Plenário

Brasília-DF, 13 de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1930/2015 proferido pelo Plenário desta Corte nos autos do processo nº TC 029.505/2010-0, na Sessão Ordinária de 5/8/2015, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Esclareço, por oportuno, que o mencionado Acórdão produzirá efeitos após o seu trânsito em julgado e que eventuais providências a cargo dessa Presidência serão posteriormente comunicadas.

Respeitosamente,

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

Presidente

A Sua Excelência, o Senhor

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente do Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes, Senado Federal

Brasília – DF

ACÓRDÃO Nº 1930/2015 – TCU – Plenário

1. Processo nº TC 029.505/2010-0.

1.1. Apenso: 015.470/2007-0

2. Grupo II – Classe de Assunto: IV Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Antônio Carlos Cruz de Oliveira (631.108.065-68); Mauro Ernesto Campos Lima (160.271.757-53); Mercantil Moreira Construções Ltda. (00.002.121/0001-72); Rogério Araújo de Miranda Lôbo (606.659.556-34).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Advogado constituído nos autos: Ivan de Souza Teixeira, OAB/BA 14.906; Iocã Costa Simões, OAB/BA 25.799; Jonas Seligsohn Wenceslau da Silva, OAB/BA 15.256; Maurício de Ferreira Bandeira, OAB/BA 14.310; Danilo Valois Vilasbôas, OAB/BA 26.639; Lara Simões Alves, OAB/BA 23.197; Geraldo Magela Rocha, OAB/DF 1.566; Ivens Lúcio do Amaral Drumond, OAB/DF 15.722.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial originada da conversão de processo

de levantamento de auditoria (TC 015.470/2007-0), cujo objeto foi o Contrato PG-227/98, para a execução da obra de construção de trecho rodoviário da BR-135, no Estado da Bahia – Divisa PI/BA – Barreiras, determinada pelo Acórdão 2652/2010 –TCU – Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma Lei, e com arts. 1º, I, 209, II e III, e §§ 3º e 5º, 210 e 214, III, do Regimento Interno, em:

9.1. acolher parcialmente as alegações de defesa do Srs. Saulo Filinto Pontes de Souza e excluí-lo do rol de responsáveis;

9.2. rejeitar as alegações de defesa dos Srs. Mauro Ernesto Campos Lima, Antônio Carlos Cruz de Oliveira e da Empresa Mercantil Moreira Construções Ltda.;

9.3. considerar revel o Sr. Rogério Araújo de Miranda Lôbo e dar prosseguimento a estes feitos, nos termos do art. 12, § 3º da Lei n. 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares as contas dos Srs. Mauro Ernesto Campos Lima, Rogério Araújo de Miranda Lôbo e Antônio Carlos Cruz de Oliveira, bem como da Empresa Mercantil Moreira Construções Ltda. no que concerne à execução do Contrato PG 227/98-00;

9.5. condenar os Srs. Mauro Ernesto Campos Lima, Rogério Araújo de Miranda Lôbo e Antônio Carlos Cruz de Oliveira, bem como a Empresa Mercantil Moreira Construções Ltda., solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

<i>Data</i>	<i>Valor</i>	<i>D/C</i>
27/12/2006	522.330,94	D
2/1/2007	608.529,40	D
25/4/2007	549.548,06	D
23/5/2007	215.988,90	D
15/6/2007	1.030.730,06	D
10/9/2007	1.559.211,54	D
11/9/2007	166.475,96	D
24/10/2007	621.762,09	D
28/12/2007	237.491,49	D
22/2/2008	139.921,80	D
10/4/2008	65.074,07	C
26/8/2008	142.391,72	C
11/11/2008	398.560,76	C

9.6. aplicar aos Srs. Mauro Ernesto Campos Lima, Rogério Araújo de Miranda Lôbo e Antônio Carlos Cruz de Oliveira, bem como a Empresa Mercantil Moreira Construções Ltda. a multa individual de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.8. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao órgão interessado e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata nº 31/2015 – Plenário.

11. Data da Sessão: 5/8/2015 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1930-31/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Aroldo Cedraz (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)

AROLDO CEDRAZ

Presidente

(Assinado Eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES

Relator

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)

PAULO SOARES BUGARIN

Procurador-Geral

Os avisos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
113, DE 2015**

(Nº 182/2007, NA CASA CÂMARA DOS DEPUTADOS)
(REFERENTE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23/2007)

Reforma as instituições político-eleitorais, alterando os arts. 14, 17, 57 e 61 da Constituição Federal, e cria regras temporárias para vigorar no período de transição para o novo modelo, acrescentando o art. 101 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º, 6º e 7º:

“Art. 17.

.....

§ 5º É permitido aos partidos políticos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas ou jurídicas.

§ 6º É permitido aos candidatos receber doações de recursos financeiros ou de bens estimáveis em dinheiro de pessoas físicas.

§ 7º Os limites máximos de arrecadação e gastos de recursos para cada cargo eletivo serão definidos em lei.” (NR)

Art. 2º O § 5º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação, e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 101:

“Art. 14.
.....

§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período imediatamente subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

.....” (NR)

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

“Art. 101. A inelegibilidade referida no § 5º do art. 14 da Constituição Federal não se aplica aos Prefeitos eleitos em 2012 e aos Governadores eleitos em 2014, nem a quem os suceder ou substituir nos seis meses anteriores ao pleito subsequente, exceto se já tiverem exercido os mesmos cargos no período imediatamente anterior.”

Art. 3º O art. 17 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 8º:

“Art. 17.
.....
§ 8º O direito a recursos do fundo partidário e de acesso

gratuito ao rádio e à televisão previsto no § 3º deste artigo é reservado exclusivamente aos partidos que tenham concorrido, com candidatos próprios, à eleição geral para a Câmara dos Deputados e eleito, pelo menos, um representante para qualquer das Casas do Congresso Nacional.” (NR)

Art. 4º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 12:

“**Art. 14.**
.....

§ 12. O detentor de mandato eletivo que se desligar do partido pelo qual foi eleito perderá o mandato, salvo nos casos de grave discriminação pessoal, mudança substancial ou desvio reiterado do programa praticado pela agremiação e de criação, fusão ou incorporação do partido político, nos termos definidos em lei.” (NR)

Art. 5º As alíneas a, b, c e d do inciso VI do § 3º do art. 14 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 14.**
.....

§ 3º
.....

VI -

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República;

b) vinte e nove anos para Governador, Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e para Senador;

- c)** vinte e um anos para Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
- d)** dezoito anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital e Vereador.

.....” (NR)

Art. 6º O § 2º do art. 61 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 61.**

.....

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, quinhentos mil eleitores, distribuídos por pelo menos cinco unidades da Federação, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada uma delas.” (NR)

Art. 7º As resoluções e demais atos normativos editados pelo Tribunal Superior Eleitoral entrarão em vigor na data de sua publicação, não se aplicando a fatos que ocorram até dezoito meses da data de sua vigência.

Art. 8º É facultado ao detentor de mandato eletivo desligar-se do partido pelo qual foi eleito nos trinta dias seguintes à promulgação desta Emenda à Constituição, sem prejuízo do mandato, não sendo essa desfiliação considerada para fins de distribuição dos recursos do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Art. 9º O art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 13, 14 e 15:

“**Art. 14.**

.....

§ 13. No processo de votação eletrônica, a urna imprimirá o

registro de cada votação, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado.

§ 14. O processo de votação não será concluído até que o eleitor confirme a correspondência entre o teor do registro de seu voto, após impresso e exibido pela urna eletrônica, e o voto que efetuou.

§ 15. No processo estabelecido nos §§ 13 e 14, será garantido o total sigilo do voto.” (NR)

Art. 10. O art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 57.**
.....

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros.

§ 4º-A. As eleições para as respectivas Mesas, para mandatos com duração equivalente à metade da legislatura, serão realizadas no primeiro dia de cada uma das metades, vedada a recondução para os mesmos cargos na eleição imediatamente subsequente, independentemente da legislatura.

.....” (NR)

Art. 11. O § 8º do art. 14 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III:

“**Art. 14.**
.....
§ 8º

.....

III – se policial ou bombeiro militar, independentemente do tempo de serviço que possui, ficará agregado desde o registro da candidatura até dez dias após o término das eleições, com remuneração até o limite máximo de três meses; se eleito, permanecerá agregado contando-se o tempo do mandato para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento; e se não reeleito, retornará à atividade.

.....” (NR)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL E DEMAIS PEÇAS

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=516056&filename=PEC+182/2007

À COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL, SEGUINDO
POSTERIORMENTE À CCJ



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 114, DE 2015

Dá nova redação ao inciso V do parágrafo único do art. 95 da Constituição Federal, para vedar, temporariamente, pelos prazos que especifica, em âmbito nacional, o exercício da advocacia a juízes e membros de tribunais que se afastarem do cargo por aposentadoria ou exoneração.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 95 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95.

Parágrafo único.....

V – exercer a advocacia, em âmbito nacional, antes de decorridos os seguintes prazos, contados do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração:

- a) três anos, no caso de juízes de primeira instância;
- b) quatro anos, no caso de desembargadores ou de juízes que atuem em tribunais de segunda instância;
- c) cinco anos, no caso de ministros que atuem em tribunais superiores.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição que ora submetemos ao crivo do Senado Federal, enfrenta questão que nos parece ao mesmo tempo complexa e urgente.

Trata-se da definição, no texto da Constituição Federal (CF), da abrangência subjetiva, temporal e espacial da vedação ao exercício da advocacia imposta aos juízes, desembargadores e ministros.

A fórmula engendrada atualmente pelo texto constitucional (art. 95, parágrafo único, V), com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, estabelece que a vedação ao exercício da advocacia: *i)* aplica-se a juízes de primeiro grau e a membros de tribunais; *ii)* é temporária – tem o prazo de três anos a contar do afastamento –, de onde se origina a denominação popular de “quarentena de saída da magistratura”; *iii)* refere-se, apenas, ao juízo (a melhor doutrina entende que juízo significa a comarca de atuação e não determinada vara específica) ou ao tribunal de origem do magistrado.

Entendemos, com todo respeito aos nossos Pares, constituintes derivados de 2004, que os parâmetros fixados pela EC nº 45, de 2004, são insuficientes. Explicamos.

O objetivo central perseguido com a introdução dessa nova espécie de vedação aos magistrados, em 2004, era o de assegurar uma atuação imparcial e impessoal da Justiça, em respeito, ainda, ao princípio constitucional da moralidade pública previsto no *caput* do art. 37 da CF.

A busca por uma maior imparcialidade, que resultaria na observância expressa do princípio da moralidade, pressupunha a necessidade de serem afastadas do cotidiano do Poder Judiciário quaisquer espécies de favorecimentos decorrentes da exploração de prestígio e do tráfico de influência.

Todas essas medidas almejavam, ao fim e ao cabo, uma isonomia, não apenas formal, mas substantiva, na atuação dos advogados perante os juízes e tribunais pátrios, na defesa dos legítimos interesses de seus clientes.

Essa isonomia substantiva é ponto de partida do debate, já que todo o equilíbrio do sistema judicial há de assegurar “paridade de armas” aos litigantes, o respeito inafastável ao princípio da ampla defesa e do devido processo legal.

Mas, como assegurar as tão almejadas imparcialidade, impessoalidade, moralidade, isonomia substantiva, ampla defesa e devido processo legal se a vedação inserida, em 2004, aplicava-se apenas aos três primeiros anos seguintes ao afastamento, por aposentadoria ou exoneração, independentemente da instância de exercício da magistratura, e, numa acepção bastante restrita, somente ao local em que o magistrado exercia seu mister?

Essas balizas constitucionais, teóricas, quando submetidas “ao teste da realidade” demonstraram-se absolutamente insuficientes.

Como admitir que o afastamento por três anos de um desembargador que tenha atuado por dez, vinte, trinta anos em determinado tribunal, seja suficiente para eliminar o prestígio, respeito e influência que possa ter angariado em sua vida na magistratura?

De outro giro, temos que convir que a influência profissional do magistrado não se resume ao seu local de trabalho.

Tendo em vista as evidentes limitações do regramento constitucional hoje em vigor, apresentamos esta PEC que promove três importantes alterações na Constituição Federal.

Em primeiro lugar, registramos a preservação da isonomia hoje vigente entre juízes e membros de tribunais quanto à incidência da vedação ao exercício da advocacia. Assim, todas as características temporais e espaciais de nossa proposta aplicam-se, indistintamente, para os magistrados de todos os graus.

No que concerne à dimensão temporal de nossa proposta, entendemos que a vedação há de ser temporária para juízes e membros de tribunais a contar de seu afastamento, respeitado, contudo, um escalonamento em face do prestígio do cargo exercido.

Assim, para os juízes de primeira instância, a vedação para o exercício da advocacia será de três anos. Para os desembargadores e juízes que atuem em tribunais de segundo grau, a vedação será de quatro anos e, finalmente, para os ministros que atuem em tribunais superiores, a vedação será de cinco anos. Não se trata, a nosso sentir, de restrição desarrazoada ao exercício profissional, como, açodadamente, poderiam arguir alguns.

É que numa perspectiva de ponderação de valores constitucionais igualmente tutelados, entendemos que deve prevalecer o interesse público que objetiva uma Justiça imparcial, independente, isonômica e proba sobre os interesses profissionais privados de advogados que são ex-juízes e ex-membros de tribunais.

Aprofundando um pouco mais a análise de nossa proposta, chegamos ao seu derradeiro elemento que é a dimensão espacial. Temos que convir que as referências à pessoa do magistrado e às suas decisões se espalharam por todo o país, seja por intermédio de sua produção acadêmica, seja pelo peso de suas decisões na conformação de uma determinada linha jurisprudencial.

Não resta dúvida de que os contornos das vedações ora propostas são mais duros do que os que atualmente constam de nosso texto constitucional. Fazemos essa afirmação de forma franca e direta, sem qualquer dissimulação.

Entretanto, essas restrições aplicáveis ao direito individual e privado de ex-magistrados atendem, numa perspectiva de ponderação de direitos tutelados pela Constituição Federal, a interesse público maior, de todos os cidadãos, de terem a certeza que, ao ocuparem um dos polos do processo judicial, como autores ou réus, serão julgados com imparcialidade, de forma isonômica e impessoal, em absoluto respeito ao princípio do devido processo legal, sem receio de verem sua chance de êxito reduzida pelo fato de o advogado da outra parte estar explorando o prestígio e os conhecimentos pessoais hauridos ao longo de uma vida inteira na magistratura.

Lembremos, ademais, que a opção pela magistratura é, de fato, uma opção de vida. Os reflexos de natureza remuneratória, previdenciária e profissional dessa decisão são evidentes, conhecidos e sopesados por aqueles que trilham esse caminho.

Não é possível alcançar “o melhor dos dois mundos”, o da magistratura e o da advocacia privada. É curial que os novos magistrados, ao abraçarem essa nobre carreira, tenham claro que dali a vinte, trinta ou quarenta anos, o exercício da advocacia, caso essa seja sua opção profissional, obedecerá a limites rígidos.

Por força do que dispõe o § 6º do art. 128 da Constituição, aplica-se aos membros do Ministério Público a regra do art. 95, parágrafo único, inciso V. Entendemos que todo o raciocínio desenvolvido nesta proposição aplica-se aos membros do Ministério Público.

Dessa forma, com a aprovação da presente proposta de emenda à Constituição, haverá, também, um escalonamento no que concerne ao prazo de vedação para o exercício da advocacia para os membros do Ministério Público, dependendo da instância em que atuavam na data de seu afastamento: na primeira instância, na segunda, ou nos tribunais superiores.

Por todo o exposto, e por entender que as limitações propostas ao exercício privado da advocacia por ex-juízes e de ex-membros de tribunais são razoáveis e compatíveis com o interesse público, solicitamos o apoio de todas as Senadoras e de todos os Senadores para o aprimoramento e posterior aprovação desta proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões,

Senador **JORGE VIANA**
Senador **ACIR GURGACZ**
Senador **ALVARO DIAS**
Senadora **ANGELA PORTELA**
Senador **ANTONIO ANASTASIA**
Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**
Senador **ATAÍDES OLIVEIRA**
Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**
Senador **DALIRIO BEBER**
Senador **DÁRIO BERGER**
Senador **ELMANO FÉRRER**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **FLEXA RIBEIRO**
Senador **GARIBALDI ALVES FILHO**
Senador **GLADSON CAMELI**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ AGRIPINO**
Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Senador **JOSÉ SERRA**
Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**
Senador **LASIER MARTINS**
Senadora **MARTA SUP LICY**
Senador **OTTO ALENCAR**
Senador **PAULO BAUER**
Senador **PAULO PAIM**
Senador **PAULO ROCHA**
Senador **RANDOLFE RODRIGUES**
Senadora **REGINA SOUSA**
Senador **REGUFFE**
Senador **ROBERTO REQUIÃO**
Senadora **SANDRA BRAGA**
Senador **SÉRGIO PETECÃO**
Senador **TASSO JEREISSATI**
Senador **VALDIR RAUPP**
Senador **WELLINGTON FAGUNDES**
Senador **WILDER MORAIS**
Senador **ZEZE PERRELLA**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[parágrafo 3º do artigo 60](#)

[artigo 95](#)

[inciso V do parágrafo 1º do artigo 95](#)

[parágrafo 6º do artigo 128](#)

[Emenda Constitucional nº 45, de 2004 - REFORMA DO JUDICIÁRIO - 45/04](#)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

OFÍCIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

– **Nº S/75, de 2015** (nº 406/2015, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN, para compor o Conselho Nacional de Justiça.

À CCJ.

É o seguinte o ofício:

**SENADO FEDERAL**
OFÍCIO Nº S/75, DE 2015

(Nº 406/2015, NA ORIGEM)
(REFERENTE À INDICAÇÃO DO DESEMBARGADOR CARLOS AUGUSTO DE BARROS
LEVENHAGEN)

Brasília, 19 de agosto de 2015.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em Sessão Administrativa realizada em 06 de agosto deste ano, indicou para compor o Conselho Nacional de Justiça, no Biênio 2015/2017, conforme disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, o Desembargador CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN, lotado no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, bem como o Juiz de Direito BRUNO RONCHETTI DE CASTRO, lotado no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Desta forma, encaminho para apreciação a documentação exigida pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 27 de abril de 2005 e pelo Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa Legislativa.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**
Presidente

CURRICULUM VITAE DO INDICADO – ART.383, 'a', 1 e 2, do RISE

NOME: Carlos Augusto de Barros Levenhagen

NASCIMENTO: 21/09/1960, em Baependi/MG

FILIAÇÃO: Antonio José de Souza Levenhagen e Thereza de Barros Levenhagen

FORMAÇÃO

- cursou as três primeiras séries do ensino fundamental na Escola Estadual Felipe dos Santos, em Itanhandu/MG; concluindo o ensino médio no CETEM, em Varginha/MG, no ano de 1978;
- Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha, Minas Gerais, colando grau em fevereiro de 1984.

CARGO QUE OCUPA

- Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, desde 18/03/2008.

CARGOS OCUPADOS

- Servidor do Cartório Eleitoral da Zona Eleitoral de Varginha, Minas Gerais, de 1981 a 1983, cedido pela Prefeitura Municipal de Varginha/MG;
- Exerceu a advocacia nos anos de 1984 e 1985 na cidade de Itanhandu/MG;
- Aprovado, em 1985, em concurso público para o cargo de Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais, exercendo suas funções nas comarcas de Rio Preto e Lambari, entre março de 1986 e dezembro de 1988;
- Aprovado, em 1988, em concurso público para o cargo de Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais, entrando em exercício no mesmo ano e exercendo a judicatura nas comarcas de Conceição do Rio Verde, Aiuruoca, Lavras (Vara Criminal e Infância e Juventude) e Belo Horizonte, como titular da 1ª Vara de Feitos Tributários do Estado, entre 1988 e 2008;
- Integrante da 6ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais de Belo Horizonte/MG;
- Juiz-Orientador da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), do Tribunal de Justiça de Minas Gerais;
- Juiz suplente da Corte do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) - 2002/2003;
- Juiz efetivo da Corte do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) - 2003/2007.
- Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) durante o biênio 2002/2003;
- Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS) durante o triênio 2004/2006;
- Eleito membro titular do Órgão Especial do Tribunal de Justiça (biênio 2011/2013);

- Designado **conselheiro suplente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência** – Estado de Minas Gerais, em 2010;
- Eleito **membro titular da Comissão Salarial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais** (biênio 2012/2014);
- **Presidente da Comissão de Concurso do Extrajudicial** – TJMG – Edital 02/2011;
- Designado **membro da Comissão Administrativa do Tribunal de Justiça de Minas Gerais** (biênio 2014/2016);
- **Vice-Presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais** – TJMG (2015)
- **Presidente da Coordenadoria dos Juizados do Torcedor e de Grandes Eventos** – TJMG (2015)

OBRAS JURÍDICAS

- **Autor da obra LEI DO INQUILINATO**, editada pela Editora Atlas S/A, com comentários sobre a Lei nº 8.245/91;
- **Detentor dos direitos autorais, revisor e atualizador, por 15 anos, das obras de seu saudoso pai, professor e juiz ANTONIO JOSÉ DE SOUZA EVENHAGEN**, editadas pela Editora Atlas S/A, sediada à rua Conselheiro Nébias, nº 1384, São Paulo/SP, versando sobre Direito Civil e Direito Processual Civil:
 - “Novo Código de Processo Civil”;
 - “Código Civil à Luz da Nova Lei Processual”;
 - “Leis do Inquilinato Comentadas”;
 - “Posse, Possessória e Usucapião”;
 - “Manual de Direito Processual Civil”;
 - “Processo de Execução”;
 - “Recursos no Processo Civil”;
 - “Medidas Cautelares e Ações Especiais”;
 - “Sucessão Legítima, Inventário e Partilha”;
 - “Do Casamento ao Divórcio”;
 - “Nova Lei do Inquilinato”;
 - “Comentários Didáticos ao Código Civil” (seis volumes);
 - “Comentários ao Código de Processo Civil” (quatro volumes);

“Vade Mecum”;

“Nova Lei de execução Fiscal”.

- **Palestrante em simpósios e seminários jurídicos** promovidos por entidades públicas e privadas versando sobre questões jurídicas e institucionais relativas ao Poder Judiciário.

CONDECORAÇÕES

Agraciado com a comenda de HONRA & MÉRITO, em 1995, pelo Jornal Comarca do Papagaio, de Aiuruoca/MG;

Agraciado com o título HOMEM PERSONALIDADE 1995, conferido pelo Clube de Lavras/MG;

Agraciado com o título PERSONALIDADE DO ANO DE 1996, conferido pela Associação Comercial e Industrial de Lavras/MG;

Agraciado com o título COLABORADOR EMÉRITO, em 1996, conferido pelo Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;

Paraninfo do CFSD 01/95, do 8º BPM, com a indicação dos formandos como "A TURMA DR. LEVENHAGEN";

Agraciado com a medalha ALFERES TIRADENTES, em 1998, conferida pelo Comando Geral da Polícia Militar de Minas Gerais;

Agraciado com a medalha comemorativa dos 55 anos da instalação da Justiça do Trabalho, em 2000, conferida pelo Egrégio Tribunal Superior do Trabalho;

Agraciado, em 2003, com a Ordem do Mérito Judiciário conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - Grau Comendador;

Agraciado, em 2004, com a Ordem do Mérito Judiciário "Juiz Ari Rocha" conferida pelo Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais - Grau Grão-Oficial;

Agraciado com a Medalha da Inconfidência, outorgada pelo Governo do estado de Minas Gerais, em solenidade realizada na cidade de Ouro Preto, em 2004;

Agraciado com a Comenda "Professor Antonio José de Souza Levenhagen", outorgada pela Faculdade de Direito de Varginha/MG, em 2004;

Agraciado com o “Troféu Afonso Arinos”, categoria ‘Expressões de Talento e Competência’, pela Revista Dinâmica dos Fatos, em 2004;

Agraciado com a Medalha do Mérito Legislativo, outorgada pela Assembléia Legislativa do estado de Minas Gerais, em 2005;

Agraciado, em 2006, com a Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal do Trabalho de São Paulo - Grau Grão-Oficial.

Agraciado com o Colar do Mérito Judiciário, em 18/03/2008;

Agraciado com a placa 'Carvalho Santos', conferida pela OAB de Lavras/MG, em 2010.

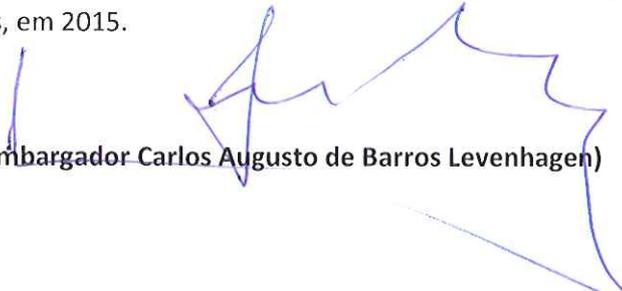
Agraciado com a Medalha 'Desembargador Hélio Costa', por indicação da Comissão Especial da comarca de Lavras/MG, em 2011;

Agraciado com a Medalha de Honra, conferida pelo Governador do Estado de Minas Gerais, em 2012;

Agraciado com a Medalha de Honra 'Presidente Juscelino Kubitschek', conferida pelo Governador do Estado de Minas Gerais, em 2013;

Agraciado com a Medalha 'Santos Dumont', conferida pelo Governador do Estado, em 2014;

Agraciado com a 'Comenda Professor Raimundo Cândido', conferida pela OAB, seção Minas Gerais, em 2015.



(Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais

DESEMBARGADOR

O PORTADOR TEM PORTE LIVRE DE ARMAS (ART.33.V DA L.C.F. 35/79) E A ELE DEVE SER DADO TODO APOIO E AUXÍLIO NO DESEMPENHO DE SUAS FUNÇÕES

CARTEIRA FUNCIONAL DE MAGISTRADO



CARLOS AUGUSTO DE B. LEVENHAGEN
NOME

876	1ª	12.03.09	293059-2
Nº	VIA	EXPEDIÇÃO	MATRÍCULA

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL
Maurício Campos Jr.

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Sérgio Resende

VALIDA COMO PROVA DE IDENTIDADE EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL PARA TODOS OS EFEITOS, NOS TERMOS DA LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIARIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

REGISTRO GERAL	CPF
M-1.618.031	438.821.456-68
TÍTULO ELEITORAL	CERTIFICADO DE RESERVISTA
468786302/72	878155
GRUPO SANGÜÍNEO FATOR RH	NASCIMENTO
"0" / +	21.09.1960
NATURALIDADE	FILIAÇÃO
Baependi-MG	Antônio José de S. Levenhagen Tereza de Barros Levenhagen
FILIAÇÃO	BELO HORIZONTE, 12 DE março DE 2009
ASSINATURA DO PORTADOR	POLEGAR DIREITO
DIRETOR EXECUTIVO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	

PODER JUDICIÁRIO

NOVA LEI DO INQUILINATO

O autor tece comentários práticos e elucidativos sobre a Lei nº 8.245/91, artigo por artigo, ilustrados com modelos exemplificativos de petições, de recursos e outros. Trata minuciosamente dos motivos que ensejam o despejo e da denúncia vazia. Apresenta roteiro detalhado do procedimento da ação de despejo. Aponta e esclarece os direitos assegurados a locadores, locatários e sublocatários.

Pela forma como este livro foi elaborado, a legislação locatícia poderá, agora, ser mais facilmente assimilada por profissionais e estudantes de Direito, bem como por todos os que se interessam pela matéria. Ressalte-se, a propósito, a clareza da exposição que predomina em cada um dos pertinentes comentários apresentados pelo autor.

NOTA SOBRE O AUTOR

CARLOS AUGUSTO LEVENHAGEN foi Promotor de Justiça no Estado de Minas Gerais. É juiz de Direito no mesmo Estado.

APLICAÇÃO

Texto complementar para as disciplinas DIREITO CIVIL e DIREITO PROCESSUAL CIVIL dos cursos de Direito. Obra de consulta para magistrados, procuradores, docentes e advogados militantes.

publicação atlas

ISBN 85-224-0779-7

LEVENHAGEN

NOVA LEI DO INQUILINATO

**LEI Nº 8.245,
DE 18/10/1991**

- * **COMENTÁRIOS**
- * **PRÁTICA**

atlas



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 001/2015

Brasília, em de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça****Senhor Presidente,**

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 1 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado)**; do **inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, e da alínea “a” do **inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007** da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que sou **filho do jurista, professor e Juiz de Direito em Minas Gerais Antonio José de Souza Levenhagen, falecido em março de 1984, e irmão do ministro Antonio José de Barros Levenhagen, atual presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).**

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
Desembargador do Tribunal de Justiça - MG



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 002/2015

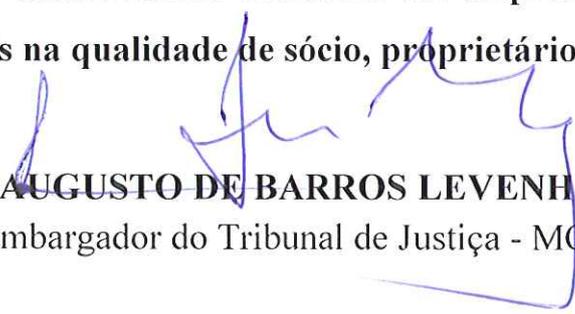
Brasília, em de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 2 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado)**; da **alínea “b” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007** da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, **que nunca exerci atividade em empresas ou entidades não governamentais na qualidade de sócio, proprietário ou gerente.**


CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
Desembargador do Tribunal de Justiça - MG



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 003/2015

Brasília, em de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 3 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal)**; da **alínea “c” do inciso II e § 2º do art. 1º do Ato nº 01, de 2007** da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, **a regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal**, conforme documentação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
Desembargador do Tribunal de Justiça - MG

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/Cn..>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
CPF: 438.821.456-68

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 15:34:30 do dia 12/08/2015 <hora e data de Brasília>.
Válida até 08/02/2016.

Código de controle da certidão: **7DC4.EE16.85B0.75D0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br/CNDOnline/guiaCND.xhtm>



Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações

CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA FÍSICA

Certidão de Débitos nº: **3.215.034/2015**
Emitida em: **12/08/2015** requerida às **15:31:06**

Número de Controle: **ABCJHOPOKJ**
Validade: **11/09/2015**

Nome: **CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN**
CPF: **438.821.456.68**

Ressalvando à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Gerência de Dívida Ativa da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadações, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se quite com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Preços inscritos ou não em dívida ativa.

CERTIDÃO GRATUITA - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

A autenticidade desta certidão deve ser verificada em:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Esta Certidão só terá validade quando confirmada a sua autenticidade na Internet no endereço:
<http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

SEF/MG - SIARE

https://www2.fazenda.mg.gov.br/sol/ctrl/SOL/CDT/DETALHE_74...

 SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa		CERTIDÃO EMITIDA EM: 12/08/2015
		CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 10/11/2015
NOME: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN		
CNPJ/CPF: 438.821.456-68		
LOGRADOURO: RUA PASSA TEMPO		NÚMERO: 416
COMPLEMENTO: AP 1200,	BAIRRO: CARMO	CEP: 30310760
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado; 2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005. <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>		
IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO
<p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.</p>		
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO: 2015000118472421		



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 004/2015

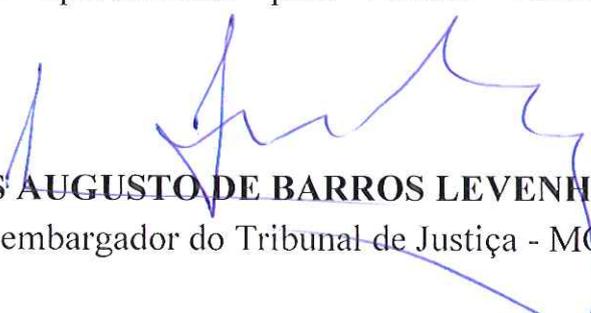
Brasília, em de agosto de 2015.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça****Senhor Presidente,**

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos **do item 4 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal); do inciso III do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e da alínea “d” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, a existência de ações judiciais nas quais figuro apenas como autor. Informo, ainda, a inexistência de procedimento administrativo-disciplinar.**

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
Desembargador do Tribunal de Justiça - MG

.: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região

Página 1 de 1



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Nº 2707053

**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN** nem contra o CPF: **438.821.456-68**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe, suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Emitida gratuitamente pela internet em: 12/08/2015, às 14h33.

Data da última atualização do banco de dados: 12/08/2015, 14h33.

Endereço: SAU/SUL - Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores. CEP: 70070-900.
Fone: (61) 3314-5225. e-Mail: secju@trf1.jus.br

<http://www8.tjmg.jus.br/certidaoJudicial/faces/emitirCertidao.xhtml>



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

CERTIFICO que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA PENAL nesta comarca de Belo Horizonte, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Física: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
CPF: 438.821.456-68
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Casado(a)
Registro de identidade e órgão expedidor: 876 TJMG
Filiação: Antônio José De Souza Levenhagen e Tereza De Souza Levenhagen
Endereço: Rua Passa Tempo, 416 - Apto 1200 - Sion - CEP 30310-760 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Belo Horizonte (MG), 12 de Agosto de 2015, às 15:41:36 horas.

Observações:

- a) *Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;*
- b) *a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;*
- c) *ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.*

Código de Autenticação: EE81-1736-1E16-5137

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Lafayette: Av Augusto De Lima, 1549 - Barro Preto - Belo Horizonte - CEP 30.190-002

<http://www8.tjmg.jus.br/certidaoJudicial/faces/emitirCertidao.xhtml>



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL

CERTIFICA-SE, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente que, verificando e revendo no **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** os registros de distribuição de **PROCESSOS CÍVEIS** de competência originária e/ou recursal, até a presente data, **NADA CONSTA** na **Segunda Instância** contra:

Pessoa Física: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
CPF: 438.821.456-68
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Casado(a)
Registro de identidade e órgão expedidor: 876 TJMG
Filiação: Antônio José De Souza Levenhagen e Tereza De Souza Levenhagen
Endereço: Rua Passa Tempo, 416 - Apto 1200 - Sion - CEP 30310-760 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Belo Horizonte (MG), 12 de Agosto de 2015, às 15:40:52 horas.

Observações:

- a) *Certidão expedida gratuitamente, por intermédio da Internet;*
- b) *a informação do nº do CPF/CNPJ é de responsabilidade do(a) solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*
- c) *a autenticidade desta Certidão poderá ser confirmada no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de até 3 (três) meses após a sua expedição;*
- d) *esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, bem como confirmar a sua autenticidade na página eletrônica do TJMG;*
- e) *esta Certidão não tem validade para fins eleitorais;*
- f) *a Certidão será negativa quando não houver feito em tramitação contra pessoa a respeito da qual foi solicitada;*
- g) *Certidão negativa emitida nos termos do caput do art. 8º da Resolução nº 121/2010, do Conselho Nacional de Justiça.*

Código de Autenticação: D7F0-5A03-C2CC-6027

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Rua Goiás, 229 – Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30.190-925 - Fone: (31) 3237-6174

<http://www8.tjmg.jus.br/certidaoJudicial/faces/emitirCertidao.xhtml>



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Belo Horizonte

CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA

CERTIFICO que, tendo como origem os dados indicados pelo(a) requerente, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca de Belo Horizonte, até a presente data, NADA CONSTA em tramitação contra:

Pessoa Física: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN
CPF: 438.821.456-68
Nacionalidade: Brasileira
Estado Civil: Casado(a)
Registro de identidade e órgão expedidor: 876 TJMG
Filiação: Antônio José De Souza Levenhagen e Tereza De Souza Levenhagen
Endereço: Rua Passa Tempo, 416 - Apto 1200 - Sion - CEP 30310-760 - Belo Horizonte, Minas Gerais

Belo Horizonte (MG), 12 de Agosto de 2015, às 15:40:25 horas.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- d) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum e do Juizado Especial.

Código de Autenticação: 192D-6F0E-C24F-9D8C

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Endereço: Fórum Lafayette: Av Augusto De Lima, 1549 - Barro Preto - Belo Horizonte - CEP 30.190-002



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

CERTIFICO, a requerimento verbal da parte interessada, que, consultando neste Cartório o SIAP - Sistema de Acompanhamento Processual do TJMG, nele consta registrado o cadastramento do(a) Ação Penal - Ordinário - QUEIXA CRIME - Nº 0011610-40.2014.8.13.0000 (1.0000.14.001161-0/000) da comarca de Belo Horizonte, entre as partes:*****
 Querelante(s): CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN*****
 Desembargador(a) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E OUTROS*****
 Querelante(s): DIRCEU PINTO DE OLIVEIRA*****
 Querelante(s): OLAVO DE CARVALHO JÚNIOR*****
 Querelado(a) (s): DANILO CAMPOS*****
 JD DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS*****
 Tendo o(s) seguinte(s) andamento(s):*****
 Recebidos no TJMG CPROT Unid Goiás em 09/01/2014*****
 Remetidos os autos COTESP em 09/01/2014*****
 Recebidos os autos em 09/01/2014*****
 Em estruturação processual, após triagem COESPRO em 09/01/2014*****
 Remetidos os autos CODISTR em 09/01/2014*****
 Autos recebidos em 10/01/2014*****
 Em autuação COAUT/UG, após distribuídos ao Des.(a) Antônio Carlos Cruvinel COAUT - UG em 10/01/2014*****
 Autos conclusos à relatoria, Des.(a) Antônio Carlos Cruvinel CAFES - Unid Goiás em 10/01/2014*****
 Autos devolvidos : em 22/01/2014*****
 Publicação Súmula de despacho - Designado o dia 13/02/2014, às 14 horas, em sala própria deste Tribunal, para a audiência de reconciliação. Notificar os querelantes, querelado e seus advogados. em 27/01/2014*****
 Expedição de : Mandado de Notificação - Ao Querelante Vicente de Oliveira da Silva, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*
 Expedição de : Mandado de Notificação - Ao Querelante Maurício Pinto Coelho Filho, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Expedição de : Mandado de Notificação - Ao Querelante Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*

Expedição de : Mandado de Notificação - Ao Querelante Dirceu Pinto de Oliveira, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Mandado de Notificação - À Querelante Simone Lemos Botoni, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Mandado de Notificação - À Querelante Carolina Almeida de Paula Freitas, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Mandado de Notificação - Ao advogado dos Querelantes, Dr. Sânzio Baioneta Nogueira, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Carta de Ordem - Comarca de Araxá - Notificação do Querelante Olavo de Carvalho Júnior, para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Ofício nº 438/2014 - Ao Querelante, Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen, notificando para a audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Ofício nº 437/2014 - Intima a PGJ da audiência de reconciliação. em 28/01/2014*****

Expedição de : Carta de Ordem - Comarca de Montes Claros - Notificação do Querelado para a audiência de reconciliação. em 31/01/2014*****

Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Maurício Pinto Coelho Filho. em 11/02/2014*****

Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Carolina Almeida de Paula Freitas. em 11/02/2014*****

Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Luiz Gustavo Gonçalves Ribeiro. em 11/02/2014*****

Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Simone Lemos Botoni. em 11/02/2014*****

Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Dirceu



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Pinto de Oliveira. em 11/02/2014*****
Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Vicente de Oliveira Silva. em 11/02/2014*****
Juntada de documento : Certidão Positiva de Notificação de Sânzio Baioneta Nogueira. em 11/02/2014*****
Juntada de documento : Cópia da Certidão de Notificação do Querelado. em 11/02/2014*****
Juntada de documento : Recibo referente ao Ofício 437/2014 e 438/2014. em 11/02/2014*****
Juntada de petição : Manifestação dos querelantes - outorga poderes especiais Protocolo:102008/2014 em 12/02/2014*****
Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 12/02/2014*****
Autos devolvidos : pela Relatoria: "Ciente da petição f. 277/279 (...)." em 12/02/2014*****
Juntada de documento : Termo de Audiência realizada em 13/02/2014, às 14:00 horas. em 17/02/2014*****
Remetidos os autos ao Serviço de Reprografia em 18/02/2014*****
Juntada de documento : E-mail da COPAM informando a não localização do endereço do Querelado em seus registros. em 19/02/2014*****
Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 19/02/2014*****
Autos devolvidos : Pelo Relatoria: "Aguarde-se a resposta do querelado". em 21/02/2014*****
Juntada de documento : Carta de Ordem - cumprida - Comarca de Montes Claros em 24/02/2014*****
Juntada de documento : Carta de Ordem - não cumprida - Comarca de Araxá em 24/02/2014*****
Expedição de : Ofício nº 821/2014 - intima querelado para apresentar defesa preliminar em 24/02/2014*****
Expedição de : Carta de Ordem - Comarca de Montes Claros - intimatória do querelado para apresentação de defesa preliminar. em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

24/02/2014*****
 Expedição de : Ofício nº 1201/2014, VIA E-MAIL, ao Juiz de Direito da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Montes Claros solicitando informações sobre o cumprimento da Carta de Ordem expedida em 24/02/2014. em 20/03/2014*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente à Carta de Ordem expedida ao JD da Comarca de Araxá. em 28/03/2014*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente à Carta de Ordem expedida ao JD Diretor do Foro da Comarca Montes Claros em 28/03/2014*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente à Carta de Ordem expedida ao JD Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros - para audiência do querelado. em 28/03/2014*****
 Juntada de petição : Manifestação dos Querelantes. Protocolo:239845/2014 em 25/04/2014*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 29/04/2014*****
 Autos devolvidos : em 07/05/2014*****
 Publicação Súmula de despacho O Querelado já ofereceu resposta preliminar e a sua juntada já foi determinada. Indefiro o requerimento de f. 311. em 09/05/2014*****
 Juntada de petição : Defesa preliminar apresentada pelo Querelado. Protocolo:314479/2014 em 08/05/2014*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 05/06/2014*****
 Autos devolvidos : em 13/06/2014*****
 Juntada de petição : Carta de Ordem expedida ao JD Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros para intimação de Danilo Campos para apresentação defesa preliminar. Protocolo:347310/2014 em 13/06/2014*
 Publicação : "Ao apresentar a respostar preliminar, o querelado opôs exceção da verdade e alegou incompetência do juízo. Neste contexto, vista aos querelantes." em 17/06/2014*****



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Publicação : Vista Querelantes, nos termos do despacho de fls. 341 em 17/06/2014*****

Juntada de petição : Manifestação dos Querelantes. Protocolo:461463/2014 em 01/07/2014*****

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 01/07/2014*****

Autos devolvidos : "(...) dê-se vista a douta Procuradoria de Justiça (...)." em 17/07/2014*****

Entregues em carga à Procuradoria-Geral de Justiça : Para Parecer em 22/07/2014*****

Recebidos da Procuradoria-Geral de Justiça em 31/07/2014*****

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 31/07/2014*****

Autos devolvidos Com "pedido de dia" para julgamento em 18/08/2014**

Remetidos os autos ao Serviço de Reprografia em 18/08/2014*****

Recebidos os autos do Serviço de Reprografia em 20/08/2014*****

Julgamento previsto para: em 10/09/2014*****

Expedição de : Ofício nº 4321/2014 - Intima PGJ da inclusão em pauta no dia 10/09/2014, às 13h30. em 21/08/2014*****

Expedição de : Ofício nº 4322/2014, 4323/2014, 4324/2014, 4325/2014, 4326/2014, 4327/2014, 4328/2014 e 4329/2014- Intima Querelantes da inclusão em pauta no dia 10/09/2014, às 13h30. em 21/08/2014*****

Expedição de : Ofício nº 4330/2014 - Intima Advogado dos Querelantes da inclusão em pauta no dia 10/09/2014, às 13h30. em 21/08/2014*****

Expedição de : Ofício nº 4372/2014 - Intima Querelado da inclusão em pauta no dia 10/09/2014, às 13h30. em 21/08/2014*****

Expedição de : Ofício nº 7373/2014 - Intima Advogado do Querelado da inclusão em pauta no dia 10/09/2014, às 13h30. em 21/08/2014*****

Autos incluídos na pauta de julgamento de em 10/09/2014*****

Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" de Of. 4372/2014 e 4373/2014. em 08/09/2014*****

Resultado do julgamento: : "REJEITARAM PRELIMINARES E RECEBERAM A



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

QUEIXA-CRIME.DECLAROU-SE SUSPEITO O DES. WALTER LUIZ. Proferiu sustentação oral o(a) Dr(a). SANZIO BAIONETA NOGUEIRA pelo(a) querelante(s)." em 10/09/2014*****

Publicado o dispositivo do acórdão em: RECEBERAM A QUEIXA-CRIME. em 19/09/2014*****

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 07/10/2014*****

Autos devolvidos : em 15/10/2014*****

Publicação Súmula de despacho "(...) designo o interrogatório para o dia 11/11/14, às 9h00, a ser realizado em sala própria deste tribunal. Cite-se o querelado através de Carta de Ordem a ser expedida para a Comarca de Montes Claros. Intime-se o Órgão do MP; querelantes e advogados das partes.". em 17/10/2014*****

Juntada de documento : Recibo referente aos ofícios n° 4321/2014, 4322/2014, 4323/2014, 4324/2014, 4325/2014, 4326/2014, 4327/2014 e 4329/2014 - intima da sessão do dia 10/09/2014. em 15/10/2014*****

Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente aos ofícios n° 4328/2014 e 4330/2014 - intima sessão do dia 10/09/2014. em 15/10/2014*****

Expedição de : Ofício n° 5791/2014 - Intima PGJ do interrogatório no dia 11/11/2014, às 09h00. em 16/10/2014*****

Expedição de : Ofício n° 5792/2014, 5793/2014, 5794/2014, 5795/2014, 5846/2014, 5847/2014, 5848/2014 e 5849/2014 - Intima Querelantes do interrogatório no dia 11/11/2014, às 09h00. em 16/10/2014*****

Expedição de : Ofício n° 5850/2014 - Intima Advogado dos Querelantes do interrogatório no dia 11/11/2014, às 09h00. em 16/10/2014*****

Expedição de : Ofício n° 5851/2014 - Intima Advogado do Querelado do interrogatório no dia 11/11/2014, às 09h00. em 16/10/2014*****

Expedição de : Carta de Ordem para o JD Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros - citação do Querelado para seu interrogatório no dia 11/11/2014. em 21/10/2014*****

Expedição de : Carta de Ordem para o JD Diretor do Foro da Comarca



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

de Montes Claros - intimação dos advogados do querelado - interrogatório 11/11/2014, 09h00. em 22/10/2014*****

Juntada de documento : Recibo referentes aos ofícios n° 5791/2014, 5792/2014, 5794/2014, 5795/2014, 5846/2014, 5847/2014 e 5849/2014 - intima interrogatório 11/11/2014. em 22/10/2014*****

Juntada de documento : Recibo referente ao ofício n° 5793/2014 - intima interrogatório 11/11/2014 em 07/11/2014*****

Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referentes aos ofícios n° 5848/2014, 5850/2014 e 5851/2014 - intima interrogatório 11/11/2014. em 07/11/2014*****

Juntada de documento : e-mail enviado pela Comarca de Montes Claros informando a intimação do Querelado e de seus Advogados. em 07/11/2014*****

Juntada de documento : Promoção sobre certidão f. 435 em 07/11/2014* Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 07/11/2014*****

Autos devolvidos : Despacho proferido pelo Relator: "Aguardar a realização do interrogatório. Des. Antônio Carlos Cruvinel - Relator" em 10/11/2014*****

Juntada de documento : e-mail enviado à Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Montes Claros, comprovante de recebimento de e-mail pela Comarca de Montes Claros e certidão do Oficial de Justiça da Comarca de Montes Claros enviada via fax. em 11/11/2014**

Audiência REALIZADA, DETERMINANDO O RELATOR A INTIMAÇÃO DOS PROCURADORES DO QUERELADO PARA DEFESA PRÉVIA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS. em 11/11/2014*****

Juntada de petição : CARTA DE ORDEM DO JD DA COMARCA DE MONTES CLAROS DEVIDAMENTE CUMPRIDA COM A CITAÇÃO DO QUERELADO Protocolo:890245/2014 em 12/11/2014*****

Juntada de petição : CARTA DE ORDEM DO JD DA COMARCA DE MONTES CLAROS DEVIDAMENTE CUMPRIDA COM A INTIMAÇÃO DOS PROCURADORES DO QUERELADO PARA A AUDIÊNCIA DO DIA 11/11/2014. Protocolo:890246/2014



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

em 12/11/2014*****
 Publicação autos com vista para defesa prévia ao Querelado, pelo prazo de 05 (cinco) dias. em 14/11/2014*****
 Expedição de : Ofício nº 6784/2014 - intimando o Dr. André Alves de Souza, Procurador do Querelado, para defesa prévia nº 6785/2014 - intimando o Dr. Marcos Antônio de Souza, Procurador do Querelado, para defesa prévia nº 6786/2014 - intimando o Dr. Vanderlúcio da Mota Leite Júnior, Procurador do Querelado, para defesa prévia em 12/11/2014*****
 Autos com carga para o(a) Advogado(a) ADV:128887/MG em 14/11/2014***
 Publicação Intimação: ao Dr. Daniel Calazan Palomino Teixeira, OAB nº 128887/MG, para a imediata devolução dos autos retirados do Cartório no dia 14/11/2014. em 01/12/2014*****
 Recebidos os autos em 01/12/2014*****
 Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos que o Dr. Daniel Calazan Palomino Teixeira, OAB nº 128887/MG, procurador do Querelado, retirou estes autos deste Cartório em 14/11/2014, devolvendo-os somente em 01/12/2014, após intimação para tanto. em 02/12/2014*****
 Juntada de documento : Procuração e Substabelecimento do Querelado. em 02/12/2014*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referentes as ofícios nº 6784/2014, 6785/2014 e 6786/2014. em 02/12/2014*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referentes às Cartas de Ordem enviadas ao JD Diretor do Foro de Montes Claros. em 02/12/2014*****
 Juntada de petição : Carta de Ordem devolvida pela Comarca de Montes Claros cumprida. Protocolo:906380/2014 em 02/12/2014*****
 Juntada de petição : Defesa prévia apresentada pelo Querelado. Protocolo:931670/2014 em 02/12/2014*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 10/12/2014*****



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Autos devolvidos : em 16/12/2014*****
 Publicação Súmula de despacho "(...) inadmito a Exceção da Verdade (...). Determino a expedição de Cartas de Ordem para a oitiva das testemunhas arroladas (...)." em 18/12/2014*****
 Remetidos os autos ao Serviço de Reprografia em 12/01/2015*****
 Recebidos os autos do Serviço de Reprografia em 15/01/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem ao JD da Vara de Precatórias Criminais de Belo Horizonte - para oitiva das testemunhas arroladas pela acusação e defesa. em 03/02/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem ao JD da Comarca de Contagem - para oitiva da testemunha arrolada pela defesa. em 03/02/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem ao JD Diretor do Foro de Montes Claros - para oitiva da testemunha arrolada pela defesa. em 03/02/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem ao JD da Comarca de Bonfim - para oitiva da testemunha arrolada pela defesa. em 03/02/2015*****
 Juntada de petição : Interposição de Agravo Interno pelo Querelado. Protocolo:39799/2015 em 03/02/2015*****
 Juntada de petição : Interposição de Recurso Especial pelo Querelado. Protocolo:50372/2015 em 03/02/2015*****
 Ver movimentações no Recurso ou Proc. sequencial 1.0000.14.001161-0/002 em 03/02/2015*****
 Juntada de petição : Ofício nº 6788/2012 - JD da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte comunica data e hora de audiência para oitiva de testemunha(s). Protocolo:92574/2015 em 20/02/2015*****
 Publicação Intimação: Designado o dia 18/03/2015, às 15:00 horas, para a audiência de oitiva da(s) testemunha(s) arrolada(s), conforme informado pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte através do Ofício nº 6788/2012. em 24/02/2015*****
 Juntada de documento : PROMOÇÃO - petição de Recurso Especial ainda não apreciada. em 20/02/2015*****



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 23/02/2015*****

Autos devolvidos : Fazer autos suplementares, remetendo o RESP à 3ª Vice-Presidência para o devido processamento. em 27/02/2015*****

Juntada de petição : Juiz de Direito da Comarca de Bonfim/MG comunica data e hora de audiência para oitiva de testemunha(s). Protocolo:96412/2015 em 27/02/2015*****

Publicação Intimação: Designado o dia 10/03/2015, às 16h30min, para a audiência de oitiva de testemunha(s), conforme informado pelo MM. Juiz de Direito da Comarca de Bonfim/MG através do ofício de protocolo nº 96412201517. em 04/03/2015*****

Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos em cumprimento ao despacho de fls. 562-TJ, formaram-se autos suplementares, que foram remetidos à 3ª Vice-Presidência para o devido processamento (f. 549). em 04/03/2015*****

Diligências Cartorárias ou de Ofício : AUTOS SUPLEMENTARES, EM 03 VOLS, REMETIDOS AO 1º CAROT em 04/03/2015*****

Remetidos os autos 1º CAROT - URG em 05/03/2015*****

Recebidos os autos em 06/03/2015*****

Ver movimentações no Recurso ou Proc. sequencial 1.0000.14.001161-0/003 em 06/03/2015*****

Remetidos os autos CAFES - UG em 06/03/2015*****

Recebidos os autos em 06/03/2015*****

Remetidos os autos CAFES - Unid Goiás em 06/03/2015*****

Recebidos os autos em 06/03/2015*****

Diligências Cartorárias ou de Ofício : AUTOS EM CARTÓRIO AGUARDANDO O CUMPRIMENTO DE CARTAS DE ORDEM INQUIRITÓRIAS - em 10/03/2015*****

Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referentes as Cartas de Ordem enviadas ao JD da Vara de Precatórias Criminais de BH, Contagem, Montes Claros e Bonfim. em 11/03/2015*****

Juntada de petição : Comarca de Bonfim informa que a Carta de Ordem foi distribuída sob o nº 008115000146-9. Protocolo:87865/2015 em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO**

11/03/2015*****
Juntada de petição : JD da 1ª Vara Criminal da Comarca de Contagem comunica que a Carta de Ordem distribuída sob o nº 079.15.006.776-1, foi remetida à 2ª Vara Criminal de Contagem. Protocolo:101057/2015 em 11/03/2015*****
Juntada de petição : JD da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte comunica data e hora de audiência para oitiva da testemunha Dr. Geraldo Carlos Campos. Protocolo:132884/2015 em 11/03/2015*****
Publicação Intimação: Designado o dia 20/03/2015, às 17h00 para audiência de oitiva da testemunha arrolada na defesa, qual seja, Sr. Dr. Geraldo Carlos Campos, conforme informado pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte através do Ofício nº 7035/2014. em 13/03/2015*****
Juntada de petição : Manifestação do Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Contagem/MG - suscita conflito de competência. Protocolo:166827/2015 em 23/03/2015*****
Juntada de petição : Carta de Ordem da Comarca de Bonfim devolvida cumprida. Protocolo:175100/2015 em 23/03/2015*****
Juntada de petição : JD da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte comunica a data e hora em que foi redesignada a audiência para oitiva da testemunha Dr. Geraldo Carlos Campos. Protocolo:176135/2015 em 23/03/2015*****
Publicação Intimação: Redesignado o dia 27/03/2015, às 16h50 para audiência de oitiva da testemunha arrolada na defesa, Sr. Dr. Geraldo Carlos Campos, conforme informado pelo MM. Juiz de Direito da Vara de Precatórias Criminais da Comarca de Belo Horizonte através do Ofício nº 7334/2015. em 25/03/2015*****
Juntada de petição : Carta de Ordem devolvida pela Vara de Precatórias Criminais de BH - cumpridas. Protocolo:226507/2015 em 10/04/2015*****
Juntada de petição : Carta de Ordem de Montes Claros devolvida

11/19

Alexandre Aurélio de Oliveira
Escrivão do Cartório de Feitos Especiais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

cumprida. Protocolo:137807/2015 em 22/04/2015*****
 Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos a Carta de Ordem juntada às fls. 703/711, protocolo nº 0000137807201512, foi recebida no CAFES em 17/04/2015, oriunda do 1º CAROT. em 22/04/2015*
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 22/04/2015*****
 Autos devolvidos : em 27/04/2015*****
 Publicação Súmula de despacho "(...) designo o dia 14 de maio de 2015, às 14:00h, para a oitiva da testemunha Livingsthon José Machado (...), a ser realizada no Fórum da Comarca de Contagem, em sala própria e local de costume. (...) Expeça-se carta de ordem para a intimação da referida testemunha. (...)." em 29/04/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem (via Malote Digital) ao JD Diretor do Foro de Contagem em 28/04/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem ao JD Diretor do Foro da Comarca de Contagem (via e-mail). em 29/04/2015*****
 Expedição de : Ofício nº 1902/2015 - Intima a testemunha Livingsthon José da audiência designada para o dia 14/05/15, às 14h. em 30/04/2015*****
 Juntada de documento : Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Contagem informa, por e-mail, a disponibilização da sala de audiência da 2ª Vara Criminal e de uma servidora. em 30/04/2015****
 Juntada de documento : Ofício nº 244/2015/LFF- Direção do Foro de Contagem (Malote Digital) - comunica disponibilização de sala de audiência e designação de escrevente. em 04/05/2015*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente ao ofício nº 1902/2015 - intima testemunha em 12/05/2015*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 12/05/2015*****
 Autos devolvidos : em 15/05/2015*****
 Juntada de documento : Carta de Ordem da Comarca de Contagem, devolvida cumprida. em 15/05/2015*****


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 15/05/2015*****

Autos devolvidos : em 19/05/2015*****

Publicação Súmula de despacho "Dê-se vista à acusação e à defesa, nesta ordem e por cinco dias cada, nos termos do artigo 10 da Lei 8.038/90 (...)." em 21/05/2015*****

Publicação : Vista aos Querelantes, pelo prazo de 05 dias, nos termos do despacho de fl. 738. em 21/05/2015*****

Autos com carga para o(a) Advogado(a) ADV:041990E/MG em 22/05/2015**

Recebidos os autos em 26/05/2015*****

Publicação : Vista QUERELADOS - 05 DIAS em 29/05/2015*****

Autos com carga para o(a) Advogado(a) ADV:071688/MG em 27/05/2015***

Recebidos os autos em 28/05/2015*****

Autos com carga para o(a) Advogado(a) ADV:128887/MG em 08/06/2015***

Recebidos os autos em 10/06/2015*****

Juntada de petição : Manifestação do Querelado. Protocolo:355854/2015 em 16/06/2015*****

Decorrido o prazo legal para que os Querelantes se manifestassem acerca do despacho de fl. 738, apesar de devidamente intimados, conforme certidão de fl. 739. em 27/05/2015*****

Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 17/06/2015*****

Autos devolvidos : em 18/06/2015*****

Publicação Súmula de despacho "(...) Designo o dia 01 de julho de 2015, às 13:30h, cuja audiência deverá ser realizada em sala própria do Fórum da comarca de Montes Claros.(...)" em 22/06/2015*****

Expedição de : Ofício nº 3056/2015, 3057/2015, 3157/2015, 3158/2015, 3159/2015, 3160/2015, 3161/2015, 3162/2015 - intima Querelantes da audiência de interrogatório do querelado, no dia 01/07/2015, às 13h30. em 18/06/2015*****

Expedição de : Ofício nº 3163/2015 - Intima Advogado dos Querelantes do interrogatório do querelado no dia 01/07/2015, às 13h30. em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

19/06/2015*****
 Expedição de : Ofício nº 3164/2015 - Intima querelado da audiência de seu interrogatório no dia 01/07/2015, às 13h30. em 19/06/2015****
 Expedição de : Ofício nº 3165/2015 - Intima PGJ da audiência de interrogatório do querelado no dia 01/07/2015, às 13h30. em 19/06/2015*****
 Expedição de : Ofício nº 3166/2015 - Intima Advogado do Querelado do interrogatório no dia 01/07/2015, às 13h30. em 19/06/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem Inquiratória ao JD Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros, via malote digital - para intimar querelado do interrogatório 01/07/15, às 13h30. em 19/06/2015*****
 Juntada de documento : Recibo referente ao ofício nº 3056/2015. em 19/06/2015*****
 Juntada de petição : Manifestação dos Querelantes - informa que não possuem nenhuma diligência a requerer. Protocolo:342075/2015 em 22/06/2015*****
 Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos que fica sem efeito a certidão de "albis" lançada à fl. 745. em 22/06/2015***
 Juntada de documento : Promoção. em 22/06/2015*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 22/06/2015*****
 Autos devolvidos : em 23/06/2015*****
 Expedição de : Carta de Ordem Inquiratória ao JD Diretor do Foro da Comarca de Montes Claros, via e-mail - para intimar querelado do interrogatório 01/07/15, às 13h30. em 22/06/2015*****
 Juntada de documento : Recibo referentes aos ofícios nº 3157/2015, 3158/2015, 3159/2015, 3160/2015 (Querelantes) e nº 3165/2015 (PGJ). em 23/06/2015*****
 Juntada de documento : Recibo referente ao ofício nº 3057/2015 em 24/06/2015*****
 Juntada de documento : Certidão Negativa de Intimação da Querelante. em 26/06/2015*****



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

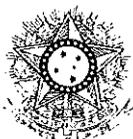
Remetidos os autos ao Desembargador Antônio Carlos Cruvinel em 30/06/2015*****
 Autos devolvidos : em 02/07/2015*****
 Juntada de documento : Carta de Ordem Inquiratória da Comarca de Montes Claros devolvida devidamente cumprida. (Interrogatório do Querelado) em 02/07/2015*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referentes aos ofícios nº 3161/2015, 3163/2015 e 3166/2015. em 03/07/2015*****
 Autos com carga para o(a) Advogado(a) ADV:043020E/MG em 08/07/2015**
 Recebidos os autos em 16/07/2015*****
 Juntada de documento : Aviso de recebimento - "AR" referente ofício nº 3164/2015. em 22/07/2015*****
 Juntada de petição : Querelantes apresentam alegações escritas. Protocolo:476680/2015 em 22/07/2015*****
 Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos que em 03/08/2015 decorreu "in albis" o prazo legal para que o Querelado apresentasse suas alegações finais, apesar de devidamente intimado, conforme Termo de Interrogatório de fls. 807/809. em 05/08/2015*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em 06/08/2015*****
 Autos devolvidos : Despacho exarado na petição de protocolo nº 531589201510 determinando juntada e intimação. em 11/08/2015*****
 Juntada de petição : Manifestação dos Querelantes - requer a intimação do Querelado. Protocolo:531589/2015 em 11/08/2015*****
 Juntada de petição : Razões/Alegações finais apresentada pelo Querelado. Protocolo:531731/2015 em 11/08/2015*****
 Diligências Cartorárias ou de Ofício Certificado nos autos que deixei de cumprir com o determinado no despacho exarado à fl. 838, uma vez que o Querelado apresentou suas alegações finais através da petição de protocolo nº 531731201517, juntada às fls. 841/875. em 11/08/2015*****
 Autos conclusos à relatoria, Des. (a) Antônio Carlos Cruvinel em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO

Resultado do julgamento: Não conhecido(s) em 11/02/2015*****
 Publicado o dispositivo do acórdão em: NÃO CONHECERAM DO AGRAVO INTERNO. em 27/02/2015*****
 Transitado em Julgado o acórdão de fls.568/569-TJ. em 30/03/2015****
 Ver movimentações no processo principal 1.0000.14.001161-0/000 em 30/03/2015*****
 Ver movimentações no Recurso ou Proc. sequencial 1.0000.14.001161-0/005 em 21/07/2015*****
 Nº. 0011610-40.2014.8.13.0000 (1.0000.14.001161-0/005) da comarca de Belo Horizonte, entre as partes:*****
 Agravante(s): DANILO CAMPOS*****
 JD DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MONTES CLAROS*****
 Agravado(a) (s): OLAVO DE CARVALHO JÚNIOR*****
 Agravado(a) (s): DIRCEU PINTO DE OLIVEIRA*****
 Agravado(a) (s): CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN*****
 Desembargador(a) DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, E OUTROS*****
 Tendo o(s) seguinte(s) andamento(s):*****
 Petição recursal recebida no Cartório 1º CAROT - URG em 21/07/2015**
 Publicação autos com vista para apresentação de contraminuta pelos recorridos Carlos Augusto de Barros Levenhagen (Des. do Tribunal de Justiça) e outros; Dirceu Pinto de Oliveira (Tabelião no 4º Tabelionato de Notas de BH); Olavo de Carvalho Júnior, representados pelos procuradores Sânzio Baioneta Nogueira (OAB/MG 83.092) e Estévão Ferreira de Melo (OAB/MG 96.241). VISTA COMUM EM CARTÓRIO. em 05/08/2015*****
 Juntada de petição : Contraminuta dos recorridos Carlos Augusto de Barros Levenhagen e outros pelo procurador Sânzio Baioneta Nogueira (OAB/MG 83.092). Protocolo:535830/2015 em 11/08/2015*****
 Remetidos os autos para digitalização COAUT - URG em 11/08/2015****
 Recebidos os autos COAUT - URG em 12/08/2015*****
 CERTIFICO, ainda, que o Exmo. Sr. Desembargador Carlos Augusto de Barros Levenhagen consta, neste feito, como Autor Querelante.*****



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN

CPF: 438.821.456-68

Certidão nº: 116705962/2015

Expedição: 12/08/2015, às 15:15:31

Validade: 07/02/2016 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN**, inscrito(a) no CPF sob o nº **438.821.456-68**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 005/2015

Brasília, em de agosto de 2015.

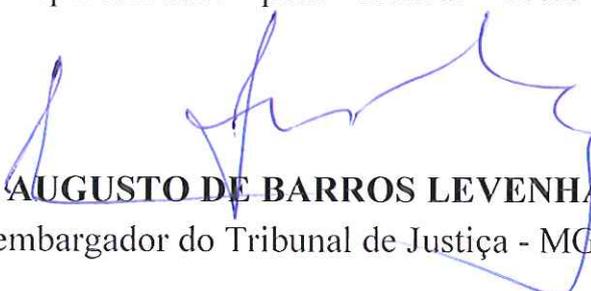
Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **item 5 da letra “b” do inciso I do art. 383 do RISF (Resolução nº 41, de 2013 do Senado Federal)**; da **alínea “e” do inciso II do art. 1º do Ato nº 01, de 2007** da Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, informo a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, **a minha atuação como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais desde o ano de 2008.**

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.


CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN

Desembargador do Tribunal de Justiça - MG



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

OF. nº 006/2015

Brasília, em de agosto de 2015.

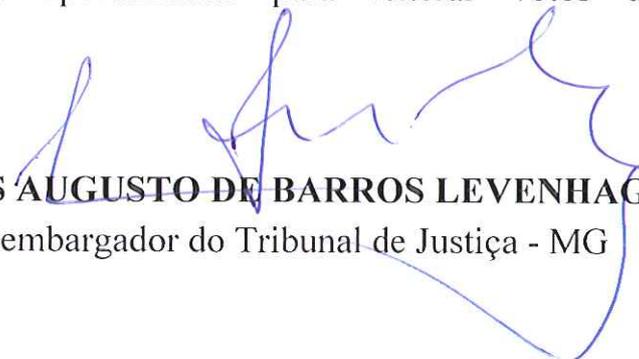
Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Assunto: **Indicação ao Conselho Nacional de Justiça**

Senhor Presidente,

Tendo sido indicado pelo **Supremo Tribunal Federal** para compor o Conselho Nacional de Justiça, previsto no inciso IX do art. 103-B da Constituição Federal, para os efeitos do **inciso IV do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005**, do Senado Federal, informo a V. Ex^a e, por seu alto intermédio, à douta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que **não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses Poderes.**

Aproveito a oportunidade para reiterar votos de estima e consideração.



CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN

Desembargador do Tribunal de Justiça - MG



Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

- INDICADO AO CNJ: DESEMBARGADOR BARROS LEVENHAGEN
-ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 41/2013 DO SENADO FEDERAL.

Senhores Senadores:

Honrado com a indicação, pelo Supremo Tribunal Federal, em sessão realizada no dia 06 de agosto de 2015, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), venho respeitosamente perante Vossas Excelências registrar os seguintes aspectos da minha trajetória pessoal e profissional:

Tive a felicidade de galgar todos os degraus do serviço forense componentes da estrutura do Poder Judiciário mineiro, reunindo experiência de vida e profissional que, por certo, irão ser de extrema utilidade nesta nova e grave missão que se avizinha.

Iniciei, em 1981, como serventuário da justiça, prestando serviço ao Cartório Eleitoral da comarca de Varginha/MG, ainda quando o título de eleitor e as cédulas de votação eram de papel, e as urnas coletoras de voto, feitas de lona.

Posteriormente, em fevereiro de 1984, graduei-me em Direito pela Faculdade de Direito de Varginha/MG, passando a exercer a advocacia, durante os anos de 1984 e 1985, na cidade de Itanhandu/MG. Nesse período, conheci as agruras da profissão, em especial a mais aflitiva: a espera por uma decisão. Ao advogado não importa tanto se a decisão será favorável ou não; o importante é que o processo tenha andamento e a sentença seja prolatada, definindo o direito. Ninguém espera do magistrado a publicação de tratados de direito, mas que resolva o problema do cidadão.

Em março de 1984, com o falecimento de meu saudoso pai, professor, magistrado e jurista Antonio José de Souza Levenhagen, herdei os direitos autorais sobre sua vasta obra jurídica, composta por 26 livros, publicados pela Editora Atlas S/A, sediada na cidade de São Paulo/SP. Imediatamente, passei a revisá-los e atualizá-los, como forma de homenagear sua memória e manter viva sua obra; e cumpri essa missão por quase 15 anos, até que não foi mais possível fazê-lo.

Em 1985, logrei ser um dos 11 candidatos aprovados no concurso público para provimento do cargo de Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais, dentre mais de 2.000 postulantes. Em 1986 assumi a comarca de Rio Preto/MG. A realidade vivenciada pelo Ministério Público, naquela época, era completamente diferente da atual. O Promotor era simplesmente designado e assumia a comarca desprovido da mais mínima estrutura física para o desempenho de seu mister. Não havia sequer máquina datilográfica nem papel. Posteriormente, removi-me para a comarca de Lambari/MG, onde permaneci até dezembro de 1988. A experiência e lições obtidas nesse período em que integrei o 'Parquet' serão de grande valia no desafio de colaborar com o aperfeiçoamento da justiça brasileira.

Em 1988, cumprido o estágio profissional à época exigido, logrei aprovação, na 2ª colocação, no concurso público para provimento do cargo de Juiz de Direito do Estado de Minas Gerais.

Iniciei minha carreira na magistratura como juiz titular da comarca de Conceição do Rio Verde, sendo promovido, por antiguidade, em 1991, para a comarca de Aiuruoca. Eram comarcas de vara única e de competência diversificada, aptas ao amadurecimento do magistrado na função de julgar. Depois, em 1994, fui promovido para a comarca de Lavras, como titular da única Vara Criminal e de Menores. Cidade de porte razoável e com tradição universitária, a judicatura proporcionou-me contato mais agudo com a criminalidade, em especial os delitos ligados ao consumo e tráfico de drogas, além de atos infracionais envolvendo crianças e adolescentes. Também ali amealhei lições que me valeram, e ainda valem, por toda a vida.

Em 1997, fui promovido, por merecimento, para a comarca de Belo Horizonte, assumindo a titularidade da 5ª Vara de Fazenda Pública e Autarquias, posteriormente transformada na 1ª Vara de Feitos Tributários do Estado, assumindo acervo de milhares de processos.

Orgulho-me em registrar que, em todas as comarcas por onde passei, coloquei e mantive o serviço forense absolutamente em dia, mesmo à custa de valores caros, como o convívio familiar e social.

Apesar da sempre estafante atividade jurisdicional, me fiz presente no movimento associativo da magistratura mineira, sendo eleito, sucessivamente, membro do Conselho Deliberativo, Vice-Presidente e, por fim, Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS),

durante o triênio 2004/2006.

Na presidência da Associação dos Magistrados Mineiros, além dos desafios próprios da administração, como o saneamento de suas finanças, enfrentei período de novidades polêmicas, a exemplo da criação do próprio CNJ e da adoção do subsídio, que me valeu ensinamentos valiosos para a vida profissional e classista.

Porém, cumpre realçar, que o fato de ter atuado em movimento classista não induz comportamento, da minha parte, corporativista ou condescendente com desvios de conduta. Todos sabemos que a má conduta de um magistrado afeta toda a magistratura indistintamente, e merecerá repúdio e censura rigorosos.

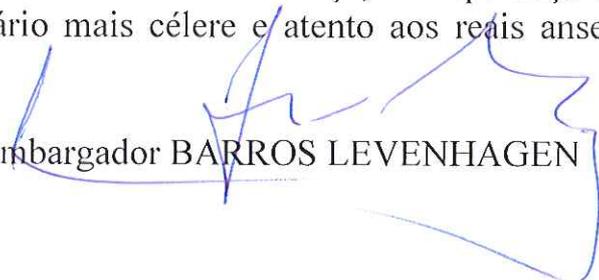
Como juiz de direito em Belo Horizonte, integrei a 6ª Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais e atuei como Juiz-Orientador da Escola Judiciária Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), na orientação de juízes recém ingressos na magistratura mineira.

Tive a honra, em 2002, de ser escolhido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça mineiro membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e, entre 2003 e 2007, membro efetivo daquela Corte Eleitoral. Participei de julgamentos de impugnações e recursos referentes a eleições, municipais, estadual e federal, experiência notável e inesquecível.

Em 2008, promovido ao cargo de desembargador, passei a integrar diversos órgãos e comissões do Tribunal de Justiça, como membro eleito do Órgão Especial; membro eleito da Comissão Salarial; membro indicado da Comissão Administrativa; Presidente da Comissão de Concurso do Extrajudicial; Vice-Presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais e Presidente da Coordenadoria dos Juizados do Torcedor e de Grandes Eventos. Essa atuação diversificada serviu para melhor compreender a estrutura interna do Poder Judiciário, suas virtudes e seus defeitos.

Portanto, ao longo de mais de 34 anos de atuação em tantos e variados segmentos da atividade forense, amealhei vasta experiência de vida e profissional relacionada ao Poder Judiciário, na seara administrativa e na área fim, pelo que creio estar preparado para contribuir com seu aperfeiçoamento mediante os instrumentos disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça.

Espero, senhores Senadores, disponibilizar esta vivência a serviço do Conselho Nacional de Justiça, na esperança de contribuir para um Poder Judiciário mais célere e atento aos reais anseios da população brasileira.


Desembargador BARROS LEVENHAGEN

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Dando continuidade aos nossos trabalhos, agradecendo à Senadora Ana Amélia – porque tem muita experiência com a televisão e me chamava a atenção porque eu estava falando muito baixo, longe do microfone –, convido a Senadora Ana Amélia para fazer uso... Senadora Fátima, é que a Senadora Ana Amélia fala como oradora inscrita e temos que fazer a alternância entre orador inscrito, inscrito para comunicação inadiável e inscrito pela Liderança.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Depois sou eu?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Depois é V. Exª.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – E eu?

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Gladson, V. Exª está inscrito como segundo Líder. Primeiro, falou o Senador Humberto, por permuta com a Senadora Fátima; após, a Senadora Ana Amélia fala para uma comunicação inadiável; fala outro orador; e, então, V. Exª.

Senadora Ana Amélia, com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Cara Senadora Vanessa Grazziotin, que preside esta sessão, também incorporo as manifestações de V. Exª a respeito do protagonismo das mulheres na política brasileira. E, como Procuradora da Mulher, V. Exª tem realizado esse trabalho exemplarmente, inclusive no meu Estado do Rio Grande do Sul, com evento da maior grandeza. Pude dar uma contribuição modesta, mas penso que foi significativa a união de todos os partidos políticos, e as mulheres no Rio Grande são extremamente protagonistas.

V. Exª tem no seu partido uma combativa Deputada, a Manuela d'Ávila, e eu tenho a mais votada Deputada Estadual, que é a Silvana Covatti, que vai ser a primeira mulher a presidir a Assembleia Legislativa do meu Estado.

Portanto, nós temos motivos, Senadora Vanessa, Procuradora da Mulher no Senado, de confiar que as mulheres vão ampliar o seu protagonismo.

Eu queria saudar aqui os nossos visitantes e renovar aquele compromisso que eu tive em relação ao PLC 28, que precisamos pautar, que trata da questão do reajuste dos servidores do Judiciário. Mas trago aqui também uma questão crucial, Senadora Vanessa, tão importante quanto à questão do PLC 28. Refiro-me à questão do Fundo Aerus. Neste momento, os representantes aposentados do Fundo Aerus, junto com a líder Graziella Baggio, tentam conversar com o Presidente Renan Calheiros, com o apoio do Senador Paulo Paim e do Senador Alvaro Dias, aqui nesta Casa, e do Deputado Rubem, do Paraná.

Ressalto que já foi aprovada a emenda na Comissão Mista de Orçamento. A Comissão já aprovou a emenda que assegura o recurso necessário para pagar aos aposentados do Aerus aquilo que a Justiça determinou.

Então, na impossibilidade de convocar o Congresso para incluir este item na pauta, que é fundamental, eu penso que, por dever de justiça e de cumprimento de uma sentença judicial, a Presidente poderia lançar mão de uma medida provisória especificamente para cumprir esse dispositivo legal. É fazer justiça com os aposentados do Fundo Aerus, liderados aqui pela Graziella Baggio. Esse é um compromisso que nós temos ao longo do tempo.

Eu queria dizer, Senador Lasier Martins, que se agrava a crise no nosso Estado. Serviços básicos essenciais estarão paralisados por causa da decisão do Governo – por razões conhecidas – de parcelar os salários de julho dos funcionários públicos. Até a próxima sexta-feira, dia 21, milhares de trabalhadores da educação, da saúde e da segurança estarão de braços cruzados. A manutenção do direito trabalhista é a principal reivindicação da categoria.

Por conta da greve e da grave crise fiscal e financeira que está sendo sentida e vivida pelo Rio Grande do Sul e por vários outros Estados brasileiros e Municípios, mais de 20 mil pessoas lá no meu Estado, Senador Gladson Cameli, Senador José Medeiros, representando 43 associações e sindicatos, foram às ruas de Porto Alegre, nesta quarta-feira, para protestar. A revolta é geral e o clima bastante tenso.

Muitas farmácias podem não funcionar. Hospitais psiquiátricos, ambulatórios, laboratórios e setores administrativos também estão sendo afetados, porque só 30% do quadro de funcionários dos serviços essenciais estão funcionando até a próxima sexta-feira.

Os atendimentos de escrivães, inspetores e investigadores também foram reduzidos. Viaturas estão paradas. Por enquanto, os mandados de busca e apreensão, de prisão, operações policiais, serviços de cartório, entrega de intimações, oitivas e remessas de inquéritos policiais também estão sem funcionar no nosso Rio Grande do Sul.

Cem por cento da rede estadual de ensino está fechada. Até sexta-feira, os pais não poderão levar seus filhos à escola. É uma situação que preocupa, porque o motivo do caos é a crise federativa, abordada na manhã de hoje em mais uma Marcha dos Vereadores, que está acontecendo no Centro de Convenções Ulysses

Guimarães – da qual eu tive a honra de participar –, presidida pelo gaúcho Gilson Conzatti, da União dos Vereadores Brasileiros (UVB).

A gestão na Administração Pública precisa ser repensada, se quisermos resgatar não apenas a credibilidade e a confiança na economia, na política, mas, sobretudo, nos políticos.

Como escrevi, em artigo publicado hoje no jornal *Zero Hora* sobre os rumos das contas estaduais, a situação é insustentável igualmente nos Municípios, que não conseguem fazer frente às demandas crescentes que lhe são impostas sem a devida contrapartida de receita.

O Governo Federal também não pode se omitir no apoio solidário aos entes federados.

É urgente, portanto, o Pacto Federativo, que esta Casa está examinando – com a Presidência do Senador Walter Pinheiro e a relatoria do Senador Fernando Bezerra –, com o aumento da participação dos Estados e Municípios na repartição da receita dos impostos, hoje concentrada na União.

Como coordenadora dos trabalhos de finanças municipais da comissão especial do Senado para aprimoramento do Pacto Federativo, alinhei algumas medidas para garantir repartição justa e segura dos fundos de desenvolvimento e de compensação, que serão criados quando ocorrer a unificação das alíquotas do ICMS.

Para mitigar os efeitos da controversa Lei Kandir sobre Estados exportadores, como o Rio Grande do Sul, apresentei uma proposta de emenda constitucional, abatendo das dívidas de Estados e Municípios com a União os créditos fiscais dessa desoneração.

Essa iniciativa poderá representar um aporte de R\$3,2 bilhões para o Rio Grande do Sul. A revisão do acordo da dívida com a União, com a redução do fluxo anual de pagamentos aprovada no Congresso, é, portanto, urgente para estancar a sangria dos recursos estaduais.

A crise que vivemos hoje reforça que as decisões do Executivo federal também afetam a vida das pessoas na esfera estadual e municipal. O que está ocorrendo no Rio Grande do Sul pode se alastrar para outros Estados da Federação, como já vem ocorrendo. O clima é de insatisfação, e as vozes nas ruas mostraram muito claramente isso no domingo, mais uma vez, quando centenas de milhares de pessoas foram se manifestar.

Quero, por fim, caros colegas Senadores, nossa Senadora Vanessa, limitando-me ao prazo estipulado pelo Regimento de dez minutos, dizer aos aposentados e pensionistas, entre os quais Francisco de Souza e Virgílio Otinan do Nascimento, além de Antônio Albano, que ligaram, como centenas de outros aposentados, para o meu gabinete ou usando as redes sociais, para manifestar uma preocupação muito grave, a de que o Governo não iria pagar parceladamente o 13º salário. Havia uma conversa nesta Casa de que o Governo estava esperando aprovar o ajuste fiscal para depois, então, decidir se iria pagar, creditar os 50% do 13º salário aos aposentados e pensionistas do INSS.

Pois bem, o Governo tomou a decisão, por equívocos na comunicação, de fazer os pagamentos. Isso faz justiça aos milhares de aposentados. São dezessete milhões de famílias no Brasil que têm o idoso como provedor, segundo dados do IBGE. Isso significa dizer que 24,8% dos lares brasileiros – ou quase um quarto – têm como responsável pelo sustento uma pessoa com mais de 60 anos. Então, a esses aposentados a notícia de que o Governo creditará, em setembro, os 50% do 13º salário.

É essa a manifestação.

Encerrando aqui, porque tenho um minuto e quarenta segundos, quero dizer que acabei de voltar, Senadora Vanessa, de uma reunião na CNA com a Ministra Kátia Abreu, que, como mulher e nossa colega Senadora do Tocantins, fez um relato muito claro da qualidade da gestão que vem sendo aplicada no Ministério da Agricultura, especialmente no campo da gestão e da defesa sanitária.

Daqui a pouco, às 16 horas, a Comissão de Agricultura, que tenho a honra de presidir, vai receber a visita do Ministro da Agricultura da Alemanha, que acompanha a Chanceler Angela Merkel em visita ao Brasil.

A área internacional, na hora em que o dólar é valorizado, ganha um peso específico. As exportações do agronegócio do Brasil têm um peso de...

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... 7,6% no contexto internacional, enquanto todas as exportações, do ponto de vista geral, têm um peso de apenas 1,5% em todo o comércio mundial. É isso que reforça a necessidade de darmos proteção, modernização e apoio ao setor agropecuário, que vem sendo a locomotiva da economia brasileira. Estaríamos numa situação muito mais grave, com muito mais desemprego, com muito mais inflação, com muito mais desabastecimento não fosse o peso que tem a agricultura.

É preciso valorizar esses corajosos trabalhadores rurais em todos os cantos do Brasil, pequenos, agricultura familiar, cooperativas. Todos eles dão uma contribuição fantástica ao nosso País na área social, na área econômica. É claro que, se isso está bem, também a política vai bem.

Muito obrigada, Srª Presidente, pelo meu cumprimento exato do tempo regulamentar de dez minutos.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa iria fazer esse registro, Senadora Ana Amélia. Aliás, V. Exª e o Senador Humberto Costa foram extremamente disciplinados na utilização do tempo. Certamente, se eu e todos os demais Senadores e Senadoras fôssemos assim, nossas sessões seriam muito ágeis do que são.

Passo a palavra agora, para falar no período de breve comunicação, à Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Vamos fazer o mesmo esforço, Senadora Vanessa, para cumprir o prazo de dez minutos.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, quero parabenizar a Presidenta Dilma pela iniciativa feliz de indicar o nome do Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas para a vaga destinada a juízes federais no Superior Tribunal de Justiça.

Dr. Marcelo Navarro, nosso conterrâneo do Rio Grande do Norte, é o atual Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife. Como eu já falei, é potiguar, nascido em Natal.

Dr. Marcelo foi Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, Promotor de Justiça do Ministério Público, Procurador Eleitoral, Procurador da República, tendo, inclusive, sido Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte.

Além de magistrado conceituado, o Dr. Marcelo é professor de diversos cursos de graduação e pós-graduação em Direito, especialmente no Rio Grande do Norte, na nossa querida Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Portanto, Senadora Vanessa, o Dr. Marcelo possui um currículo que, com certeza, o gabarita para o exercício da função. Aguardamos a apreciação de seu nome pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa, Comissão da qual eu faço parte.

Quero dizer da nossa tranquilidade, da confiança que temos de que o nome de Dr. Marcelo será respaldado pela Comissão de Constituição e Justiça da nossa Casa. E será respaldado exatamente pelo mérito que ele tem, a trajetória ilibada e um currículo talentoso, um currículo que, sem dúvida nenhuma, o habilita a dar mais esse passo tão importante na sua vida.

Quero também, mais uma vez, não só, Marcelo, abraçar você, mas também estender o meu abraço à sua esposa, aos seus filhos, aos seus familiares e aos amigos e admiradores seus, Marcelo. Eu quero colocar a alegria e o orgulho que o povo do Rio Grande do Norte tem de nesse exato momento celebrar essa conquista extraordinária que é você ter sido indicado pela Presidenta Dilma para a vaga do Superior Tribunal de Justiça.

Dr. Marcelo, quero ainda acrescentar, é um homem que demonstrou, ao longo de sua vida profissional, ponderação, grande capacidade argumentativa e a lisura necessária ao exercício profissional.

Feito esse registro, parabenizando o Dr. Marcelo pela sua indicação para o Superior Tribunal de Justiça, quero, Senadora Vanessa Grazziotin, mais uma vez, falar das manifestações em que uma parcela da população, enfim, ocupou as ruas neste último domingo.

Quero colocar que é fato que nós vivemos momentos tensos na política brasileira, onde uma frase já vira motivo para crises, e creio que isso não pode acontecer. Nós precisamos do contrário. Precisamos construir uma cultura de diálogo e de defesa, argumentada com pontos de vista. E esse papel, a meu ver, cabe preponderantemente ao Congresso Nacional, por ter uma composição plural, representativa das mais diversas matizes do pensamento brasileiro.

Como já falei ontem, assistimos, no último domingo, às manifestações de uma parcela da população. É claro que toda manifestação realizada dentro dos preceitos democráticos e com o devido respeito deve ser saudada no que diz respeito à sua legitimidade. Agora, é óbvio também que nós não aceitaremos discursos de ódio e intolerância, como foram vistos nas manifestações de domingo, aliás, discursos de ódio e intolerância, que não foram poucos. Mas com serenidade, Srª Presidente, nós temos que saber filtrar aquilo que contribui com o processo democrático daquilo que pode ferir de morte a democracia e o Estado de direito.

Nessa quinta-feira, Senadora Ângela, nós teremos mais uma onda de manifestações. Dessa vez, no entanto, são movimentos sociais, partidos de esquerda, trabalhadores e estudantes, além de outros cidadãos que prezam pela defesa da nossa soberania popular que estarão nas ruas contra o golpe e pela democracia.

As manifestações de amanhã serão um contraponto ao discurso preponderante nas manifestações do último domingo, que pregaram o golpismo pelo *impeachment* ou ainda que se acharam no atrevimento de aconselhar uma Presidente democraticamente eleita e com base social a renunciar.

Um dos pontos centrais do povo na rua é pedir que as mudanças estruturantes de que o Brasil precisa sejam feitas sob a ótica de reformas populares. Pede-se ainda que as propostas conservadoras, que ganham cada vez mais espaço aqui no Congresso Nacional, sejam barradas por prejudicar as liberdades individuais, a laicidade do Estado, os direitos das minorias e a participação popular.

Pois bem, é com esse sentimento na alma que os movimentos sociais e diversas parcelas da nossa sociedade irão às ruas do Brasil, nessa próxima quinta-feira. Iremos, Sr^a Presidente, exatamente para demonstrar que a nossa pauta não é a mesma dos que pedem mortes e opressão. Nós queremos garantia de direitos conquistados duramente. Nós queremos um Congresso que saiba responder aos anseios da sociedade sem se levar por ventos golpistas ou liberais que acabam exatamente por penalizar os mais pobres.

Nesta quinta feira, repito, iremos à rua com toda paixão. Iremos à rua em defesa da democracia e por medidas de ajuste que não retirem direitos da população. Nós queremos demonstrar que não podemos, de maneira nenhuma, compactuar com tentativas de desestabilizar o País e instalar o caos.

Fica claro, Sr^a Presidente, o objetivo central daqueles que adotam discursos de ódio. Qual é o objetivo deles? É tomar o poder, mesmo que à força, para voltar a implantar aqui a sua agenda, que só beneficia o andar de cima. E isso nós não permitiremos que volte a acontecer.

A democracia mostrou força, mostrou vontade popular em outubro de 2014, quando elegeu, além da Presidenta Dilma, os governadores estaduais, elegeu os deputados estaduais, federais e os Senadores. Pois bem, essa democracia será resguardada e será respeitada.

Quero ainda ressaltar que a pauta, que a agenda desta quinta-feira também, é claro, é uma agenda de críticas. Como se vê pelos manifestos dos movimentos que irão às ruas, essa parcela da população também quer novos rumos para algumas políticas do País, mas é importante que se frise: as ruas, nesta quinta-feira, serão tomadas, sobretudo, pela defesa da democracia, por mais direitos sociais, por mais participação popular e por investimentos sólidos, pensados de modo que o desenvolvimento social esteja atrelado ao desenvolvimento econômico.

Queremos aqui, Sr^a Presidente, também fazer um registro da resolução que o nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, divulgou nessa última segunda-feira. Diz a resolução do PT sobre as mobilizações, inclusive do dia 20 de agosto:

Os ataques ao Partido dos Trabalhadores, ao ex-Presidente Lula e ao Governo da Presidenta Dilma não escondem seus propósitos conservadores e antidemocráticos, exigindo uma reação, portanto, imediata do nosso Partido, do campo democrático e popular.

Diante da gravidade do momento político e da ofensiva da direita contra as liberdades democráticas e os direitos humanos, políticos e sociais, o Partido dos Trabalhadores conclama o engajamento nacional da nossa querida militância petista no calendário de mobilizações em defesa da democracia, das reformas populares, ...

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...

das reformas estruturais e por mudanças na política econômica.

Por isso, Senadora Vanessa, o PT, junto com o PCdoB e outros partidos, no campo popular, no campo da esquerda, junto com os movimentos sociais, com a CUT, com a CTB e com várias outras centrais sindicais, com o MST, com o Movimento dos Sem Teto, não só apóia como convoca a participação de todos na mobilização unitária dos movimentos sociais e partidos de esquerda na próxima quinta, portanto amanhã, quando nós iremos às ruas dizer que não aceitaremos golpismo, não recuaremos um só milímetro para defender nossa democracia e lutar para que ela se fortaleça. Estaremos, amanhã, nas ruas de todo o Brasil com a CUT, com a UNE, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto e tantas outras organizações representativas da nossa sociedade para defender...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Para concluir... Ainda tenho estes dois minutinhos.

Como dizia, estaremos nas ruas de todo o Brasil para defender a nossa democracia. Estaremos marchando lado a lado, por entender que a sociedade deve ter olhos no futuro e melhorias na nossa qualidade de vida e não voltarmos a tempos sombrios que já vivemos e custaram muitas vidas, trouxeram muito ressentimento e sofrimento ao povo brasileiro.

Natal, a exemplo das demais capitais e de muitas cidades do País afora, também fará sua bela mobilização popular. Lá em Natal, nós vamos nos concentrar, Senadora Vanessa, a partir das 15 horas, em frente da Fiern.

Quero dizer desde agora que estarei lá em Natal, junto com os trabalhadores e trabalhadoras, junto com os movimentos sociais em geral...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – ...em defesa da democracia e contra o golpismo. Estaremos nas ruas em defesa dos direitos sociais, em defesa do Plano Nacional da Educação, em defesa do pré-sal para a educação, em defesa, exatamente, da Petrobras.

É isso, Srª Presidenta.

Muito obrigada.

Vamos às ruas nessa quinta-feira.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumpri-
menta... Perfeitamente, dia 20...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Dia 20.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Movimento em
Defesa do Brasil.

Convido para fazer uso da palavra Senador Lasier Martins.

Convido a Senadora Fátima Bezerra para seguir na direção dos trabalhos. Eu e a Senadora Ângela Portela,
juntamente com a Bancada do Norte, nós temos uma audiência com o Vice-Presidente Michel Temer.

Senador Lasier, com a palavra V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do
orador.) – Srª Presidente, Senadora Vanessa Grazziotin, que agora é substituída pela Senadora Fátima Bezerra,
Srªs Senadoras, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, o tempo vai passan-
do e nada acontece, isto é, de melhoria da situação em que vive o Brasil não se nota recuperação econômica.
Ao contrário, a arrecadação federal cai, pelo quarto mês consecutivo; a taxa básica de juros segue nas altu-
ras e sem tendência de redução; o dólar em disparada, e, se quiser baixá-lo, o Governo vai ter de partir para a
compra, o que reduzirá nossas reservas; a inflação segue incontida; as empresas diminuindo a produtividade;
o desemprego se disseminando. Segundo dados do Ministério do Trabalho, bem recentes, de janeiro a junho,
345,417 mil trabalhadores perderam o emprego – a maioria na indústria, com os empresários percebendo que
a situação não é transitória; vai longe.

As perspectivas da economia, portanto, são desanimadoras, com cruel repercussão no poder de com-
pra das famílias, principalmente entre os consumidores mais pobres. Aliás, gerando contradição que convém
relembrar. Se o ex-Presidente Lula, lá atrás, liderou o combate à fome, a sua imprevidência com as reformas e
falta de políticas estruturantes estão aí produzindo resultados bem à vista, tenebrosos; resultados que sua su-
cessora recebeu, e que não soube combater.

Faltou a Lula propor uma política macroeconômica ao País. E, hoje, como um dos tantos resultados ne-
fastos, o Governo vem pagando, só em juros da dívida pública, R\$225 bilhões – R\$225 bilhões só nos primeiros
meses deste ano! E a tendência é a conta de juros seguir cada vez pior. Neste particular, escreveu bem na *Folha*
o Professor de Economia da USP Simão Silber: “A Bolsa Agiota é maior do que o Bolsa Família.”

Lula, portanto, tem responsabilidades por este descalabro em que vivemos. Mais que isto, Lula, que se
tornou um mito na política nacional, hoje se vê não só desacreditado, mas acusado como responsável pelo
desmoronamento ético que o Brasil vive, ao não coibir, primeiro, o escândalo do mensalão e depois se tornar
conivente e autor de perniciosas indicações a cargos importantes da gestão pública do País, escolhendo pode-
rosos assessores, que tanto mal fizeram ao Brasil, a começar por José Dirceu, seu braço direito nos Ministérios
e hoje atrás das grades por tudo que se sabe e pelo que fez; e a colocação, nos postos-chaves da Petrobras, de
figuras destacadas hoje nos inquéritos policiais e nos processos criminais. A equipe de Lula: Nestor Cerveró,
Pedro Barusco, Renato Duque, Jorge Zelada, Júlio Camargo, Fernando Baiano, Léo Pinheiro, Alberto Youssef,
Paulo Roberto Costa, e outros, formadores da grande organização criminosa que vinha desviando bilhões da
Petrobras e outras estatais do Brasil.

Este é o problema ético, Srs. Senadores, que se junta indissociavelmente às crises política e econômica
do Brasil. Mas ainda bem que este valor, o valor ético, está sendo recuperado pela digna, destemida, patriótica
atividade da Justiça Federal de Curitiba, sob a liderança do já chamado herói brasileiro, Sérgio Moro, na mes-
ma linha do Procurador-Geral, Rodrigo Janot, que na semana que vem haveremos de estar aqui referendando
sua continuação no cargo.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lasier, se possível, gostaria de um aparte.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Senador Lasier, respeito, claro, o seu ponto de
vista, embora também me dê o direito, e sei que V. Exª está fazendo isso, tanto é que está me concedendo um
aparte, de discordar profundamente das considerações que V. Exª faz aqui a respeito do ex-Presidente Lula.
Eu até entendo, Senador Lasier, os ataques que o Presidente Lula vem sofrendo, estimulados por setores da
oposição conservadora deste País. Eu até entendo que esses ataques têm sido inflados, repito, por setores da

oposição conservadora deste País, porque morrem de medo. Na verdade, o desespero deles aumenta, cada vez mais, quando pensam na possibilidade concreta, e que é real, de o Presidente Lula, como todo e qualquer cidadão brasileiro, no gozo dos seus direitos legítimos, candidatar-se, novamente, em 2018. Por isso, inclusive, que ele passa a ser agora o alvo central dos que sonham, dos que flertam com golpismo, de repente, rasgando, querendo rasgar até a própria Constituição. Segundo, Senador, quero aqui lembrar que, até o presente momento, não existe nada – absolutamente nada! – que incrimine diretamente o ex-Presidente Lula, assim como a Presidente da República em exercício. Então, volto, mais uma vez, a enfatizar: até o presente momento, não existe nada que incrimine diretamente o ex-Presidente Lula, do ponto de vista de qualquer crime de improbidade administrativa, etc. Não existe, nem existirá. Por fim, Senador, permita-me dizer do orgulho que nós do Partido dos Trabalhadores temos por esse homem ter tido oportunidade de governar este País durante oito anos, por tudo o que ele fez, principalmente no campo da inclusão social. O Bolsa Família, que, de repente, alguém chama de Bolsa Agiota não é Bolsa Agiota, não! O Bolsa Família é um direito social. E ele teve a coragem, exatamente de lá, ao chegar, dar ao Bolsa Família o tratamento que deveria ser dado, como uma política, um direito de cidadania do nosso povo. Eu poderia aqui, é claro que não tenho tempo para isso, falar para o senhor do orgulho, da alegria que a gente tem, por tudo o que ele, que não teve direito, de maneira nenhuma, de fazer uma universidade, por tudo o que ele fez em prol da educação neste País. Mas deixo apenas um dado, apenas um dado: enquanto os que governaram a gente antes fecharam universidades ou praticamente não fizeram escolas técnicas, Lula, em oito anos, fez mais escolas técnicas do que as escolas técnicas feitas, neste País, durante exatamente cem anos. Então, sem dúvida nenhuma, foi um presidente que teve muita sensibilidade, talvez até pela sua história, pela sua trajetória, teve uma sensibilidade extraordinária, do ponto de vista de apostar e de investir na expansão e no fortalecimento da educação no nosso País. Assim, quero aqui, permita-me, fazer esse registro do orgulho que a gente tem por esse homem ter tido oportunidade de governar este País, por tudo o que ele fez em prol da melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, que não o esqueceu, e eu não tenho nenhuma dúvida de que não o esquecerá jamais.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu agradeço o seu aparte, Senadora Fátima, uma Senadora que nós aprendemos a admirar, respeitar, pessoa educada e uma destacada Senadora desta Casa. Agora, concordo com a Senadora que não há nenhum crime apurado até agora contra o Presidente Lula. O crime do Presidente Lula foi associar-se a ladravazes, a recheiar as repartições públicas do Governo de pessoas desonestas, e há pouco fiz questão de mencionar os nomes, que levaram a Petrobras ao caos, que estão determinando CPIs na Eletrobras, na Caixa Econômica, nos fundos de pensão, no BNDES – isso tudo é herança de Lula.

Uma coisa é ter feito o Bolsa Família; outra coisa é estar sempre acompanhado, perdoe a palavra, de maus elementos. Seu amigo principal, seu amigo íntimo, Presidente da Odebrecht, que hoje está na cadeia. Esse o problema de Lula, que nos verberamos e vamos verberar o tempo todo: um dos responsáveis pelo caos que o País está vivendo.

Mas eu estava aqui exaltando a Justiça Federal de Curitiba; a presença da Sérgio Moro nos trabalhos que vem desenvolvendo; o Procurador Rodrigo Janot, que, na semana que vem, haveremos de referendar aqui, para continuar no cargo; os seus companheiros da Procuradoria da República, entre os quais faço questão de destacar um gaúcho, figura de primeira linha na Força Tarefa, que é o Procurador da República do Rio Grande do Sul, Douglas Fischer.

Essa aguda crise que estamos vivendo está repleta de pontos negativos, mas ao menos faz despontar a isolada atuação positiva de instituições como a Justiça Federal de Curitiba, do Procurador da República e da Polícia Federal. São, por isso, instituições que alimentam as nossas esperanças de varredura da corrupção herdada dos últimos governos da República.

Nós, por outro lado, estamos vendo aí que a Presidente da República não age nem reage. A máquina pública segue hipertrofiada: não reduz os milhares de cargos comissionados, não reduz Ministérios, nem reforma Ministérios, de tal modo a ter pessoas mais competentes, que correspondam mais às necessidades do Brasil, atitudes que dariam sinais positivos à nação. Ao contrário, existe aí um sinal constrangedor, como aquele que os jornais noticiam hoje, a recente viagem aos Estados Unidos, em que a Presidente alugou 25 carros de luxo para a comitiva, e pior: não pagou à locadora, que precisou trazer sua queixa a público, para, só assim, receber o que lhe era devido.

Muito menos a Sr^a Presidente considera o pedido da OAB federal, com toda a força de sua representatividade, que está pedindo que a Presidente reconheça o engodo a que levou o eleitorado brasileiro, com promessas não cumpridas e com a transmissão ilusória de um Brasil próspero, que só existiu no *marketing* mentiroso e na propaganda enganadora da campanha pela televisão – uma traição ao povo.

Nós, de um grupo de Senadores independentes desta Casa, daquela ala que é contra o quanto pior melhor e, ao mesmo tempo, não adesista ao desgoverno que aí está, fizemos chegar à Presidente da República, na

semana passada, um conjunto de sete pedidos, visando meramente à governabilidade, o compromisso com o Brasil, porque o Brasil não pode continuar entregue à inoperância, à estagnação e ao agravamento da crise. Apresentamos, então, sugestões a S. Ex^a.

Exemplos: manifestar publicamente que houve equívocos na condução da economia, pois foi mal conduzida a economia que nós aí vemos; vir ao Congresso falar da grave crise e dizer o que está fazendo para mudar – se é que está fazendo algo –, sem artificialidade do *marketing* político; assumir que neste momento seu partido é o Brasil, e não o PT ou o PMDB ou o PSDB ou o PCdoB, e, igualmente, convidar o PT a ter um choque de modéstia e bom senso, saindo da negação da realidade que aí está, e evitar a agressividade verbal que temos visto por parte de Parlamentares situacionistas; tomar medidas de austeridade, como reduzir número de ministérios, recompô-los com mais respeitabilidade e competência, mais do que indicações partidárias, tentar um governo que unifique o País, como fez, por exemplo, Itamar Franco quando assumiu no lugar de Collor, com a retomada de capacidade de gestão; apoiar enfaticamente as investigações conduzidas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal na Operação Lava Jato; convidar lideranças independentes e da oposição, movimentos sociais, empresários e entidades representativas, para propor uma Agenda Brasil de verdade; ouvir as vozes que tomam conta das ruas refletindo um desejo de limpeza na política – o que é aspirado há tanto tempo e não acontece – e nas instituições, com perspectiva de correção de rumo.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Acir Gurgacz, as esperanças vêm minguando, porque o tempo passa e as medidas confiáveis de mudança não são adotadas, e nós do Senado, representantes de nossos Estados, cobramos celeridade, cobramos medidas urgentes, concretas, porque a piora da crise, a cada dia, abala a todos nós, indistintamente.

Vivemos atualmente meramente de guerra verbal, de tudo que é lado, cobrança nas ruas, mas nada de ações que venham denotar a recuperação do Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Sr^a Fátima Bezerra.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, a Sr^a Fátima Bezerra deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Lasier, pelo pronunciamento e, mais uma vez, por sua contundência na reunião que tivemos na semana passada, dirigindo-se à nossa Presidenta com muita firmeza, com muita objetividade.

Meus cumprimentos, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra, pela Liderança do PPS, o Senador José Medeiros.

Estamos intercalando: um orador inscrito e um orador pela Liderança, um inscrito e um para comunicação inadiável.

Então, com a palavra agora, pela Liderança do PPS, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos que nos acompanham neste momento pela Rádio Senado e pela TV Senado e aqui, nesta Casa, o Governo da Presidente Dilma Rousseff editou recentemente a Medida Provisória nº 683. As intenções declaradas da Medida Provisória até que são positivas.

A exposição de motivos que a acompanha explica que ela objetiva reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais e custear a execução de projetos de investimentos em infraestrutura.

Adicionalmente, a medida prevê a instituição do fundo de auxílio financeiro e a convergência de alíquotas do ICMS, com o objetivo de auxiliar financeiramente os Estados que tiverem perda efetiva de arrecadação em decorrência da redução das alíquotas interestaduais do ICMS.

Como consequência, a reforma desse imposto, atualmente em discussão aqui no Congresso, é, de fato, cada dia mais indispensável e tem sido tema de muitas discussões nesta Casa, até porque a iminente aprovação da Proposta de Súmula Vinculante nº 69 pelo Supremo Tribunal Federal poderá ter graves consequências no plano econômico, caso seja adotada sem a construção de uma estrutura de transição satisfatória para esse problema fiscal.

Assim sendo, se as intenções são boas, preocupa a forma de solução do problema proposto com a Medida Provisória nº 683. De início, a busca de recursos para financiar o enfrentamento da questão, que não é simples e nem barata, não gera confiança nem no mais ingênuo espectador.

A aplicação da Medida Provisória depende da arrecadação de eventual multa de regularização cambial tributária relativa a ativos mantidos no exterior ou eventualmente internalizados no País. O que significa isso? Significa que, para resolver as dificuldades, se houver dinheiro lá fora, de alguém que tenha dinheiro lá fora e não tenha declarado, se esse dinheiro for repatriado, será cobrada multa. E o dinheiro dessa multa será usado para fazer essa compensação. É difícil acreditar nisso, até porque fundos com bem mais lastro, com mais alicerce, como é o caso do FEX, não estão sendo pagos. Como acreditar nisso?

A partir daí, Sr. Presidente, tudo é incerteza. A matéria da repatriação ou declaração ao Estado de recursos mantidos no exterior é extremamente polêmica e ainda depende de aprovação do Congresso Nacional, o que não se pode dar como favas contadas.

Entretanto, mesmo que o Congresso aprove essa matéria, não é certo que os detentores de ativos não declarados no exterior venham a repatriá-los ou a declará-los. Essa é uma decisão exclusiva de quem os possui, o que acrescenta alto grau de imprevisibilidade ao assunto.

Então, vejam bem: pedem que se faça algo concreto dependendo de duas coisas que estão voando ainda. Dois pássaros voando. Depende de aprovação nesta Casa e depende de a pessoa que tem dinheiro lá fora dizer: "Bom, eu vou repatriar esse dinheiro", ou não. Há um mar de incertezas, e eu queria até louvar a inteligência de quem fez essa construção. Agora, que é abusar da nossa inteligência, disso eu não tenho dúvida.

Por último, Sr. Presidente, mesmo que a medida funcione, não se sabe quanto será arrecadado, nem se isso será suficiente para atender às necessidades previstas na Medida Provisória nº 683. Como se esperar que isso vai ser... É como se fosse uma pirâmide. Esse dinheiro não é eterno, vai chegar o momento em que essas pessoas vão repatriá-lo, e pronto.

Concedo o aparte a minha quase conterrânea, Senadora Simone Tebet, que é do Estado vizinho de Mato Grosso do Sul.

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador José Medeiros, primeiro, quero dizer que somos conterrâneos porque quando nasci o Estado era uno, era um Estado só, o Estado de Mato Grosso. Então, tenho uma grande alegria em dizer que tenho dois Estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Parabéns a V. Exª, que está sendo muito pertinente e oportuno. Gostaria de contribuir com a sua fala dizendo que ontem fomos surpreendidos aqui por uma questão de ordem do Senador Flexa Ribeiro chamando a atenção desta Casa para a PEC nº 87, de 2015, de autoria do Poder Executivo, portanto da Presidente da República, que está hoje tramitando na Câmara de Deputados e que prorroga a DRU (Desvinculação das Receitas da União) até 2023. Até aí nenhum problema. Essa DRU já existe há muitos anos e sabemos que, infelizmente, ainda não vai ser desta vez que vamos nos ver livres dela. O País gasta mais do que arrecada, não é deste Governo, os governos passados também o fizeram, e precisa de receitas do orçamento da seguridade pública, principalmente das contribuições sociais, para ter esse dinheiro, seja para pagar dívida ou para garantir superávit. Isso é a DRU. Infelizmente é dessa forma. Dinheiro que poderia ser investido em saúde, em educação, em obras de infraestrutura, mas que está retido para gastar mais ou para gerar superávit. A surpresa é que a DRU veio passando de 20% para 30%, ou seja, aumentando com isso a possibilidade de se gastar ou de se garantir superávit por meio dessas receitas. E mais grave ainda – Senador José Medeiros, isto tem tudo a ver com a sua fala –, essa DRU, desta vez e pela primeira vez, está tirando 30% dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Está dizendo literalmente que os R\$6 bilhões anuais que poderiam ser investidos no seu Estado, no meu Estado, em Goiás e no Distrito Federal, a partir do ano que vem, não serão mais R\$6 bilhões, serão R\$4,8 bilhões, vão retirar 30%, e assim com os Estados do Norte e do Nordeste. Nós fizemos uma conta rápida. Eu acredito que nós estamos falando que, por ano, esses 30%, pensando que para o Nordeste os fundos são maiores, deixar na mão da União e tirar dos fundos de fomento que atraem indústrias, que geram emprego, que são incentivos para o produtor rural plantar a soja, o arroz e o feijão de que nós precisamos para nos alimentar, nós estamos falando de R\$12 bilhões por ano que vão deixar de ser investidos nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, querem que nós demos um voto de confiança para o Governo Federal – é exatamente o que V. Exª está dizendo e eu o parabenizo por isso –, que nós votemos o repatriamento ou a regularização dos ativos do exterior, num possível recurso que nós não sabemos se vem e que, se vier, pode chegar no máximo a R\$17 bilhões, R\$3 bilhões por ano, para então votarmos a Medida Provisória, criando dois fundos que não são constitucionais, para colocar esse dinheiro nos fundos e unificar a alíquota de ICMS. Peço desculpas, pois estou me delongando muito no aparte, mas o que estamos resumidamente fazendo? Estamos simplesmente permitindo – acredito que esta Casa não o fará – que o Governo Federal tire do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste R\$12 bilhões por ano e possa vir a dar R\$3 bilhões por ano, em forma de fundos. Não é possível! Eu gostaria de aproveitar este momento, se V. Exª me permitir, para deixar muito claro para o Governo Federal: eu estava propensa a votar a favor da regularização dos ativos que se encontram no exterior. Se o Governo colocar hoje esse projeto, ele não tem o meu voto. Considero o projeto até interessante. O Governo

precisa de dinheiro? Vamos repatriar, vamos aumentar o superávit, eu não discuto. Mas o projeto, do jeito que está, vinculando a uma multa para inserir num fundo que não vai existir daqui a quatro, cinco anos, porque eu não sei que governos virão, e que não é um fundo constitucional, com essa PEC do jeito que está... Enquanto a DRU estiver em cima dos...

(Interrupção do som.)

A Srª Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... fundos constitucionais, nós vamos (*Fora do microfone.*) votar a favor de projetos dessa envergadura do Governo Federal.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado pelo aparte.

Já concedo ao Senador Moka a fala.

O Sr. Waldemir Moka (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou ser muito mais breve, até porque a Senadora Simone já deu todo o contexto que foi importante para quem está nos ouvindo. Quer dizer, votar a DRU é uma coisa que sempre se fez. Quer dizer, você dá liberdade orçamentária para que o Governo tenha 20% dos recursos orçamentários, a fim de que possa colocar em outras rubricas. Agora o que é estranho é, primeiro, aumentar de 20% para 30% e, pela primeira vez, colocar isso em termos de fundos constitucionais. No nosso caso – Norte, Nordeste e Centro-Oeste – são exatamente os recursos que nós temos de fomento, Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz. Por exemplo, no Estado de V. Exª, Senador José Medeiros, e no da Senadora Simone e meu, o Mato Grosso, esse é um recurso que atrai investimentos. Você pode levar para lá uma agroindústria. Esse financiamento é necessário. Imagine 30% a menos. Então, para mim, isso soa quase como uma provocação aos Senadores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nós não podemos concordar com isso de jeito nenhum. E quem ainda não teve essa pressão em seus Estados terá, porque esses recursos já não são suficientes hoje para o financiamento, imagine com 30% a menos. Então, esse é o aparte que faço, no momento em que V. Exª levanta também, entre outros, este assunto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Eu agradeço o aparte.

Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, vejo V. Exª constantemente nesta tribuna, assim como os Senadores do Mato Grosso do Sul, clamando pelo desenvolvimento da sua região, que, assim como a minha, é uma região que precisa se desenvolver e que depende disso.

Quando o art. 3º da Constituição fala em reduzir as desigualdades regionais, não se trata de letra morta. E é por isso que estamos aqui, como João Batista, clamando no deserto.

Vejo V. Exª constantemente falar a respeito das BRs e do desenvolvimento da sua região. Essa é a única saída que temos. Nada contra o Sudeste, nada contra São Paulo, mas nós temos que usar aquele chavão que o Senador Walter Pinheiro sempre usa aqui, em que o saudoso Presidente Getúlio Vargas dizia: “Amo o Rio de Janeiro, a Capital do País [quando ainda era lá]; adoro Porto Alegre, que é a capital do Rio Grande do Sul; mas meu São Borja primeiro”.

Defendendo as nossas regiões, temos que citar que, hoje, está no jornal *O Globo* que há R\$5 bilhões para ajudar no desenvolvimento da região do ABC, a indústria.

Ótimo que se desenvolva a indústria. E são aportes de recursos que poderão chegar a R\$14 bilhões. Para todo o Nordeste, Centro-Oeste e Norte são R\$6 bilhões, e estão querendo tirar mais. Então, essa é a nossa preocupação.

Não há tempo para que eu leia todo o discurso, Sr. Presidente, portanto, peço que V. Exª o dê como lido.

Só para terminar, digo que a nossa desconfiança com esses fundos é que, novamente, reiterando, o fundo de compensação da exportação, que compensa as perdas dos Estados devido à Lei Kandir, não foi pago 2014, nem tem previsão de pagar 2015. E como a gente vai confiar que esse fundo que está, como disse, parecendo pássaro voando, será? Então, essa é nossa desconfiança e nossa preocupação.

E agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ MEDEIROS.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores,

O Governo da Presidente Dilma Rousseff editou recentemente a Medida Provisória nº 683. As intenções declaradas da Medida Provisória até que são positivas. A Exposição de Motivos que a acompanha explica que ela objetiva reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais e custear a execução de projetos de investimento em infraestrutura.

Adicionalmente, a Medida prevê a instituição do Fundo de Auxílio Financeiro à Convergência de Alíquotas do ICMS (FAC-ICMS), com o objetivo de auxiliar financeiramente os Estados que tiverem perda efetiva de

arrecadação em decorrência da redução das alíquotas interestaduais do ICMS, como consequência da reforma desse Imposto, atualmente em discussão aqui no Congresso.

A reforma do ICMS é, de fato, a cada dia mais indispensável, até porque a iminente aprovação da Proposta de Súmula Vinculante nº 69, pelo Supremo Tribunal Federal, poderá ter graves consequências no plano econômico caso seja adotada sem a construção de uma estrutura de transição satisfatória para esse problema fiscal.

Assim sendo, se as intenções são boas, preocupa a forma de solução do problema proposta com a Medida Provisória nº 683. De início, a busca de recursos para financiar o enfrentamento da questão, que não é simples e nem barata, não gera confiança nem no mais ingênuo espectador.

A aplicação da MP depende da arrecadação de eventual multa de regularização cambial tributária relativa a ativos mantidos no exterior ou eventualmente internalizados no País.

A partir daí, tudo é incerteza. A matéria da repatriação ou declaração ao Estado de recursos mantidos no exterior é extremamente polêmica e ainda depende de aprovação do Congresso Nacional, o que não se pode dar como favas contadas.

Entretanto, mesmo que o Congresso aprove essa matéria, não é certo que os detentores de ativos não declarados no exterior venham a repatriá-los ou a declará-los. Essa é uma decisão exclusiva de quem os possui, o que acrescenta alto grau de imprevisibilidade ao assunto.

Por último, mesmo que a medida funcione, não se sabe quanto será arrecadado nem se isso será suficiente para atender às necessidades previstas na Medida Provisória nº 683. Como se vê, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, essa Medida Provisória é pura improvisação!

Tanto isso que estou dizendo é verdade que o próprio Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, já fala em criar uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para financiar a transição da reforma do ICMS e ajudar os Estados que, eventualmente, venham a sofrer perdas com a reforma. Ao menos foi o que publicou o jornal *O Estado de S. Paulo* da última sexta-feira, dia 31 de julho.

A falta de recursos do Governo Federal é compreensível, haja vista que ainda não repassou para Mato Grosso os R\$ 395 milhões do Fundo de Apoio às Exportações (FEX) referentes ao exercício de 2014. Esses recursos se referem justamente à aplicação da Lei Kandir, que desonera o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) sobre exportações de produtos primários e semielaborados.

Mas não quero me referir às crises política e econômica que o Brasil vive, embora, obviamente, elas influenciem essa questão. Prefiro me restringir exclusivamente ao tema dessa Medida Provisória para lamentar a maneira como o Governo Federal trata a questão do desenvolvimento regional e da infraestrutura do País.

Como é possível pretender instituir um fundo de tamanha importância, como o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura, previsto pela Medida Provisória nº 683, apoiado em uma fonte de financiamento tão imponderável? Essa é, certamente, mais uma demonstração da falta de apreço do Governo Federal por esse tema. Se não, vejamos.

Não faltam exemplos do que estou afirmando, em particular no nosso estado do Mato Grosso. A chamada Ponte do Cocalinho, sobre o Rio Araguaia, ligando Mato Grosso e Goiás, nas cidades de Aruanã e Cocalinho, que deveria ter ficado pronta em setembro de 2014, até hoje não teve suas cabeceiras concluídas. A ponte está lá, mas não se pode trafegar por ela.

Da mesma forma, a prometida duplicação dos 338 quilômetros da BR-364, no trecho entre Rondonópolis e Diamantino, cuja execução era planejada para ter início em 2013, também não aconteceu, com os prejuízos decorrentes para o escoamento da produção e para a população da região.

Vale ainda citar outra obra grande e importante, que também não saiu do papel, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste, com mais de 1.600 quilômetros, ligando Campinorte, em Goiás, a Vilhena, em Rondônia.

Essa ferrovia é parte de uma obra ainda mais ambiciosa, a Ferrovia Transcontinental, planejada para ter aproximadamente 4.400 quilômetros de extensão em solo brasileiro, entre o Porto do Açu, no litoral do estado do Rio de Janeiro, e a localidade de Boqueirão da Esperança, no Acre, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru.

Segundo a página da própria Valec, na Internet, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste tem como benefícios declarados funcionar como alternativa no direcionamento de cargas para os portos do Norte e do Nordeste, principalmente aquelas produzidas em Goiás, Mato Grosso e Rondônia, para reduzir o percurso e o custo do transporte marítimo de grãos e minérios exportados para os portos do Oceano Atlântico, da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

Além disso, a Ferrovia serviria para aumentar a produção agroindustrial da região, que seria motivada por melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional, e para estimular a exploração de reservas minerais ainda pouco exploradas na região.

Como se vê, nada disso aconteceu, pelo menos até agora, dada a falta de empenho com que o Governo Federal trata as obras de infraestrutura no País. Houve muito dinheiro para a construção de estádios para a Copa do Mundo de 2014, alguns deles já abandonados e subutilizados, mas o mesmo não acontece com obras importantes como essas, que contribuiriam para melhorar a economia nacional.

Só o que se pode fazer é lamentar essa atitude, porque é difícil imaginar que, a esta altura, com todas as dificuldades econômicas que estamos vivendo, haja recursos para essas obras. O pior é que, segundo se noticia, o Governo tem priorizado cortes de investimentos e não de verbas de custeio, o que também é lamentável.

Resta esperar que haja inspiração dentro do Governo Federal para que decisões mais corretas e mais sustentáveis sejam tomadas. O País anseia por elas, para que voltemos a ocupar lugar de destaque na economia internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador José Medeiros. V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

Peço, primeiro, desculpas ao Senador Garibaldi, porque tinha dito que S. Ex^a era o próximo, mas o Senador Paulo Bauer chegou e ele está na frente.

Então, passo a palavra ao Senador Paulo Bauer, que fala como orador inscrito, pelo PSDB de Santa Catarina. E sou o próximo a falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Permita-me dizer, Sr. Presidente: santa e bela Catarina. Temos sempre o hábito de mencionar essa palavra por conta da beleza do nosso Estado, tanto no seu litoral quanto nas terras altas, como chamamos, onde temos, nesse período do ano, um clima, uma temperatura muito baixa, um clima muito frio, o que também é parte da beleza catarinense.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado e também assistentes da TV Senado, venho à tribuna, mais uma vez, para abordar um assunto que não está tão presente na ordem do dia e no debate político, exatamente porque os problemas que o Brasil enfrenta são muito graves e muito sérios, e a cada minuto, a cada dia, nós vemos na imprensa, nós vemos no debate político, nós vemos nos pronunciamentos que são aqui proferidos dessa tribuna ser abordados temas relacionados à corrupção, relacionados a questões de ordem política e institucional e questões relacionadas a projetos de lei que estão em votação e em análise nesta Casa e no Congresso Nacional.

Mas, o assunto que quero abordar aqui é, sem dúvida nenhuma, o mais importante para a vida do País, para a Nação brasileira, porque ele é exatamente relacionado à educação.

Por isso, devo dizer que, quando escuto o mantra delirante, a falácia absurda do atual Governo de que somos – entre aspas – “Pátria educadora”, sinto-me invadido por um sentimento que beira a indignação.

Acompanho a realidade da educação, Sr. Presidente, desde muito antes de assumir a Secretaria de Educação de Santa Catarina, porque sei o quanto o tema é importante para o desenvolvimento de uma nação. Antevejo consequências nefastas para os vultosos cortes de recursos que estão sendo feitos em todos os níveis de ensino em nosso País.

Em manifesto do último dia 10 de julho, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) repudiou a enorme redução de verbas para programas de pós-graduação, que foi de 75% em relação ao ano passado.

Na graduação, Srs. Senadores, repete-se a sangria. As universidades federais perderam 30% do orçamento nos primeiros meses de 2015. Boa parte desses repasses serviria para custeio, para pagar contas de água, luz e salários de pessoal de segurança e limpeza.

Com isso, assistir às aulas nas universidades tornou-se missão perigosa. Os assaltos nos *campi* de instituições de peso, como a Federal da Bahia, a do Rio de Janeiro e a própria UnB, têm aumentado sensivelmente, pois os funcionários de segurança tiveram de ser dispensados. São aqueles funcionários que são contratados por intermédio de empresas de serviço terceirizado.

A manutenção dos prédios está no limite da salubridade. Os estudantes reclamam de banheiros e salas imundos. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o lixo chegou a se acumular nos corredores.

E, em Santa Catarina, meu Estado, a situação não é diferente. As obras do *campus* da Universidade Federal, em Joinville, que eram para 2014, estão paradas. O Ministro da Educação, que esteve lá há poucas semanas, diz apenas que não há dinheiro nem estima prazo para terminá-las. As estruturas expostas dos prédios estão sendo corroídas pelo tempo, assim como o dinheiro do contribuinte, que já foi gasto na construção.

Chega a ser um monumento à incompetência o prédio da Universidade Federal, localizado no Município de Joinville, que foi iniciado e ficou com as obras paralisadas quando ainda se encontrava na sua parte estru-

tural. Todo mundo vê, e fica realmente a impressão de que a educação está vivendo um momento de descaso e de desinteresse por parte da Administração Pública Federal.

Cenário semelhante ao de Santa Catarina se verifica no *campus* da Universidade Federal do meu Estado em Curitiba, no meio oeste catarinense. Lá, os estudantes entraram em greve, ocupando o prédio da universidade para protestar contra as lastimáveis condições de ensino a que são submetidos por falta de estrutura, de equipamento e até de professores.

Já pude dizer desta tribuna que a Universidade Federal, no seu *campus* de Curitiba, em Santa Catarina, tem, por exemplo, o curso de Veterinária. O curso, implantado naquela universidade e anunciado aos quatro cantos como mais uma realização do governo petista em Santa Catarina, hoje faz com que seus alunos tenham que se deslocar, nos finais de semana, em viagens de ônibus por mais de 400km para fazer o aprendizado prático no Hospital Universitário da Universidade Federal em Florianópolis, Sr. Presidente. Veja quanto custa para um aluno se deslocar todo final de semana do meio do Estado até o litoral só para poder estudar no Hospital Universitário que existe lá porque ainda não foi construído outro no ponto onde deveria estar.

Em todo o Brasil, aqueles que teimam em estudar, apesar dos obstáculos, não sabem se vão ter o respaldo necessário.

O pagamento das bolsas de extensão e iniciação científica está atrasado, e os cortes atingiram duramente o crédito estudantil.

A equipe da Presidente Dilma redesenhou o Fies para 2015, com redução do número de novas vagas e do prazo de amortização do empréstimo, além de aumentar em 200% a taxa trimestral paga pelos estudantes, entre outras restrições.

Os minguados recursos ainda disponíveis para o fundo foram direcionados preferencialmente para as Regiões Norte e Nordeste, terra do Senador Garibaldi Alves e de tantos outros ilustres Senadores. Nós, do Sul, não temos nada contra atender as demandas e necessidades do Norte e Nordeste, mas é bom que se saiba que, no Sul, também há juventude que quer estudar e gente carente e também existem pessoas necessitadas e que precisam de programas oficiais.

Por isso eu pergunto: será que o estudante carente do Sul, do Sudeste ou mesmo do Centro-Oeste merece menos apoio do que o das outras regiões?

Será que o Governo, decidindo por contemplar mais uma região e menos a outra só porque ela é mais desenvolvida, não está matando a galinha dos ovos de ouro? Não está fazendo a região mais desenvolvida retroagir? Claro que está!

É preciso que haja uma melhor coerência do Governo no atendimento às diversidades e diferenças que temos no País hoje em termos de situação social.

Quem decide qual Estado pode prescindir do trabalho especializado daqueles que, por falta de financiamento, deixarão os estudos?

Os problemas se anunciam também no ensino técnico. A escassez de recursos para a educação fez a previsão de 12 milhões de vagas até 2018 para o Pronatec Jovem Aprendiz diminuir para ínfimas 15 mil, 1,5% do total inicialmente publicado, conforme a Presidente anunciou em recente e obscuro pronunciamento sobre as metas do programa.

O MEC divulgou, em julho, que, devido ao arrocho, a avaliação nacional de alfabetização para crianças do 3º ano do ensino fundamental da rede pública não será feita este ano. Olhem só!

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Em 2015, nós simplesmente não saberemos se nossos alunos estão aprendendo. Pararam. Não vamos fazer. Isso é um absurdo, uma falta de respeito e uma falta de visão estratégica para o futuro do nosso País!

Nem a educação infantil ficou imune aos cortes: perdeu R\$3,4 bilhões, que seriam destinados principalmente à construção de creches. A ampliação das vagas para crianças entre 0 e 3 anos era, inclusive, uma promessa de campanha da Presidente. Mais uma promessa não cumprida.

A combatida educação brasileira vem recebendo duros golpes neste segundo mandato da Presidente Dilma Rousseff. A restrição de recursos atinge desde a educação infantil até a pós-graduação, com a espúria finalidade de fazer caixa para o Governo poder...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... continuar gastando em outras atividades. Já encerro, Sr. Presidente.

Ao tapar o buraco fiscal com cortes na educação, o Governo está privando os brasileiros da ferramenta mais eficaz de emancipação social e econômica de um povo, está condenando o Brasil a se manter eternamente na condição de “país do futuro” – entre aspas –, enquanto sua população espera, já sem ânimo, por um presente que poderia ser de prosperidade e de bonança.

Não podemos ficar indiferentes a esse absurdo, não podemos silenciar. É preciso dizer o que é verdade. E tudo o que eu disse, Sr. Presidente, é absolutamente verdadeiro e comprovado. A educação brasileira vai mal, precisa de socorro, precisa de nós todos, porque a criança que está na escola, os jovens que estão na universidade...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – ... o professor que trabalha obstinado com o salário baixo se sentem, todos, absolutamente desprotegidos e desamparados.

Durante o discurso do Sr. Paulo Bauer, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Parabéns, Senador Paulo Bauer.

E o duro de constatar com a sua fala é que o nosso futuro, então, também vai mal, porque o nosso futuro depende da educação.

Senador Acir Gurgacz, para uma comunicação inadiável.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV e Rádio Senado, uma grande parte de rondonienses e acrianos, Sr. Presidente, vivenciou, na semana passada, uma interrupção do fornecimento de energia elétrica que durou quase três horas em uma madrugada e noutra também.

Esse pequeno apagão ocorreu justamente no dia em que o Governo anunciou o programa de investimento em energia elétrica. Evidencia o fato de que os investimentos anunciados para Rondônia são mesmo necessários para termos regularidade no fornecimento de energia elétrica, não só para o Estado, mas para todo o nosso País, bem como para podemos exportar para os demais Estados brasileiros o excedente de energia da nossa produção, visto que, com a conclusão das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Rio Madeira, Rondônia se tornará um dos maiores produtores de energia elétrica de nosso País.

Além de investir em produção na geração de energia, o Brasil também está investindo na modernização do seu sistema de distribuição para que apagões, como esse que ocorreu no início da semana em Rondônia e no Acre, não se repitam mais.

O aumento da produção de energia e a modernização do sistema de distribuição, com a redução das perdas, também devem contribuir para a redução da tarifa para todos os consumidores nos próximos meses.

É o que esperamos que ocorra com a implantação desse programa lançado pelo Governo na semana passada, que prevê investimentos de R\$530 milhões em novas linhas de transmissões no Estado de Rondônia.

De acordo com o programa, a linha de transmissão ligando a Usina de Samuel, em Candeias do Jamari, passando por Ariquemes, Ji-Paraná, será concedida à gestão da iniciativa privada pelo prazo de 30 anos.

O trecho faz parte do lote H, a ser leiloadado ainda neste mês.

O programa também prevê investimentos no complexo do Madeira e na integração completa de todas as usinas e PCHs do Estado ao Sistema Interligado Nacional.

No entanto, ficou de fora desse Programa a construção da obra da usina de Tabajara, na região de Machadinho d'Oeste, com custo estimado em R\$3 bilhões, assim como a rede de transmissão entre Colorado do Oeste e Corumbiara, com investimentos previstos da ordem de R\$57 milhões, duas obras importantíssimas para o nosso Estado.

Vamos voltar a conversar com o Governo, cobrando que esses investimentos sejam incluídos no Programa no próximo ano, quando certamente a economia do Brasil e as fontes de receitas do Governo já estarão em fase de recuperação.

Para finalizar, com mais uma notícia positiva para Rondônia, na última sexta-feira, recebi a resposta do Coordenador-Geral do Programa Luz para Todos, Sr. Paulo Cerqueira, sobre o questionamento que lhe fiz, por telefone, sobre a situação do Programa em todo o nosso Estado de Rondônia.

Segundo ele, foi aprovado um novo contrato, prevendo-se o atendimento de mais 6,4 mil famílias ou domicílios em Rondônia, ainda neste ano.

Essa é uma informação importante para os nossos agricultores, uma vez que se trata de levar energia para áreas rurais e assentamentos que estão em fase de regularização, o que, certamente, vai contribuir para

o aumento da produção e, principalmente, para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas que moram no campo, que não têm energia elétrica e que precisam muito desse benefício que é importante para a sua vida, para a sua família. Isso certamente vai contribuir para a melhoria de vida de toda a sua família, que ainda não possui uma boa infraestrutura para desenvolver suas atividades produtivas e para viver com dignidade.

Portanto, apesar dos problemas técnicos momentâneos que enfrentamos e do corte de obras que consideramos fundamentais para melhorarmos nossa condição energética, temos avançado muito nos últimos anos. Teremos investimentos consideráveis na melhoria da qualidade da geração e também da distribuição da nossa energia elétrica em Rondônia.

E vamos continuar trabalhando, para assegurar os investimentos que foram retirados neste momento das prioridades do Governo. Compreendemos os motivos, mas não podemos cancelar definitivamente esses investimentos, tanto na linha de transmissão entre Colorado e Corumbiara, como na usina de Tabajara, em Machadinho d'Oeste.

O Brasil, Sr. Presidente, está investindo muito na produção de energia elétrica. E justamente por conta da construção dessas grandes usinas hidrelétricas na Amazônia Legal, a oferta de energia elétrica será, no médio prazo, superior à demanda, o que, em termos de energia elétrica, garantirá o desenvolvimento econômico e social do nosso País. Só no ano passado, o Brasil teve um aumento da capacidade instalada de 7 mil megawatts. Este ano vamos ter cerca de 6 mil e no que vem, mais 10 mil megawatts.

Esse plano anuncia os novos leilões, as novas obras que vão ser feitas e que têm que ser iniciadas agora, para continuarmos nesse ritmo de expansão. Esses investimentos garantirão que o Brasil mantenha o patamar anual de crescimento da capacidade de geração de energia elétrica, bem como de seu consumo também.

No que se refere ao apagão ocorrido na terça-feira passada, vamos aguardar o parecer do Operador Nacional do Sistema, que seria divulgado em até 15 dias. Mas já cobramos do ONS e da Agência Nacional de Energia Elétrica garantias de manutenção da regularidade no abastecimento de Rondônia e do Acre, com o fornecimento da energia necessária para alavancarmos o processo de industrialização do nosso Estado, que está em curso, principalmente no que se refere ao beneficiamento de nossa produção agropecuária.

Além disso, já solicitamos a revisão de nossa tarifa de energia, uma vez que pagamos uma das tarifas mais altas do País e ainda estamos pagando um adicional de 20% de bandeira vermelha, por conta da crise hídrica do Sudeste. Ou seja, estamos pagando uma conta que nem é nossa, enquanto que o repasse de ICMS pela comercialização da energia produzida em Rondônia está sendo feito apenas para o Estado comprador de nossa energia. Ou seja, apenas São Paulo está sendo beneficiado com esse tributo.

É por isso que também apresentamos uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC, para que pelo menos metade desse repasse do ICMS da comercialização de energia também seja feito aos Estados produtores. Essa mudança na tributação tem que ser feita com urgência, para que Rondônia e outros Estados da Amazônia, como o Estado do Pará, o Estado do Tocantins, que estão construindo megasusinas hidrelétricas, sejam devidamente compensados por enviar energia para o Centro-Sul, para o Sul e o Sudeste, e por garantir a segurança energética a todo o nosso País.

Hoje, nós geramos energia elétrica, e o ICMS de consumo não fica no Estado gerador de energia e, sim, no Estado consumidor. Eu entendo que tenha de haver uma divisão: o Estado que gera energia, Senadora Lídice da Mata, entendo que tem o direito de receber, pelo menos, a metade do que é arrecadado com o ICMS da comercialização. E, hoje, todo esse ICMS é creditado ao Estado consumidor, não ficando nada para o Estado gerador.

Então, essa é a PEC e peço apoio a nossos Senadores e Senadoras, para que possamos aprovar essa PEC, e haja uma distribuição mais justa com relação ao ICMS que é cobrado hoje.

Eram essas as minhas colocações.

Muito obrigado, Senador José Medeiros, que preside esta sessão neste momento. Agradecido.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente José Medeiros.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador José Medeiros, caros colegas Senadores, no dia 19 de agosto de 1947, na cidade de Pelotas, conhecida muito dos brasileiros pelos excelentes doces pelotenses, dois audaciosos gaúchos, o Engenheiro Agrônomo Leôncio Fonteles e o Comandante Clóvis Candiota, realizaram a primeira operação aeroagrícola do Brasil.

De forma um tanto improvisada e rudimentar, adaptando um pequeno avião e se utilizando dos produtos químicos disponíveis naquela época, lograram debelar nuvens de gafanhotos que dizimavam as lavouras e pastagens da Região Sul de nosso Estado. Assim, a partir daquela ousada e bem sucedida experiência, nasceu a Aviação Agrícola Brasileira, celebrada hoje em todo Brasil, inclusive no seu Estado do Mato Grosso, Senador José Medeiros.

(Soa a campanha.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É forte, atuante e essencial para o desenvolvimento da agricultura de nosso País. São mais de dois mil aviões agrícolas, atuando em empresas especializadas ou pertencentes às empresas rurais. Por isso, meu registro e minha homenagem à Aviação Agrícola Brasileira, representada pelo Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola (Sindag), com sede em Porto Alegre, cujo presidente é Nelson Paim; a todos os profissionais dessa área, que tanto contribuem para o setor agropecuário brasileiro e que têm esse protagonismo tão destacado em todo o mundo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata, do glorioso Estado da Bahia.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, por favor, veja aí se eu vou ter chance de falar. Se eu não tiver, vou cuidar de outros assuntos, inclusive do debate sobre a reforma política.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senador Garibaldi, teremos o Senador Paulo Paim, V. Exª e, depois, o Senador Ataídes. Não, é o contrário: Senadora Lídice, Senador Ataídes, V. Exª e o Senador Paulo Paim.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, eu gostaria de saber a minha ordem de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senadora Marta Suplicy, V. Exª é vigésima segunda.

A SRª MARTA SUPLICY (S/Partido - SP. Pela ordem.) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Medeiros. Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, agradeço a V. Exªs. E quero dizer o seguinte ao Senador Garibaldi Alves: eu também vou com V. Exª para a Comissão de Reforma Política e não quero abrir mão da sua presença lá também, além de querer que V. Exª possa aqui se pronunciar.

Vou justamente falar, Sr. Presidente, para agradecer ao Senador Garibaldi Alves e ao Senador Elmano Férrer. Os dois tiveram hoje um papel importante na aprovação do projeto de nossa autoria, o PLS nº 475, de 2013. Portanto, não é um projeto deste ano, é de dois anos atrás, que tem o sentido de incentivar o uso da energia eólica e solar fotovoltaica, de capacidade reduzida no Brasil.

Eu agradeço tanto ao nobre Senador pela relatoria como também pela condução da votação pelo Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Garibaldi Alves. Agora, o projeto segue para análise, debate e votação na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu já aproveito para pedir o apoio das Srªs e Srs. Senadores daquela Comissão.

Por nossa proposta, o Poder Executivo fica autorizado a conceder subvenções econômicas, como isenção de IOF, de Imposto sobre Importação, por exemplo, em operações de financiamento de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica, de capacidade reduzida, tanto para pessoas físicas como jurídicas.

A medida, além de contribuir, se aprovado, com a redução da emissão de gases de efeito estufa, pelo uso de fontes alternativas, irá beneficiar pequenos produtores e a população em geral, que poderá instalar equipamentos para captação de energia solar.

O uso de fontes alternativas de energia é cada vez mais utilizado em vários países. A Alemanha, por exemplo, tem mais de 8,5 milhões de pessoas que vivem em edifícios e casas com sistema de geração fotovoltaica. E isso sem que eles tenham a mesma e abundante exposição solar que temos no Brasil. Ainda assim, os consumidores brasileiros, mesmo os que têm maior consciência ambiental, não têm instrumentos financeiros adequados para comprar equipamentos. Não têm uma renda que possibilite comprar os equipamentos e gerar essa energia, que hoje ainda é uma energia de alto custo. Com a aprovação do projeto, esse consumidor poderá deixar, gradativamente, de ficar à mercê do aumento dos preços da energia e ajudará a diminuir a emissão de gases de efeito estufa.

A medida será, em especial, um importante instrumento para o desenvolvimento regional. Por suas características peculiares no que se refere à insolação e ventos, a geração energética a partir dessas fontes alternativas encontrou seu local ideal no Nordeste do Brasil, em particular na minha terra, a Bahia. É nessa região que vêm sendo construídos importantes parques eólicos, por força do excepcional regime de ventos que a caracteriza. Estudos apontam que hoje, de toda a energia dos ventos que iremos incorporar à matriz brasileira nos próximos anos, 89% estão sendo geradas na Região Nordeste, aproveitando as condições diferenciadas principalmente do Rio Grande do Norte, do Senador Garibaldi Alves, do Ceará e da Bahia.

A Bahia já ocupa o segundo lugar nacional na geração da energia pela força dos ventos, com projetos espalhados em 21 Municípios, superando os Estados do Ceará e do Rio Grande do Sul, perdendo apenas para o Rio Grande do Norte. Na semana passada, o Governador Rui Costa anunciou que a Bahia será o Estado com o maior parque eólico do Brasil a partir do próximo ano, com a atração de novas empresas, que vão se instalar nas regiões de Juazeiro, chapada Diamantina e Sudoeste.

Além da energia eólica, cujos parques em Morro do Chapéu, Brotas de Macaúbas, na Chapada Diamantina, e Caetitê, Igaporã e Guanambi, no Sudoeste, já foram instalados, a ideia é que a partir de 2016 seja instalado um novo parque em Juazeiro e que também seja intensificado o uso da energia solar. O Governador informou ainda que a Bahia vai potencializar o uso da energia eólica na agricultura irrigada e no fornecimento de energia nas escolas rurais. Esse também é um programa novo do Ministério de Minas e Energia. Quando estivemos, recentemente, com o Ministro, que é nosso colega, o Senador Eduardo Braga, acompanhando o Governador Rui Costa, juntamente com o Senador Walter Pinheiro, naquela oportunidade, o Senador e Ministro nos informou que o Ministério de Minas e Energia, Senadora Vanessa Grazziotin, vai iniciar um programa com o Ministério da Educação no sentido de instalar energia solar tanto em escolas rurais como também nos nossos institutos federais de educação. Creio ser uma iniciativa extremamente importante para que nós possamos iniciar esse processo de substituição de produção de energia por uma energia cada vez mais – entre aspas – “saúdável”, do tipo que se componha com o desenvolvimento sustentável em nosso País.

Senador Ataídes, V. Ex^a solicitou um aparte?

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Senadora Lídice da Mata, como sempre, V. Ex^a traz ao povo brasileiro, em seus discursos, em suas falas, informações de extrema importância, como neste discurso de hoje sobre a energia limpa, em especial a energia fotovoltaica. Eu tenho acompanhado esse tema há mais de cinco anos, Senadora. Nós já caminhamos bastante com aquela Resolução 482 da Aneel, na qual a produção excedente das placas de energia solar pode ser armazenada nas companhias e, depois, então, compensada na conta de energia do consumidor – o que já foi um grande avanço, se não me falha a memória, em 2012 –, e também a isenção do ICMS sobre essa energia excedente que é armazenada nessas companhias. Mas eu vejo que nós ainda estamos muito longe de aproveitar toda essa fortuna que Deus nos deu, que é o sol, em especial, e o silício, que é a matéria-prima principal para se fabricar as células de placas de energia fotovoltaica. Esse projeto, agora, do Governo Federal, incentivado pelo BNDES, financiando as empresas, esse financiamento é tão somente para montar essas placas de energia fotovoltaica aqui no País. Nós compramos da China ou de qualquer outro país que produz e aqui, então, montamos essas placas. Eu acredito que ainda estamos muito longe da realidade, Senadora, uma vez que essa nossa mão-de-obra é cara, tornando o produto mais caro. Mas o que mais me preocupa...

(Soa a campanha.)

O Sr. Ataídes Oliveira (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... na verdade, é a desvalorização do nosso dinheiro. Ou seja, nós temos que comprar essas placas lá fora a um dólar valendo R\$3,50, por exemplo, e isso encarece o nosso produto. E, finalmente, Senadora, eu queria dizer que o Governo brasileiro teria que investir pesado em uma indústria no Brasil, já que nós temos inclusive a matéria-prima, para industrializar essas células de placas de energia solar. Aí, sim, esse produto ficaria extremamente acessível ao nosso consumidor e nós seríamos a curtíssimo prazo um dos maiores produtores de energia fotovoltaica no País. Então, nós precisamos dessa indústria, dessa tecnologia. Muito obrigado, Senadora Lídice.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – Eu que agradeço a V. Ex^a. E imagino, portanto, que a ligação que V. Ex^a

(Interrupção do som.)

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... poderá apoiar o nosso projeto, que agora se dirige à CAE e que já teve uma grande discussão na Comissão de Infraestrutura. Eu creio que só o fato de ter havido a discussão e de ter a atenção do Senador Elmano Férrer no seu relatório e de tantos outros que puderam apoiá-lo com a ideia de poder até modificá-lo, de aperfeiçoá-lo na comissão de economia, ele já alcança uma parte do seu objetivo, que é provocar esta Casa, para que nós possamos, cada vez mais, contribuir e avançar na definição, no apoio ao fortalecimento da energia renovável no nosso País.

Como eu dizia, Sr^a Presidente, todos esses dados mostram o potencial da Bahia, do Nordeste, a necessidade de se garantir mais incentivos tanto aos produtores como aos consumidores que desejarem instalar fontes de energia alternativa em suas residências.

Diferentemente de outros Estados no Nordeste, que têm maior incidência de ventos no litoral, a Bahia concentra seu potencial eólico no interior do Estado, ao longo de toda a margem direita do Rio São Francisco,

desde a Serra do Espinhaço até Juazeiro, o que é extremamente importante para a nossa realidade de ter 70% do nosso território no semiárido, dar uma nova esperança ao sertanejo, ao agricultor do semiárido, àquele que tem uma terra que muitos achavam que não ia produzir nada, que só produzia vento, e, agora que vento faz energia, vai produzir muito e muito. É o que nós já estamos vendo. O Senador Walter Pinheiro acompanhou isso de muito perto...

(Interrupção do som.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – como Secretário de Planejamento do nosso Estado, e foi um estimulador da instalação de todo o parque eólico, lá em Caetité, e sabe que, a partir de agora, o agricultor contará, imediatamente, com o aluguel da terra para a instalação da torre, o que já é um incentivo, uma renda que se induz e que se coloca no semiárido brasileiro para a sua resistência, a sua sobrevivência às grandes estiagens que acontecem na nossa região. Portanto, esse parque eólico, localizado no semiárido baiano, em Caetité, foi inaugurado em 2012 e é considerado o maior complexo eólico de toda a América Latina.

O Atlas Eólico da Bahia, lançado no ano passado, registra 62 mapas com diferentes parâmetros estatísticos...

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) – ... sobre distribuição, velocidade e direção dos ventos, entre outras variáveis climáticas sobre o território baiano. Além de colocar a Bahia no centro da produção de energia eólica do País, o Atlas ainda identifica novas áreas com potencial eólico.

Assim, os resultados esperados a partir do nosso projeto, já aprovado na Comissão de Infraestrutura, não se resumem aos efeitos voltados à área energética e ambiental. Também potencializa, em seus dispositivos, importantes oportunidades para dinamizar o desenvolvimento regional, por força da demanda que certamente irá proporcionar em termos de produtos e serviços de alto valor agregado em cada uma das regiões.

Portanto, eu quero reiterar que os incentivos previstos em nossa proposta têm vários benefícios: o baixo preço da energia, a redução na geração de gases de efeito estufa e a criação de oportunidades de mobilizar o desenvolvimento regional do Nordeste. Quem ganha sempre é o consumidor, tanto no que se refere à redução dos custos como, principalmente...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) –... pela possibilidade de viver em um ambiente cada vez melhor *(Fora do microfone.)*

Era essa a nossa palavra em relação a este projeto, e, mais uma vez, agradeço a essa dupla de Senadores que está aqui sentada...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - BA) –... o Senador Garibaldi *(Fora do microfone.)* e o Senador Elmano, também agradecendo a atenção do Senador Walter Pinheiro, que acompanhou de perto este projeto, que espero que, na CAE, possa aprová-lo e modificá-lo, aperfeiçoando-o.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srª Lídice da Mata, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pela Srª Vanessa Grazziotin.

A SRª PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Cumprimento a Senadora Lídice da Mata pelo pronunciamento e convindo, para fazer uso da palavra, no período de Liderança de seu partido, o Senador Alvaro Dias.

O Senador Alvaro Dias não se encontrando, eu chamo para fazer uso da palavra, como orador inscrito, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Ângela Portela, é uma satisfação vê-la.

Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores, nossos telespectadores, meu caro Senador de Santa Catarina, da bela Santa Catarina, Dário Berger, que aqui se faz presente, eu quero chamar a atenção, minha cara Senadora Ângela, para dois aspectos importantes dessas movimentações a que nós assistimos aqui, durante toda essa eu diria até expectativa para que nós pudéssemos adentrar no caminho de uma saída para o Brasil.

Nós fizemos um esforço enorme para que o Senado pudesse apresentar uma pauta. Eu quero chamar a atenção para essa questão, Senadora Ângela – e eu estou me referindo muito à senhora, porque a senhora foi minha parceira de caminhada desde 2011 aqui no Senado Federal e, na Câmara, também foi minha companheira de batalha, mas aqui no Senado foi mais de perto. Senador Dário, a Senadora Ângela é testemunha de que, desde 2011, nós clamamos por essa pauta, que agora muita gente passou a chamar – e eu fiz questão de dizer isso ao Senador Renan – de a pauta do Renan. O pessoal diz que é a pauta do Renan. O que o Senador Renan fez, inclusive com muita maestria – quero deixar claro isso –, inclusive no papel dele, foi exatamente juntar as diversas ideias que havia aqui na Casa e conduzir o processo numa proposta capaz de apontar caminhos. Portanto, eu estou dizendo isso aqui até porque nós já tivemos oportunidade de conversar. O próprio Senador Renan – eu até brinquei com ele –, dos 43 projetos listados, um projeto é de autoria do Senador Renan. Então, o Senador Renan não fez uma pauta, Senador Garibaldi, para dizer que estava promovendo os seus projetos. O Senador Renan organizou uma pauta a partir daquilo que existia na Casa.

Nós montamos uma Comissão do Pacto Federativo aqui antes de qualquer coisa, antes de debate com o Vice-Presidente, antes dessa história de ter saído isso ou aquilo na operação Lava Jato. Portanto, essa pauta o Senado propôs como alternativa para o País. Pode ser até que a gente não vote todos os itens que o Senador Renan, inclusive de forma muito correta, conseguiu organizar. Pode ser que a gente vote só quatro.

Vou usar uma expressão que o Senador Renan usou inclusive na reunião com o Ministro Levy: não se trata de uma gincana votatória. A gente pode chegar à conclusão de que quatro ou cinco projetos vão significar a saída e, portanto, não há necessidade de se votar quarenta. Isso aqui não é uma máquina de produzir sandálias. Isso aqui é uma Casa que tem de debater os temas e, portanto, tomar a decisão de votar as matérias a partir daquilo que efetivamente se encaixa.

O que estamos propondo concretamente é uma pauta que nos ligue à questão dos Estados. E não fizemos isso da boca de manifestação. Não fizemos isso como resposta aqui, ali, acolá ou coisa do gênero. Nós fizemos aqui duas grandes reuniões com prefeitos, Senadora Ana Amélia, e com governadores.

A Senadora Ana Amélia, por exemplo, teve a tarefa – e inclusive a fez com brilhantismo – de organizar os pontos que se encontram com a chamada pauta do pacto federativo municipal.

Agora, Senadora Ana Amélia, dizem para a gente assim: vocês estão na pauta do PMDB; estão na pauta do arranjo; estão na pauta do Renan. Nós estamos na pauta que o Senado disse ao Governo que é a pauta que a gente acha que pode ser a saída para o Brasil. Por que o Senado não pode propor alternativas? É só o Executivo que pode mandar de lá para cá? O que o Executivo mandou nós julgamos insuficiente para responder a este momento. Esse é o papel desta Casa.

Não se trata de enfrentamento com o Executivo. Trata-se de cumprir o papel do Senado da República, de ir ao encontro do desejo, das aspirações e da pauta de Estados e Municípios. Portanto é isso.

Eu, Senadora Ana Amélia, só acredito que vai dar liga quando a gente botar os interesses de Estados e Municípios para se casarem com os interesses da União. Ora, se a gente só vai votar a pauta do Levy que tem a ver com a União não vai dar liga, até porque cada Senador veio para cá para representar o seu Estado. Portanto, só vai ter saída para o Brasil quando eu conseguir salvar, quando eu conseguir resolver os problemas do meu Estado, quando a gente conseguir resolver o problema do povo brasileiro. Portanto é esse o encontro de pauta, é esse o caminho.

Não se trata de pauta de Renan. Eu ouvi muita gente dizer: “A pauta do Renan é espuma, a pauta do Renan é isso e aquilo”. Essa é a pauta que a gente avalia que tem que ser discutida. Se chegarmos à conclusão de que nós temos que concentrar esforços para resolver o problema da economia, vamos reduzir a pauta. É isso! É isso que nós estamos fazendo. É esse debate que nós estamos chamando. Agora, vai na contramão.

A gente fala, Senadora Ana Amélia, de uma pauta para tentar criar os fundos. Aí vem uma medida provisória que dá uma tungada em 30% dos fundos constitucionais no Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Aí não tem condição.

Eu estou falando do Fundo de Compensação de Perdas, do Fundo de Desenvolvimento Regional. Sei lá, vamos dizer que isso aí seja algo em torno de dois a três bilhões por ano. A tungada de 30% nos fundos constitucionais pode representar R\$12 bilhões. Portanto, eu quero discutir esse tema. E posso falar tranquilamente isso. Falando isso aqui eu sei que esse o mesmo sentimento do Senador Renan Calheiros.

Essa não é a pauta do Renan! Renan é Presidente desta Casa e teve exatamente a capacidade no juntar.

Eu participei, Senadora Ana Amélia, de diversas reuniões com o Ministro Levy, inclusive na casa do Senador Renan. E não sou do PMDB! Poderia citar outros e outros. A Senadora Ana Amélia é do PP..

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador Walter, Senador Walter Pinheiro...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ...e, portanto, contribuiu decisivamente para a gente organizar a pauta municipal. A Senadora Lúcia Vânia tratou da pauta estadual, o Senador Anastasia tratou dessa coisa chamada organização dos Estados, o Senador Anastásia, um Senador da oposição. Portanto é tarefa do Senado!

Parem com essas misturas, com esses trocas-trocas! Toda vez que a gente faz algo desse tipo, “Ah, é o Senado jogando uma boia para o Governo”. Não!

O Senado está procurando uma boia para salvar o Brasil, e não para salvar governo de partido “a” ou de partido “b” ou de quem quer que seja. Esta é a nossa obrigação. A nossa obrigação é construir um caminho para encontrar uma alternativa, uma saída para este País.

Senadora Ana Amélia

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Walter Pinheiro, eu levantei porque a veemência de V. Exª expressa indignação, mas expressa a necessidade de que a sociedade brasileira, que está ouvindo-o e vendo-o neste momento, entenda as razões pelas quais nós estamos trabalhando intensamente. Não há, como disse V. Exª, partido político envolvido nisso, porque essa é uma causa federativa dos Municípios e dos Estados. Então queria cumprimentá-lo pela abordagem deste tema e pela forma com que está colocando os pingos nos “is” dessa matéria. Às vezes a gente precisa dar uma chacoalhada para que as pessoas não sei equivoquem ao entender diferente daquilo que está acontecendo na realidade. Eu queria dizer da alegria que eu tive, comandada por V. Exª, que é o Presidente da nossa Comissão Especial do Pacto Federativo. O Relator geral é o Senador Fernando Bezerra, ex-Prefeito lá de Pernambuco, de outro partido. Sou Senadora independente, mas aqui, como eu disse, não temos partido. Nós somos defensores da Federação e, como tal, temos que continuar trabalhando assim. Eu fico muito honrada e queria assinar embaixo de tudo o que V. Exª está dizendo, para repor no seu devido lugar a nossa função aqui. E, se não defendermos isso, nós estaremos descumprindo o que está determinado na Constituição Brasileira, porque somos aqui representantes dos Estados e esta é a nossa missão, Senador. Cumprimentos! Eu fico muito honrada de ter compartilhado com V. Exª e compartilhado sempre nesta Casa com uma pessoa da sua envergadura, da sua competência, da sua dedicação e compromisso, Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

Senador Elmano, eu estou chamando a atenção disso, porque, por exemplo, V. Exª hoje relatou um projeto importante de que a Senadora Lídice acabou de falar. Portanto nós vamos encaixando essa necessidade, os pontos. Aí falam: “Não, mas vocês estão batendo no Governo!” Não estou batendo em governo. A nossa obrigação, inclusive, é cobrar de governo. Nós não viemos para cá para ficar iguais a cordeirinhos ou talvez até levantadores de mão ou apertadores de botão em painel. Eu não vim aqui para levantar a mão. Quem levanta a mão são aqueles bonecos que ficam em casa de autopeças. O cara bota um ventilador embaixo daqueles bonecos de plástico ou de borracha e os bichos ficam balançando a mão.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nós temos obrigação, Senadora Vanessa, de defender, como V. Exª ontem defendeu veemente o seu Amazonas com uma medida provisória equivocada.

Portanto é essa a contribuição, Senador Elmano. Qual é o problema? Para isso nós estamos no caminho. Volto a dizer: nós estamos prontos. A conversa que nós tivemos com o Levy... E não é essa história de dizer “Ah, foi depois que Michel Temer...” Foi isso, foi aquilo. Nós estamos discutindo dívidas dos Estados aqui desde a vez passada. O relator dessa questão dos benefícios foi exatamente o Senador Luiz Henrique. E o Senador Luiz Henrique não está mais entre nós! Portanto, o tema de que ele tratou, que agora está na Câmara, foi motivado por essas questões de ontem. Pelo amor de Deus! O principal projeto que convalida os benefícios.

Portanto, é preciso que a gente passe a enxergar desse jeito. Esse é um trabalho que nós estamos cobrando.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu fui Relator da 599 em 2012. Já tem outra medida provisória criando fundo.

Portanto, é esse trabalho que eu acho que é importante o Senado fazer e entregar. E o Senado não pode atravessar o ano de 2015 sem votar essas matérias federativas, sem buscar resolver a questão do Brasil.

Senador Elmano.

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – Senador Walter, se não votarmos essa matéria, os Estados e os Municípios vão falir. Estou chegando do Piauí. Na semana passada, 50 prefeitos se reuniram na associação, dizendo que não têm mais como conduzir seus Municípios. Eu queria só me somar às considerações e ao corajoso pronunciamento de V. Ex^a e dizer que se esta Casa não votar, urgentemente, uma reformulação do Pacto Federativo nós vamos ter a falência do Estado brasileiro. E essa falência não vai acontecer...

(Interrupção do som.)

O Sr. Elmano Férrer (Bloco União e Força/PTB - PI) – ...nem nos Estados Federados. A falência do Estado dar-se-á também pela União. Não há saída para o Estado brasileiro se não discutirmos profundamente agora. Não pode ser amanhã. Há uma crise profunda do Estado brasileiro. Temos que reinventá-lo. E a reinvenção do Estado, no meu entendimento, deve começar por esta Casa, que tem a devida competência para tal. Eu me somo e me solidarizo ao pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Obrigado, Senador Elmano.

Eu vou encerrar, Sr. Presidente.

Mais do que desabafo, na realidade eu estou chamando este tema para entender quais são as nossas responsabilidades.

Portanto, falo aqui a partir exatamente do que eu acho que tenho como compromisso com o povo do meu Estado e até com o povo do Brasil.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Para isso é que eu fui eleito. Portanto o Governo não pode enxergar dessa forma.

A mesma coisa é chegar e dizer: não, agora tem pauta bomba, pauta bomba. Pauta bomba é deixar salário de servidor aí, por exemplo, e reestruturação, que é um debate que já devia ter sido feito. Aí vai empurrando para a frente, empurrando, empurrando, empurrando, e não se discute.

Na realidade, se esse Estado tivesse sido reestruturado de forma decente, servidores do Judiciário e do MPU teriam hoje remuneração correta. Portanto, nós precisamos estruturar esse Estado para o serviço ser prestado. Não acho que isso seja pauta bomba, não. Isso é pauta fundamental para, inclusive, estruturarmos o Estado brasileiro para prestar serviços aos que mais precisam.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, a Sr^a Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra agora, porque é um inscrito, uma comunicação inadiável e, depois, um Líder, à Senadora Ângela Portela, numa comunicação inadiável. Depois da Senadora Ângela Portela é o Senador Donizeti e, em seguida, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – E eu?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a está inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – E eu, Sr. Presidente? Esqueceram de mim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Ex^a... Garibaldi será o décimo quarto.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. *Fora do microfone.*) – Houve uma pequena confusão, Senador Paim. Eu era o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De jeito nenhum. O Walter falou como orador inscrito e V. Ex^a também é orador inscrito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Eu sou orador inscrito, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas o Walter falou como orador inscrito.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – O meu nome está logo aí.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas então? Fala um orador inscrito e uma comunicação inadiável ou Líder. Então Walter Pinheiro falou neste momento.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Era para que eu falasse, e eu cedi a ele.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, se você cedeu a ele, a próxima é uma comunicação inadiável.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – Ok. Mas e eu? Como é que fica a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você, vamos ter de encaixá-lo aqui, com certeza. Vou colocá-lo no meu lugar. Logo após a Senadora, seria eu. Aí você vai falar no meu lugar e, em segui-

da, fala o Senador Alvaro Dias. Eu abro mão da minha fala mais uma vez, até porque falo todo dia. Não estou fazendo nada demais aqui. Eu falo tanto que de vez em quando tenho que abrir mão da fala. Ok?

Senadora Ângela.

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Paulo Paim, nosso Presidente.

Eu queria parabenizar o Senador Walter Pinheiro pela forma clara, didática com que colocou aqui a pauta do Senado Federal na Agenda Brasil e pela forma contundente com que ele defende as questões de interesse dos Estados brasileiros. É o que nós chamamos atualmente de pauta federativa.

O Senador Walter tem sido um protagonista nessa luta para defender os interesses dos Estados brasileiros. Parabéns, Senador Walter!

Eu queria tratar de um tema que também é de extrema relevância e que está na pauta hoje. É a PEC que trata da reoneração da folha de pagamento das empresas.

Desde o início da crise econômica internacional, uma das maiores de todos os tempos, o Governo Federal adotou uma série de medidas de estímulo à nossa economia destinadas a amenizar ou mesmo evitar que os efeitos nefastos da crise chegassem ao povo brasileiro, especialmente aos cidadãos e às cidadãs mais pobres do nosso País.

Até o ano passado, essas medidas surtiram efeito, preservando milhões de empregos e fazendo com que nossa gente continuasse consumindo. Infelizmente, a crise demorou mais do que o previsto pelos agentes econômicos, o que tornou inevitável uma correção de rumos, um ajuste que, apesar de doloroso, tornou-se a única saída para que as conquistas do nosso povo não se percam no caminho.

Hoje aprovaremos aqui, no Senado, a terceira grande medida do ajuste fiscal, o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015, que reonera a folha de pagamento das empresas. Trata-se, Sr. Presidente, de projeto fundamental para reequilibrar as contas públicas e colocar o Brasil novamente no caminho do crescimento econômico e da geração de empregos.

Bem sabemos o quanto é difícil uma época de ajustes, de arrumação da casa, com muito sacrifício e determinação. Ao mesmo tempo, no entanto, temos absoluta certeza da necessidade de apertar o cinto agora, para que os tempos de bonança retornem com força.

Infelizmente, a economia é cíclica. Os momentos de prosperidade se alternam com outros de aperto. E o papel do Governo é fazer com que a fartura seja mais duradoura do que a escassez. É isso que vem sendo feito.

O PLC nº 57 está diretamente relacionado à Previdência Social. Enquanto a MP nº 664 promoveu um corte nas despesas da Previdência, o projeto que aprovaremos hoje institui um aumento nas receitas, aumento esse que virá do restabelecimento das alíquotas da contribuição previdenciária sobre a receita bruta das empresas. Trata-se, Sr. Presidente, de uma medida importante e necessária, que cobra mais daqueles que podem pagar mais, e não do trabalhador brasileiro.

Ao elevar as alíquotas, o PLC 57 estabelece que a classe empresarial brasileira também contribua com o grande esforço fiscal do País, sempre visando o objetivo maior, que é a retomada do crescimento e da geração de empregos e renda para os brasileiros e brasileiras, especialmente aqueles mais pobres e que mais precisam da atenção do Governo e da atenção da sociedade.

Ao tributar o chamado “andar de cima”, o Governo Federal assegura que o esforço e o sacrifício, tão necessários neste momento de ajuste, não sejam exclusividade dos trabalhadores, mas contem com a colaboração importante e maciça do empresariado nacional.

O Governo tem feito sua parte, cortando despesas e reorganizando a máquina pública para que seja mais eficiente e menos custosa, menos onerosa. É preciso lembrar, ainda, que o ajuste fiscal não promoveu aumento de impostos diretos sobre a população brasileira.

É preciso, pois, que aprovemos o PLC 57, de 2015, pois as medidas nele contidas não penalizam nossa população, mas exigem uma maior contribuição daqueles que mais podem contribuir.

É a última medida do ajuste fiscal, cuja aprovação nos permitirá virar esta difícil página...

(Soa a campanha.)

A SRª ÂNGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – ... rumo a dias melhores de crescimento e de prosperidade. Este é o compromisso do Governo Federal, do Governo da Presidenta Dilma, com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, para finalizar, quero agradecer imensamente a tolerância de V. Exª com o tempo – V. Exª, que tem sido aqui neste Senado Federal o grande, o maior defensor dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras.

Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço pela gentileza, Senadora Ângela Portela, e por seu brilhante pronunciamento.

Como eu havia anunciado, agora falará no meu lugar o Senador Ataídes e, na sequência, já é o Senador Alvaro Dias, como Líder.

Senador Garibaldi, o senhor é o décimo quarto: vem o Jorge Viana, o Ronaldo Caiado e, em seguida, V. Ex^a.

Enquanto S. Ex^a vem à tribuna, eu só queria lembrar – o Senador Alvaro Dias vai concordar comigo – que nós temos de fazer também o dever de casa. Nós não votamos os vetos e não votamos o PL nº 2, do Aerus. Então, aqui no Congresso, além de cobrar do Governo, temos que fazer o dever de casa. Hoje era para haver sessão às 11 horas para apreciar os vetos e não votamos veto nenhum. Os vetos vão se acumulando, daqui a pouco vamos ter trinta, quarenta vetos na fila! E aí como é que se vota a questão do Aerus, que já é uma decisão tomada, articulada, decidida no Supremo e também junto ao Governo e está pronta para ser votada? Nós temos que ver como é que vamos apreciar esses vetos.

O Senador Ataídes viu que eu fiz um preâmbulo aqui antes da sua fala!

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Paim, obrigado duas vezes – por estar cedendo também o seu precioso tempo.

Eu vou ser breve dentro do meu tempo como orador inscrito.

Eu vou hoje aqui apresentar uma PEC a respeito do Carf – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que é vinculado ao Ministério da Fazenda e é responsável pelo julgamento de recursos de ofícios involuntários interpostos contra autuações fiscais relativas a tributos federais – o famoso Carf, que passou a ser mais um escândalo, deflagrado pela Operação Zelotes, que já informou que há um desvio de dinheiro público em torno de R\$5,7 bilhões e que esse valor pode chegar a R\$19 bilhões. Assim sendo, colhi as devidas assinaturas e, no dia 19/5, instalamos a CPI do Carf aqui no Senado Federal.

O Carf começou a funcionar em janeiro de 2009. De janeiro de 2009 até dezembro de 2014, o Carf julgou R\$1,3 trilhão. Hoje, a União tem, no Poder Judiciário, para serem julgados, mais de R\$2 bilhões. E no Carf ainda se encontra um estoque para ser julgado em torno de R\$565 bilhões.

Pois bem, eu quero só fazer um breve relato sobre como era o formato do Carf. O Carf anteriormente era formado por 360 conselheiros, sendo 216 titulares e 144 suplentes. Desses 216 titulares, juntamente com esses 144 suplentes, a metade era Auditor da Receita Federal e a outra metade era indicada por diversos órgãos, por diversos segmentos da nossa economia – comércio, indústria, instituições financeiras, advogados.

Esse Carf era estruturado em três seções. A seção primeira julgava o Imposto de Renda das pessoas jurídicas, como também a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas; a segunda seção julgava pessoas físicas, Imposto Territorial Rural e também contribuições previdenciárias; a terceira turma julgava, então, o PIS/Pasep, Cofins, Finsocial, IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), a extinta CPMF, IOF, a Cide e outras mais.

Depois da deflagração da Operação Zelotes e da consequente instalação da CPI do Carf aqui no Senado Federal, o Carf resolveu mudar essa estrutura, mas manteve a paridade. As principais modificações foram as seguintes:

1 – redução do número de conselheiros: de 216 conselheiros, mudaram para 130 conselheiros e mais 14 suplentes;

2 – criação de regras para evitar que parentes de conselheiros fossem nomeados para o Carf até três anos depois da saída do conselheiro;

3 – exigência de que os conselheiros dos contribuintes que sejam advogados se licenciem formalmente da advocacia para se dedicarem exclusivamente ao Carf;

4 – instituição de salário para os conselheiros;

5 – ampliação dos requisitos para concorrer ao cargo de conselheiro, inclusive com previsão de sindicância de vida pregressa do candidato;

6 – proibição expressa de conselheiro atuar em processos nos quais possa ter interesse econômico direto ou indireto;

7 – participação de representante da OAB no comitê de seleção dos novos conselheiros.

Pois bem, essa foi a mudança que o Carf, depois da Zelotes e da CPI, adotou. Entretanto, Sr. Presidente, essas alterações não resolverão os problemas, os ilícitos desses julgados dentro do Carf. E repito: ainda temos lá mais de meio trilhão de reais para serem julgados.

Hoje se completam quase 60 dias da nossa CPI aqui no Senado Federal, cuja relatora é a competente Senadora Vanessa Grazziotin, que tem estado ao nosso lado, assim como o Senador Pimentel.

Começamos, então, a estudar uma nova PEC. Para essa nova PEC, nós tivemos uma audiência recentemente com o Dr. Gustavo Brigagão, um especialista em matéria tributária, o Dr. Heleno Torres e também o presidente do Carf, Dr. Barreto.

Chegamos, então, à PEC que protocolizamos ontem, que leva o número 112/15 e diz o seguinte:

Determina a edição de uma lei complementar para regular o contencioso administrativo fiscal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Os arts. 37, 108 e 146 da Constituição Federal de 1988 passam a vigorar com a seguinte redação.

Aqui no 37, portanto, criamos o inciso XXIII, que diz o seguinte sobre a composição no novo Carf:

Art. 37

XXIII - os órgãos do contencioso fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão integrados por bacharéis em Direito com, no mínimo, 30 anos de idade e 5 anos de atividade jurídica na área tributária e aprovados previamente em concurso público específico de provas e títulos, que contarão com a garantia da vitaliciedade, e por um membro do Ministério Público, que funcionará como fiscal da lei.

Ou seja, nós estamos propondo que ele será composto por pessoas que prestarão concurso público, que terão vitaliciedade e terão, no mínimo, 30 anos de idade e 5 anos de experiência.

O art. 108, que fala do Poder Judiciário:

Art. 108

II - julgar, em grau de recurso:

a) as causas decididas pelos juizes federais e pelos juizes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição [Aqui não mudou; eu só estou repetindo porque nós tivemos que criar a letra "a" para que pudéssemos também criar a letra "b", que vem em seguida];

b) os pedidos de revisão formulados pela parte vencida no âmbito administrativo do contencioso administrativo fiscal federal, ficando suspensa a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da decisão final.

Aqui, Sr. Presidente, nós temos duas situações. A primeira é que essas ações, esses autos de autuações, dentro do Carf demoravam em torno de 8 anos. Depois, então, iam para a primeira instância e, posteriormente, para a segunda instância do Poder Judiciário, o que demorava mais um tempo, em torno de 8 a 10 anos. Ou seja, para que a União recebesse esse dinheiro, levava-se algo em torno de 16 anos ou mais.

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – E aí, então, algumas dessas empresas já estavam em estado de falência, de insolvência. Dessa forma, estamos saindo desse juiz de primeira instância e indo diretamente para o juiz de segunda instância.

Além disso, com relação a esse depósito compulsório que a empresa tem de fazer para recorrer ao tribunal de segunda instância: nós estamos propondo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da decisão final.

Por último, nós estamos também alterando o art. 146 da Constituição, que diz que cabe a lei complementar... Criamos, então, o inciso IV, para estabelecer a disciplina do processo administrativo fiscal da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, observado o disposto no inciso XXIII do art. 37 da Constituição.

São essas as nossas propostas, Sr. Presidente, para que tenhamos um contencioso que realmente venha atender os anseios da União, em especial do nosso povo. Eu espero que essa proposta seja discutida e acatada pelo Congresso Nacional.

Nós estamos abertos para a discussão, evidentemente, dessa PEC e aguardamos que ela venha a ser colocada...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... o mais rápido possível em julgamento. Para tanto, então, eu rogo o apoio dos meus pares para que essa iniciativa aqui apresentada possa prosperar nesta Casa e seja, no menor tempo possível, remetida à Câmara dos Deputados e, finalmente, possa ser promulgada por este Congresso Nacional.

E aqui, Sr. Presidente, essa PEC entra em vigor no ano seguinte, ou seja, nós precisamos aprovar essa PEC este ano ainda porque, com essa paridade, com esse novo sistema que foi criado para o Carf, com toda a vênha, eu acredito que nós não tenhamos a garantia de que esse contencioso tão importante para o nosso País venha a funcionar com transparência e com a verdadeira licitude...

(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO) – ... que deveria ter pautado ao longo dos anos esse contencioso.

E repito: nós temos dois bilhões no Poder Judiciário; nós temos mais de R\$500 bilhões, ou seja, R\$565 bilhões, para ser mais preciso, em processos ainda a serem julgados.

E nós vamos continuar com a nossa CPI, ouvindo, então, essas pessoas que nós achamos que participaram de julgamentos, no mínimo, estranhos e compartilhando informações com a Operação Zelotes, que tem feito um trabalho extraordinário através do Procurador Frederico Paiva e do Dr. Marlon Cajado, da Polícia Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Ataídes.

De imediato, como Líder agora, o Senador Alvaro Dias – acertamos aqui a nossa lista de oradores.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Paulo Paim, meus cumprimentos a V. Ex^a, que teve um projeto muito importante aprovado hoje na Comissão de Constituição e Justiça. Tive a honra de relatar.

O projeto de V. Ex^a propõe maior transparência para evitar os exageros que ocorrem na nomeação de assessores em cargos comissionados pelo Governo da União, pelos governos de modo geral. O projeto foi aprovado por unanimidade, e V. Ex^a recebe os nossos cumprimentos.

Tive a honra de relatá-lo e...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimento V. Ex^a pelo esforço que fez para aprovar o projeto. Eu sei que, não fosse a sua competência e alguns ajustes, o projeto não teria sido aprovado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Agradeço a V. Ex^a.

Tive a oportunidade de apresentar a alteração, ampliando o alcance do projeto, com base na Lei de Acesso à Informação, já que o projeto de V. Ex^a me parece ter sido apresentado anteriormente à edição da Lei de Acesso à Informação. Mas é uma grande contribuição no momento em que se exige transparência na Administração Pública brasileira, sobretudo em razão dos grandes escândalos de corrupção, que provocam a indignação maior do povo brasileiro.

Hoje, Sr. Presidente, venho comunicar à Casa a resposta ao pedido de informações que formulei ao Ministro da Fazenda relativamente aos subsídios que são pagos pelo povo brasileiro, já que recursos públicos são transferidos do Tesouro Nacional para o BNDES a fim de que esse banco possa contrair contratos de empréstimos com grandes grupos econômicos e, especialmente, outras nações.

Há muito tempo se debate nesta Casa o desvio de finalidade promovido na gestão do BNDES, especialmente a partir de 2007, quando o Decreto Presidencial nº 6.322, de dezembro de 2007, modificou o Estatuto do Banco para permitir que essa instituição financeira do Brasil financiasse aquilo que chamam de aquisição de ativos e investimentos realizados por empresas de capital nacional no exterior, ou seja, essa remessa bilionária de recursos públicos para alavancar o desenvolvimento de outros países ou para alavancar um sistema de corrupção que se instala em outros países em razão desse procedimento, já que as empreiteiras de obras públicas, que levam os recursos que são públicos aqui a outras nações, acabam levando vantagens, tendo benefícios e privilégios na execução de obras, com um processo de licitação que não nos cabe avaliar, mas certamente duvidoso, instalando propinodutos mundo afora, contrariando, inclusive, acordos celebrados pelo Brasil com outras nações de combate à corrupção internacional.

Nós requeremos do Ministro da Fazenda informações sobre o valor desses subsídios.

Aliás, Senador Ataídes, o BNDES se constituiu caixa preta, até há pouco tempo, quando, em razão de procedimento adotado pelo Tribunal de Contas da União junto ao Supremo Tribunal Federal, decidiu-se que as informações devem ser veiculadas sobre os empréstimos concedidos pelo banco.

Anteriormente, com base na Lei de Acesso à Informação, não obtínhamos informação alguma a respeito desses empréstimos, o que nos motivou, inclusive, a impetrar um mandado de segurança, submetido ao Supremo, exatamente com o mesmo propósito do Tribunal de Contas da União. Hoje, o banco é obrigado a fornecer essas informações, promovendo assim maior transparência.

Isso levou o Congresso Nacional a trabalhar para a instalação de CPI. No Senado, há quantos anos nós tentamos instalar a CPI BNDES e não conseguimos? A Câmara dos Deputados instala na frente, agora.

Aliás, o Senado vem perdendo protagonismo, exatamente porque reluta em cumprir o dever de fiscalizar instalando CPIs. A Câmara dos Deputados instalou CPI Petrobras, CPI Fundos de Pensão, CPI BNDES, enquanto que o Senado ficou aguardando.

Sr. Presidente, o Ministro da Fazenda informa que os subsídios pagos ao BNDES em razão desses empréstimos chegarão a R\$184 bilhões até 2060. Vejam, Srs. Senadores, no ano de 2008, o custo foi de R\$17 milhões apenas. A partir desta nova política econômica adotada em função desse Decreto assinado pelo Governo, em 2009 esse valor saltou para R\$4,5 bilhões de subsídios.

(Soa a campanha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Em 2010, R\$8,4 bilhões. Em 2011, R\$10,5 bilhões.

Vejam a escalada: em 2014, o contribuinte brasileiro pagou – pasmem – R\$21,2 bilhões para cobrir o rombo dessa política levada a cabo pelo BNDES; em 2015, o Ministério da Fazenda projeta um gasto de – número oficial, do Ministro da Fazenda – R\$22,6 bilhões, dinheiro arrancado dos contribuintes brasileiros; e assim por diante, até chegar, em 2060, a R\$184 bilhões de subsídios arrancados do povo brasileiro para satisfazer grupos econômicos privilegiados, mais próximos do poder no País, ou então nações também próximas ideologicamente daqueles que governam eventualmente o Brasil. Lamentável! Uma lástima!

Foram bilhões de dólares de empréstimos, alguns bilhões secretamente. Ainda não sabemos taxas de juros, valor real, prazo de carência, objetivo do empréstimo e se o País recuperará esses valores, porque há nações que recebem a complacência, a generosidade brasileira com o perdão das suas dívidas, como tentou e conseguiu, em parte, o Governo do nosso País em relação a países africanos, inclusive ditaduras sanguinárias e corruptas.

Enfim, essa é a realidade do nosso desgoverno, que leva às ruas multidões protestando e implorando por providências que signifiquem mudança. Certamente, essa marcha para a mudança no Brasil vai se tornando irreversível.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela condescendência em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Senador Alvaro Dias falou como Líder.

Por permuta com o Senador Jorge Viana, fala agora a Senadora Lúcia Vânia. Depois da Senadora Lúcia Vânia, fala o Senador Ronaldo Caiado e, em seguida, o Senador Garibaldi Alves Filho.

O Senador Caiado me disse que provavelmente não estará aqui neste momento e pediu que eu o permutasse com V. Ex^a. Então, V. Ex^a seria, Senador Garibaldi, o próximo, depois da nobre e querida Senadora Lúcia Vânia.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estivemos hoje reunidos pela manhã em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, por iniciativa da Senadora Simone Tebet, para ouvir os bancos regionais sobre os resultados da aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais.

Quero aproveitar este momento para cumprimentar a Senadora Simone Tebet pela iniciativa, que demonstra mais uma vez seu comprometimento e sua sensibilidade para com os temas do desenvolvimento regional em nosso País, um assunto importante, mas muitas vezes relegado ao segundo plano pelo Governo Federal.

Na audiência, foram apresentados os números dos desembolsos dos Fundos Constitucionais pelos agentes financeiros e foram apresentadas as perspectivas desses desembolsos para o futuro.

Chamam a atenção os elevados percentuais de utilização dos recursos, bem acima dos 90% em anos recentes, e a baixa inadimplência, de menos de 1%. Ambos são números que corroboram a aceitação e os bons resultados obtidos pelos fundos.

Como é do conhecimento de todos, os recursos dos Fundos Constitucionais, complementados pelos Fundos de Desenvolvimento Regional, constituem uma parcela importantíssima dos recursos disponibilizados para o financiamento de atividades econômicas com potencial efeito multiplicador. Esses fundos geram emprego e renda nas regiões mais necessitadas do País. Somente no FCO são R\$52,5 bilhões num total de 908 mil operações contratadas, que geram e mantêm cerca de 5,8 milhões de empregos na Região Centro-Oeste. A esses números se somam os números das demais Regiões, tão expressivos quanto os nossos do Centro-Oeste.

Ocorre, Sr. Presidente, que fomos surpreendidos pela notícia de que o Governo, na contramão dos esforços que vimos empreendendo para otimizar os recursos dos fundos, apresentou uma lamentável novidade na Proposta de Emenda à Constituição nº 87, que promove a desvinculação de receitas da União até 2023.

A DRU tem sido um instrumento importante para as contas do Governo, disso nós temos plena consciência. A novidade, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que agora o Governo estende a desvinculação de receitas também aos recursos destinados aos Fundos Constitucionais.

Essa novidade, Sr. Presidente, nos deixa a todos perplexos. No momento em que discutimos formas para pôr fim à guerra fiscal, para reformar o ICMS, para criar os fundos de desenvolvimento regional e de recomposição de perdas, o Governo surpreende a todos com esta proposta que é, no mínimo, desrespeitosa.

Não é novidade a forma oportunista com que o Governo trata os fundos, colocando cada vez menos recursos, deixando que sejam alimentados apenas pelo retorno dos investimentos. Agora o Governo propõe

um corte de 30% dos recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados destinados aos Fundos Constitucionais.

Reduzir os recursos dos Fundos Constitucionais é uma afronta aos Estados e às regiões, que têm nos fundos a sua única fonte de recursos para promover o desenvolvimento regional. Não há política de desenvolvimento regional no País, e o pouco que ainda podemos acessar agora está sob ameaça de contingenciamento. É lamentável e inaceitável.

Considero, Sr. Presidente, que o único instrumento de que dispomos para lutar contra esta desvinculação é não votarmos aqui a reforma do ICMS.

Imagina que todos nós, tanto o Norte e Nordeste, quanto o Centro-Oeste, estamos fazendo um esforço hercúleo para ajudar na construção de uma nova reforma tributária, de uma reforma principalmente do ICMS. Abrimos mão de todos os instrumentos de que dispomos para promover a política regional, sob alegação de que a reforma do ICMS vai ajudar o País.

Os governadores assinaram um convênio, que é tido como Convênio 70, em que fazemos a convergência de alíquotas, e é criado um fundo de ressarcimento para os Estados que irão perder com essa reforma.

O Governo acena também com o Fundo de Desenvolvimento Regional, Senadora Simone. Imagino como V. Ex^a, que tem sido veemente aqui em relação à fragilidade da construção dos fundos, está se sentindo, neste momento, em que os Fundos Constitucionais, que já estão constituídos, que já estão consolidados, sofrem um corte de 30%. Como vamos acreditar que os fundos com que o Governo acena para a reforma do ICMS possam vir a suprir as necessidades de nossas regiões?

Portanto, eu, que fui aqui uma grande defensora da reforma do ICMS, abrindo mão, inclusive, das reações negativas do empresariado goiano, entendia que a guerra fiscal faz um mal para todos os Estados e para o País.

Fizemos um esforço no sentido de esclarecer esses empresários da importância dessa convergência de alíquota, demos o voto de confiança para o Governo, acenando com a possibilidade de aceitar a construção de um novo fundo, e, de repente, nós somos surpreendidos com esse corte. Eu não posso, em hipótese nenhuma, em nome do meu Estado e da minha região, votar a reforma do ICMS, diante dessa ameaça que é apresentada com essa medida provisória.

Concedo um aparte à Senadora Simone.

A Sr^a Simone Tebet (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Lúcia Vânia, agradeço a gentileza das palavras. V. Ex^a é sempre gentil com todas as colegas. Quero parabenizá-la. Eu já havia aparteado o Senador José Medeiros a respeito, mas fico muito feliz de estar neste plenário para poder também fazer um aparte a V. Ex^a, que sempre foi uma referência para mim nessa questão do desenvolvimento regional. Eu era Prefeita e V. Ex^a já estava nesta causa. Eu era Vice-Governadora, estive no seu Estado, participando, na época, como Governadora, e a senhora, como Senadora, já tratava desta questão. Então, V. Ex^a é uma referência para mim e vê-la tratar dessa questão, com equilíbrio, com sensatez, mas com muita responsabilidade, na defesa não só do seu Estado, mas de todo o Centro-Oeste e de todo o interior deste País, do Norte e do Nordeste, deixa-me não só muito feliz, mas com a convicção de que, através da sua voz e da voz de outros companheiros que se somam e que pensam da mesma forma, nós não deixaremos esta PEC prosperar nesse aspecto de impor a DRU em relação aos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Parabéns pela sensatez, pelo equilíbrio, pela postura! Eu deixo aqui, de público, este testemunho de que, há muito tempo, acompanho o seu trabalho, principalmente nesta questão da luta do desenvolvimento regional. Não sei se há alguma Senadora – estou falando das mulheres aqui – que tenha esta bandeira tão exacerbada não só no seu coração – é importante dizer isso –, não só na sua alma, mas na sua voz. É uma Senadora que luta pelo desenvolvimento não só do seu Estado, mas de todo o Centro-Oeste. Eu fico muito feliz de ver Mato Grosso do Sul defendido por V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Eu agradeço, Senadora Simone, e quero dizer que estaremos juntas nesta luta. V. Ex^a, embora tenha apenas um mandato, o primeiro mandato aqui, no Senado da República, revela-se, a exemplo do seu pai, uma grande defensora da nossa região.

Portanto, agradeço as palavras V. Ex^a.

Concedo um aparte ao Senador Hélio.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senadora Lúcia Vânia, eu faço das palavras da nossa querida Senadora Simone Tebet minhas também. Mas eu queria complementar, como o Senador aqui do Distrito Federal, que é com muita satisfação – eu que a conheço de longas datas na vida política, exatamente no desenvolvimento regional, como Deputada, como Senadora, sempre atuante na política do Estado de Goiás, que é meu estado natal, inclusive, sou de Corumbá de Goiás – e alegria que vejo V. Ex^a trazer à tona um assunto que para nós é fundamental. Brasília tem toda essa região do Entorno cujo fundo do FCO é basilar para a gente poder conseguir desenvolver a Ride; poder dar uma assistência técnica, industrial e empresarial; fazer os incentivos que precisam ser feitos nessa região. Somo-me a V. Ex^a e deixo claro que não dá para, com todo o esforço,

discutir o Pacto Federativo, a reforma do ICMS, e de repente vir uma pancada dessa, como essa PEC tirando 30% dos nossos fundos, que já não são suficientes para tantos projetos de que precisam essas regiões. Brasília também se sente muito agradecida e representada pela sua voz sempre tão construtiva. Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

(Soa a campanha.)

A SRª LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Agradeço ao Senador Hélio. E tenho certeza, Senador, que V. Exª que é tão veemente defensor da nossa região, estará somando forças conosco para impedir que essa PEC prossiga.

Sr. Presidente encerro as minhas palavras, agradecendo a V. Exª a tolerância, mas eu quero ainda aqui dizer da nossa perplexidade. No momento em que o Senado da República, em um gesto importante, estende a mão ao Governo com uma agenda propositiva – Agenda Brasil –, acenando com um grande desafio de fazer a reforma do ICMS, eis que somos surpreendidos com uma PEC dessa natureza, exatamente quando procuramos reunir forças para enfrentar os problemas do País. Essa PEC vem ferir de morte o desenvolvimento das nossas regiões.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Lúcia Vânia.

Passamos a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, por permuta com o Senador Ronaldo Caiado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srªs e Srs. Senadores, finalmente uma boa notícia para os nordestinos, sobretudo aqueles que habitam, moram, são cidadãos dos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Ceará e do meu Rio Grande do Norte. Não é ainda uma notícia definitiva. Não é ainda a melhor notícia, mas é uma notícia auspiciosa.

Sr. Presidente, sexta-feira, às 10 horas da manhã, a Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff estará em Cabrobró, no Estado de Pernambuco, para dar início efetivamente ao processo de transposição das águas do Rio São Francisco.

Ora, Sr. Presidente, isso vai trazer uma esperança e uma promessa que não é mais nem aquela promessa, nem aquela esperança que se criou ao longo dos anos, Senadora Lúcia Vânia. É realmente alguma coisa concreta diante de uma espera que já dura longos e longos anos, e que, agora, quando o quadro se agravou, essa esperança poderia ceder lugar ao desespero, ao desespero de não se ter realmente um pingão d'água em milhares e milhares de casas. Porque não se trata de água para projetos agrícolas do Nordeste. Esses projetos, Sr. Presidente, já começam a ser deixados para trás, porque a prioridade, diante de quatro anos de seca, tem que ser levar água para beber.

Volto ao ponto inicial do meu discurso.

Sexta-feira, vamos ter concretamente o quê? A Presidenta vai visitar as obras, e um conjunto de bombas será acionado, que vai realizar o bombeamento das águas do Rio São Francisco até o Rio Grande do Norte, que é, nesse eixo, o último Estado a ser presenteado pelas águas do Rio São Francisco, cujas nascentes se encontram na Bahia, do Senador Otto, que já se prepara para me apartear, e em Minas Gerais.

Concedo um aparte ao Senador Otto, com todo o prazer.

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – Nobre Senador Garibaldi Alves, estou ouvindo o discurso de V. Exª com atenção. Sempre fui um defensor de que os Estados receptores das águas do São Francisco, sobretudo, o Estado de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e, principalmente, da Paraíba, que é o Estado com o menor potencial aquífero *per capita* do Brasil – o menor potencial está na Paraíba, os outros têm até um potencial maior... Agora, eu sempre fui a favor da transposição. À época da transposição, o que eu esperava, o que nós esperávamos, os Estados doadores das águas, o Estado da Bahia, o Estado de Minas, como V. Exª falou – 75% do Rio São Francisco é formado no Estado de Minas, 25% no Estado da Bahia... Então, parte dos rios que compõem a Bacia do São Francisco, tanto em Minas como na Bahia, já sucumbiram, já morreram. Vários rios estão numa situação, inclusive, de penúria. Para V. Exª ter uma ideia, a margem direita do Rio São Francisco, na Bahia, não tem mais rio, nenhum dos rios. Morreu o Paramirim, que era afluente e não chega mais ao Rio São Francisco, não deságua mais em Morpará; o Santo Onofre; o Rio Verde, em Itaguaçu da Bahia; o Rio Jacaré. O último rio afluente do São Francisco, na Bahia, é o Rio Grande, que desemboca na cidade da Barra, onde reside o Bispo Dom Luiz Cappio, que fez greve de fome para que a transposição não fosse feita sem a revitalização. Então, esse é o último afluente. Do Município da Barra até o Atlântico, são mais ou menos 700km em linha reta, nesse trecho, o Rio São Francisco não recebe uma gota de nenhum afluente, ou seja, depois da Barra, ele chega no Atlântico sem receber uma gota de algum afluente. O que eu digo sempre é que há tempo ainda de salvar o rio, para que ele passe séculos levando água para o Estado de V. Exª, onde V. Exª foi governador, um grande governador, um homem de brio, ilibada conduta moral e ética, que fez muito pelo seu Estado, que defende o

povo potiguar, como os outros devem defender o povo paraibano, o povo alagoano e o povo pernambucano, que vão precisar dessas águas. Mas o Governo Federal não está fazendo absolutamente nada pela revitalização do Rio São Francisco. Para o senhor ter uma ideia, a barragem de Três Marias, em Minas, construída por Juscelino Kubitschek, está com 40% de aterramento, ou seja, a bacia só tem hoje 60% de capacidade de reservar água. Sobradinho vai entrar, agora em setembro, no volume morto. A vazão dessa água que vai para esse canal, para o eixo Norte, é só de 26 metros cúbicos por segundo, e a vazão de Sobradinho está em torno de 900 metros cúbicos por segundo. O que eu digo sempre que o Governo Federal entre na revitalização do Rio São Francisco, e que nós devemos lutar sempre por isso, porque, se não entrar, pelos dados que tenho, dentro de dez anos, o Rio São Francisco vai ser um retrato na parede, uma lembrança triste do Governo que não cuidou da revitalização do rio. E já devia ter cuidado há muitos anos, porque ele vem perdendo seus afluentes há mais de 30 anos. E não é culpa agora dos quatro anos da Presidente Dilma, não. É coisa que vem de há muito tempo. Por exemplo, o Rio São Francisco tem 1,3km de área navegável, e não tem mais condições de navegabilidade porque não tem calado, não tem profundidade para o vapor. Exatamente as matas ciliares foram desmatadas pelos proprietários dos vapores que andavam por lá, porque era à base de caldeira alimentada por madeira. Cortava-se a margem do rio, tirava-se a madeira e colocava na caldeira. O meu temor é que esse investimento, necessário para atender o povo nordestino, que eu defendo e tenho defendido... Precisamos chamar a atenção do Governo Federal para dizer: Coloque água em Alagoas, porque precisa o canal do Sertão, na Paraíba, no Rio Grande do Norte, no Agreste de Pernambuco, mas, pelo amor de Deus, Governo Federal, abra os olhos para revitalizar o Rio São Francisco porque, se não fizer a revitalização, nós não teremos futuramente água para atender aos Estados receptores. Isso deveria ter sido encaminhado a partir do dia da transposição, o mesmo investimento para a transposição deveria ser feito para a revitalização do Rio São Francisco, que deu água para beber, água para consumo animal, água para consumo industrial, água para irrigação, para geração de energia e não recebeu absolutamente nada em troca. Foi um ente generoso e, como todo ente generoso, faz mais pelos outros que por si. O Brasil e o Nordeste devem muito ao Rio São Francisco e, se não fizer a revitalização, que é um projeto que já existe na Codevasf de se investir 600 milhões por ano, para, em dez anos, revitalizá-lo... Olhe bem V. Ex^a: 600 milhões por ano para, em dez anos, revitalizar o rio. Neste ano, não se investiu praticamente, absolutamente nada na sua revitalização, e revitalizar um rio é plantar as árvores na sua nascente, nos seus afluentes e na sua calha. O primeiro sintoma da morte de um rio, Senador Garibaldi Alves, é quando o mar começa a entrar nele. O Rio São Francisco vivo, sadio jogava água barrenta a mais de 1km dentro do mar, hoje o mar entra 15km dentro do Rio São Francisco. Este é o primeiro sintoma de que o rio está morrendo: é quando o do mar começa a entrar no rio...

(Soa a campanha.)

O Sr. Otto Alencar (Bloco Maioria/PSD - BA) – ... e já entrou 15km no Rio São Francisco, salinizando as águas da sua foz. Portanto, a minha preocupação é essa. Eu fico feliz que a água chegue ao Rio Grande do Norte, à Paraíba, a Pernambuco e a Alagoas, mas fico triste porque eu não vejo ação do Governo Federal e é de responsabilidade dele, através da Codevasf e do Ministério da Integração, fazer a revitalização, plantar árvores para produzir água, porque, se não fizer isso, não haverá água para a transposição e atender aos nossos irmãos nordestinos do Rio Grande do Norte. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu compreendo, Senador Otto Alencar, e sou inteiramente solidário com V. Ex^a.

Eu creio que o ideal seria que nós estivéssemos diante de transferência de recursos federais tanto para a revitalização como para a transposição. Não tenhamos dúvida. Infelizmente, a crise econômica pode nos colocar diante de uma opção que é uma verdadeira escolha de Sofia.

Mas o que é certo é que o Governo Federal precisa ficar atento, claro, tanto para a transposição como para a revitalização. Eu confesso a V. Ex^a que só me cabe agora pleitear que as obras de transposição realmente possam avançar. Porque o que nós vamos ter sexta-feira, que, se eu não me engano, é dia 21, lá em Cabrobó, será o início do processo...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... da transposição. Mas está faltando ainda muita coisa que se constitui aqui um empreendimento tendo uma extensão de 477km organizados em dois eixos de transferência de água – Norte e Leste. A obra, Senador Otto Alencar, engloba a construção de 9 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 4 túneis, 14 aquedutos, 9 subestações de 230kV e 270km de linhas de transmissão em alta tensão.

Eu acho que, na medida em que eu estou lendo isso, V. Exª deve estar refletindo: “Meu Deus, vai-se levar a água mesmo, do rio, sem que se realize a revitalização?” Tem que se levar. Na verdade, o Governo Federal, agora, não pode, de maneira nenhuma, deter o avanço dessa obra. Porque, afinal de contas, nós estamos – e V. Exª adiantou alguns dados a respeito das nossas reservas aquíferas, mas no Ceará esse volume d’água é de 18,2%, na Paraíba é de 19,81%, em Pernambuco, de 16,7% e no Rio Grande do Norte...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... de 26,21%. É, realmente, uma obra que precisa avançar, por quê? Porque já estamos com quatro anos de seca, Senador Paulo Paim – V. Exª vai ter que me dar alguns minutos –, e o quadro pode ter uma configuração de maior gravidade ao constatarmos que cientistas do International Research Institute for Climate and Society afirmam que as chances para o *El Niño* neste verão estão próximas de 100%, com simulações sugerindo que a quadra chuvosa de 2016 possa ser mais restritiva.

Ora, nesse contexto teremos pela frente uma situação de extrema gravidade, que nos concita a uma reflexão profunda sobre que caminhos seguir para enfrentá-la na prática.

Como os rios do Semiárido são intermitentes, e perenizados pelas barragens, é preciso repor os reservatórios e para isso só há dois caminhos: ou chove – e só cabe a nós rezarmos a Deus –, ou se transpõe água.

Essa situação não é nova e não nos pega de surpresa, a não ser pela sua intensidade.

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – O seu enfrentamento tem sido pensado nos últimos 150 anos e a obra que materializa essa solução para o problema está em execução, que é a obra de Integração das Águas do Rio São Francisco com o Nordeste Setentrional.

Essa obra vai garantir a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes, 12 milhões de habitantes, em 390 Municípios, nos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e, em menor necessidade, no Estado de Alagoas. O empreendimento, Senador Paulo Paim, que preside neste momento a sessão, como vem presidindo em muitos momentos, apresenta 77,8% de execução física, sendo que, no eixo norte, que é o que vai dar lá no Rio Grande do Norte, vai levar água para lá, conta com 79,2%, e o eixo leste, com 75,8% de execução.

Então, o fato de essas bombas estarem sendo testadas e realmente comprovando a sua validade, e o fato de a Presidenta ir lá nos anima a dizer o seguinte: que muito ainda precisa ser feito para o caminho que leva água até o reservatório de Jati, no Ceará, distante 140km...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... e daí até o reservatório Boi II, do Município de Brejo Santo, no Ceará, 39km depois, para chegar, então, finalmente chegar, após vencer mais 81km ao reservatório do Engenheiro Ávidos, em Cajazeiras, na Paraíba, perfazendo 260km, para que tudo esteja integralmente concluído. Nesse trecho, desse ponto em diante, aí, sim, as águas caminharão em leitos naturais em território paraibano e, depois, em território do Rio Grande do Norte.

O que venho dizer aqui, congratulando-me com a intervenção do Senador Otto Alencar...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... é que as obras precisam ser aceleradas, de forma que o calendário possa ser antecipado, para que a chegada da água possa se dar no início do segundo semestre de 2016, e não no final, como está previsto. Porque, se não, Sr. Presidente, haverá o seguinte quadro: estaremos diante da água sem poder bebê-la. A transposição chegando diante de nós e parecendo ainda aquela miragem, aquela promessa, aquela esperança.

Por isso mesmo, Senador Paulo Paim, é que estarei sexta-feira lá...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... não com aquele espírito de São Tomé de ver para crer, mas no sentido de ver para solicitar que seja antecipado o prazo dessa transposição das águas do Rio São Francisco.

Agradeço a compreensão de V. Exª, comungo com a preocupação do Senador Otto Alencar, mas digo seguinte: a transposição agora vai, mas ela tem que ir muito mais aceleradamente.

Se V. Exª me permitir, aí já não é um pedido mais meu, mas de um Líder, porque não sou Líder. O Senador Cássio Cunha Lima é Líder...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um líder sempre é líder. Se V. Ex^a ceder, claro que não vou interromper, e ele vai fazer o aparte.

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Portanto, ouço o Senador Cássio Cunha Lima, Senador paraibano.

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Serei muito breve, Senador Garibaldi. Apenas para felicitá-lo pelo pronunciamento extremamente oportuno diante dos temas que afligem o Nordeste neste instante. São centenas, milhares de cidades com colapso de abastecimento na nossa região, e precisamos cobrar, em caráter suprapartidário, do Governo Federal a antecipação do cronograma das obras do São Francisco, que é uma obra que se torna cada vez mais imprescindível para a população do Nordeste. Não são apenas as populações rurais que padecem da falta da água, mas também já grandes núcleos urbanos, como a própria Campina Grande, que enfrenta o racionamento, cidades inteiras em colapso completo de abastecimento. A realidade da Paraíba não é diferente da situação vivida pela população do Rio Grande do Norte. Fica aquela sensação de que, em relação à transposição do São Francisco, o Governo promete como sem falta e falta como sem dúvida, tantos os adiamentos que já tivemos no cronograma desta obra! Portanto, me somo a V. Ex^a na sua luta, que não é de hoje, é uma luta de todos nós aqui do Senado Federal, é uma luta do povo do Nordeste, que precisa dessa água para ontem. O País já deu demonstrações, em momentos outros, da sua capacidade para solução de problemas. Cito como exemplo a Copa do Mundo. Quando o País decidiu construir os estádios, as arenas de futebol, para a realização da Copa, demonstrou ser capaz de vencer prazos, de superar cronogramas e atender aos objetivos. Portanto, não há objetivo maior, hoje, para o povo do Nordeste do que a conclusão do São Francisco.

(Soa a campanha.)

O Sr. Cássio Cunha Lima (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Estaremos empenhados nessa luta. Felicito, portanto, V. Ex^a pela oportunidade do seu pronunciamento.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Presidente, eu só quero agradecer ao Senador Cássio Cunha Lima, que vem se somar ao meu apelo no sentido de que, a partir de sexta-feira, com as bombas mostrando a sua capacidade, isso possa, realmente, avançar. Ora, se o sistema foi testado, é eficiente, que se possa concluir esse bombeamento. Portanto, quero agradecer a V. Ex^a, ao Senador Ronaldo Caiado, que, inclusive, fez uma permuta que talvez ele nem saiba. Fizeram uma permuta em nome dele, a quem agradeço.

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero agradecer...

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Garibaldi, eu queria só fazer uma pequena complementação ao que V. Ex^a está dizendo. É possível?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Aí só com o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu faço um apelo ao Senador Hélio José, porque V. Ex^a é o próximo inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – O.k. Pode ser descontado do seu discurso!

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, pode deixar que eu faço a consideração lá, no meu tempo, V. Ex^a já concluiu aí.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, Senador! Não, eu quero ouvi-lo, por favor! É só um apelo a V. Ex^a no sentido de que colabore com o Presidente, que já foi muito compreensivo. E ele não é do Rio Grande do Norte, ele é do outro Rio Grande, o do Sul, mas está solidário.

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exatamente, meu querido e eterno Presidente deste Senado, também nosso Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves. A generosidade do Senador Paulo Paim é conhecida de todos nós,...

(Soa a campanha.)

O Sr. Hélio José (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... principalmente na Comissão de Direitos Humanos, que preside com grande presteza. Eu queria apenas complementar o que V. Ex^a coloca. Eu acabei de protocolar, na semana passada, um projeto de lei, aqui no Senado Federal, de barragens de contenção, de acumulação, exatamente porque na cabeceira do São Francisco, por exemplo, como o nosso querido Senador Otto registrou, nós temos muitas chuvas, que muitas vezes são perdidas. Então, o projeto que apresentei, de barragens

de contenção, de acumulação vai ser muito importante para essa questão tanto da transposição quanto para a geração de energia elétrica, para um melhor aproveitamento no transcurso do rio. Só isso que queria acrescentar ao discurso de V. Ex^a, cumprimentando V. Ex^a, o Senador Otto e o Senador Cássio Cunha Lima pelas colocações. Obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço, Senador Hélio José. E finalmente, Sr. Presidente, que possam ser ouvidos...

(Soa a campanha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... os clamores dos nordestinos, agora não apenas a Deus, mas também *(Fora do microfone.)* àqueles que possam fazer quase que uma coisa divina, que é levar a água dessas bombas para os reservatórios do Nordeste, para as casas, para os milhares de nordestinos que esperam isso há muito, há muito, há muito e há muito tempo!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT - RS) – Muito bem, Senador Garibaldi.

Como Líder, Senador Hélio José. Na sequência, o Senador Ronaldo Caiado, Telmário, Raimundo Lira e Paulo Paim.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Queria cumprimentar os ouvintes da TV Senado, da Rádio Senado, cumprimentar o nosso Presidente em exercício, Senador Paulo Paim, cumprimentar os demais Senadores e Senadoras aqui presentes nesta sessão e registrar que as preocupações colocadas anteriormente aqui pelo Senador Garibaldi Alves são bastante procedentes.

Eu já fiz um discurso aqui sobre a questão da necessidade da água, sobre o tanto que a questão da água doce é fundamental para este País. O Senador Otto já fez discurso aqui sobre a necessidade da preservação do Rio São Francisco, dos investimentos necessários.

E, agora, com essas barragens de acumulação que eu estou propondo, podemos melhorar essa questão dos cursos dos rios brasileiros, não só do São Francisco, como dos demais, como o do Rio Grande, por exemplo, cujas usinas hidrelétricas estão passando por muita dificuldade neste momento de estiagem.

O que me traz aqui para falar em nome da Bancada do PSD, que é composta aqui pelos Senadores Omar Aziz, nosso Líder, por Otto Alencar, por mim e pelo Senador Petecão, é a reunião do Parlatino, que está acontecendo aqui em Brasília.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com muita satisfação que subo à tribuna para tratar da reunião do Parlamento Latino-americano, o Parlatino, que se inicia hoje aqui em Brasília e continua amanhã e quinta-feira.

Um dos grandes especialistas dos problemas latino-americanos, o escritor uruguaio Eduardo Galeano, certa vez disse que a primeira condição para se modificar a realidade consiste em conhecê-la.

Creio ser fundamental que membros de Parlamentos dos países de nossa região, representantes de cidadãos com inúmeras singularidades, por meio de um Parlamento continental, possam ter a valiosa oportunidade de se reunir, trocar informações e debater legislações para a superação dos problemas de nossos povos.

Como um dos membros do grupo brasileiro, tive a enorme felicidade de ter participado, no primeiro semestre deste ano, em Havana, acompanhando o nosso Presidente do Parlatino Brasileiro, Senador Flexa Ribeiro, de duas Comissões do Parlatino: a de Equidade de Gênero, Infância e Juventude e a de Saúde. Fiquei muito contente ao testemunhar que as questões continentais são cada vez mais discutidas nesse fórum, e diversas políticas públicas e legislações são propostas para melhorar a vida de todos os cidadãos de nossa região.

Inclusive, gostaria de saudar a Presidenta do Parlatino, Senadora Blanca Alcalá, por meio de quem estendo meus cumprimentos a todos os demais colegas do Parlamento. A Senadora Blanca, que representa, no México, o belíssimo estado de Puebla e que tive a oportunidade de conhecer em Cuba, é uma grande batalhadora das causas continentais. Assim como todos os membros do Parlatino, é uma grande ativista da superação dos problemas comuns dos países latino-americanos e defensora da democracia, da inclusão social e do respeito aos direitos humanos.

Gostaria de destacar, Sr. Presidente, que, nas reuniões que realizaremos aqui em Brasília, devemos instalar o Grupo de Trabalho sobre Educação, Ciência e Tecnologia. Para mim, é uma grande satisfação poder testemunhar esse novo passo na evolução dos trabalhos do Parlatino. A ampliação temática reflete o aumento da demanda de nossos cidadãos por uma agenda alinhada às constantes mudanças de paradigmas de nossos países.

Como é do conhecimento dos nobres colegas, sou Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática desta Casa. Posso garantir que, hoje, qualquer tema nacional passa pelo questionamento de como a tecnologia pode trazer mais eficiência às políticas públicas.

Para se ter uma ideia, no meu caso, como engenheiro eletricista de formação, sempre tenho fomentado a aliança entre as novas fronteiras tecnológicas e a sustentação de uma matriz energética mais barata e mais limpa. É esse o caso da energia solar fotovoltaica, Sr. Presidente.

Tenho a convicção de que os governos dos países latino-americanos, considerando as nossas particularidades, devem buscar alternativas às tradicionais fontes de energia. A instalação de usinas hidrelétricas de baixa eficiência e de termelétricas, por exemplo, é compreensiva em regiões fora dos trópicos, mas são inopurtanas na maior parte de nossa região. A incidência solar na América Latina é elevada e não podemos deixar de aproveitá-la.

Como exemplo, neste ano, destinei R\$10 milhões, por meio de emenda parlamentar impositiva, à instalação de painéis solares em 17 escolas, atingindo 16 mil pessoas, e em 3 hospitais do Distrito Federal. Isso representa, meu caro Senador Alvaro Dias, uma economia que pode chegar a até R\$4 mil por mês, por exemplo, na conta de cada escola, e R\$150 mil de economia na conta do Hospital de Ceilândia, por exemplo.

São ações como essa, aliada à troca das luminárias por LED e outras medidas, que, se tomadas em conjunto por Municípios, Estados e países, podem trazer novos padrões às matrizes energéticas. No longo prazo, simboliza uma economia de recursos de governo e de nossos cidadãos, além de representar a garantia de um meio ambiente sustentável para a nossa região.

E não poderia deixar de registrar que, nas reuniões desta semana, também será instalada a Comissão de Cultura e Comunicação. Fomentar a nossa identidade e os laços que nos unem é fundamental para que possamos nos compreender e nos situar no mundo. Compartilho da ideia de que a América Latina, cada um de seus países e a região como um todo, deve guardar as suas tradições e a sua memória como forma de desenvolvimento social e humano.

Todo mundo sabe, há testemunho da história, do massacre aos maias, aos incas e a outros povos que viviam aqui, na América Latina,...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ... também no nosso Brasil, aos nossos indígenas. Por isso, nós só temos que valorizar a nossa cultura. E, hoje, com a instalação, também, da Comissão de Cultura e Comunicação do Parlatino, nós damos um passo adiante nessa linha.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de salientar que a nossa Constituição lista, como um dos princípios de nossas relações internacionais, a busca da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina. Tenho a convicção de que a participação do Poder Legislativo é central para que alcancemos esses objetivos.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, por meio de órgãos como o Parlatino, o diálogo com nossos países vizinhos e irmãos é fortalecido. O Parlatino é a inequívoca representação da democracia e da cooperação no plano continental e uma fundamental forma...

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...de troca de conhecimento e de busca de soluções para os inúmeros desafios que dizem respeito a todos nós, latino-americanos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a pela direção dos trabalhos.

Obrigado, senhores e senhoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Hélio José, V. Ex^a ainda tinha um minuto e meio. Eu queria convidar V. Ex^a para presidir os trabalhos.

Agora, quem fala é o Senador Caiado. E, se estes dois não estiverem aqui, o próximo serei eu.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador do meu nobre Estado de Goiás, nosso querido Senador Caiado, V. Ex^a muito bem representa Goiás, o entorno e nós brasilienses também, que estamos juntos na luta. Senador Caiado, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate na data de hoje é focado principalmente neste momento em que o País passa por toda essa turbulência política e econômica, com um quadro avassalador do ponto de vista do de-

semprego, da inflação e das denúncias de corrupção, que, cada vez mais, comprometem e minam a credibilidade – se é que ainda existe – do atual Governo do PT, do ex-Presidente Lula e de Dilma.

Sr. Presidente, nós não conseguimos entender o ajuste fiscal proposto pelo Ministro Levy. Às vezes, ele volta à prática do ex-Ministro Mantega. Se alguma sugestão pudesse ser dada, eu diria que, realmente, neste momento, ele fosse mais Levy e menos Joaquim, porque a Casa não sabe exatamente o que ele deseja.

Num primeiro momento, o Governo propôs uma política restritiva e penalizadora aos aposentados e aos trabalhadores, atingindo a legislação trabalhista, que o Governo, em todo momento, dizia defender no período eleitoral.

Agora, temos uma matéria que será votada hoje, o último item do ajuste fiscal. É uma matéria que propõe aumentar a carga tributária, aumentar os impostos, para que os empresários tenham de demitir os funcionários, já que não suportam o aumento feito, muitas vezes em mais de 100%, outras vezes em até 200%.

Mas vejam os senhores que, na hora em que ele diz que tem de aumentar a carga tributária, ele vai para mídia hoje e diz o seguinte: nós vamos liberar linhas de crédito para o setor automotivo e aí vamos fazer uma linha de crédito subsidiada. Mas como, se está, ao mesmo tempo, aumentando a carga tributária hoje aqui, na Casa?

É lógico que vamos derrotar esse projeto de lei com caráter de urgência urgentíssima da Presidente da República, porque os Senadores aqui estão vendo que o Governo se acha no direito de penalizar 60 segmentos da atividade econômica do País e, de repente, pinçar um segmento, o automotivo, e dizer: agora vou liberar um crédito subsidiado.

Ora, os Senadores e as Senadoras não têm como avaliar essa proposta da Presidente Dilma, porque, além de toda a prepotência do Governo de agir sem consultar a sua base e muito menos o que pensam os Senadores e de se achar no direito de escolher os campeões para drenar toda a verba do BNDES e, aí sim, servir-se dela no caixa dois da campanha eleitoral, o mesmo Governo, ao mesmo tempo em que afirma que vai com isso conseguir levantar essa área da economia, priorizando o setor automotivo, apresenta uma emenda à Constituição brasileira, uma PEC, no dia 8 de julho, da qual tomamos conhecimento na data de ontem, que propõe – vejam os senhores e as senhoras, independentemente de posição partidária, o presente da Presidente Dilma e também do Ministro Levy às Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – e resolve ampliar a abrangência exatamente da DRU (Desvinculação de Receitas da União). E aí colocou isso como receitas, que serão bloqueadas em 30%, para que possam ser utilizadas pelo Governo, principalmente para fazer superávit primário, já que ela não consegue arrecadar e muito menos fazer o País crescer. Nas contribuições sociais e econômicas, a regra atual é de 20% e passa para 30%.

Agora, vejam bem o presente que é dado ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste! Chamo a atenção dos nossos Pares. Criou exatamente esse contingenciamento, esse bloqueio, essa retirada de 30% do FCO, do FNE e do FNO, ou seja, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste, do Nordeste e do Norte. E esses são exatamente, Sr. Presidente, verbas e repasses que nos foram concedidos na época da Constituinte. O legislador, à época, viu a necessidade de essas regiões terem um tratamento diferenciado para poderem competir, amanhã, com as Regiões Sul e Sudeste, em que havia uma infraestrutura ampliada, em condições de competitividade. O que o legislador quis com esse repasse de 3% do IPI e do Imposto de Renda foi exatamente dar um mínimo de oxigênio aos empresários, aos produtores rurais, enfim a todo o setor produtivo dessas três regiões do País, com um crédito que tivesse, sim, um custo diferenciado.

O que a Presidente fez, neste momento, atinge exatamente as regiões mais carentes do País. Ou seja, ela é benevolente com o ABC Paulista, a região mais rica do Brasil, vai irrigar o ABC Paulista com mais R\$5 bilhões agora só para o setor automotivo, mas vai tomar R\$3,8 bilhões das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Ou seja, é inimaginável, é inadmissível nós aqui imaginarmos que a Presidente da República ache que dará conta de aprovar uma emenda constitucional, que depende de 49 votos em duas votações no Senado Federal e de 308 votos em duas votações na Câmara dos Deputados, que desmerece a presença e a representatividade dessas bancadas dessas três regiões. Essas regiões, de maneira alguma, vão admitir serem penalizadas pela retirada daquilo que é único oxigênio para que os cidadãos sobrevivam com custos menores de empréstimos, exatamente o FCO.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, não parou por aí. Os senhores prefeitos e governadores serão duramente penalizados. Ou seja, vai contingenciar também, ou vai retirar também 30% de todas as compensações financeiras de recursos hídricos e minerais. Os Estados já recebem pouco, como também os Municípios. E, a partir de agora, este repasse que era feito, essas contribuições que eram

feitas para os Municípios banhados principalmente pelas hidrelétricas e para aqueles Municípios que têm em seu território mineradoras... Eles terão também um contingenciamento de 30% de toda essa receita.

Com isso, Sr. Presidente, fica claro...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador Ronaldo Caiado?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pois não, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu estava escutando o seu pronunciamento...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Está havendo um problema no *(Fora do microfone.)* microfone, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu escutava o pronunciamento de V. Ex^a. Eu me dirigia ao plenário, e V. Ex^a, ainda na tribuna, falava de algo que traz uma angústia para todos nós. Ontem, por ocasião do projeto que foi aprovado e que trata da irrigação para o Semiárido, no Nordeste, pude ler que o Governo tinha encaminhado ao Congresso uma PEC que aumentava a DRU de 20% para 30% e que incluía na DRU os Fundos Constitucionais. Ou seja, o que estávamos aprovando não ia ter efeito prático, porque o financiamento para a irrigação que seria feito pelo Banco do Nordeste... Por sinal, hoje, estavam em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional. Só o Basa, ao longo do tempo... A maldade é tão grande, ou o desconhecimento do Governo é tão grande, que se leva esse corte até 2023. Ou seja, ou eles não estão acreditando que vão sair no máximo até 2018 e que, então, nós vamos endireitar este País, com a retomada do Governo, ou, então, não estou entendendo, porque eles fazem a maldade em longo prazo, para 2023, cortando do Basa R\$6 bilhões.

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Do Banco do Nordeste, devem cortar uns R\$18 bilhões. Do Centro-Oeste, onde é o Banco do Brasil que opera, devem ser cortados outros R\$6 bilhões. Então, é uma preocupação de todos nós. Não entendo, não posso conceber que, no Senado Federal, às 18 horas, nós não tenhamos conhecimento se haverá Ordem do Dia ou não. Se houver a Ordem do Dia, o que nós vamos votar? Então, o Brasil está numa crise. Credibilidade o Executivo já perdeu; legitimidade já perdeu. O Congresso, nesta hora, tem de estar forte, com confiança, para que os brasileiros possam ter, no Congresso, o apoio de que precisam, para que o Brasil possa sair da crise. No meu Estado, Estado do Pará, o Governador Simão Jatene, que é Governador pela terceira vez, é um gestor de altíssima competência.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Estado do Pará é um dos poucos Estados que tem todos os seus índices dentro da normalidade e que está numa situação muito boa. Mas, hoje, ele diz que essa crise é a mais grave de todas as que ele já enfrentou. As prefeituras estão quebradas.

(Soa a campanha.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Ex^a está falando, e o Senador Otto estava dizendo que o que está acontecendo, como dizem os que são do agronegócio, é que a vaca está desconhecendo o bezerro. Não dá nem para conversar mais. Então, Senador Caiado, o que está acontecendo é que o Governo não paga ninguém, não está pagando nem promessa. A Presidenta Dilma, durante o processo eleitoral, como se diz no meu Pará e deve-se dizer em Goiás, na sua terra, vendeu a mãe e não entregou! Essa é a situação lamentável em que se encontra o Governo.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Senador Flexa, agradeço o aparte de V. Ex^a.

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Ele reforça a nossa tese de que, hoje, todos nós, Senadores e Senadoras, com a responsabilidade que temos para garantir o trabalho e o emprego a milhares de brasileiros, precisamos derrotar esse projeto do ajuste fiscal, com urgência constitucional, do Governo, que está trancando a pauta. Como V. Ex^a colocou muito bem, o horário do início de votação é às 4 horas da tarde, mas, até o momento, não temos ainda a pauta e muito menos o Relator aqui, para encaminhar a matéria em votação.

O Governo sabe que não tem como construir uma maioria para aprovar algo que é totalmente incongruente. Ou seja, ele é benevolente com alguns setores e penalizador com outros. Vamos salvar o trabalho, o emprego e os trabalhadores, derrotando o projeto de lei do Governo Federal. Amanhã, o Governo não terá

sucesso para votar nenhum outro projeto, se não retirar essa PEC da DRU, que penaliza enormemente as regiões mais carentes do País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Ronaldo Caiado, o Sr. Hélio José deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – A Presidência comunica aos colegas que, daqui a pouquinho, vamos começar a Ordem do Dia. Peço desculpas por estarmos chegando só agora. Estávamos na Comissão de Reforma Política. Acabamos de ter uma votação importante.

Peço aos Senadores e às Senadoras que estão nas demais dependências da Casa que venham ao plenário. Vamos ter votação nominal.

Convido para fazer uso da palavra o último orador, antes da Ordem do Dia, em permuta, a informação que tenho...

Convido para fazer uso da palavra o último orador, antes da Ordem do Dia.

Senador Otto Alencar. Sou informado de que há uma permuta do Senador Flexa com ele e que o próximo inscrito é o Senador Paim.

V. Exª pode ser o primeiro a falar depois da Ordem do Dia.

Senador Otto e Senador Paim.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS.) – Sr. Presidente, como o meu discurso, de fato, é mais longo, eu prefiro até ser o primeiro depois da Ordem do Dia. Vou precisar de, no mínimo, 20 minutos. Então, eu cedo o meu tempo ao Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco Apoio Governo/PT - AC) – O Senador Otto tem a palavra.

Obrigado, Senador Paim. V. Exª é sempre não só muito gentil como também um colaborador do andamento dos trabalhos.

Eu queria registrar, antes de mais nada, a presença do Deputado Roberto D'Ávila, querido e bom amigo, que está nos dando a honra da sua visita no plenário do Senado. Apresentador, querido e bom amigo.

É uma satisfação vê-lo.

O Senador Renan chegou para cumprimentá-lo também.

Com a palavra o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no dia 17 de julho de 2015, ocupei a tribuna do Senado para chamar a atenção da situação em que se encontra o nosso País, no que tange à liquidez das empresas do País como um todo, da capacidade de pagamento dessas empresas, sobretudo aquelas que estão envolvidas na Operação Lava Jato.

No discurso de julho, eu falei sobre um levantamento feito nas 22 empresas que estão envolvidas na Operação Lava Jato. Essas 22 empresas têm a pagar em banco e a pagar em bolsa R\$ 130 bilhões, mas não estão cumprindo com os seus compromissos com os bancos nem com as bolsas, inclusive com perda muito grande dos seus ativos. Essas empresas têm a receber do Governo Federal, mas está havendo atraso de pagamentos, grandes atrasos, em várias obras: no Minha Casa, Minha Vida, nas obras de transposição do Rio São Francisco, inclusive, e em outras tantas obras.

O resultado é que essas empresas, não pagando o que têm a pagar aos bancos, o que eu posso dizer é que nós podemos ter uma crise sistêmica no Brasil, e isso já começa a ser mostrado pela imprensa como um todo. As empresas não estão pagando o que devem aos bancos. Os bancos colocam isso em “perda parcial”. Não pagando, vai em “perda total” e vai entrar no balanço. É possível que se tenha uma crise bancária se essas empresas continuarem sem liquidez, como já aconteceu no passado, no governo Fernando Henrique Cardoso, quando se fez o Proer para resolver a questão dos bancos.

Esse é um problema muito sério e muito grave. Eu queria chamar a atenção do Senado e do Governo Federal para que ajuste, através do acordo de leniência, ou o que for, o pagamento das obras que foram feitas, para que os bancos não venham a quebrar.

Está aqui, no *Valor Econômico* de ontem: “Bancos buscam saída [...] para empreiteiras da Operação Lava Jato.” Elas não estão pagando aos bancos.

Está escrito aqui:

[...] acordo tácito entre grandes bancos [busca] encontrar uma saída organizada para a crise envolvendo os grupos Odebrecht e Andrade Gutierrez, além de outras empresas envolvidas na Operação Lava Jato. O que uniria as instituições seria o propósito de evitar um calote generalizado [vou repetir: um calote generalizado aos bancos leva à quebra dos bancos], que poderia trazer riscos ao próprio sistema financeiro, dada a magnitude da dívida de alguns desses grupos.

E o volume, Senador Pimentel, que esses grupos têm a pagar aos bancos e às bolsas é algo em torno de R\$130 bilhões.

Então, este é o momento em que se deve tomar uma decisão para a solução do problema.

Segue aqui: "Conceder crédito novo segue fora de [possibilidade]", ou seja, os bancos não vão conceder crédito novo, "mas a ideia é evitar soluções drásticas que impliquem o vencimento antecipado das dívidas – bilionárias, em muitos casos – dessas empresas com os bancos".

Nas instituições financeiras, o entendimento é de que, se alguém esticar demais a corda, pode acabar ampliando as dificuldades das companhias e deflagrar um calote generalizado. O cenário considerado ideal, na visão do [setor] sistema financeiro, é que os grupos mantenham um mínimo de liquidez enquanto se reorganizam, de forma que as perdas sejam limitadas. 'Vejo um grande risco para o setor bancário, mas acredito ser possível contorná-lo', [diz um dos Presidentes de um dos maiores bancos aqui do Brasil].

É dado como certo que as construtoras terão de encolher para sobreviver. Para isso, as companhias precisarão vender ativos, desistir de novos projetos e até devolver concessões que ainda não haviam obtido financiamento, afirma um graduado executivo de banco.

E, quanto a esses ativos, eu quero chamar a atenção para a possibilidade de essas empresas perderem o valor, ou seja, os seus ativos podem ser conduzidos para a bacia das almas, e o que valer x, vai valer x dividido por dois. Isso é uma coisa muito grave para o nosso País, para o Brasil.

Um sinal disso foi visto semana passada, quando cinco empresas -- Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Techint -- desistiram do contrato de montagem eletromecânica da usina de Angra 3, alegando atrasos da Eletronuclear nos pagamentos.

Projetos que já estavam com financiamento contratado ou em fase de estruturação continuam sendo tocados, mas com muito mais rigor. Segundo um executivo de um banco estrangeiro, os limites de crédito disponíveis anteriormente não foram revistos, mas a liberação dos recursos tornou-se muito mais lenta e criteriosa.

A análise tanto da diretoria de crédito quanto [de toda a área] (que assegura o cumprimento de normas) dos bancos foi aprofundada. A tomada de decisões também foi desconcentrada e agora passa por um número maior de pessoas numa tentativa de tornar mais fácil a identificação de eventuais problemas, afirma esse executivo. Reuniões de comitês responsáveis por análise de crédito corporativo também estão mais frequentes, conta um outro banqueiro [de um dos maiores bancos do Brasil]. Escritórios de advocacia relataram ao *Valor* que algumas operações recentes foram aprovadas com cláusulas que preveem a possibilidade de vencimento antecipado, caso a empresa seja condenada por corrupção.

Ou seja, as empresas que estão na Lava Jato, tornando-se inidôneas, os seus ativos, vou repetir, vão para a bacia das almas, e elas não terão condição de pagar aos bancos aquilo que devem, que é um volume muito alto.

Embora falte clareza sobre como isso funcionaria na prática, há nos bancos a percepção de que a regra ajuda a aliviar pressões sobre as áreas de controladoria para liberar crédito a empresas envolvidas na Lava Jato.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, acredito que o País passa por um momento delicadíssimo, no que tange à liquidez dessas empresas. O não pagamento vai implicar a paralisação das obras, e, como aconteceu aqui, na semana passada, cinco empresas do mais alto nível no Brasil desistiram de fazer a obra de Angra 3.

Este é um momento delicado, e o Governo Federal vai ter que tomar uma providência para resolver essa questão, com acordo de leniência ou não, resolver a liquidez das empresas, para que o Brasil possa continuar gerando emprego e renda e fazendo a infraestrutura necessária para o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Otto Alencar, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) - Vamos passar à Ordem do Dia.

Eu queria pedir desculpas aos Senadores e às Senadoras porque estávamos aguardando o encerramento das Comissões Mistas do Congresso Nacional, que tratam da lei de responsabilidade das estatais, presidida pelo Senador Tasso Jereissati, e que teve como Relator da matéria o Deputado Arthur Maia.

Eu quero cumprimentar, em nome de todos os Senadores, o Jornalista Roberto D'Ávila. É uma honra muito grande tê-lo aqui no Senado Federal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu fiz questão de ir pessoalmente apoiar o trabalho do Senador Tasso Jereissati, porque se há uma coisa necessária, urgente e inadiável neste País é a Lei de Responsabilidade das Estatais.

O Legislativo, pela iniciativa do Senador Tasso Jereissati, deseja absoluta transparência e que a transparência que o País reclama não seja consequência de uma circunstância, de um momento, mas que seja para sempre no nosso País.

Nós estivemos também pessoalmente na Comissão de Reforma Política. Mais uma vez quero cumprimentar a Comissão de Reforma Política, cumprimentar o Senador Jorge Viana, que é o presidente; cumprimentar o Senador Romero Jucá, que é o relator.

Nós avançamos bastante. Está trancando a nossa pauta a reoneração da folha de pessoal. Essa matéria precisa ser deliberada. O País todo cobra que nós tenhamos hoje a deliberação dessa matéria. Precisamos tirar esse ajuste da nossa frente, da frente do Legislativo, precisamos olhar para o pós-ajuste e colaborar com uma agenda que seja orgânica, suprapartidária e que, fundamentalmente, atenda o interesse nacional.

Ontem, na reunião de Líderes, nós colhemos – eu rapidamente queria colocar para o Plenário – assinaturas dos Líderes para o requerimento de criação de Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, para propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Nós requeremos ainda – é o requerimento que tenho sobre a mesa – que as proposições legislativas que tratem da promoção do desenvolvimento nacional sejam encaminhadas à Comissão Especial destinada a tratar do tema, sempre que possível apensadas, para a sistematização do parecer.

Nós estamos também, por ato da Mesa, que se reunirá amanhã, instituindo a Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de lei destinados a desburocratizar a Administração Pública brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos. O objetivo dessa Comissão é funcionar permanentemente, porque a desburocratização não pode ser enfrentada nas circunstâncias em que nós vivemos, terá de ser um enfrentamento permanente para que ela possa sugerir ao Congresso Nacional proposições que possam, também permanentemente, ser apreciadas por esta Casa e pela outra Casa do Congresso Nacional.

Eu gostaria de passar para a Ordem do Dia. Antes, porém, vou conceder a palavra ao Senador Ronaldo Caiado e ao Senador Eunício Oliveira.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre a mesa há requerimentos de minha autoria para que possamos apreciar. Concordo com V. Ex^a quanto ao início da Ordem do Dia para que possamos debater essa matéria sobre a reoneração, ou seja, aumento da carga tributária.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Os requerimentos sugeridos por V. Ex^a serão devidamente apreciados.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Requerimento, Sr. Presidente, para encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Eunício de Oliveira, com a palavra V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) –

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 57, DE 2015
(Em regime de urgência, nos termos do art. 64,
§ 1º, da Constituição, e art. 375, inc. VIII, do RISF)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015 (nº 863/2015, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias.*

Pendente de pareceres da CCJ e da CAE.

A matéria tramita em regime de urgência constitucional. Esgotado o prazo de 45 dias do seu recebimento no Senado Federal, está, como todos sabem, sobrestando a pauta desde o dia 11 de agosto.

A Presidência comunica ao Plenário que, durante o prazo único previsto no art. 122, inciso II, letra "b", do Regimento Interno, foram apresentadas as Emendas nº 1 a 26, lidas e publicadas na forma regimental.

As Emendas nºs 3 e 4 foram retiradas pelos autores.

Após o prazo único regimental, foram apresentadas por membros da CCJ as Emendas, Senadora Ana Amélia, nºs 27 a 29.

A matéria depende de parecer da CCJ e da Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu concedo, com muita satisfação, a palavra ao Senador Eunício Oliveira, designado em plenário para proferir parecer conjunto sobre o projeto e as emendas em substituição à Comissão de Constituição Justiça e à Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra, o Senador Eunício Oliveira para proferir parecer.

PARECER Nº 558, DE 2015–PLEN

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, essa votação do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015, é a chance de o Senado encerrar, no dia de hoje, o último capítulo do ajuste fiscal e de levar o Brasil a dar um passo adiante. É praticamente impossível continuarmos apenas falando nesta Casa de ajustes econômicos recessivos diante do sacrifício já imposto às forças produtivas e à população.

Ao longo do primeiro semestre, o Congresso Nacional deu sua colaboração ao aprovar medidas como o pagamento do abono salarial, do seguro-desemprego, do seguro-defeso e até de pensões. Estaremos sempre a postos neste Parlamento para contribuir com as propostas de interesse da Nação, mas agora é hora de o Governo Federal reforçar os mecanismos de interlocução com a sociedade, seus empresários, suas associações de classe e demais instituições organizadas, de forma a apresentar opções negociadas que joguem alguma luz para o futuro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sociedade brasileira exige do Governo e do Congresso propostas que gerem investimentos em defesa do potencial de crescimento sustentado da nossa economia, medidas que melhorem as condições de crédito para o setor produtivo e que, principalmente, levem à manutenção do emprego e ao aumento da produtividade do trabalhador brasileiro.

Evidentemente não estou aqui dizendo que devemos deixar de tratar as contas públicas com a austeridade necessária, com respeito aos impostos pagos pela nossa população. Esses são princípios basilares da Administração Pública que devem ser praticados pelas três esferas do Poder, pois sabemos que, historicamente, todos os governos que não maximizam a eficiência e gastam mais do que arrecadam acabam repassando o custo da reorganização posterior para a sociedade em geral. Mas também sabemos, Sr. Presidente, que organismos vivos e dinâmicos, como são os agentes produtivos, precisam de oxigênio para sobreviver e que sufocar a atividade econômica além da medida pode levar a retrocessos inadmissíveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já tive a oportunidade de dizer desta tribuna que não é o momento de discutirmos se estaremos beneficiando este ou aquele partido ou até o próprio Governo. O momento é, sim, de retomarmos uma questão vital: que medidas o Brasil deve adotar para gerar renda e realimentar a nossa economia, para estancar a desaceleração da indústria, do comércio e dos serviços, que já reduzem, significativamente, suas atividades, demitem trabalhadores e começam a fechar as suas portas?

É nossa responsabilidade fazer com que a população volte a olhar o futuro com esperança, Sr. Presidente. Hoje, o que temos são dúvidas e inseguranças que influenciam negativamente no ambiente de negócios e no âmbito da população como um todo.

Essa grave confluência de crises que o Brasil enfrenta requer racionalidade, diálogo e um grande esforço pelo entendimento. E é em nome desse entendimento que, apesar de não considerar a fórmula posta neste momento como a proposta ideal, por omitir setores importantes da economia nacional, mesmo assim, Sr. Presidente, peço apoio para essa pauta que debatemos durante tanto tempo, uma pauta, no nosso entendimento, negativa, que é a pauta do ajuste fiscal, para que viremos essa página na noite de hoje e comecemos a trabalhar aquilo que foi apresentado por V. Ex^a, que dinamiza os nossos trabalhos, que busca a unidade nacional independentemente do partido político ou da coloração partidária.

Com a anuência de muitos Parlamentares e com a colaboração de muitos, V. Ex^a aprovou na reunião de Líderes uma agenda chamada Agenda Brasil. Então, para que acabemos de uma vez por todas com essa pauta, que, entendo eu, é negativa, que é a pauta do ajuste fiscal, para que possamos criar uma expectativa positiva para reanimar a economia brasileira, para que empregos não sejam perdidos, para que a inflação não continue avançando como está, é preciso que demos um novo entendimento e um novo alento para o Brasil. E V. Ex^a tem procurado demonstrar isso para todos nós aqui nesta Casa, buscando fazer a unidade em torno de um projeto chamado Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo discordando de algum texto, da forma como foi conduzido... Entendia eu que podia ser muito mais alargado, mas, para que encerremos essa questão no dia de hoje, eu voto e encaminho os pareceres, tanto pela Comissão de Constituição e Justiça como pela Comissão de Assuntos Econômicos, favoravelmente, nos termos do que foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Resisti muito até agora para que não fizéssemos nenhum tipo de emenda, nenhuma emenda que fosse emenda para diminuir ainda mais aquilo que já está posto pela aprovação que veio da Câmara dos Deputados. Encaminho favoravelmente, sem nenhuma emenda, inclusive sem emenda de redação, dando continuidade ao texto que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

O parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O parecer do Senador Eunício Oliveira é favorável nos termos aprovados pela Câmara dos Deputados.

Nós vamos passar agora à discussão da matéria.

Nós temos inscritos já, para discutir a matéria, os Senadores Alvaro Dias, Cássio Cunha Lima, José Agripino, Ataídes Oliveira, José Pimentel e outros Senadores.

Eu vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Senador Alvaro Dias.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse projeto é um golpe no emprego. Essa proposta do Governo é a consagração da sua habitual incoerência. Num momento de contração, de desemprego, demissões, o Governo apresenta um projeto que aumenta os impostos e estimula as demissões.

Nós já somos a sexta maior carga tributária em um conjunto de 176 países. A Fiesp apresenta números relativamente a esta proposta. No total, 54% das indústrias de transformação que participam da desoneração da folha vão demitir se essa política for retirada ou se houver elevação da atual alíquota de 1% para 2,5% do faturamento, conforme a proposta do Governo. O estudo ainda apontou a demissão de 290 mil trabalhadores industriais, que afetará a arrecadação de tributos sobre a renda e o consumo e elevará as despesas do Governo com o seguro-desemprego. Além disso, 57 mil demissões adicionais devem ocorrer devido à redução de consumo das famílias dos desempregados pela indústria.

José Ricardo Coelho, da Fiesp, diz o seguinte:

O fim da desoneração vai deteriorar ainda mais a competitividade e a economia brasileira. Teremos um impacto nas demissões que deve chegar a R\$2,6 bilhões ao ano na arrecadação tributária líquida da União. Além disso, o efeito líquido da redução da renúncia fiscal com a desoneração da folha será menor do que o esperado pelo governo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a incoerência é descomunal. Enquanto o Governo faz esse anúncio... Aqui está: "Governo prepara pacote que inclui crédito para empresa que não demitir". O Governo quer financiar a empresa que não demitir com recursos do FAT e do FGTS dos trabalhadores brasileiros. Quer financiar e promove demissão em massa, com esse projeto que aumenta os encargos da folha das empresas brasileiras.

A tradução disso é que o Governo quer transferir a crise para a sociedade. O Governo, que é o artífice da crise, o responsável por ela, que foi acumulando equívocos, desvios, que foi manipulando números, gerando falsa expectativa, aprofundou-se em uma crise que quer transferir à sociedade.

Esse propalado ajuste fiscal do Governo mais parece um ajuste de contas com o povo brasileiro. O Governo não faz a sua parte. O Governo não faz as reformas. O Governo não alcança a essência da crise. Por exemplo, o Governo se recusa a fazer a reforma administrativa, quando todos nós sabemos que uma reforma de cima a baixo na estrutura da administração pública brasileira poderia produzir uma economia de cerca de R\$300 bilhões ao ano.

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O Governo não alcança a essência da crise quando se trata de administrar a dívida pública do País e mantém a política do aumento da taxa Selic como forma de combater a inflação. A cada 1% de aumento da taxa Selic, nós temos 15 bilhões de aumento na dívida pública brasileira. E o País vai consumindo 7% do PIB anualmente, na rolagem dessa dívida – neste ano, cerca de R\$500 bilhões. Desperdiçamos 7% do PIB na rolagem da dívida, quando os países mais endividados do mundo não chegam a gastar a metade do que nós gastamos, percentualmente, para a rolagem...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR. Fora do microfone.) – ... da nossa dívida.

Portanto, Sr. Presidente – concluindo...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Alvaro Dias, com a palavra V. Ex^a.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Presidente, meu tempo se esgotou.

Para concluir, Sr. Presidente.

As grandes reformas, as reformas de profundidade, que são exigência da sociedade brasileira para a recuperação econômica do País, não são sinalizadas pelo Governo. E essa proposta fica na contramão da chamada Agenda Brasil. Quando se oferece para debate uma agenda que tem por objetivo preservar o emprego dos nossos trabalhadores, votamos e aprovamos uma proposta do Governo que sinaliza a demissão de milhares de trabalhadores brasileiros. Portanto, é a consagração da incoerência, é o Governo na contramão da realidade e do bom senso.

Nós vamos, evidentemente, votar contrariamente a essa proposta do Governo, porque ela não vem para atender às aspirações do povo brasileiro, que foi às ruas exigindo mudanças. Ela vem para sacrificar e não para solucionar; ela vem para, mais uma vez, colocar a mão grande do Governo no bolso já esvaziado do povo brasileiro. As demissões ampliarão as dificuldades, as demissões agravarão a crise social que descortinamos, a crise social que já leva trabalhadores à aflição do desemprego. A crise social se aprofundará se essa matéria for aprovada pelo Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima.

Com a palavra, V. Ex^a. *(Pausa.)*

Com a palavra, o Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Sr. Presidente, indago à Mesa se o tempo regimental é de cinco ou de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – *(Intervenção fora do microfone.)*

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho sempre o costume de procurar esclarecer da forma mais simples e pedagógica possível o que o Plenário do Senado vota, em respeito aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado, já que os que compõem este Plenário obviamente têm conhecimento do integral teor do que estamos votando e discutindo.

Portanto, é bom esclarecer que a proposta que será submetida à votação, em poucos instantes, diz respeito a uma medida de quebra de contratos, uma instabilidade de um Governo que não tem rumo, que não tem prumo, que não consegue apontar caminhos para o País e, tal qual uma biruta de aeroporto, gira ao sabor do vento. É essa a realidade que o Brasil vive hoje por tudo o que o País vem enfrentando.

Deixo claro, desde este primeiro instante deste encaminhamento, que o PSDB não é contra o ajuste fiscal. Se há uma necessidade de ajustar as contas públicas, o PSDB não é contra esse ajuste. Nós somos radicalmente contrários à forma como esse ajuste está sendo patrocinado pelo Governo. A forma está errada.

E, com a mesma responsabilidade que, há dois anos, aqui, no plenário do Senado, nós denunciávamos os equívocos que o Governo estava praticando em relação ao setor elétrico e que aquelas medidas de outrora iam, como de fato ocorreu, quebrar o setor elétrico brasileiro, nós estamos alertando para os danos que, aprovada essa proposta, sofrerá a economia brasileira.

Nós já estamos numa recessão. O desemprego aumenta a cada dia, a cada instante, e o Governo vem com uma medida recessiva, uma vez que desestimula o emprego, penaliza quem produz e castiga quem procura se modernizar tecnologicamente. Não há sequer a preocupação básica de qualquer país desenvolvido de prestigiar, de estimular as empresas que investem em inovação, em tecnologia, que modernizam os seus meios de produção, mesmo concorrendo com aquelas que não seguem esse caminho tão necessário.

O fato é que o Governo está reonerando. Essa expressão eu sequer sei se existe no nosso vocabulário, mas está onerando de novo aquilo que foi desonerado no ano eleitoral.

Durante a campanha, a Presidente Dilma Rousseff, do PT, fez inúmeras referências à redução de carga tributária para as empresas brasileiras. As empresas têm planejamento financeiro; realizaram o seu plano de investimento dentro de regras que foram estabelecidas pelo próprio Governo. E, agora, passada a eleição, o Governo desmonta tudo o que fez, deixando claro que nada daquilo era sério, era apenas uma medida eleitoral, para de forma deliberada enganar o trabalhador, enganar o empresariado brasileiro. E vem agora com uma nova medida para, novamente, onerar, ampliar a carga tributária e os encargos destas empresas.

A Câmara dos Deputados incorporou novos segmentos, talvez piorando o que já era ruim. E o que se vê hoje no Brasil é a seguinte cena: o Governo faz de conta que a sociedade não está sendo castigada, penalizada por toda a recessão, o desemprego, a diminuição do poder de compra do trabalhador, a volta da inflação, esse ambiente hostil para o investimento que o próprio Governo da Presidente Dilma Rousseff criou, mas quer cobrar mais impostos. Porque essa proposta nada mais é do que um aumento da carga tributária do País. O Governo está aumentando impostos.

E pergunta-se qual foi a providência que o Governo tomou em relação à sua estrutura gigantesca, em relação à máquina pública inchada, perdulária, com 39 Ministérios. Se o Governo tivesse pelo menos adotado algumas medidas de contenção da sua estrutura, teria talvez um pouco mais de autoridade e de coerência para cobrar mais impostos. Mas vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores na TV Senado, o que faz o Governo: mantém essa estrutura – e não vou falar sequer do aparelhamento desse Estado, da prática de corrupção, eu vou falar apenas da ineficiência da máquina pública, do seu tamanho exagerado sugando do trabalho do povo brasileiro o seu imposto, o seu suor sagrado para manter essa máquina pública.

Portanto, nós votaremos contra essa medida recessiva, contra essa medida que desrespeita o suor sagrado do trabalhador brasileiro, que rompe contratos, lembrando que, quando a MP foi enviada, o Presidente do Senado, o Senador Renan Calheiros, devolveu a medida provisória, que foi convertida num projeto de lei, por não entender e não reconhecer, na medida provisória, os requisitos constitucionais.

Mas eu recorro à exposição de motivos da própria medida provisória, para combater o que hoje o Governo deseja fazer neste plenário. E dizia a exposição de motivos da medida provisória:

Ao se tornar permanente, a desoneração da folha permite que as empresas adotem um horizonte de longo prazo em seu planejamento, trazendo previsibilidade aos investimentos a serem realizados.

Quem afirmou isso foi a Presidente Dilma Rousseff na exposição de motivos da medida provisória. Ela mesma falava em previsibilidade e rompe novamente com contratos, e nada mais danoso para uma economia do que o rompimento de contratos, que gera uma instabilidade definitiva, porque não há um patamar seguro em que se possa pisar, realizar o planejamento e assegurar os investimentos do futuro.

Hoje, a imprensa brasileira anuncia a abertura de um crédito especial para o setor automobilístico, que ultrapassa R\$3 bilhões. De um lado o Governo quer arrecadar R\$10 bilhões, inicialmente eram 12, mas, com as modificações feitas na Câmara, a perspectiva de arrecadação com esse aumento de impostos, com esse aumento de carga tributária é de R\$10 bilhões. Mas, no mesmo dia em que o Senado está discutindo a matéria, o Governo apresenta...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – ...um pacote de incentivos para o setor automobilístico, repetindo os mesmos erros de intervenção equivocada na economia, que levou o País à recessão que nós vivemos.

Foi exatamente de intervenção em intervenção, de protecionismo em protecionismo, sem que houvesse uma visão inteira, global, plena da nossa economia, que precisa ser desonerada como um mundo todo, e não apenas para setores que têm maior capacidade de influência no Congresso Nacional, ou que são atendidos pelo Governo... Vem agora o Governo apresentar também para o setor automobilístico – não tenho nada contra a indústria automobilística, é claro que não. Mas não se pode tocar uma economia por espasmos, não se pode imaginar um país crescendo no seu desenvolvimento em sustos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Vou concluir, Sr. Presidente, e agradeço a tolerância do tempo.

Concluo o meu pronunciamento dizendo que não é possível mais esse improviso na condução da economia brasileira.

Eu, particularmente, tenho muito respeito pessoal pelo Ministro Joaquim Levy, mas ele parece que começa a cair na tentação da mesma lógica do Governo no primeiro mandato da Presidente Dilma, que levou o País para essa situação econômica, com esses improvisos.

E digo mais, chamando a atenção das Sr^{as} e dos Srs. Senadores: ontem, em primeiro turno de votação, o Senado aprovou a PEC de autoria da Deputada Luiza Erundina, que transforma o transporte público num direito social. O transporte passa a ser, Senador Moka, um direito social. Nós todos, salvo erro de memória, aprovamos ontem, por unanimidade, a inclusão, no Texto Constitucional, do transporte como um direito social. E vejam só: hoje, caso essa matéria seja aprovada, nós oneraremos o transporte público brasileiro.

Lembro que a origem daquelas manifestações de 2013, com os movimentos das ruas, era o movimento pelo passe livre, os estudantes reivindicando o direito de transporte coletivo gratuito ou, pelo menos, com preços mais justos. E veio o Governo, inclusive, numa agenda liderada pelo próprio Senador Presidente Renan Calheiros, anunciando uma série de medidas que possibilitaria uma redução ou, pelo menos, o congelamento temporário do preço da tarifa do transporte público. Vejam como nós poderemos ser olhados nas ruas do Brasil.

Senhores, ontem nós aprovamos o transporte como um direito social. Ontem, o Senado da República, em primeiro turno de votação, disse que a Constituição brasileira passa a assegurar o transporte público como um direito social.

Menos de 24 horas depois, o Senado poderá onerar o sistema de transporte público brasileiro com aumento da sua carga tributária, que terá um único resultado: o aumento da tarifa. Os empresários irão repassar para a tarifa essa majoração que está havendo.

Então, que tenhamos ao menos coerência em relação àquilo que nós votamos. Nós não podemos em um dia dizer que transporte é um direito social e, no dia seguinte, 24 horas depois, aumentar a carga tributária para o transporte público do País. É improviso demais! Não é possível que os erros voltem a se repetir!

A oposição, insisto, não é contra o ajuste fiscal. A oposição é contra a forma como o Governo tenta promover esse ajuste. É uma maneira improvisada, que não respeita contratos, que não permite previsibilidade do investimento brasileiro, que vai aprofundar a recessão e ampliar o desemprego.

Por essa razão, Sr. Presidente, o PSDB vota contra essa medida que penaliza quem produz, que penaliza quem trabalha neste País em detrimento do esforço do nosso povo, para alimentar uma máquina inchada, com 39 ministérios, sem que o Governo dê um único exemplo...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) –... de redução dos seus gastos e diminuição da máquina pública.

O povo brasileiro está cansado de pagar impostos para alimentar um Governo que não responde mais às expectativas da nossa gente.

O PSDB votará “não”, Sr. Presidente.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Lúcia Vânia, pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (S/Partido - GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra apenas para expressar aqui a minha perplexidade, porque, enquanto nós estamos aqui num esforço enorme para votar a reforma do ICMS, nós somos surpreendidos com a PEC que o Governo encaminha, retirando 30% dos fundos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para formar a DRU.

É uma coisa inexplicável! Não dá para a gente colaborar. Se o Governo não atinar para a necessidade de retirar essa PEC, não há como prosseguir votando a favor do ajuste fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Sem revisão do orador.) – Gostaria de registrar – e sei que a Senadora Lúcia Vânia é uma Senadora competente, que tem trabalhado há muito tempo nessa questão do ICMS, na questão da convalidação, inclusive assumindo posturas corajosas, não só na defesa do seu Estado, mas compreendendo o resultado da reforma do ICMS –, aproveitando que estão aqui os Senadores e Senadoras, que fui questionado por vários Senadores do Nordeste, do Norte e também do próprio Centro-Oeste, Senador e Presidente Renan Calheiros. E hoje estive conversando com o Senador Aloizio Mercadante, que me disse que o Governo vai adotar os mesmos critérios dos anos anteriores com relação à DRU, inclusive, como vem sendo feito desde o governo Fernando Henrique.

Estou falando isso aqui autorizado pelo Ministro Aloizio Mercadante e pelo Governo Federal. Nós manteremos a mesma regra até então adotada com relação à DRU no que tange aos fundos constitucionais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu vou conceder a palavra ao Senador José Agripino.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Sr. Presidente, eu gostaria inicialmente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador José Agripino, permita-me uma rápida interrupção. Nós estamos tendo a honra de receber uma visita que nos deixa felizes, da Presidente do Parlatino, Senadora mexicana Blanca Alcalá.

Hoje de manhã, nós tivemos a satisfação de sediar, aqui no plenário do Senado Federal, a abertura de uma importantíssima reunião do Parlatino.

O Senador José Agripino é Presidente do DEM, que é o Partido Democratas, uma das expressões do Senado Federal.

Em nome dos Senadores, da Mesa do Senado Federal, nós queríamos, mais uma vez, dizer da satisfação de podermos colaborar na construção deste momento fundamental para o Brasil, para os países do Parlatino, quando nós fazemos uma convergência da nossa cultura, uma convergência econômica, e sediamos com satisfação essa reunião aqui, do Parlatino.

O Senador Flexa Ribeiro é Presidente do grupo brasileiro e cumpriu também um papel fundamental, insubstituível para que nós pudéssemos cumprir essa tarefa hoje, aqui no Brasil.

Senador José Agripino, a Senadora Blanca pede a palavra por um minuto para fazer uma rápida saudação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Com o maior prazer.

A SR^a BLANCA ALCALÁ (*Tradução Livre*) – Boa tarde, Srs. e Sr^{as} Senadoras!

É um prazer para mim, como Presidente do Parlamento Latino-Americano ter a oportunidade de dirigir-lhes a palavra. Agradeço ao Sr. Presidente do Senado por esta oportunidade.

Sei que a jornada desta manhã foi extensa para vocês. Simplesmente quero dizer-lhes que seguimos com atenção os temas deliberados nesta tarde. Sabemos que entre eles há muitos que interessam à América Latina e ao Caribe. E esperamos que se consiga sinergia entre todos.

Destaco que sei que estão próximos a votar uma maior participação política das mulheres. E para o Parlamento Latino-Americano, sem dúvida, é fundamental poder permitir uma maior inclusão das mulheres na tomada de decisões. E devo assinalar que, na América Latina, é maior o número de mulheres, e é necessário que dessas tomadas de decisões também participem as mulheres.

Em meu país, o México, em 2012, o Tribunal Federal Eleitoral obrigou os partidos políticos a cumprirem normas, participando em uma cota de 60% a 40%. Obrigou os partidos que se negavam a isso a inscreverem nas listas as mulheres na qualidade de titulares e suplentes, criando um precedente histórico quanto à nossa participação.

Isso nos levou a ter, atualmente, na legislatura que está para ser concluída, em torno de 36% de participação de mulheres em ambas as Câmaras.

No ano passado, na reforma política, mais uma iniciativa do governo do Presidente Enrique Peña Nieto, incluiu-se a participação paritária: 50% de mulheres e 50% de homens. Essa participação inclui tanto as representantes como os representantes pelo princípio da maioria, que são eleitos em cada distrito e em cada demarcação dos Estados, como também pelo princípio da representação proporcional em listas.

Estamos convencidos de que mulheres e homens temos igualdade de capacidade e a única coisa que exigimos é igualdade de oportunidades.

Finalmente, essa decisão permitirá que, de maneira próxima, no Congresso mexicano, cerca de 40% de seus integrantes sejam também mulheres.

No caso do Parlatino, que me honra representar, no próximo mês de setembro, haveremos de apresentar, em coordenação com mulheres a norma marco, a que pediremos a consideração de todos os congressos da América Latina e Caribe para que possa ser uma referência de como construir essa maior participação e essa maior inclusão das mulheres.

Sabemos que no Brasil estão dando passos definitivos. Sabemos que os homens já conhecem as mulheres e as políticas do Brasil, as companheiras de luta, as construtoras de sonhos e devemos a elas o maior dos êxitos e do reconhecimento, em geral, dos legisladores homens, hoje certos dos novos desafios. Podemos entre todos construir um melhor amanhã para tudo que implica América Latina e Caribe, para todos que incluam as mulheres neste grande hemisfério.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela deferência de me permitir a palavra e pela ampla hospitalidade e generosidade a mim dedicada pelo Senador Flexa Ribeiro, que nos recebeu nos trabalhos das comissões nesta manhã, aqui, no Senado, e na Câmara dos Deputados do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós agradecemos a V. Ex^a.

O Senador Aloysio Nunes Ferreira é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, novamente com a aquiescência do Senador José Agripino.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Sem revisão do orador.) – Sr^a Deputada, eu quero, em nome da nossa Bancada do PSDB, autorizado pelo Líder Cássio Cunha Lima, transmitir à senhora a nossa mais calorosa saudação e o nosso sentimento de honra de tê-la aqui presente no plenário do Senado Federal.

V. Ex^a faz um relato do aumento da participação da mulher na política mexicana. Penso que este é um dado que precisa ser saudado no conjunto da América Latina, a aqui também, no Brasil. Embora com muitos obstáculos, a presença da mulher na política cresce, o poder da mulher cresce, e nós queremos contribuir para que esse movimento continue.

Eu quero, aproveitando a presença da senhora, que está aqui representando essa instituição democrática latino-americana, chamar a atenção da senhora e de todos os seus colegas sobre a situação de uma mulher, de uma Deputada venezuelana, María Corina Machado, que foi expulsa do plenário da Assembleia Nacional venezuelana, num processo de cassação de mandato absolutamente arbitrário, truculento, uma Deputada que foi agredida no plenário da Assembleia Nacional venezuelana e que, agora, se vê impedida de se candidatar, ela, que havia sido nas eleições anteriores, a Deputada mais votada da Venezuela, porque cometeu um crime aos olhos daqueles que oprimem o povo venezuelano, fez oposição ao governo.

Então, aproveito a presença de V. Ex^a aqui, neste plenário, uma vez que Parlatino, representação de Parlamentos Latino-Americanos, é uma expressão da vida democrática do nosso continente e dos nossos Países, para que a voz da oposição venezuelana, daqueles que querem o reencontro desse país com a democracia, dentro do diálogo, do respeito à Constituição, esta que é a voz daqueles que sofrem sob o peso desse regime autoritário, a voz da Maria Corina Machado se faça ouvir também nesta organização que V. Ex^a ilustra e que dirige com tanto brilho.

Muito obrigado.

A SR^a BLANCA ALCALÁ (*Tradução livre.*) – Muito obrigada, Sr. Senador.

Registro sua inquietude e só lhe diria que no Parlamento Latino-Americano temos a sorte de ser um espaço de pluralidade ideológica, da qual participam todas as forças de todos os países da América Latina.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos, mais uma vez, a sua honrosa presença e desenvolvemos a palavra ao Senador José Agripino.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, inicialmente, é uma palavra de cumprimentos pela segunda vez à Senadora Blanca Alcalá, do México, com quem troquei duas palavras no plenário, agora há pouco, fazendo ciência a S. Ex^a da visita que, como Governador, tive oportunidade de fazer – a primeira visita, depois, estive outras vezes no México – para conhecer o projeto *Solidaridad*. E estive no Estado de Puebla, vizinho à Cidade do México, que é o Estado da Senadora Blanca. E dizer a ela que ficamos muito honrados com a presença da Presidente do Parlamento Latino-Americano em Brasília e muito satisfeitos com a presença que V. Ex^a faz questão de dar na Comissão de Constituição e Justiça, no plenário do Senado, em reuniões plenárias, sempre acompanhada pelo Senador Flexa Ribeiro,

que é o nosso representante nesse Parlamento, e que só robustece as relações latino-americanas onde estão contidas as relações do Brasil e do México, que são muito robustas. Temos com o México uma relação que transcende a relação de países semivizinhos, temos acordos bilaterais. O veículo fabricado no Brasil e vendido no México ou produzido no México e vendido no Brasil tem preços acessíveis, e isso nos aproxima e muito. São países latinos, de origem latina, com muitas semelhanças, com muitas similitudes e que têm tudo para se aproximarem cada vez mais.

A presença de V. Ex^a, como Presidente do Parlamento Latino-Americano, dá um passo importante do robustecimento dessas relações que aqui, em nome do meu Partido, me cabe só aplaudir e desejar muitas felicidades de ordem pessoal a S. Ex^a a Senadora Blanca Alcalá.

A SR^a BLANCA ALCALÁ (*Tradução livre.*) – Muito obrigada, Sr. Senador. Aprecio seus comentários. Rati-fico-lhe o interesse, como mexicana, e, com certeza, o meu compromisso também como latino-americana, o meu compromisso com o Brasil e o meu compromisso com as causas de liberdade, de respeito, de crescimento e de desenvolvimento para os nossos povos.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente gostaria de manifestar a minha solidariedade ao Senador Eunício Oliveira, Relator dessa matéria que, num gesto de extrema lealdade, proferiu parecer meio heroico sobre uma matéria que eu entendo ser, dentro do elenco das medidas que o Governo propõe, dentro de um pacote que se resolveu chamar de ajuste fiscal, a mais ardilosa de todas elas, que é exatamente a desoneração da folha de pagamento de 56 segmentos do empresariado brasileiro.

O Senador Eunício, num gesto de extrema lealdade, mas de altivez, não acolheu a proposta do Governo – é verdade, Senador Aloysio – ele não acolheu a proposta do Governo. Ele teve a coragem até de enfrentar o alto escalão do Governo e dizer “não” ao completo desfazimento de coisa que foi proposta e aprovada neste Congresso, em maio do ano passado.

Ele acolheu como fórmula sua, já que nem tanto ao céu nem tanto ao mar, a fórmula da Câmara dos Deputados que, ao invés de desonerar 56 setores da economia, mantém o benefício para 5 setores da economia, medida com a qual eu não posso concordar por várias razões, até porque você estabelece o benefício para 5 e retira o benefício de 51, fato que não é correto e não posso concordar com ele.

Mas, elogio o esforço do Senador Eunício, Líder do PMDB, em, mesmo enfrentando uma medida extremamente incorreta, nesse elenco de proposituras do ajuste fiscal, se posicionar e posicionar o seu Partido contra, mas com uma iniciativa com a qual não posso concordar fundamentalmente por duas razões. A minha preocupação como brasileiro, neste momento, Senador Aloysio, é com duas coisas: credibilidade de Governo e emprego. A primeira delas, o emprego. O Brasil todo vem assistindo à angústia dos brasileiros desempregados e dos brasileiros com medo de ficarem desempregados. Entre novembro do ano passado e o dia de hoje, o desemprego cresceu de 4,8%, na população economicamente ativa, para 6,9%. Foram 900 mil empregos perdidos, quase 100 mil empregos perdidos por mês, Senador Ronaldo Caiado. Essa proposta é perversa, porque, se a gente vem perdendo pela política econômica errática do Governo 100 mil empregos por mês, se nós viéssemos a aprovar, o que espero que não o façamos, a medida do fim da desoneração da folha de pagamento de 56 setores, ao invés de 100 mil empregos, haveria um pinote de 300 mil empregos de uma vez só, por uma razão muito simples: as empresas, com o processo de recessão estabelecido... E aqui quero chamar a atenção para o fato que está ocorrendo. Tivemos dois anos de recessão seguidos, na década de 30, na realidade começando em 1929, na grande recessão, que foi um desastre, quando o Brasil era um país minúsculo. Nós vamos ter recessão neste ano com uma queda do PIB em mais de 2%, está anunciada já recessão para o próximo ano, serão dois anos seguidos. E recessão é sinônimo de desemprego. Se nós estamos com 100 mil empregos de perda de novembro do ano passado para cá e aprovamos esta matéria, eu não tenho nenhuma dúvida de que, no clima de recessão, as empresas que não têm a quem vender, pela falta de competitividade que lhes foi imposta, estão em processo de retração. Se lhes retirarem esse adjutório que foi dado em maio do ano passado, a alternativa, Senador Davi Alcolumbre, não existirá outra, será desempregar pessoas até para tentar sobreviver. Então, o espasmo do desemprego, se nós viéssemos a aprovar essa medida, seria imediato. Ao invés de 100 mil empregos por mês, iríamos, no próximo mês, para 300 mil empregos. Deus me livre de votar a favor disso!

A Presidente da República comprometeu a credibilidade dela anos atrás, dois anos atrás, quando convocou a cadeia de rádio e televisão para anunciar o abaixamento de 20% na tarifa de energia elétrica. Ganhou a eleição e, agora, está com a tarifa até 50% mais alta. Perdeu a credibilidade porque prometeu uma coisa e faz outra e entrou na casa das pessoas com uma coisa ruim, que ela prometeu nunca fazer.

Agora, ela que assuma a responsabilidade pelos erros dela. Senador Ronaldo Caiado, se V. Ex^a votasse como eu, que não vamos votar esta matéria, nós iríamos assumir, nós colocaríamos a digital do Congresso na perda de credibilidade que é dela, Presidente, porque foi ela quem propôs a esta Casa a desoneração de 56 setores.

Se ela agora retira aquilo que ela prometeu com o aval do Congresso, a responsabilidade dela é dividida conosco. V. Ex^a vota essa matéria? Nunca! Nem V. Ex^a, meu Líder, nem eu. E nós não podemos fazer essa perversidade, não podemos fazer essa perversidade com o trabalhador brasileiro.

Se há uma coisa que funcione em matéria de governo é credibilidade. A credibilidade da Presidente já está fraturada e muito. Se aprovarmos essa matéria agora, a credibilidade vai para o fundo do poço porque nós teremos dado o argumento a ela para ter prometido uma coisa no passado e ter feito outra com o aval do Congresso, com perda acrescentada de credibilidade.

Se as pessoas não acreditam em mais nada do que a Presidente promete, que dirá com o gesto de aprovação dessa matéria pelo Congresso, com o nosso voto.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Por essa razão é que, em função do medo que eu tenho do acréscimo do desemprego e com o acréscimo na perda de credibilidade do Governo, em benefício da sociedade brasileira, é que o nosso voto será, de forma absolutamente consciente, será “não”.

E este Plenário tem que entender, Senador Romero Jucá, Senador Benedito de Lira, neste momento, nesta hora, nós estamos votando talvez o pior dos diplomas legislativos dentro do pacote do ajuste fiscal que é proposto a esta Casa. Estão nos propondo a derrubada de não sei quantos milhares de empregos e a perda de credibilidade acrescentada de um Governo em clima de recessão, em um processo insustentável de perda de receitas.

Há uma coisa que eu temo, Senador Benedito.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Pela primeira vez, nos últimos seis meses, nós tivemos não déficit primário, mas déficit fiscal real. A despesa foi maior que a receita em R\$1,6 bilhão. Não sobrou coisa nenhuma para pagamento de juros. O que se teve foi despesa maior que receita por uma razão simples: os cortes das despesas que este Governo faz são nos investimentos; não são no seu custeio. A receita está em queda pela recessão. E o corte da despesa se faz no investimento. Contra esse estado de coisas errático é que estou me manifestando em nome do meu Partido.

Eu vou votar – e peço o voto deste Plenário – “não” para que não façamos uma perversidade com o trabalhador que ainda está empregado no nosso País.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria aqui, rapidamente, usar da palavra. Hoje, eu passei o dia relatando matérias na CCJ e também na questão da reforma política e só agora vim ao plenário e só agora posso me manifestar. Faça esta manifestação aqui em nome do povo de Roraima e por um dever de honra e de posicionamento.

Ontem à noite, o povo de Roraima foi agredido, covardemente, pelo jornalista e apresentador Danilo Gentili, do SBT. Usando palavras de baixo calão, ele agrediu o Estado de Roraima e a nossa gente.

Eu queria aqui registrar duas coisas: primeiro, jamais o Sr. Danilo Gentili vai ser chamado para fazer show em Roraima, porque o povo de Roraima tem bom gosto e não vai pagar para ouvir bobagens; segundo, eu podia responder ao Sr. Danilo Gentili no mesmo nível e no mesmo linguajar dele e dizer que ele não poderia receber o pagamento que ele falou lá, no programa de auditório dele, porque a mãe dele não mora em Roraima. Mas não vou baixar a esse nível!

Eu quero aqui desafiar o SBT e pedir ao dono do SBT, Sílvio Santos, que é um homem honrado, trabalhador, cuja televisão tem audiência lá em Roraima, que peça desculpas, pelo SBT, pelas agressões que foram feitas por esse idiota no programa de ontem.

Era esse registro que eu queira fazer, Sr. Presidente, para desagrar as mulheres e os homens decentes do nosso Estado, que, como eu disse, foram agredidos covardemente, porque não tiveram o direito de manifestação nem de defesa na noite de ontem no programa desse apresentador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós agradecemos a intervenção do Senador Romero Jucá. E a nossa solidariedade ao povo de Roraima.

Concedo a palavra ao Senador Ataídes Oliveira.

Eu queria só comunicar aos Senadores, antes de conceder a palavra ao Senador Ataídes, que essa matéria está tramitando em regime de urgência. Ela está trancando a nossa pauta. Tão logo nós tenhamos a intervenção de cinco Senadores de cada lado, por requerimento, desde que aprovado, nós podemos ter a suspensão da discussão e a consequente apreciação da matéria.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Oposição/PSDB - TO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, há alguns dias, eu fiz um discurso sobre o cenário econômico do nosso País, em que apresentei números estarrecedores. Hoje, eu não quero dizer sobre a nossa maior carga tributária do mundo, sobre o custo de um funcionário para a empresa. Não quero dizer também que a produtividade é a melhor saída do que aumentar a taxa de juro, não quero dizer que a inflação nossa é superior a 10%.

Sr. Presidente, essa reoneração da folha de pagamento, por meio da qual o Governo Federal está com intenção de receber algo em torno de R\$6 bilhões a R\$10 bilhões, onerando essas empresas, cujo desemprego, eu já disse aqui, é algo em torno de 28%, é detalhe até certo ponto.

Sr^{as} e Srs. Senadores que aqui se encontram neste plenário, eu gostaria de ter dois minutos da atenção de V. Ex^{as}.

Senador Caiado – Senador Caiado –, eu gostaria de ter dois minutos da atenção dos meus queridos pares aqui, do Senado Federal.

Nós estamos aqui a tratar de um assunto da mais extrema delicadeza. Nós sabemos que as nossas empresas estão pagando para trabalhar. Nós sabemos que o nosso desemprego é superior a 20% e nós, então, estamos querendo onerar ainda mais essas empresas, e quem vai pagar essa conta, na verdade, é o povo brasileiro.

E, aqui, agora, eu tenho uma notícia a dar a todos os senhores.

Eu tenho dito várias vezes aqui sobre o Sistema S – o Sesc, o Senac, o Sesi, o Senai, o Senar, o Sest, o Senat –, que arrecada 3,1% sobre a folha de pagamento bruta de cada salário do trabalhador. Escutem isso! Nós estamos falando de onerar folha de pagamento, Sr^{as} e Srs. Senadores! O Sistema S recebe 3,1%.

Eu acabo de receber um acórdão do Tribunal de Contas da União, Relatório nº TC 002.772/2015-9, do dia 13 de agosto de 2015. Veja isto: o Sistema S deve receber este ano, Sr^{as} e Srs. Senadores – principalmente os senhores que pretendem votar a favor dessa desoneração da folha de pagamento –, algo em torno de R\$36 bilhões através das folhas de pagamento.

Aqui eu trouxe um cartaz para mostrar aos senhores a tamanha responsabilidade que cada um de nós terá em votar esse projeto. Disponibilidade do Sistema S em 31 de dezembro de 2014: R\$17.595.054.827,00. Os senhores precisam ter essa informação. O Governo está querendo receber algo em torno de R\$8 bilhões, e o Sistema S tem disponível, de acordo com o Tribunal de Contas da União, R\$18 bilhões, Sr. Presidente. Como é que nós então vamos onerar essas empresas? Por que é que não vai lá no Sistema S, que tem R\$18 bilhões, e não busca esses R\$8 bilhões que o Governo está querendo buscar aqui hoje? E digo mais! Digo mais: o Tribunal disse que essas aplicações financeiras têm aumentado, de um ano para o outro, algo em torno de 25%.

Em 2013, eles tinham aplicado em banco R\$16.649.200.336,00. Veja isso, Senador Delcídio! E o TCU disse que o aumento dessas aplicações que passam de um ano para o outro é algo em torno de 27,18%. Acho que está todo mundo me entendendo.

E aqui temos um caso muito delicado, muito delicado. Em 2013, havia R\$16 bilhões aplicados e, em 2014, havia R\$17 bilhões, ou seja, aumentou simplesmente 5,68%. E aqui, com toda vênica e com todo respeito ao PT, às pessoas boas que existem dentro do PT, o Senai, o Sebrae e a Apex são administrados pelo PT. E aqui houve uma evasão de aplicação financeira de mais de R\$4 bilhões em 2014. E aí pergunto: por que essas receitas não aumentaram os 27,5% em aplicação financeira? Essa é a minha pergunta.

O que quero finalmente dizer, Sr. Presidente, é o seguinte, se o Sistema S, que arrecada 3,1% sobre a folha de pagamento para qualificar a mão de obra e levar lazer e saúde ao trabalhador, onde a gratuidade do Sistema S não passa de 10%, segundo informações do próprio Sistema S, eu pergunto aos senhores: o que os senhores acham desses R\$17,5 bilhões? Digam-me o que os senhores acham? Qual é a empresa no Brasil que hoje tem R\$17,5 bilhões aplicados no mercado financeiro? E aqui está administrado hoje pelo PT. Gilberto Carvalho hoje é que está mandando no Sistema S.

Era isto que eu queria: a reflexão de cada Senador e de cada Senadora hoje aqui deste plenário. Vamos onerar então essas empresas, para o Governo arrecadar mais R\$6 bilhões, R\$8 bilhões? Aqui está o dinheiro,

parado, aplicado no mercado financeiro! A responsabilidade deste Congresso é muito grande! E, aqui e agora, o povo está vendo. E, aqui e agora, a decisão está na mão de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Era só isso que eu queria colocar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agradecemos a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, eu quero começar registrando que, nesse ajuste fiscal que o Estado nacional está fazendo, os trabalhadores já deram a sua contribuição. A Câmara e o Senado, o Congresso Nacional, aprovaram duas medidas provisórias, chamando os trabalhadores para dar a sua contribuição no mundo da Previdência, do seguro-desemprego, no mundo do trabalho.

Nós tivemos também as micro e pequenas empresas dando a sua contribuição no ajuste fiscal. As micro e pequenas empresas pagam 2,75%, no mínimo, sobre o seu faturamento para a Previdência Social desde 2007, e vai a 4,9 a última faixa.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Portanto, 10,3 milhões de micro e pequenas empresas formais que nós temos no Brasil já deram a sua contribuição para o ajuste fiscal.

E é bom registrar que a micro e a pequena empresa, entre 2011 e junho de 2015, geraram 5,035 milhões de empregos a mais do que o que havia em dezembro de 2010, enquanto este setor que está sendo chamado agora, para dar sua contribuição, teve uma redução de 842 mil empregos entre janeiro de 2011 e junho de 2015.

Portanto, o setor que gera emprego, que são as micro e pequenas empresas, está contribuindo...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – ... com 2,75%, no mínimo, para a Previdência.

E nós temos um compromisso de resolver o setor de transporte coletivo, porque é inadmissível que o setor aéreo pague 1,5% sobre o seu faturamento e o setor de transporte coletivo tenha que pagar 3%. Isso é inaceitável!

Por isso, nós tivemos hoje uma reunião com a nossa coordenação política no Governo. Assumi o compromisso com todos os Líderes de resolver a questão do transporte coletivo.

Por isso, peço o voto "sim", para que as médias e grandes empresas também colaborem com o ajuste fiscal brasileiro.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Tem a palavra o Senador Delcídio do Amaral, pela ordem.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero solicitar, Sr. Presidente, minha inscrição. Quero solicitar também a V. Ex^a que adotemos aquilo que o Regimento determina, cinco de um lado e cinco do outro, para que comecemos a votação. Acho que esse projeto já foi amplamente debatido ao longo dessas últimas semanas, nesses últimos meses. Nós precisamos é votar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Sem revisão do orador.) – Se V. Ex^a e o Senador Delcídio me permitem, quero dizer que poderíamos, a partir de certo número de inscrição, passar para a votação – obviamente, deverá ser pedida a verificação –, e aí os oradores se pronunciarão no encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Para discutir. Com revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Compreendo a pressa do Líder do Governo, Senador Delcídio do Amaral, em votar esse projeto de lei, mas nós do PSDB, nós da oposição votaremos contra, porque esse projeto de lei é sinônimo de desemprego.

Venho de uma região muito próspera do Estado de São Paulo, a região de São José do Rio Preto. Acabei hoje de ver uma série de depoimentos de empresas sólidas, de empresas que existem há décadas em vários setores, no setor moveleiro, no setor têxtil, no setor de confecções e da construção civil. O sufoco dessas empresas é inimaginável! Essas empresas já têm de arcar com juros astronômicos.

O aumento da taxa de juros promovido por este Governo do final do ano passado até agora já aumentou a dívida pública em R\$49 bilhões. É um Governo que fala em ajuste fiscal como a grande cruzada nacional, mas que foi incapaz de fazer uma previsão minimamente confiável do comportamento da arrecadação dos tributos federais.

Não nos esqueçamos de que, ainda não empossado como Ministro, o Sr. Joaquim Levy, já praticamente nomeado, falando em nome da área econômica do Governo que viria, fez uma projeção do aumento da arrecadação de tributos federais para este ano: um aumento de 7,5%. Estava mais no mundo da lua que o seu antecessor, Guido Mantega! Hoje a queda da arrecadação federal já é de 4,2%.

A queda da arrecadação prevista registrada no mês de julho de 2015, em comparação com o ano de 2014, já foi de 3,13%. Uma das causas dessa queda da arrecadação reside exatamente no fato de que muitas empresas estão adiando o recolhimento de tributos federais para manter minimamente as empresas funcionando, para manter minimamente o conjunto de empregados dependentes dela. Pois é exatamente nessas circunstâncias que o Governo quer aumentar ainda mais os tributos que pesam sobre a folha de pagamento. Isso é uma insanidade.

Recebi apelos de brasileiros que trabalham, que pagam impostos, que temem pelo seu emprego, que temem pelo empreendimento de atividades econômicas que vieram, muitas vezes, dos seus avós, para que se votasse contra.

O Governo faz uma cruzada nacional de salvação nacional – acabei de ouvir o pronunciamento do Líder Pimentel –, mas, em nenhum momento, nesse ajuste fiscal, o Governo Dilma Rousseff se preocupou em conversar com a oposição para saber: “Olha, nós erramos no passado, nós fomos irresponsáveis no passado, nós mentimos à Nação quando dissemos que estava tudo bem, mas agora é preciso fazer um ajuste. O que pensa a oposição sobre esse ajuste?” Nada!

A empáfia, a soberba que caracteriza a Presidente Dilma Rousseff contaminou também o seu Ministro da Fazenda, que, somente na décima quinta hora, procura o Líder do PSDB para pedir para votar a favor dessa medida que aumenta o desemprego. Por que não nos consultou antes? Nós temos interesse em ajustar, sim, e temos ideias sobre como fazer o ajuste.

O Senador José Serra tem se pronunciado nesta tribuna, denunciando o fato de que o aumento da taxa de juros promovido pelo Governo – eu me referi ao dado agora – elevou a dívida pública em quase R\$49 bilhões. O Senador José Serra tem falado também a respeito da tentativa vã do Governo em conter a alta do dólar, gastando com isso, torrando com isso dinheiro, com os chamados *swaps* cambiais, R\$57 bilhões.

Este Governo não tem autoridade para conclamar a oposição a se unir a ele, para aprovar uma medida a respeito da qual não teve a humildade de se dirigir à oposição, para pedir o nosso apoio e as nossas sugestões. É claro que temos sugestões! É claro que temos sugestões em relação a essa política monetária insana! É claro que temos sugestões a respeito da oportunidade de dificultar o acesso ao seguro-desemprego, no momento em que o desemprego aumenta.

Evidentemente, temos todas as razões para votar contra o projeto de lei, especialmente na forma como ele chega ao Senado, em que alguns setores têm a sua carga aliviada, cinco setores, enquanto todos os demais têm de pagar agora o preço do ajuste, o preço de um governo incompetente. O preço desse ajuste, o preço dessa medida é o aumento do desemprego. Aumenta-se a carga tributária sobre as empresas exatamente no momento em que o consumo diminui, em que as vendas se retraem, em que a economia encolhe, em que os juros aumentam. O Governo quer aumentar ainda mais a carga que pesa sobre os ombros daqueles que produzem neste País.

Nós votaremos não! Esse projeto de lei é o projeto do desemprego, é o projeto da irresponsabilidade e não terá o nosso aval.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, declino da palavra, para que se faça o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^{as} e Srs. Parlamentares, vamos a uma votação hoje que o nobre Relator disse ser o último capítulo do ajuste fiscal. É, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, o último capítulo...

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...de um filme de terror, no qual foram penalizados os aposentados (*Fora do microfone.*), como também as viúvas, os trabalhadores.

Agora, recebem da Presidente da República mais um projeto com urgência constitucional, que vem penalizar ainda mais este momento difícil do emprego e da possibilidade de o cidadão poder viver com o mínimo de cidadania.

Destaco aquilo que aqui colocou o Presidente do meu Partido, o Senador José Agripino. Diante desse aumento hoje, quando há uma média de cem mil desempregados por mês, ao aprovarmos esse projeto, faremos com que os empresários não suportem esse aumento da carga tributária, havendo setores que serão penalizados em mais de 300%. Com isso, a única saída será exatamente um enxugamento, ou seja, a demissão.

No entanto, é importante que possamos lembrar, principalmente, à Base do Governo que o Governo tem dois pesos e duas medidas. No período eleitoral, em 2014, ela realmente se preocupou em elaborar a Medida Provisória nº 651. Ela foi à televisão, a todos os meios de comunicação, para dizer: “Como Presidente da República, vou abaixar a carga tributária e vou aumentar a oportunidade para que os setores que empregam possam ampliar cada vez mais os seus quadros de funcionários.” Bom, isso foi dito em 2014. Em 2015, tão logo terminada a eleição, veio uma medida provisória.

Como muito bem foi colocado aqui pelo Presidente Renan Calheiros, ele devolveu a medida provisória e ainda disse:

Aumentar impostos por meio de medida provisória poucos meses após ter concedido uma vantagem fiscal que se dizia definitiva, sem a mínima discussão com o Congresso Nacional, é um péssimo sinal para quem deseja vender a imagem da normalidade institucional e econômica do Brasil. Além disso, é apequenar o Parlamento, é diminuir e desrespeitar as suas prerrogativas institucionais e o próprio Estado democrático de direito.

Então, pergunto, Sr. Presidente: como nós devemos votar essa matéria?

A Agenda Brasil propõe exatamente, no eixo da melhoria do ambiente de negócios de infraestrutura, a “segurança jurídica dos contratos: blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas”. Isso faz parte da Agenda Brasil, distribuída a toda a população brasileira. No eixo da proteção social, o que diz a Agenda Brasil? “Condicionar as alterações na legislação de desoneração da folha e o acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de emprego.” Ora, olhem a incoerência do Governo! Hoje, quer que votemos aqui uma matéria que vai aumentar a carga tributária, que vai aumentar a insegurança jurídica. No entanto, a Agenda Brasil, proposta aqui pelo Presidente da Casa, tem como eixo principal votar exatamente o contrário!

Ao mesmo tempo, estamos vendo a penalização de alguns setores, e nós não sabemos por quê. Aqui, quero solicitar a todos os meus colegas Senadores e Senadoras que digam qual foi o fator determinante que fez com que alguns setores fossem beneficiados e com que outros fossem penalizados. O que realmente forçou esse gesto de benevolência que foi colocado aqui, nesta tabela? Alguns setores da economia brasileira são tributados com carga de apenas 1% no aumento; no entanto, para outros setores, a carga chega a 4,5%.

Foi colocado pelo Senador da Base do Governo, do PT, que, em relação ao transporte coletivo, nós teremos uma medida provisória. Senador Pimentel, essa medida provisória viria especificamente para o setor de transportes? Aquilo que me foi repassado é que seria uma emenda acrescida a uma medida provisória.

Sr. Presidente, nós já temos uma resolução na mesa. Nós já temos uma definição sobre o que é matéria específica de medida provisória e quais são os penduricalhos que ali são colocados. Esta Casa já deliberou, por questão de ordem apresentada à Mesa, que nenhuma matéria estranha ao texto original da medida provisória será aqui sequer discutida e muito menos votada. Como tal, eu não vejo como o Governo elaborar apenas uma medida provisória para poder atender ao setor específico, que é o setor de transporte coletivo.

Na verdade, está sendo vendida uma tese a todos os Senadores e Senadoras que não vai acontecer. O Governo quer aprovar algo que penaliza extremamente o setor produtivo nacional, que faz com que cada vez mais se amplie a insegurança jurídica e cada vez mais faz com que o setor produtivo deste País fique à deriva, na dependência do humor do governante de plantão e, com mais gravidade, na dependência do período pré-eleitoral.

É grave explicarmos como é possível admitir que um setor, como o da construção civil, vai ter que pagar uma alíquota de 4,5%, a maior de todas. Essa é uma área que disputa o primeiro lugar para poder fazer principalmente com que o cidadão de baixa renda, de menor qualificação no que diz respeito à educação, possa ter ali o seu emprego e a garantia do seu salário. Esse setor, que já vive um dos seus piores momentos,

sem a menor chance de se recuperar diante das incertezas da economia, foi penalizado com este projeto, hoje, com uma alíquota de mais 4,5%. Como sobreviver? Transporte com 3%? Ora, sabemos muito bem que isso será repassado ao contribuinte. Ao ser repassado ao contribuinte, vamos ver novamente a população brasileira incendiando os ônibus, quebrando-os, porque, graças a essa medida, na época em que a Presidente da República baixou a diminuição da cobrança do imposto sobre a folha de pagamento, foi o momento em que todos os empresários nessa área mantiveram ou até baixaram o preço da passagem, para poder atender àquela demanda, que provocou aquele período de triste lembrança, em junho de 2013, quando vimos centenas de ônibus serem incendiados e quebrados, porque a população se revoltou contra o aumento da tarifa.

Então, vindo agora uma alíquota de 3%, esse setor vai fazer o quê? Repassar isso para a passagem. E como será a recepção da população brasileira? E nós, Senadores, aqui, estaremos avalizando isso? Estaremos aqui votando a favor do aumento da carga tributária? O Governo, nessa hora, não toma a menor providência em relação ao custeio da máquina, sobre o tamanho da estrutura deste Governo paquiderme, deste Governo hipertrofiado, deste Governo que já está com 39 Ministérios, e, aconteça o que acontecer, nenhum Ministério será cortado, porque os conchavos e os acordos não deixam a máquina diminuir seu gasto e, sim, exige do Governo enfiar cada vez mais a mão no bolso da população brasileira.

Sr. Presidente, hoje, também o Ministro Joaquim Levy tomou uma medida em que resolve salvar o ABC paulista. Ele tinha o apelido de “mão de tesoura”. Agora, ele passa a ter uma postura semelhante à do Ministro Mantega, ou seja, liberar, prometer uma nova matriz econômica, liberar subsídios para algumas áreas.

Não há ninguém aqui desconhecedor de como as coisas acontecem. Se ele vai subsidiar algumas áreas, como a das montadoras do ABC Paulista, esses subsídios serão pagos por quem? Pela população, como um todo. Não existe essa cortesia de graça. Alguém vai pagar. Agora, para salvar os empregos do ABC Paulista, vou aumentar o preço da passagem de ônibus, vou penalizar as empresas que constroem no Brasil, impedindo que a construção civil amplie o seu quadro de funcionários e que possa tirar, principalmente, as camadas mais carentes dessa situação de desemprego que se alastra no País? Quer dizer, onde é que estamos para avaliar uma tabela como essa? Como ela foi elaborada? Qual foi o iluminado que chegou a esses patamares aqui? Quer dizer, o Senado Federal não tem que convalidar um absurdo como esse, o Senado Federal tem que derrotar esse projeto de lei. Aí, sim, se quiser o Governo rediscutir a matéria, que seja novamente em forma de um outro projeto, mas que venha com patamares que sejam possíveis.

No entanto, Sr. Presidente, enxergo que, apesar do trabalho árduo do Governo, os Senadores que votarem favoravelmente ficarão sem discurso, porque votar para aumentar a carga tributária, para repassar para o cidadão a penalização do desastre promovido pelo Governo do PT, pré-campanha eleitoral, em que o projeto de governo passou a ser projeto de poder?

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Eu pergunto: é justo, agora, atingirmos as áreas que são mais sensíveis, que atingem o cidadão de classe média e os pobres, as pessoas mais carentes, aquele que paga passagem de ônibus, aquele cidadão que precisa do emprego numa construção civil, que está morando nos bairros carentes das grandes cidades? Esses são os setores que vão pagar a conta? É isso o que o Senado vai votar? Essa é a postura que nós vamos aprovar neste momento? Deveríamos ter um texto substitutivo. Aí, sim, nós teríamos outro balizamento, teríamos capacidade de ajustar aquilo que não vem bem calibrado pela Câmara dos Deputados.

Por fim, Sr. Presidente, encerro e encaminho voto contrário à aprovação deste projeto de reoneração, ou seja, de aumento da carga tributária, apresentado pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, ouvindo aqui os próceres da oposição que usaram esta tribuna, eu me pergunto em que mundo nós estamos!

Ao longo do governo do Presidente Lula, ao longo do Governo da Presidenta Dilma, nós tivemos várias decisões tomadas pelo Governo que promoveram desoneração de impostos, que promoveram renúncia fiscal por várias razões. Quem não se lembra dos vários anos em que tivemos o Imposto Sobre Produtos Industrializados, com alíquota zero para vários segmentos da produção industrial brasileira? Para a indústria automotiva, para a indústria de móveis, para a chamada indústria de linha branca de eletrodomésticos? Quanto tempo nós seguramos a Cide a zero, anos em que o preço da gasolina no País não subiu, porque o Governo optou por trabalhar com a desoneração, como maneira de estimular a atividade produtiva, de impedir que nós ingressásse-

mos numa situação de recessão? Foi esse mesmo Governo que procurou tirar o peso daqueles segmentos da economia brasileira que eram utilizadores intensivos da mão de obra, que utilizavam uma grande quantidade de trabalhadores. Por essa razão, o Governo foi apresentando uma série de propostas que permitiram que as empresas migrassem da contribuição sobre a folha de pagamentos para uma contribuição sobre o faturamento, com essas contribuições sociais caindo de maneira significativa. Logicamente, toda essa política anticíclica viveu um momento de esgotamento, e a nossa Presidenta reconheceu isso. Por essa razão, nós estamos fazendo agora esse ajuste, e a última etapa do ajuste é a votação desse projeto, que reonera essas contribuições sociais.

Todos nós sabemos que essa desoneração, no valor de R\$24 bilhões, nem toda ela foi transformada em investimento direto na produção, em reajuste de salário dos trabalhadores. Uma parte significativa representou aumento da margem de lucro das empresas. É compreensível, é aceitável até. Porém, esse é o momento em que nós temos que ter a contribuição das empresas para esse processo de ajuste. Os trabalhadores já deram a sua cota. Agora, precisamos que os empresários, que as empresas deem a sua contribuição para isso.

Eu me pergunto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Líder do Governo, Delcídio, que está aqui, há vários anos, desde a época do Governo Fernando Henrique Cardoso: quais foram as desonerações, quais foram as renúncias fiscais, quais foram as diminuições do peso dos tributos sobre as empresas que empregavam trabalhadores em larga escala, que foram dadas pelo Governo que nos antecedeu? Falam aqui os Líderes da oposição, criticando o Governo. Falam em desemprego, mas não se lembram, durante o Governo deles, eles, que são defensores da diminuição da carga tributária, de Estado menor, quais foram as desonerações que foram promovidas no governo anterior ao nosso Governo.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, sabemos que essa proposta que aí está não é a melhor. A Câmara promoveu uma série de mudanças na proposta original que criaram algumas distorções, porém é melhor que votemos esse texto com o compromisso de promovermos algum tipo de desoneração para um segmento importante, que é o do transporte público coletivo, e fechemos a proposição do ajuste fiscal.

Achamos que é fundamental que se possa adotar essa medida, é fundamental que possamos fazer essa votação. E aqui temos que dizer, inclusive, que, com essa proposta, nós vamos continuar com R\$22 bilhões em desoneração da folha, porque eram R\$24 bilhões. O Governo mandou uma proposta que trazia de volta 50% dessa desoneração, R\$12 bilhões, e a Câmara dos Deputados a reduziu a R\$10 bilhões. Portanto, ainda são recursos numa margem importante para que as empresas possam produzir, possam trabalhar sem gerar desemprego.

Por último, é bom lembrar que já há uma medida provisória vigorando que trata da proteção do emprego. Empresas já estão começando a aderir. Então, o Governo não está apostando em mexer na desoneração e atrair desemprego, de forma alguma.

Portanto, eu quero pedir às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que todos votemos “sim”, por essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. *(Pausa.)*

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez somos chamados a muito mais do que opinarmos: somos chamados a dar o nosso voto a uma matéria que é fruto de um Governo que mergulhou o nosso País numa crise ética, numa crise econômica, numa crise política.

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está ligado. Já ligamos. É porque está realmente com um probleminha, Senador Ricardo Ferraço, está um pouco baixo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Somos chamados, Sr. Presidente, a dar o nosso voto para uma iniciativa de um Governo que mergulhou o nosso País numa crise ética, numa crise política, numa crise econômica, com gravíssimas repercussões sociais. Trata-se de uma crise, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores – sejamos aqui sinceros –, que não foi importada, mas que foi gestada, que é fruto, produto e resultado não apenas de um equívoco, mas de uma coleção de equívocos ao longo dos últimos anos.

Qualquer governo consequente e responsável tem que ter capacidade de planejar, tem que antever fatos para que, nos momentos de mais dificuldade, tenha poupança para enfrentar a crise, Senador Capiberibe. Ele não pode fazer o tempo todo como faz a cigarra, ele tem que ser mais formiga, ele tem que trabalhar e poupar para que, em circunstâncias como estas, tenha mecanismos e ferramentas, Senador Roberto Requião, para minimizar os efeitos e as consequências dos desafios que o nosso País está enfrentando.

Nós estamos aqui tomando uma iniciativa que não tem outro significado senão aumentar a carga tributária. É disto que se trata: nós estamos aumentando a carga tributária, e a consequência direta da expansão dessa carga tributária será a expansão do desemprego, a face mais perversa da nossa crise econômica.

Sr. Presidente, de janeiro a julho foram mais de 450 mil pessoas a engrossar a fila do desemprego, de-semprego que produz angústia, que produz sofrimento, e que gera, Senador Elmano, desorganização familiar.

O Governo deveria deixar claro que também está disposto a fazer a sua parte, dividindo e compartilhando esse ônus com a sociedade. O que o Governo tem feito sistematicamente é piquenique na sombra alheia, solicitando que a sociedade faça o seu esforço e o seu sacrifício, mas mostrando-se incapaz, Senador Tasso Jereissati, de reduzir o seu custeio. Aliás, a única redução que nós estamos observando é a redução nos investimentos – essa, sim, é evidente, Sr. Presidente e Srs. Senadores.

Portanto, não há como, Sr. Presidente, não há como... Qualquer um de nós poderia, e deveria, estar disposto a apoiar uma matéria como essa se houvesse algum tipo de contrapartida que sinalizasse a disposição do Governo. Nós estamos convocando a sociedade, nós estamos convocando os segmentos econômicos para esse sacrifício, mas nós estamos oferecendo como contrapartida a redução do nosso custeio, ainda que simbolicamente, a fusão de ministérios, a redução dos cargos comissionados, que servem para aparelhar os interesses políticos e partidários, que distorcem e reforçam a visão patrimonialista da ausência de fronteiras entre o público e o privado, Sr. Presidente.

Além disso, Sr. Presidente, é preciso contestar: Senador Lasier, a economia pretendida no início sinalizava alguma coisa perto de R\$12 bilhões, porque o Tesouro transfere esses recursos à Previdência. Ocorre que houve mudanças na Câmara e, com as mudanças ocorridas, sem qualquer tipo de coerência e consequência, essa redução, Senador José Agripino, cai para alguma coisa em torno de R\$7,5 bilhões a R\$8 bilhões.

E não há, Sr. Presidente, como considerar as exceções que foram construídas na Câmara. Sr. Presidente, não há como sacrificar a construção civil, que é geradora de emprego, e privilegiar segmentos como o *call center*. Qual é a coerência, qual é a compatibilidade que há na construção dessa regra?

E o que estamos fazendo aqui não é apenas aumentar a carga tributária: é convalidar esses acordos que foram feitos na Câmara dos Deputados sem que nenhum de nós pudesse falar claramente sobre os fundamentos que levaram a esses poucos setores que foram excepcionalizados.

Além disso, Sr. Presidente, as escolhas econômicas que tem feito o Governo, insistindo em intervir no mercado de câmbio através da estratégia do *swap* cambial, que já custou à sociedade brasileira, este ano, R\$57 bilhões, pelo menos seis vezes mais... Essa reoneração, que, de novo, vai custar emprego, trabalho, aos brasileiros, Sr. Presidente...

Sr. Presidente, a cada 0,5% da taxa Selic que o Copom eleva, são mais R\$7,5 bilhões. Ao longo desses meses de 2015, nós já aumentamos a taxa Selic de 11,75% para 14,25% sem um fundamento claro, porque não estamos com pressão inflacionária, não estamos com demanda de consumo. E somente com o aumento da taxa Selic este ano, nós tivemos um endividamento para a sociedade brasileira da ordem de R\$37,5 bilhões.

Portanto, o que observamos aqui, Senadora Ana Amélia, é mais uma improvisação, é mais uma contradição. E de contradição em contradição, de improvisação em improvisação... Não é verdade que este capítulo é o último da reforma ou do ajuste fiscal. Não é verdade, porque daqui a pouco virá a mudança do PIS/Pasep e Cofins; daqui a pouco, quem sabe, vem a contribuição sobre domínio econômico. Ou seja, vamos insistir nesta estratégia do aumento de carga tributária sem oferecer nenhuma contrapartida na redução das despesas de custeio, Sr. Presidente.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, em que pese a orientação dada pelo meu estimado e querido amigo Senador Eunício Oliveira, não tenho como acompanhá-lo, até porque quero registrar manifestação que recebi de todas as federações do meu Estado – a Federação da Agricultura, a Federação do Comércio, a Federação dos Transportes, a Federação das Indústrias – e do Movimento Espírito Santo em Ação. Todos estão clamando para que, num momento como este, não façamos coro, não aumentemos a carga tributária, que trará como consequência efetiva o desemprego. Não posso assinar embaixo de uma medida como esta, que trará sérias sequelas e consequências para a economia empreendedora brasileira.

Por isso mesmo quero aqui, pedindo vênha, manifestar o meu voto contrário a esta iniciativa, por princípio, Sr. Presidente, não apenas com relação a esta matéria, mas, evidentemente, com relação às demais matérias que poderão vir e que trouxerem no seu escopo o sentido e o objetivo da expansão da carga tributária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até por economia processual, simplesmente vou reiterar aqui a posição já manifestada por alguns Senadores, especialmente da Base do Governo.

Primeiro, Sr. Presidente, quero registrar que aprovamos as principais medidas fiscais encaminhadas pelo Governo Federal e esta é a última dessas medidas. As primeiras medidas que aprovamos atingiram especifica-

mente os trabalhadores. E como estamos em um momento difícil, nós, efetivamente, com este projeto, e olhando como um todo, também estamos apresentando uma proposta que, sem dúvida nenhuma... Vários setores produtivos serão impactados, mas todos estamos sendo sacrificados para que a economia brasileira se estabilize e voltemos a crescer – esse é o desafio de todos nós – e tenhamos desenvolvimento econômico e social.

Sr. Presidente, esta é a última medida, amplamente discutida. Quero parabenizar, pelo relatório, o Senador Eunício, sempre muito competente, sempre muito focado, objetivo.

E quero registrar, Sr. Presidente, o voto favorável ao projeto, ao texto que veio da Câmara. E eu não tenho dúvida, Presidente, de que, dentro das preocupações dos Senadores e Senadoras, a aprovação deste projeto, o impacto econômico da aprovação deste projeto é muito importante, mostrando que o Senado vai responder, neste momento difícil que o País vive, principalmente votando responsabilmente e olhando o futuro do nosso País.

Daqui para frente, Sr. Presidente, é trabalhar intensamente nas comissões, trabalhar intensamente aqui, no plenário, especialmente com a Agenda Brasil, em que nós temos muitos projetos extremamente relevantes.

E eu quero aqui registrar, Sr. Presidente, que, na Comissão de Assuntos Econômicos, nós já vamos começar a pautar uma série de projetos que fazem parte dessa agenda, por mais polêmicos que esses projetos venham a ser, como também, Sr. Presidente, nós vamos realizar muitas audiências públicas que servirão de base para o desenvolvimento e para a tramitação de muitos dos projetos que, sem dúvida nenhuma, surgirão – alguns já existem – dessa Agenda Brasil, proposta pelo Senado Federal e evidentemente amplamente discutida pelo Governo e seus Ministros.

Muito obrigado.

Portanto, o voto, Sr. Presidente, é favorável ao Relator, à proposta do Relator, o Senador Eunício Oliveira.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu consulto o Líder do Governo, pergunto ao nosso Líder se há acordo para resolvermos a questão do transporte de passageiros, Sr. Presidente. Essa é minha indagação ao Líder do Governo.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Quero registrar aqui ao Senador Acir – e agradeço aqui a lembrança do Senador Acir – que há acordo para cumprir aquilo que foi assumido com o setor de transportes.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Mas de que maneira, Líder do Governo?

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Nós vamos apresentar um projeto específico tratando desse tema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, vem como forma de projeto de lei, com tramitação longa, uma tramitação provavelmente nos próximos três anos.

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – Pode ser um projeto e pode ser também com uma emenda numa medida provisória.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Não pode, Sr. Presidente, porque nós temos um acordo de que matéria estranha não pode ser acrescida em medida provisória.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Nós temos 90 dias para resolver esse problema, Delcídio. Nós temos 90 dias. É o prazo em que vai vigorar a lei. Nesses 90 dias, nós temos o compromisso de resolver a questão do sistema de transporte de passageiros do País, Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – É fato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Eunício Oliveira.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Esse é o compromisso que, inclusive, foi hoje feito pela manhã com o coordenador político e com as Lideranças da Base. E todos fecharam o acordo em torno desse entendimento feito com o Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que possamos fazer aqui acordos que possam ser viabilizados. Por intermédio de uma medida provisória é impossível, porque não há nenhuma medida provisória, até o momento, que tenha sido publicada, em que possa ser acrescido esse texto específico de transporte urbano ou rodoviário, em primeiro lugar. Então essa hipótese inexistente!

Em segundo lugar, um projeto de lei – mesmo com urgência constitucional – é muito difícil que ele tenha uma tramitação que não seja exatamente 45 dias para trancar a pauta em cada Casa. O Governo não vai mandar um projeto com urgência constitucional tratando única e especificamente de transporte coletivo.

Então, Sr. Presidente, está mais do que claro. Nós conhecemos o Regimento. Todos nós conhecemos a prática de como realmente o Governo pode. Ele tem seus limites. Não é ele que legisla.

(Soa a campainha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – É o Congresso Nacional que legisla, e, como tal, a prática não deve ser essa de simplesmente dizer que vai fazer sem, no entanto, apresentar a fórmula de isso se tornar uma realidade.

Como tal, Sr. Presidente, é mais um engodo que está sendo praticado.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Apenas para consultar V. Ex^a sobre se estão mantidas as inscrições – eu estou inscrito para discutir a matéria. Se V. Ex^a manterá as inscrições que estão sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aécio Neves, na forma do Regimento e a partir do § 14, inciso IV, nós vamos – em função de um requerimento que está sobre a mesa –, logo após a fala do Senador Jorge Viana, submeter o requerimento à apreciação. Mas já falei com V. Ex^a, daremos a palavra a V. Ex^a no encaminhamento da votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Muito bem. Então, já falaram cinco a favor e cinco contra? É isso que V. Ex^a está...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Senador Jorge Viana completará o número regimental...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E já foi apresentado um requerimento, portanto, suponho...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Já há um requerimento...

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... pela Liderança do Governo. Apenas para mantermos aqui o rito...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Perfeito, perfeito.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – ... adequado, para não acontecer... E aguardo o momento de poder me pronunciar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente eu queria, em primeiro lugar, cumprimentá-lo mais uma vez pelas iniciativas que V. Ex^a tem buscado para o Senado Federal dar a sua parcela de contribuição neste momento de dificuldade que o País atravessa, tanto do ponto de vista político como econômico, que se reflete diretamente na vida econômica do País, na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. E não é de se estranhar, porque esta é a casa da Federação. Na hora em que os Municípios enfrentam dificuldades, em que os governos estaduais enfrentam dificuldades, o Senado está oferecendo uma agenda; uma agenda que não é uma invencionice. É uma agenda que reúne matérias que tramitam no Congresso, uma agenda que leva em conta a opinião pública, os diferentes setores da vida nacional. E eu penso que, com isso, todos nós aqui deste plenário vamos cumprir um papel que a população cobra, hoje, nas manifestações, nas mais diferentes maneiras que a população encontra.

Sobre essa matéria, eu só queria lembrar um aspecto. No ano passado, o Governo, na busca de garantir o emprego, na busca de garantir a saúde econômica do País, fez uma desoneração de mais de R\$114 bilhões. Poucos elogiaram, mas o Brasil conseguiu manter o pleno emprego no ano passado. A crise se agravou este ano. Estamos aqui fazendo um ajuste nessa política de desoneração, nada mais que isso.

E eu, então, concluo essa lista de oradores me somando aos colegas Líderes que falaram, que trabalham junto conosco no apoio e na busca de soluções para a crise. Eu apoio o relatório do Senador Eunício Oliveira, que trabalhou muito nessa matéria, que tem conhecimento sobre ela e aponta o caminho; o caminho do voto para o melhor para o Brasil.

O Brasil vive uma quadra delicada, Sr. Presidente Renan Calheiros. O Brasil exige, neste momento, o melhor que cada um de nós tenha a dar, e não o pior. E eu faço um apelo a todos os Senadores e Senadores para que façamos desta votação um apoio ao Líder Eunício Oliveira, que reviu sua posição e traz um relatório, que é um relatório que pensa e põe em primeiro plano o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Por isso, o voto é "sim", seguindo a orientação do Líder Eunício Oliveira.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho Alves, Primeiro-Secretário do Senado Federal, que fará a leitura de requerimento que está sobre a mesa. Com a palavra V. Ex^a.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) –

REQUERIMENTO Nº 938, DE 2015

Requeiro o encerramento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015, nos termos do art. 14, inciso...

(Interrupção do som.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) –

... do Regimento Interno, Sr. Presidente.

Assinam o Senador José Pimentel, Senador Humberto Costa, Senador Delcídio Amaral e Senador Randalfe Rodrigues.

É o seguinte o Requerimento na íntegra:

Requerimento nº 938, de 2015

Requeiro o encerramento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015, nos termos do art. 14, inciso IV, do Regimento Interno.

*Sala das Sessões, 19/08/15
Do: Bayron de Jesus Pimentel*

*Humberto Costa
Delcídio Amaral
Randalfe Rodrigues*

Renan Calheiros

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado, para discutir o requerimento. Em seguida, darei a palavra ao Senador Blairo Maggi, e faremos a votação do requerimento na sequência.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa é uma matéria que já chegou trancando a pauta do Senado Federal. O Senado não conseguiu construir nenhum projeto alternativo; ele apresentou, exatamente, *ipsis litteris*, aquilo que veio da Câmara dos Deputados. Qual foi a queixa generalizada que ouvimos aqui, independente de ser Base do Governo ou de oposição? Vários oradores que assumiram a tribuna foram unânimes em dizer: de que maneira decidiram que alguns deveriam pagar uma alíquota maior e outros pagar uma alíquota menor? Não houve um parâmetro, não houve um estudo.

Com isso, quero, neste momento, também, contraditar a tese do colega que fez uso da palavra anteriormente, defendendo a Base do Governo, e dizer, Sr. Presidente, que é uma incoerência nós votarmos esta medida neste momento.

Chamo a atenção do Senador Jorge Viana. Ele vem aqui dizer que esse é o último capítulo de uma novela de terror, em que vamos tirar R\$10 bilhões, e que vai provocar desemprego. Mas hoje mesmo o Governo do Senador Jorge Viana, hoje mesmo, baixa uma decisão de que vai liberar R\$5 bilhões para conceder crédito subsidiado ao ABC paulista! Ora, então, as montadoras têm R\$5 bilhões; eu vou tirar R\$10 bilhões do pedreiro, do funcionário da construção civil, vou aumentar a tarifa de ônibus, vou aumentar todo esse descontentamento da sociedade brasileira, vou criar uma comoção social hoje, como nós assistimos, em junho de 2013.

Então, Sr. Presidente, não tem lógica! O Ministro Levy tem que ser mais Levy e menos Mantega! Não dá para ficar nessa posição híbrida!

Não é possível agora o Governo querer que os Senadores e Senadoras votem naquilo que disse: a Câmara diminuiu de 12 bilhões para 10 bilhões. Não houve aqui uma maneira que fosse pelo menos salomônica para explicar quem vai pagar mais ou quem vai pagar menos, ou a unificação da penalização.

Agora, diz que isso vai render 10 bilhões. Olhem bem o caos e o que nós – nós não, porque nós não votaremos favoravelmente, votaremos para derrotar esse projeto –, olhem bem o que o Senado está avalizando. Amanhã, quando a sociedade brasileira tomar as ruas e começar a depredar ônibus, quem foi que convalidou essa tese? Foi o Senado Federal. Mas, quando há turbulência no ABC paulista, ela acha R\$5 bilhões para injetar ali, principalmente nos sindicatos do ABC paulista.

Por isso, Sr. Presidente, não há uma lógica, não há nenhum argumento capaz de nos sensibilizar.

Por isso que eu acho que o debate é positivo. Eu não sei por que a pressa da Base do Governo em querer cancelar, apresentar um requerimento, para poder interromper o debate.

V. Ex^a sempre foi extremamente complacente com o debate na Casa. Se há algo que todos nós reconhecemos em V. Ex^a, a lista toda que está aí, é que V. Ex^a sempre deu espaço para que todos colocassem suas posições. E esse é um tema relevante, é um tema em que o Senado Federal tem responsabilidade maior. Esta é a Casa maior. Esta Casa não tem que endossar o que veio da Câmara dos Deputados. Esta Casa tem que ter autonomia, e uma autonomia para dizer que esse projeto é o pior de todos e que vai trazer um malefício enorme à população.

Por isso, Sr. Presidente, o meu voto é “não” ao requerimento para interromper o debate neste momento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Sr. Presidente, art. 14.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Eu tive o privilégio de ter sido citado pelo meu colega Senador Ronaldo Caiado. E, com todo respeito ao papel da oposição, eu acho que alguns têm todo direito de seguir lutando por suas agendas, que em muitos casos é pelo desemprego. O nosso Governo, nós da Bancada aqui vamos seguir trabalhando pelo emprego. Por isso que o Governo toma medidas como as que adotou no ano passado e, agora, o ajuste econômico.

Eu acho que nós estamos trabalhando aqui, e V. Ex^a com a Agenda Brasil, pelo “quanto melhor, melhor” e que alguns trabalham pelo “quanto pior, melhor”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu estou inscrito para discutir, mas, em face desse requerimento da suspensão, ou do final da discussão, eu quero aproveitar, na discussão, para dizer alguma coisa. Não serei muito longo como os demais colegas, mas eu gostaria de

fazer uma reflexão rápida e dizer que eu, às vezes, não entendo o Governo. Não entendo o Governo quando, por um lado, vem um arrocho tremendo, diminuição do crédito para a compra de equipamentos, máquinas, caminhões; quando nós vamos ao BNDES e quando aprovamos uma legislação aqui para que haja o refinanciamento dos débitos dos caminhoneiros, daquelas transportadoras que faturam acima de R\$2,4 milhões por ano, o Governo fica insensível, o Governo diz: "Não, eu não posso fazer, porque vai mexer no meu superávit primário", e assim por diante. Agora, hoje, o Governo vem e cria um crédito de R\$5 bilhões para as montadoras, para que elas continuem fabricando caminhões, tratores, automóveis.

Bom, se de um lado ela não dá crédito para comprar, do outro lado ela quer dar crédito subsidiado para não fechar as fábricas. Então, eu não entendo. E aqueles que compraram os caminhões não conseguem nem refinar suas dívidas e ficam perdendo os equipamentos para os bancos. Então, sinceramente, acho que o Governo está absolutamente perdido na área econômica. Está perdido. Se nós não dermos uma parada em tudo isso, é aquilo que eu sempre brinco: "Ah, vamos todo mundo viajar? Vamos viajar, traz as malas, coloca aí atrás no porta-malas e eu vou ver o que cabe dentro do porta-malas, porque não dá para levar tudo". E o Governo está se comportando assim. Está muito atabalhoado, uma hora é uma coisa, outra hora é essa, outra hora é aquilo.

Eu, então, fico muito preocupado com o que vem acontecendo. Por exemplo, hoje há notícia de que o Governo quer colocar a mão em 30% dos recursos dos fundos constitucionais do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste. Quer dizer, nós não vamos admitir isso, não vamos permitir isso. Não há como permitir isso. Então, eu sinto que o Governo está perdido nessa confusão grande.

Mas, especificamente sobre esse projeto, eu, apesar da crítica que estou fazendo, quero dizer o seguinte: será a última vez – disse ao Líder Eunício agora – que o Governo vai contar com o meu voto, como eu vou votar favorável a essa matéria hoje. E justifico por que vou votar.

Voto porque, ao longo dessa discussão que tivemos, do pacote fiscal, nós fizemos uma sinalização para o mercado que iríamos entregar alguma coisa para o equilíbrio das contas públicas.

E se nós não fizermos isso, hoje, eu tenho certeza absoluta de que amanhã o preço do dólar será outro, a disparada na economia será muito maior, e o Governo terá muito mais dificuldades de controlar uma situação que, sinceramente, ele não sabe como controlar hoje.

Então, quero justificar o meu voto, o voto "sim", porque já vim sinalizando isso há muitos dias, que daria o voto "sim", para entregar ao Governo um pacote que ele disse que seria o suficiente para o ajuste fiscal. E eu digo, Presidente, Senadores e Senadoras, não será o suficiente para o equilíbrio fiscal, não será o suficiente. Isso porque, desde dezembro, quando esse pacote foi proposto – outubro, novembro, dezembro do ano passado –, as coisas se deterioraram muito: o nível de desemprego cresceu muito, a atividade econômica decresceu, os juros cresceram, e a situação é completamente diferente. E o Governo não terá condições de estabilizar a economia com o que nós vamos entregar hoje.

Mas, diante do compromisso que eu já tinha feito com o Vice-Presidente Michel Temer; com o Líder do Governo, o Senador Delcídio; com o nosso Líder do PMDB, que está aqui e que é o Relator da matéria, eu vou dar o meu voto "sim". Mas quero dizer aos meus companheiros Senadores e Líderes que o Governo não conte mais de olho fechado comigo do jeito que está acontecendo.

Enquanto nós não sentarmos, Presidente, e não definirmos a agenda que V. Ex^a colocou – as coisas que a oposição está dizendo, um grande acordo nacional para a retomada do crescimento, do emprego e da estabilidade econômica –, eu não votarei mais assim no varejo, como se pode dizer. Não quero mais votar assim. Eu quero votar, daqui para frente, num grande acordo, com a oposição junto, para acharmos um caminho para o Brasil sair da crise em que nós nos encontramos agora.

Esta crise é muito dura, pois milhares e milhares de pessoas ainda vão perder o emprego e vão perder o emprego, Senador Caiado, se nós votarmos "sim" ou votarmos "não", porque a economia está ladeira abaixo. As coisas estão acontecendo muito seriamente.

E eu lembro que, por ocasião da Páscoa, quando o Senador Acir voltou de Rondônia e disse que a doceira, lá de Ji-Paraná, fez só 30% dos doces nessa Páscoa. E ele perguntou-lhe: "Mas você vendeu tudo?" E ela disse: "Não, é a expectativa. A crise está muito braba." E ela continua muito braba.

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui encaminhar o voto pelo PR, o voto "sim", em deferência aos nossos Líderes, mas também dizer que nós precisamos repensar.

A oposição está correta. Ela não está errada quando está aqui a reclamar que o Governo não tem rumo. Infelizmente, o nosso Governo não tem rumo. E precisamos recolocá-lo nos trilhos, senão algo muito ruim ainda vai acontecer neste País.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos colocar o requerimento em votação e, em seguida, vamos conceder a palavra a um Senador, na forma do Regimento, pela oposição, e um Senador pela Bancada do Governo, e faremos a votação.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – Inscrevo-me, Sr. Presidente, para falar pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – V. Ex^a já está inscrito, e o Líder Eunício Oliveira inscreverá outro Senador.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saber se, logo após, V. Ex^a colocará o texto em votação, e temos requerimentos sobre a mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Temos vários requerimentos sobre a mesa. Esses requerimentos todos terão que ser lidos e apreciados, antes da votação do mérito da matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Perfeitamente.

Então, antes da apreciação, vamos discutir os requerimentos?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos, vamos apreciar um por um.

Em votação o requerimento de encerramento da discussão.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado contra os votos do Senador Wilder Moraes, Senador Ronaldo Caiado, Senador Reguffe, Senador José Agripino, Senador Aécio Neves, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Ataídes, Senador Tasso Jereissati, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Senador Flexa Ribeiro, Senador Fernando Collor e Senador Ricardo Ferraço.

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra...

Há sobre a mesa requerimentos que serão lidos pelo Senador Jorge Viana, como pedido pelo Senador Ronaldo Caiado.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) –

REQUERIMENTO Nº 939, de 2015

Requeiro, nos termos do art. 300, inc. II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do PLC 57, 2015, seja feita artigo por artigo.

Senador Ronaldo Caiado.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

Gabinete da Liderança do Democratas

*Rejeitado em
19/8/2015*

REQUERIMENTO Nº 939, de 2015

Requer votação artigo por artigo.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 300, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do(a) PLC 57/2015, seja feita artigo por artigo.

Salas das Sessões, em _____ de _____ de 2015.

Ronaldo Caiado

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Ele vai fazer a leitura de todos, e darei a palavra a V. Exª para encaminhar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, mas são temas distintos. Tenho requerimento sobre a mesa que fala em votação de artigo por artigo, em votação em separado, em votação nominal, e esses requerimentos são distintos e não podem ser tratados num único encaminhamento, Sr. Presidente.

São matérias que o Regimento trata de maneira diferente. Como tal, cabe a mim, como autor do requerimento, o encaminhamento da matéria, seja pelo período três minutos, mas essa é a rotina que deve ser dada.

Sei que, simbolicamente, poderei perder o requerimento, mas não a votação em globo, porque isso tiraria totalmente a utilização do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Queria só tentar combinar um procedimento com V. Exª, que seria de fazermos a leitura dos requerimentos, em seguida darei a palavra a V. Exª. Se não houver um requerimento que possa aglutinar os demais requerimentos, nós vamos discutir um a um, todos eles.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, dentro dessa tese, acredito que tenho dez requerimentos e, como tal, três minutos para cada um. Tendo 30 minutos, terei condições de fazer o encaminhamento de todos eles.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Se não houver, na apreciação do requerimento para votação em globo, a fusão desses requerimentos. Vamos vendo isso aí, combinando com V. Exª.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Liderança dos Democratas.

REQUERIMENTO Nº 940, DE 2015

Requeiro, com base no art. 294, do Regimento Interno Senado Federal, que a votação do PLC 57, de 2015, seja feita pelo processo nominal.

Senador Ronaldo Caiado.

REQUERIMENTO Nº 941, DE 2015

Requer, nos termos do art. 300, inciso VIII, que a votação das emendas ao PLC 57, de 2015, seja feita uma a uma.

Em outro requerimento:

REQUERIMENTO Nº 942, DE 2015

Requer, nos termos do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que o requerimento de votação das emendas seja feito uma a uma, de forma nominal no PLC 57, 2015.

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2015

Requer também, nos termos do art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do requerimento de votação seja artigo por artigo e que seja feita em processo nominal.

Agora requerimentos de destaque.

REQUERIMENTO Nº 944, DE 2015

Requer, nos termos do inciso II do artigo 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda 5, de autoria do Senador Paulo Bauer, apresentado ao PLC 57, de 2015.

REQUERIMENTO Nº 945, DE 2015

Requerimento de destaque, com base no artigo 312 do Regimento Interno Senado Federal, para votação em separado da Emenda 6 do Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015.

Senadora Ana Amélia.

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2015

Requerimento de destaque, com base no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno Senado Federal, para votação em separado da Emenda 8 do PLC 57/2015.

Senador Dalírio Beber.

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2015

Requerimento de destaque, com base no artigo 312, inciso II, do Regimento Interno Senado Federal, para votação em separado da Emenda 9 do PLC 57/2015, do Senador Dalirio Beber.

REQUERIMENTO Nº 948, DE 2015

Requer, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda 14 ao PLC 57, de 2015.

Autoria do Senador Paulo Bauer.

REQUERIMENTO Nº 949, DE 2015

Requer, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda 16 ao PLC 57, de 2015.

Autoria do Senador Paulo Bauer.

REQUERIMENTO Nº 950, DE 2015

Requer destaque, com base no inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, para a votação em separado da Emenda 17, em relação ao PLC 57, de 2015.

Autoria do Senador Paulo Bauer.

REQUERIMENTO Nº 951, DE 2015

Requer, nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda 19 ao Projeto de Lei da Câmara 57, de 2015.

Senadora Ana Amélia.

REQUERIMENTO Nº 952, DE 2015

Requer, com base no art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para a votação em separado da Emenda 22, proposta ao Projeto de Lei da Câmara 57, de 2015.

Senadora Ana Amélia.

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2015

Requer, nos termos do inciso II do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado da Emenda 26, apresentada ao PLC 57, de 2015.

O requerente é o Senador Paulo Bauer.

Por fim:

REQUERIMENTO Nº 954, DE 2015

Requerimento para votação em globo dos destaques apresentados ao PLC 57, de 2015.

Senador José Pimentel e Senador Delcídio do Amaral.

São os seguintes os requerimentos na íntegra:

Repetido
em 19/8/2015

Gabinete da Liderança do Democratas

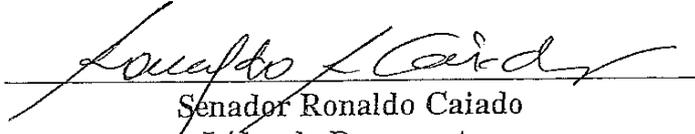
REQUERIMENTO N.º 940, de 2015

Requer votação nominal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do(a) PLC 57/2015, seja feita pelo processo nominal.

Salas das Sessões, em de de 2015.


Senador Ronaldo Caiado
Líder do Democratas

PARA ENCAMINHAR:


Ronaldo Caiado
19/08/15
JP

Art. 310, parágrafo único. O encaminhamento de requerimento é limitado ao signatário e um Senador de cada partido ou bloco.

Gabinete da Liderança do Democratas

Repetido
em 19/8/2015

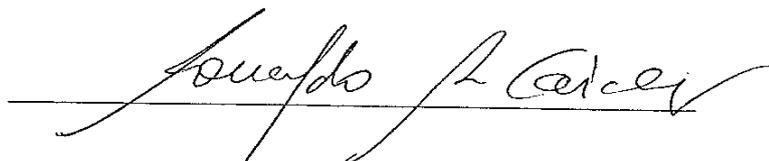
REQUERIMENTO Nº 941, de 2015.

Requer votação das emendas uma a uma

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 300, VIII, que a
votação das emendas ao PLC 57/2015,
seja feita uma a uma.

Salas das Sessões, em de de 2015.



Recebido
18/08/2015
18

Gabinete da Liderança do Democratas

Repetido
em 19/8/2015

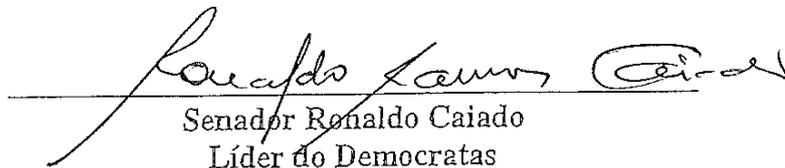
REQUERIMENTO nº 942, de 2015

Requer votação nominal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do(a) REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO DAS _____, seja feita pelo processo nominal. EMENDAS UMA A UMA AO PLC 57/2015

Salas das Sessões, em _____ de _____ de 2015.


Senador Ronaldo Caiado
Líder do Democratas

PARA ENCAMINHAR:

Repetido
em 19/8/2015

Gabinete da Liderança do Democratas

REQUERIMENTO nº 943, de 2015

Requer votação nominal.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do artigo 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação do(a) REQUERIMENTO DE VOTAÇÃO ART. POR ART., seja feita pelo processo nominal. DO PLC 57/2015

Salas das Sessões, em de de 2015.


Senador Ronaldo Caiado
Líder do Democratas

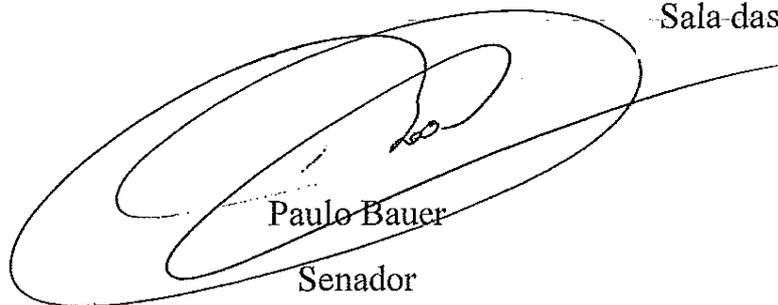
PARA ENCAMINHAR:

REQUERIMENTO Nº 944 , DE 2015

Rejeitado
em 19/8/15

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, da emenda nº05, de autoria do senador Paulo Bauer, apresentada ao PLC 57 de 2015.

Sala das Sessões,



Paulo Bauer
Senador



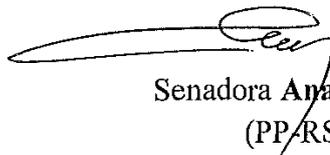
SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

*Rejeitado em
19/8/15*

2015
REQUERIMENTO Nº 945 DE 2014

Nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro destaque para votação em separado da emenda n. 6 proposta ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015.

Sala das Sessões,


Senadora Ana Amélia
(PP-RS)



SF/15472.67321-60

Página: 1/1 10/08/2015 17:32:03

e2b5c4cf686f5957799a828ec287fb882c356715





Rejeitado em
19/8/15

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **DALÍRIO BEBER**

REQUERIMENTO Nº 946, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da **Emenda nº 08 ao PLC 57/2015**.

Sala das Sessões, em

A large, stylized handwritten signature in black ink, which appears to read 'Dalírio Beber'.

DALÍRIO BEBER
Senador da República



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador DALÍRIO BEBER

*Rejeitado em
19/8/15*

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2015

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, da **Emenda nº 09 ao PLC 57/2015**.

Sala das Sessões, em

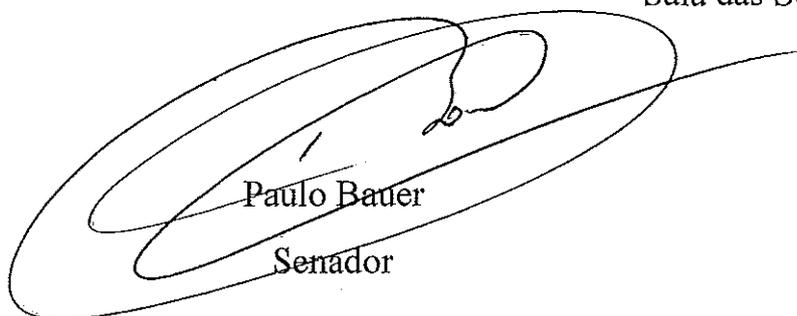

DALIRIO BEBER
Senador da República

Rejeitado em
19/8/15

REQUERIMENTO Nº 948 , DE 2015

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, da emenda nº14, de autoria do senador Paulo Bauer, apresentada ao PLC 57 de 2015.

Sala das Sessões,



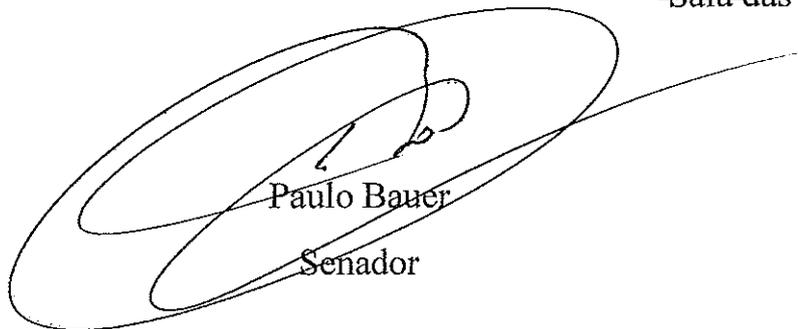
Paulo Bauer
Senador

REQUERIMENTO Nº 949 , DE 2015

rejeitado
em 19/8/15

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, da emenda nº16, de autoria do senador Paulo Bauer, apresentada ao PLC 57 de 2015.

-Sala das Sessões,



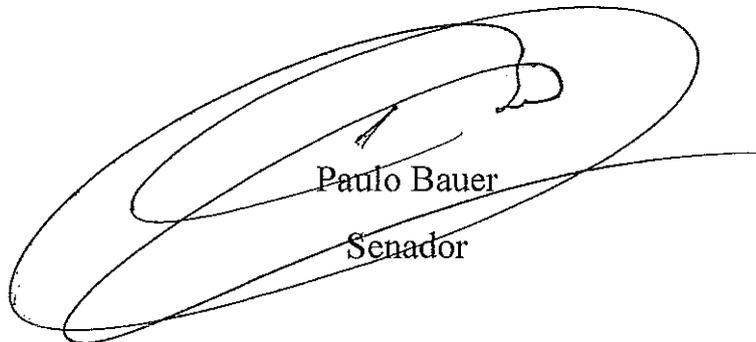
Paulo Bauer
Senador

REQUERIMENTO Nº 950 , DE 2015

Rejeitado
em 19/8/15

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, da emenda nº17, de autoria do senador Paulo Bauer, apresentada ao PLC 57 de 2015.

Sala das Sessões,



Paulo Bauer
Senador



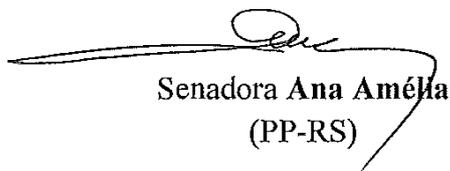
SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

*Rejeitado em
19/8/15*

2015
REQUERIMENTO Nº 951, DE 2014

Nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado da emenda n. 19 proposta ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015.

Sala das Sessões,


Senadora Ana Amélia
(PP-RS)



SF/15825.24468-10

Página: 1/1 10/08/2015 17:39:44

391b80ffb17a2fa64f25859d641e8752e9296d5b





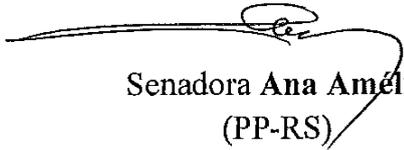
SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora ANA AMÉLIA

Rejeitado
em 19/8/15

2015
REQUERIMENTO Nº 95, DE 2014

Nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal, requero destaque para votação em separado da emenda n. 22 proposta ao Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015.

Sala das Sessões,


Senadora Ana Amélia
(PP-RS)

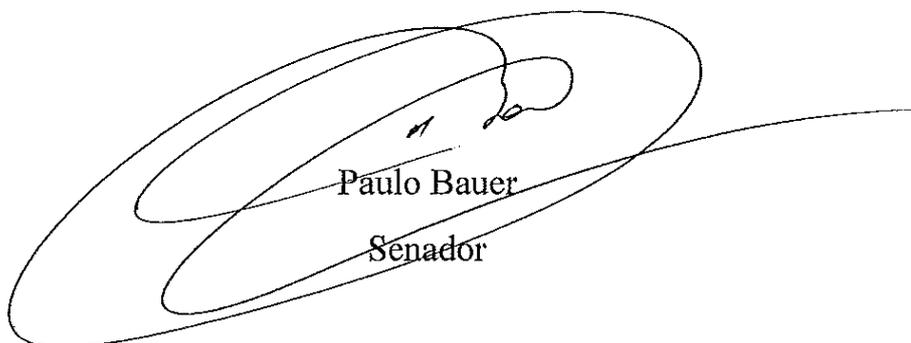


Rejeitado
em 19/8/15

REQUERIMENTO Nº 953, DE 2015

Requeiro, nos termos do inciso II, do art. 312, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado, da emenda nº26, de autoria do senador Paulo Bauer, apresentada ao PLC 57 de 2015.

Sala das Sessões,



Paulo Bauer
Senador



SENADO FEDERAL

Aprovado
em 19/8/2015

Requerimento nº 954
de 2015

Requeremos votação em globo
dos Requerimentos de destaque ao
PLC 57/15.

Sala dos Senadores, 19/8/15.

Do: Bauzón

Dido A. G. G. G.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Agora, Senador Ronaldo Caiado, nós pretendemos apreciar requerimento por requerimento, iniciando pelo requerimento de votação do requerimento que solicita a votação do projeto, que a votação do projeto, melhor dizendo, seja procedida pelo processo nominal. Nós vamos apreciar primeiro esse requerimento.

Consulto V. Ex^a se deseja usar a palavra para defender o requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – O motivo da apresentação do requerimento é que, por se tratar de uma matéria relevante, normalmente poderá algum Senador, com a prerrogativa que de todos nós temos, solicitar a votação nominal em um período em que nós não teríamos o interstício de uma hora e não seria justo que, em uma matéria como essa, não tivéssemos aqui a digital de cada Senador para dizer corretamente como votou.

Por isso, a solicitação que fiz para que este requerimento fosse aprovado, para que tivéssemos, no momento da apreciação do texto principal, aqui relatado pelo Senador Eunício, nós tivéssemos a oportunidade de poder praticar a votação nominal no painel.

Isso, Sr. Presidente, se faz necessário até porque é uma matéria que vai trazer sérias consequências para aqueles que vão aqui se posicionar em relação ao projeto que veio da Câmara dos Deputados, um projeto de iniciativa do Governo Federal. E eu tenho que reconhecer que este mal maior ainda não atingiu a sociedade brasileira graças a uma iniciativa de V. Ex^a, que rejeitou, no mês de março deste ano, quando essa matéria veio em forma de medida provisória.

E V. Ex^a, com a prerrogativa que tem de Presidente do Congresso Nacional, mandou devolver essa medida provisória e que viesse em forma de projeto com urgência constitucional.

Como tal, Sr. Presidente, a nossa posição é exatamente fazer com que este assunto ou esta matéria não seja aprovada na Casa e que não venhamos aí a aumentar o desespero, o desemprego, o desassossego hoje nas famílias mais carentes, principalmente aquelas que dependem do transporte coletivo, que estarão pagando uma tarifa amanhã altíssima, quase que duplicada no seu valor, por essa medida que está sendo tomada aqui hoje e avalizada por Senadores da Base do Governo.

O outro é a penalização aos trabalhadores da construção civil, que não têm outra maneira de ter a manutenção da sua atividade. Muitos já me disseram: “Senador, o meu seguro-desemprego está acabando. Eu não sei o que será de mim daqui dois meses, porque é o prazo final em que ainda terei o seguro-desemprego.” Ou seja, milhares de pessoas serão acrescidas por outras tantas em decorrência desta medida que está sendo apreciada aqui na data de hoje.

Por isso, Sr. Presidente, peço o voto favorável para a votação nominal ao PLC 57.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Pimentel.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Nós encaminhamos “não” ao requerimento, Sr. Presidente. Portanto, o Governo encaminha “não” ao requerimento e pede à sua Base para rejeitar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Governo encaminha “não” ao requerimento e pede à sua Base para votar nessa direção.

Eu concedo a palavra, pela precedência regimental, ao Senador Cássio Cunha Lima para colocar uma questão de ordem. Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Questão de ordem, Sr. Presidente, em torno do art. 308 do nosso Regimento Interno, que diz: “Anunciada a votação [e V. Ex^a já o fez] de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por cinco minutos para encaminhá-la.” No art. 309, “O encaminhamento é medida preparatória da votação; a votação só se considera iniciada após o término do encaminhamento.”

O Senador Aécio Neves está inscrito para encaminhar a matéria. Então, a questão de ordem que apresento a V. Ex^a é para que os encaminhamentos possam ser realizados, como determina o art. 308 do nosso Regimento, combinado com o art. 309, e possa ser concedida a palavra ao Senador Aécio Neves, que é a ação preparatória para o processo de votação já anunciado por V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós tínhamos combinado este procedimento, Senador Cássio: nós apreciaríamos os requerimentos, a começar por este requerimento, e, na apreciação da matéria, daríamos a palavra ao Senador Aécio Neves para encaminhar, como manda o Regimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, regimentalmente, cada partido, o Líder tem o direito de fazer o encaminhamento. Isso é uma prerrogativa regimental.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – No momento em que o Líder faz a questão de ordem embasada nos artigos do Regimento Interno, sendo ele o Líder, e concede o espaço ao Senador Aécio Neves, ele está mais do que acobertado regimentalmente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Não. Nós vamos garantir a palavra, como sempre.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Nós temos que entender uma coisa só, Sr. Presidente. Eu peço aos colegas apenas uma compreensão.

A oposição muitas vezes pode não ganhar a votação, mas nós só temos uma maneira de fazer com que o que nós estamos defendendo chegue até a população brasileira pela TV Senado, que é exatamente o Regimento. Se nós seguirmos o Regimento, nós vamos promover o debate e o debate que vai durar não sei quantas horas, mas um debate que vai poder elucidar os que vão votar numa medida que trará sequelas graves à população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concordo exatamente com o Senador Ronaldo Caiado.

O procedimento sugerido foi esse. O Senador Cássio Cunha Lima, na sua questão de ordem levantada, tem razão, mas por ocasião da votação da matéria.

Então, o procedimento que nós sugerimos foi nós apreciarmos esse requerimento e, em seguida, nós garantiremos a palavra ao Senador Aécio Neves no encaminhamento da votação da matéria.

Faremos isso, com muita satisfação.

Votação do requerimento que solicita que a votação do projeto seja procedida pelo processo nominal.

(Requerimento nº 940, de 2015.)

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Rejeitado o requerimento.

Exatamente os cinco Líderes.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Já foi rejeitado por V. Ex^a, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A maneira de simplificar é nós colocarmos o funcionamento no painel.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – Já foi rejeitado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Mas a matéria já foi rejeitada.

Votação do requerimento que solicita que a votação do requerimento de votação de artigo por artigo seja feita pelo processo nominal. **(Requerimento nº 942, de 2015.)**

As Senadoras e Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Votação do requerimento que solicita que a votação do requerimento de votação das emendas, uma a uma, seja feita pelo processo nominal. **(Requerimento nº 943, de 2015.)**

As Senadoras e Senadores que o aprovam...

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

Rejeitado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Para encaminhamento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como autor do requerimento.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Em seguida, nós anunciaremos o resultado da votação.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a solicitação é a mesma que nós fizemos em relação ao texto, no sentido de que cada um desses destaques, que nós não fizéssemos simbolicamente, mas, sim, nominalmente. É esse o objetivo do requerimento apresentado, com a prerrogativa que temos exatamente de fazer o encaminhamento para orientação de Bancada e esclarecimento dos demais pares.

Nós tivemos a oportunidade de ouvir aqui alguns Senadores que nos antecederam, da Base do Governo, dizendo da Agenda Brasil. É interessante que esse projeto, que está sendo votado com o apoio da Base do Governo, é exatamente o contrário do que está redigido na Agenda Brasil. Daí a incoerência desse projeto. Ou seja, a Agenda Brasil diz que nós temos que garantir a segurança jurídica e, ao mesmo tempo, fazer com que não tenhamos aumento da carga tributária. Esse projeto, sem dúvida nenhuma, aumenta a insegurança jurídica. Eu

pergunta qual é o empresário que, há 11 meses ou há um ano, recebeu um benefício do Governo, dizendo que nós não teríamos mais aumento de carga tributária, e que ele poderia ampliar as suas contratações, e agora, depois de 11 meses, ele recebe outro projeto de lei, com urgência constitucional, dizendo que ele é obrigado a demitir todos, porque o Governo triplicou aquilo que é a carga tributária sobre esses setores e serviços no País.

Então, Sr. Presidente, o encaminhamento para que essa matéria seja nominal é pelo fato de se tratar de matéria de relevância, que vai atingir exatamente a vida de milhões de brasileiros. O encaminhamento do Democratas é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos repetir a votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Rejeitado o requerimento.

Votação do requerimento que solicita que a votação do projeto seja feita artigo por artigo. **(Requerimento nº 939, de 2015.)**

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Para encaminhar, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.)
– Eu queria encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, muito se falou aqui em previsibilidade das ações, especialmente na área de política econômica e política tributária. Ora, Sr. Presidente, o Governo manda um projeto de lei para alterar a carga que pesa sobre a folha salarial de cinco setores. Eu pergunto a qualquer um dos meus colegas Senadores uma pergunta que esteve na cabeça de muita gente: qual o critério que a Câmara utilizou para excluir determinados setores da mão pesada do fisco? Quais foram os critérios que orientaram o benefício concedido para determinados setores?

Ninguém é capaz de responder qual é o critério. Acabamos de assistir aqui a uma negociação que incluiu no setor beneficiário da benevolência do Governo o setor do transporte coletivo, um acordo tratado agora com a Liderança do Governo e o Líder do PDT, Acir Gurgacz. Não tenho nada contra esse alívio da carga tributária para esse setor, mas por que este e não outros? Por que este e não a confecção? Por que este e não a indústria moveleira? Esse é que é o problema. Esta coisa é obscura, não é clara, não há critério.

Por isso, Sr. Presidente, nós da Oposição nos estamos valendo de todos os recursos regimentais, para que o Senado tenha condições de refletir sobre essas questões e esclarecê-las, para que possamos votar em plena consciência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos repetir a votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Rejeitado o requerimento.

Votação do requerimento que solicita que a votação das emendas ao projeto seja feita uma a uma. **(Requerimento nº 941, de 2015.)**

Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB) – Vamos fazer a sequência correta, porque V. Ex^a está fazendo a votação, aí encaminha e refaz a votação, porque o encaminhamento não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra V. Ex^a.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Estamos procurando alertar o Plenário do Senado e a Nação brasileira sobre as consequências danosas deste conjunto de medidas que, como bem disse o Senador Aloysio Nunes há poucos instantes, é obscuro, não há critério, não há clareza, não se entende por que este setor é beneficiado e aquele outro não é.

E a confusão do Governo chegou a tal ponto, que, veja só Sr. Presidente, ao mesmo tempo que o Governo, sob alegação de não afetar o superávit primário, de manter o programa de ajuste fiscal dentro de uma rota, nega financiamento para aquisição, por exemplo, de automóveis e de caminhões, esse mesmo Governo que nega financiamento para aquisição do que se produz está hoje anunciando um pacote de R\$5 bilhões para que se produza. Qual será o resultado óbvio disso? O Governo estará parindo o estoque, estará estocada a indústria.

Você nega crédito para o consumo, para a compra dos bens e, ao mesmo tempo, estimula a produção desses bens. É óbvio que essa equação não poderá dar certo nunca. É de uma clareza o equívoco da medida dentro desses espasmos, desses improvisos que o Governo faz. E o que é mais grave, Sr. Presidente, é que o imprevisto é em cima do trabalhador, que vai pagar a conta desse imprevisto com o aumento do desemprego.

Essas medidas são recessivas, essas medidas vão ampliar o desemprego no Brasil, porque elas aumentam a carga tributária.

Líderes da Base do Governo fizeram paralelos com providências semelhantes adotadas em períodos pretéritos, de outros mandatários. Só que todo movimento era no sentido de desonerar a economia. Aqui o que nós estamos fazendo é onerando a economia. O que está se fazendo é taxando uma economia que já está retraída e com esse grau de inconsistência. O Governo nega financiamento para comprar, mas oferece financiamento para produzir. O resultado disso é estoque acumulado nos pátios da fábrica. Não tem como ser diferente. Não há como você conseguir justificar essas medidas.

Então, o Brasil caminha definitivamente para o precipício e não são os trabalhadores que estão empurrando o Brasil para o caos, não são os empresários, não são os aposentados, que agora estão ameaçados de receber o seu 13º. E, diante de toda essa incerteza, aproveito o ensejo para comunicar à Casa que estou apresentando um projeto de lei que torna obrigatório o pagamento do 13º para os aposentados.

Então, é o próprio Governo que empurra – e empurra com muito capricho – o Brasil para o precipício da economia. Tudo isso que estamos fazendo aqui é o mais claro retrato do improvisado, da incapacidade de planejamento. Quando você, no mesmo instante, nega crédito para consumir e oferta crédito para produzir, o que vai resultar disso? É óbvio: estoque acumulado nas fábricas e nos pátios das montadoras do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos proceder à votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Votação do requerimento de votação em globo.

Votação do requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaque. **(Requerimento nº 954, de 2015.)**

Senador Pimentel, autor do requerimento.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, eu peço o voto “sim” nesse requerimento, para que nós possamos votar em globo os destaques.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, contra o voto Senador José Agripino, Senador Wilder Moraes, Senador Aécio Neves, Senador José Medeiros, Senador Reguffe, Senador Tasso Jereissati, Senador Anastasia, Senador Paulo Bauer, Senador Ronaldo Caiado, Senador Alvaro Dias, Senador Cássio Cunha Lima, Senador Dalírio, Senador Ataídes, Senador Flexa, Senador Fernando Collor, Senador Ricardo Ferraço e Senadora Ana Amélia.

Passa-se à votação em globo dos requerimentos de destaque lidos. **(Requerimentos nºs 944 a 953, de 2015.)**

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitados os destaques.

Passa-se à votação do projeto.

Eu concedo a palavra ao Senador Aécio Neves para encaminhar a votação da matéria. Com a palavra V. Exª. Com a palavra o Senador Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, estou aqui matando as saudades do microfone à sua direita, utilizado mais comumente pelos Líderes do Governo. Espero que, nos próximos tempos que nos aguardam, isso não seja algo apenas circunstancial em razão de o outro microfone estar com defeito.

Mas, na verdade, Sr. Presidente, fiz questão de usar da palavra no momento em que se aproxima a efetiva votação desse projeto. Porque eu acho que esta sessão, Senador Caiado, Senador Collor, Senador Eunício, vai ficar marcada na história do Senado Federal como aquela em que, de forma definitiva, Srªs e Srs. Senadores, Senador José Agripino, cai a máscara de um Governo que subordinou os interesses da sociedade brasileira aos seus interesses eleitorais.

Faz muito pouco tempo, Srªs e Srs. Senadores, Senadora Ana Amélia, muito pouco tempo, em julho do ano passado, o Governo, a três meses das eleições, apresentava ao empresariado brasileiro, em reuniões com enorme cobertura da mídia, e, em consequência, com um discurso que atingia a classe trabalhadora, para dizer que o Brasil ia muito bem, Senador Agripino, estava em condições de abrir mão de parcela da arrecadação para estimular o desenvolvimento dessas empresas, em especial a geração de empregos.

Chamou-me a atenção, e busquei aqui hoje trazer de volta, um trecho, Senadora Marta, da exposição de motivos que foi apresentada ao Brasil e ao Congresso Nacional, que encaminhava o conjunto de desonerações propostas pelo Governo. Entre aspas, dizia o Governo Federal, Senador Jorge Viana: "Ao se tornar permanente, a desoneração da folha permite que as empresas adotem um horizonte de longo prazo em seu planejamento, trazendo previsibilidade aos investimentos a serem realizados."

Foi exatamente isso que fizeram as empresas brasileiras: planejaram novos investimentos, contrataram novos empresários. Quantas delas não programaram e projetaram a construção de novas unidades e quantas não foram aquelas que buscaram novos financiamentos, já que é equação fiscal a elas apresentada permitia que elas projetassem um futuro de maior crescimento e, obviamente, de maior geração de empregos?

Pois bem, o Governo deve ter ficado satisfeito, porque o objetivo maior dessa proposta foi alcançado: o Governo venceu as eleições, Sr. Presidente. E, hoje, cobra da população brasileira, dos empresários brasileiros, o pagamento dessa salgada conta do desemprego, que, hoje, segundo indicadores apenas na indústria, para não me estender em relação a outros setores, apenas em relação à indústria, cai 5,2% no semestre. O maior em 14 anos, Senador Jorge Viana!

Não pode este Governo e nenhum dos seus Líderes falar aqui em geração de empregos. A economia, segundo os dados do Banco Central, encolheu, Senador José Medeiros, 2,5%. São os dados de hoje, 2,5% apenas no primeiro semestre.

E eu me lembro, quando disse à Presidente da República, nos debates do segundo turno, de que o Brasil caminhava para crescer, ano passado, 0,3% e ter um crescimento negativo neste ano. E ela dizia: "O que é isso. O senhor é um pessimista. Quem disse isso? Onde estão esses números? O Brasil vai muito bem, senhoras e senhores!"

(Soa a campanha.)

O SR. AÉCIO NEVES (Bloco Oposição/PSDB - MG) – E o resultado está aí, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Ouvi agora há pouco o Líder do Governo, Senador Tasso, ou do Partido do Governo, dizer desta tribuna que os trabalhadores já pagaram a sua parcela da conta desse ajuste, com o altíssimo desemprego que aí está, e que agora chegou a hora de as empresas pagarem a sua parcela de contribuição. Balela! Isso é falso, porque sabe esse Líder, inteligente que é, que quem vai pagar, ao final, a conta dessa reoneração são os empregos, são os trabalhadores, porque não haverá empresa brasileira que deixará de transferir o ônus, que agora recebe do Governo, exatamente para os trabalhadores.

A questão essencial, a questão que sintetiza, na verdade, este momento, acredito, importante e marcante do Parlamento, Senador Ataídes, Senador Anastasia, foi o discurso do Senador Blairo Maggi, um empreendedor respeitado, um grande empresário nacional, político sério, da Base do Governo, que disse que não é mais possível ter um Governo que dá com uma mão e, no dia seguinte, tira com a outra. Um Governo que, nas suas palavras, perdeu toda e qualquer condição de continuar conduzindo a economia brasileira.

Estamos vivendo os mais altos indicadores de desemprego da nossa história contemporânea. Se os 7,7 milhões de desempregados, que levam ao desemprego de 8,1%, atestado pelo PNAD, fossem o problema, talvez nós pudéssemos encontrar um caminho para solucioná-lo a médio prazo. Mas esse 8,1%, Senador Medeiros, que é o índice de desemprego oficial apresentado pelo PNAD, não leva em consideração os mais de 9 milhões de brasileiros que estão recebendo seguro-desemprego, ou aqueles que não mais procuram empregos, que chegam próximo dos dez milhões de brasileiros.

Portanto, a crise é extremamente grave. E ela se aprofunda, Senador Flexa, porque esse Governo perdeu o essencial, Presidente Renan, permita-me dizer aqui desta tribuna: perdeu credibilidade, perdeu confiança, não inspira sequer nos seus pares, nos seus Parlamentares, confiança para que aqui possam, sem qualquer constrangimento, continuar, como diz o Senador Blairo, a defender as novas medidas desse Governo.

Não, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, essa não é a última medida do ajuste fiscal! Ele não se encerra aqui, porque a crise se agrava a cada dia, os empregos estão indo embora, a atividade econômica diminui, e o Governo não consegue reagir, a não ser pelo mais tacaño e arcaico dos caminhos, que é a distribuição, sem qualquer pudor, de cargos e funções públicas. É, sim, papel da oposição dizer "não" a essa reoneração, porque ela é altamente recessiva, ela pune os trabalhadores. E é mais uma medida na mão inversa, na mão contrária de muitos discursos aqui da Base do Governo que falam em retomada do crescimento da economia.

Não, Sr. Presidente, não, Sr^{as} e Srs. Senadores, este Governo já não existe! É um remendo atrás do outro. Uma improvisação atrás da outra, como essa que permite à Caixa Econômica Federal financiar um determinado setor da economia. Não! Ou nós encontramos um caminho dentro da Constituição para que o Brasil inicie um novo ciclo virtuoso, onde uma grande união dos brasileiros de bem possibilite a todos nós sonharmos com um futuro diferente, ou estaremos nós, do Senado Federal, como me parece, pelo que comemoram os

Líderes da Base do Governo, definitivamente comprometidos com medidas que não atendem os brasileiros, aprofundam recessão e tiram empregos. E só aumentam uma coisa: a desconfiança e a indignação dos brasileiros com este Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos agora na votação do texto principal. E como tal, Sr. Presidente, eu peço a palavra como Líder, acrescido o tempo que me é concedido no art. 308: “Anunciada a votação de qualquer matéria, é lícito ao Senador usar da palavra por 5 minutos para encaminhá-la”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concedo a V. Ex^a a palavra, na forma do Regimento, Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, nós estamos encerrando aquilo que será um momento extremamente penoso para a sociedade brasileira. Nós estamos aqui votando algo que é talvez a maior penalização ao cidadão, que depende hoje do seu emprego, nas classes mais necessitadas deste País.

Eu sou um homem otimista, eu, por profissão, sou um cirurgião de coluna vertebral. Hoje, neste momento, com todo o trabalho que nós já fizemos, com todos os argumentos que nós já trouxemos, estou me sentindo totalmente incapaz de poder sensibilizar os nobres Pares, como se estivesse assistindo um paciente grave sem poder dar a ele a atenção necessária e salvar-lhe a vida. É com esse sentimento que assumo a tribuna neste momento.

Parece que as palavras já não sensibilizam mais. Os entendimentos já foram feitos, e o resultado já está previamente determinado. Não interessa a sequela que produzirão na vida de tantos brasileiros. Não interessa! O acordo está feito e já está decidido. Realmente, é julgamento inquisitivo, e nós vamos ampliar o número de desempregados para algo em torno de mais 200 mil desempregados por mês, porque já fizemos o acordo. Mas qual o argumento? Quais são os dados que, realmente, podem sensibilizar o Senador e a Senadora a, de ontem para hoje, votarem a favor desse projeto? Que força foi essa? Eu gostaria de ter acesso a esses argumentos. Eu sou um homem aberto ao debate e me curvo no momento em que os argumentos são realmente convincentes.

Sr. Presidente, tive a oportunidade de ler um artigo publicado por V. Ex^a anteontem na *Folha de S.Paulo*, em que V. Ex^a coloca com muita clareza – destaque a fala do Sr. Presidente Renan Calheiros:

Propusemos, após sucessivas reuniões com o Executivo, empresários, Deputados e Senadores, a Agenda Brasil, um roteiro – 28 proposições englobadas em três eixos – que tem potencial para reaquecer a economia, ampliar a segurança jurídica, melhorar o ambiente de negócios, devolver a confiança ao País e reverter a expectativa na redução do grau de investimento.

É a fala do Sr. Presidente da Casa.

O que diz a Agenda Brasil, no eixo da melhoria do ambiente de negócios e de infraestrutura? Diz da “segurança jurídica dos contratos: blindar as legislações de contratos contra surpresas e mudanças repentinas”. Será que mudança repentina é feita do dia para a noite? Ou, na vida de um empresário, 11 meses não é mudança repentina?

Sr. Presidente, no eixo da proteção social, diz: “Condicionar as alterações na legislação de desoneração da folha e o acesso a crédito subvencionado a metas de geração e preservação de empregos.” Perfeito!

Então, dentro disso que nós acabamos de ler...

(Soa a campanha.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...qual é a congruência entre o texto que acabo de ler e o PLC 57? É exatamente o contrário: o PLC 57 propõe insegurança jurídica, quebra de contrato, desemprego.

Mas aí vem o Ministro da Fazenda e diz: “Hoje, fiquem tranquilos, Srs. e Sr^{as} Senadoras! Vou salvar aqueles que eu quero que sejam salvos.” Quais são? Os do ABC paulista. Mas pergunto: será que, no meu Estado de Goiás, é justo todos, amanhã, irem para a vala comum? E os meus colegas nordestinos? Onde é que está esse atendimento a nós do Centro-Oeste, Norte e Nordeste?

(Interrupção do som.)

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Pelo contrário, o que nós recebemos (*Fora do microfone.*) do Governo foi uma PEC, uma emenda à Constituição de iniciativa da Presidente da República que

diz que, a partir de agora, a DRU (Desvinculação de Receitas da União) vai atingir em 30% os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste. Está aqui publicado! Ou seja, tiram R\$10 bilhões, desempregam 200 mil por mês, chegam ao Norte, ao Nordeste e ao Centro-Oeste e tiram mais de R\$20 bilhões nos próximos cinco anos. E aí o Senado diz amém a tudo isso? Vamos aprovar? O que é isso?

O legislador, na Constituinte, teve o cuidado de nos dar a condição mínima de competitividade com o Sul e com o Sudeste. Agora, o Ministro Levy resolve cortar do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, do qual a Constituição diz, com o intuito específico de reparar, de dar harmonia, de dar condições de competitividade às regiões mais carentes do Brasil.

Senhores e Senhoras, posso até não sensibilizá-los, mas garanto que a consciência de muitos vai sofrer uma turbulência enorme nesta noite. Amanhã, na hora em que houver, principalmente, o aumento da passagem de ônibus, cada um aqui, com a consciência que tem, com a importância que tem o voto, vai saber que ele foi o patrocinador daquele ônibus que está sendo incendiado, daquela revolta que está acontecendo, daquele cidadão ferido que ali está. Por quê? Por um gesto truculento do Governo, ao querer tirar R\$10 bilhões da sociedade brasileira, investir R\$5 bilhões no ABC paulista e produzir uma situação avassaladora em todo o País.

Então, Sr. Presidente, finalizando, já nos últimos estertores, peço a cada colega: reflita, vote com a consciência, não vote com o pedido de Ministro, porque não é ele que vai realmente, amanhã, explicar de que maneira você votou aos seus eleitores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Voto "não"! O Democratas vota "não" a esse projeto, que, sem dúvida alguma, é uma das maiores obras de traição a toda a população brasileira, principalmente aos eleitores de Dilma Rousseff. Em resumo, isso se chama estelionato eleitoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos proceder à votação do projeto. Vamos proceder à votação do projeto.

Votação do projeto, sem prejuízo das emendas.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Democratas vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O Democratas vota "não".

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PT vota "sim".

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – O PSDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSDB vota "não".

O PMDB vota "sim".

O SR. DELCÍDIO DO AMARAL (Bloco Apoio Governo/PT - MS) – A Liderança do Governo vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A Liderança do Governo vota "sim".

O SR. FERNANDO COLLOR (Bloco União e Força/PTB - AL) – O PTB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PTB vota "não".

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Sr. Presidente, o Líder do PR não está aqui, mas voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – A votação, inicialmente, é simbólica.

Os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Peço votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Peço verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Oposição/PSDB - PR) – Pedimos votação nominal, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É votação nominal.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Peço a verificação de votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Brasil precisa saber quais são os Senadores...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Apoio Governo/PT - PE) – O PT vota "sim".

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...que vão votar contra os trabalhadores, para que fique registrado aqui, para que eles tomem conhecimento.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O PPS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Na forma do Regimento, defiro os pedidos de votação nominal.

Peço aos Senadores e às Senadoras que estão em outras dependências da Casa que, por favor, venham ao plenário.

Vamos proceder à votação nominal.

(Procede-se à votação.)

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco Maioria/PMDB - CE) – O PMDB encaminha o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O Democratas está em obstrução, Sr. Presidente.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero encaminhar o voto do Partido Comunista do Brasil, que vota “sim”. Votamos “sim” e temos a convicção da necessidade de aprovarmos essa matéria, exatamente para garantir o bom desenvolvimento da economia e para assegurar empregos no Brasil. Temos de ter responsabilidade neste momento de muita dificuldade.

A oposição vota contra, tenho certeza absoluta, não por ser contra a matéria, mas porque quer ver o Governo e o País descontrolados economicamente.

Então, quem tem compromisso com o País, com o desenvolvimento da nossa economia, com os trabalhadores, vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Vanessa, V. Ex^a não pode emitir valor de juízo.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – O PDT indica o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PDT indica o voto “sim”.

Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, anteriormente, na oportunidade em que foi apresentado o projeto, em que o Governo encaminhou para cá o projeto de lei da desoneração, nosso Partido votou contra. Votou contra por uma razão simples: não achamos justo a economia ser mobilizada por favores para os grandes empresários, para as grandes empresas, que nunca, em momentos de crise, dão a sua contribuição para o País. Então, anteriormente, a posição do nosso Partido foi claramente contra a desoneração. Compreendíamos que a desoneração só iria reduzir a contribuição para a previdência social e iria, de fato, prejudicar os trabalhadores e que os ditos empregos não seriam garantidos, o que, de fato, veio a se concretizar.

Ora, Sr. Presidente, se anteriormente o nosso Partido votou contra as desonerações, a nossa posição deve ser favorável à reoneração. E deve ser não somente favorável à reoneração, Sr. Presidente. Votamos há pouco tempo, e a maioria da Câmara e do Senado aprovou dois projetos de lei, duas medidas provisórias, melhor dizendo, do ajuste fiscal que penalizavam os trabalhadores. Essas medidas do ajuste fiscal reduziam direitos, como o seguro-desemprego. Comprometiam direitos. Acabavam, na prática, com direitos dos pescadores, como o seguro-defeso, e muitos outros. Ora, se num momento de crise houve um preço a ser pago pelos trabalhadores, por que, agora, o empresariado não pode também dar a sua contribuição na crise que o País atravessa?

Por outro lado, Sr. Presidente, essa matéria, tenho de aqui destacar, foi objeto de um balcão de negócios na Câmara dos Deputados, capitaneado pelo Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Eduardo Cunha. Foi isso o que aconteceu nessa matéria. De qualquer forma, Sr. Presidente, não é por conta disso que, agora, vamos retirar a contribuição que tem de ocorrer por parte de toda a sociedade para o ajuste fiscal.

Ora, contra o nosso voto, do PSOL, com a nossa discordância, os trabalhadores foram penalizados. Não é justo agora haver um levante porque a conta do ajuste recai sobre os empresários. Os empresários brasileiros têm de ter a consciência neste momento de que não será sacrificando empregos ou aumentando tarifas que eles vão dar a sua parcela de contribuição. O aprofundamento da crise só irá acarretar mais prejuízo, principalmente para aqueles que estão no andar de cima, o empresariado.

Por conta disso e por coerência, por anteriormente ter sido contra as desonerações, quando muitos foram a favor, é que agora concordamos com a reoneração.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Com a palavra, o Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Enquanto a votação se desenrola, Sr. Presidente, quero fazer meu registro, dizendo que tenho responsabilidade com o Brasil.

A fala da Senadora Vanessa, que é uma fala genérica, de quem não vota com esse pacote da Presidente Dilma, não tem responsabilidade com o País.

Quem não tem responsabilidade com o País é quem vilipendiou, estuprou a economia deste País e nos jogou nessa queda livre em que nós estamos. Aliás, não chegamos ainda ao fundo do poço. Quem não tem responsabilidade com o País é quem estuprou a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quem não tem responsabilidade com o País é quem aparelhou este País, aparelhou de forma tal para chamar de meu ou para chamar de nosso, com base nas suas ideologias, e nos colocou em uma exposição tamanha para o mundo de vergonha pública, como nós nunca vivemos.

Eu estou votando “não” e tenho responsabilidade com o meu País. O Brasil, hoje, é um corpo diabético, com taxas muito altas e vivendo um desequilíbrio. Todo mundo sabe que um diabético, quando as taxas estão altas, fica descompensado. O Brasil está descompensado.

Eu sou filho de uma mulher diabética. Tenho três tias amputadas, e uma morreu amputada. Chamo a atenção do Brasil: por que eu quero dizer isso? Minha tia precisou ser amputada, Senador Vicentinho, porque tinha uma perna cujo pé apodreceu, gangrenou. Havia gangrena no pé, na perna. E o médico disse: “Amputa a perna para salvar o corpo.” Alguns parentes choravam: “Não, não amputa não.” Se não amputar, vai perder o corpo.

Eu conheço muita gente amputada que vive muito bem, porque o diabético, quando se cuida, tem mais saúde do que qualquer pessoa, porque equilibra a alimentação, equilibra o sono, equilibra o remédio.

O Brasil está com taxas muito altas e com uma perna podre, precisando ser amputada. Na hora em que amputar essa perna, que alguns insistem em não amputar, será possível salvar o corpo, que é a Nação brasileira. Alguns acham a perna e o pé diabético feridos e querem ficar voando ali em volta, lambendo aquilo, alimentando-se dessa miséria.

Este País tem um ordenamento jurídico, Sr. Presidente, e nós não podemos nada fazer. É como a ética médica: para amputar alguém, é preciso que a família assine, existe documento. Este País tem ordenamento jurídico. Ruim, mas tem. Em alguns momentos, até ridículo, mas tem um ordenamento jurídico, Senador Vicentinho. E não é possível, mesmo tendo ordenamento jurídico, que se tome qualquer medida fora do ordenamento jurídico brasileiro. Eu concordo com isso. Agora, dizer que a Nação brasileira, as pessoas que se vestiram de verde e amarelo e que foram para as ruas são golpistas, isso é brincadeira de mau gosto! Aí, só falta chover para cima, porque o resto já vi. Mamãe, me acode!

Então, ninguém pode falar nada? Vilipendia-se, estupra-se, comete-se o *strip-tease* moral em praça pública, e ninguém pode reagir!

(*Soa a campanha.*)

O SR. MAGNO MALTA (Bloco União e Força/PR - ES) – Pode reagir, sim. Isso é absolutamente legítimo. As pessoas podem ir às ruas, chiar, gritar, porque elas pagam impostos. As pessoas acreditaram e foram enganadas.

E o que nós estamos votando hoje, sem dúvida alguma, foi um pacote de bondade para atrair os empresários a três meses do processo eleitoral. E o que a três meses do processo eleitoral se disse, agora manda a lei desdizer aquilo que se disse. Admira-me muito o Ministro Levy entrar nessa economia de mandioca da Presidente Dilma.

Eu quero dizer que o meu voto é porque tenho responsabilidade com este País, mas não existe golpe nenhum. Qualquer cidadão pode ir para a rua, falar o que quiser, requerer o que quiser. Este País é democrático e livre. E quem acha que estão errados, vá para a rua fazer o mesmo tipo de protesto. Agora, ficar botando *habeas corpus* preventivo. Amanhã, se o ordenamento jurídico apontar, porque há erros a serem examinados e investigados, que chegue a uma posição fim. Estão botando *habeas corpus*! Quem são essas pessoas? Quem são os golpistas? Os assalariados? Aqueles que acreditaram?

Por isso, Sr. Presidente, eu precisava fazer o meu registro, dizer que a nossa Nação está febril, a nossa Nação está descompensada no seu diabetes e com uma parte podre precisando ser amputada para salvar o resto do corpo. Essa é uma reação da Nação.

Peço desculpas àqueles que pensam que, neste momento, dar nome de agenda positiva para salvar o País vai livrá-lo da queda livre. Tirem o cavalo da chuva, porque não vai! Este País vai parar no fundo do poço. Eles escreveram esse *script*. Essa novela foi escrita pelo PT e vai ter final no fundo do poço.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSB libera a sua Bancada para esta votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PSB libera a sua bancada. Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uma declaração de voto aqui, para deixar as coisas muito claras. Primeiro, dizer que estou seguindo o meu Partido, estou votando “sim”, Sr. Presidente. Estou votando “sim” porque entendo que o Congresso precisa entregar ao Governo o que o Governo solicitou, que é o ajuste fiscal. Entendo – já disse isto diversas vezes – que esse ajuste fiscal não resolve o problema da economia, mas, se o Governo pediu, nós não queremos, amanhã, ter a desculpa de dizer que a economia não deu certo, porque o Congresso não entregou o ajuste fiscal.

Segunda questão: estou votando “sim”, apesar de entender que esse modelo do Governo, que está forçando algumas empresas a retornar a contribuição sobre a folha de pagamento, é um modelo equivocado. Nós devemos trabalhar e construir um modelo de contribuição do empregador sobre o faturamento, desde que as alíquotas sejam alíquotas neutras. O que o Governo deveria estar fazendo era trazer os outros setores que não estão em cima do faturamento para o faturamento, para que nós tivéssemos condição de aumentar a condição de empregabilidade no País. Taxar a folha de pagamento é trabalhar contra o emprego.

Portanto, eu quero aqui registrar que estou votando “sim”, mas espero que esta Casa possa discutir um modelo futuro de trazer essa condição de cobrança da contribuição do empregador para o faturamento em todos os setores, com alíquota neutra, tendo, assim, condição de alavancar o emprego no nosso País.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco União e Força/PRB - RJ. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para dizer que o PRB encaminha o voto “sim”.

Sr. Presidente, oposição é oposição, governo é governo, mas a crise é nossa. Nós não podemos colocar em risco o pagamento do décimo terceiro dos nossos aposentados.

Por isso, pelas contingências, o PRB vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – O PRB vota “sim”.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois da manifestação do nosso Líder Capiberibe, liberando a Bancada, considero ser meu dever e dos companheiros do PSB, que nos acompanham na votação de apoio ao relatório do Senador Eunício Oliveira, dar uma palavra do momento especial que nós estamos vivendo.

Esse voto “sim”, para poder votar a favor da reoneração e concluir o ajuste fiscal, deve ser interpretado como um gesto em favor do diálogo que V. Ex^a aprofundou, dando esta chance de o Governo fazer um recomeço. A Agenda Brasil, que foi colocada por V. Ex^a e que mereceu a atenção e o apoio de diversos Senadores de diferentes partidos políticos, da Base e fora da Base do Governo, é por entender a dificuldade grave que o Governo atravessa.

É importante a gente dar uma chance para a Presidenta Dilma Rousseff, de verdadeiramente aproveitar essa oportunidade de dar sequência, porque aqui é apenas uma etapa de um processo que precisa ter sequência e que precisa buscar, de forma imediata, não só uma articulação política mais objetiva com os partidos no Congresso Nacional, mas também com a sociedade civil organizada do nosso País.

É por isso, Sr. Presidente, que a Bancada do PSB se dividiu. Respeitamos a posição daqueles que vão votar contra, mas três Senadores da Bancada do PSB estão apoiando essa iniciativa, para que a gente dê um espaço para o diálogo que a gente espera que esteja se iniciando e que possa ter consequências positivas para o enfrentamento dessa grave crise econômica e política que nós estamos enfrentando.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Hélio José, Senador Delcídio do Amaral e Senador Telmário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O PSD vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senadora Vanessa.

Nós vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração)



Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015

Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, sobre medidas tributárias referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e sobre a tributação de bebidas frias.

Matéria **PLC 57/2015**

Início Votação **19/08/2015 21:24:39** Término Votação **19/08/2015 21:40:12**

Sessão **138º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **19/08/2015 14:06:23**

Partido	Orientação
PMDB	SIM
PT	SIM
PSDB	NÃO
PDT	SIM
PSB	LIVRE
DEM	NÃO
PSD	SIM
PTB	NÃO
PPS	NÃO
PSOL	SIM
PCdoB	SIM
PRB	SIM
Governo	SIM

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	NÃO
PSDB	SP	Aloysio Nunes	NÃO
PSDB	PR	Álvaro Dias	NÃO
PP	RS	Ana Amélia	NÃO
PT	RR	Ângela Portela	SIM
PSDB	MG	Antonio Anastasia	NÃO
PSB	SE	Antônio C Valadares	NÃO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	NÃO
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PR	MT	Blairo Maggi	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	NÃO
PSDB	SC	Dalírio Beber	NÃO
PMDB	SC	Dário Berger	NÃO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	NÃO
PT	MS	Delcídio do Amaral	SIM
PT	TO	Donizeti Nogueira	SIM
PMDB	MA	Edison Lobão	SIM
PTB	PI	Elmano Férrer	SIM
PMDB	CE	Eunício Oliveira	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
PSB	PE	Fernando Coelho	SIM

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015

Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, sobre medidas tributárias referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e sobre a tributação de bebidas frias.

Matéria **PLC 57/2015**Início Votação **19/08/2015 21:24:39** Término Votação **19/08/2015 21:40:12**Sessão **138º Sessão Deliberativa Ordinária**Data Sessão **19/08/2015 14:06:23**

PTB	AL	Fernando Collor	NÃO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	NÃO
PMDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
PSD	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PMDB	MA	João Alberto Souza	SIM
PSB	AP	João Capiberibe	NÃO
PT	AC	Jorge Viana	SIM
DEM	RN	José Agripino	NÃO
PMDB	PB	José Maranhão	SIM
PPS	MT	José Medeiros	NÃO
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSDB	SP	José Serra	NÃO
PDT	RS	Lasier Martins	NÃO
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	SIM
-	GO	Lúcia Vânia	SIM
PR	ES	Magno Malta	NÃO
PRB	RJ	Marcelo Crivella	SIM
-	SP	Marta Suplicy	SIM
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM
PSDB	SC	Paulo Bauer	NÃO
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	SIM
PMDB	PB	Raimundo Lira	SIM
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	SIM
PDT	DF	Reguffe	NÃO
PMDB	ES	Ricardo Ferraço	NÃO
PMDB	PR	Roberto Requião	NÃO
PSB	MA	Roberto Rocha	SIM
PSB	RJ	Romário	NÃO
PMDB	RR	Romero Jucá	SIM
DEM	GO	Ronaldo Caiado	NÃO
PMDB	ES	Rose de Freitas	SIM
PMDB	AM	Sandra Braga	SIM
PSD	AC	Sérgio Petecão	SIM
PMDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	NÃO
PDT	RR	Telmário Mota	SIM
PMDB	RO	Valdir Raupp	SIM

Emissão 19/08/2015 21:40:20

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2015

Dispõe sobre a contribuição previdenciária sobre a receita bruta, sobre medidas tributárias referentes aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e sobre a tributação de bebidas frias.

Matéria **PLC 57/2015** Início Votação **19/08/2015 21:24:39** Término Votação **19/08/2015 21:40:12**
Sessão **138º Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **19/08/2015 14:06:23**

PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
PMDB	MS	Waldemir Moka	SIM
PT	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM
DEM	GO	Wilder Moraes	NÃO
PDT	MG	Zezé Perrella	SIM

Presidente: *Renan Calheiros*

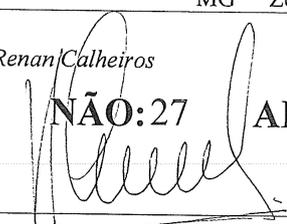
SIM:45

NÃO:27

ABST.: 0

PRESIDENTE:1

TOTAL:73


Primeiro-Secretario

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – SIM, 45; NÃO, 27.

Está, portanto, aprovado o Projeto de Lei da Câmara nº 57.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Eu queria só lembrar aos Senadores, às Senadoras e ao Brasil que esta reoneração não é parte da Agenda Brasil. Esse é um projeto que está, desde agosto, trancando a nossa pauta. A Agenda Brasil, que pode ser, como disse o Senador Fernando Bezerra, a próxima etapa desse processo, propõe exatamente o inverso, que é vincular a reoneração a metas de manutenção do emprego. Portanto, mais uma vez eu queria dizer que a Agenda Brasil é apenas um esforço, um roteiro, uma agenda suprapartidária, que se pretende ser orgânica, e que não é em favor do Governo; é em favor do Brasil.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – O texto que foi aprovado foi exatamente o da Câmara dos Deputados, sem nenhuma alteração de redação. É isso, Sr. Presidente? Sem nenhuma alteração de redação?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Ainda precisamos concluir a votação. Falta votar as Emendas nºs 1 a 29, de pareceres contrários.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tudo bem. Mas serão votadas em globo?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Serão votadas em globo. E, rejeitadas, ficará exatamente o texto da Câmara, exatamente igual.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na sequência, teríamos, V. Exª comunicou ontem, a votação da PEC 98. Nós, Senadoras, estamos entendendo que seria mais importante que deixássemos a matéria para a semana que vem, visto que vários Senadores que votaram nominalmente já estão retirando-se. Então, acho que, terça-feira, seria uma boa data, Sr. Presidente, se V. Exª conosco concordar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concordo, acho esta matéria muito importante, e é preciso que tenhamos um prazo um pouquinho maior para que, como consequência, seja afirmada uma grande maioria da Casa. É uma proposta de emenda à Constituição que exige um quórum diferenciado tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Votação em globo das **Emendas nºs 1 a 29**, de pareceres contrários.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO. Sem revisão do orador.) – Este é mais um momento de votação. V. Exª acolheu uma solicitação nossa em relação a podermos, amanhã, apresentar destaque de votação em separado das emendas.

Esta matéria foi apresentada por mim, como projeto de resolução. Teve o parecer do Senador Romero Jucá. É um ponto de convergência de todos os Líderes partidários. Eu gostaria de pedir ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que pudesse pautar esta matéria, porque estamos vendo, por exemplo, que mais de vinte destaques de emendas são votados em globo, sem dar oportunidade a nenhum partido de destacar uma sequer, fazer o encaminhamento de votação, e todas são levadas para a vala comum, sem poder produzir nenhuma alteração no texto. Como tal, Sr. Presidente, acho que não podemos mais ser vitimados pelo trabalho de Senadores que apresentaram destaques, emendas. Essas emendas foram destacadas, e nada resolve. O Regimento não acoberta em nada essas emendas, porque todas são votadas única e exclusivamente aqui, em uma votação simbólica, sem a menor chance de se alterar o texto do projeto de lei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Concordo com o espírito sugerido pelo Senador Ronaldo Caiado e acho que esta emenda ajuda a simplificar este processo de discussão e de votação.

Portanto, eu queria fazer um apelo aos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça: que por favor, na medida do possível, claro, agilizem a apreciação desta matéria, que é importante para que nós aprimoremos o processo de votação de cada matéria complexa de interesse do Brasil.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco Maioria/PMDB - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar a V. Exª e aos Senadores e Senadoras que a matéria está pronta para ser votada na Comissão de Constituição e Justiça. Ela ia ser votada hoje, mas seria extrapauta e terminou havendo algum tipo de contestação.

Mas já está na pauta: na próxima sessão de quarta-feira, nós vamos votar essa matéria, vamos pedir urgência e trazê-la na própria quarta-feira para o plenário para que nós passamos votá-la, Sr. Presidente. É o

entendimento entre as Lideranças. É importante. É o aperfeiçoamento do espaço das minorias, para que os assuntos possam ser debatidos.

Portanto, nós vamos cuidar da aprovação dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta é uma noite, sem dúvida nenhuma, triste para o Brasil, porque nós estamos votando aqui uma matéria que vai trazer grandes prejuízos para a economia, para a atividade econômica, para o desenvolvimento da indústria brasileira.

Nós temos a ciência e o conhecimento de que as decisões equivocadas do Governo e também as decisões da Câmara dos Deputados, que aqui foram mantidas pela maioria do Governo, vão trazer grandes prejuízos, vão produzir desemprego, vão fazer com que muitas empresas brasileiras prefiram adquirir produtos em outros países, produzi-los em outros países.

Certos setores da economia nacional, Sr. Presidente, que se viram atendidos há um ano e meio por uma iniciativa do Governo, que desonerou a folha de pagamento, que mudou o cálculo da incidência previdenciária para que o produto brasileiro pudesse competir com o produto estrangeiro, hoje não têm motivação para continuar produzindo aqui no Brasil, para continuar gerando empregos no Brasil. A decisão do Governo de onerar – essa é a palavra certa... O projeto criou, ou adquiriu, o nome de “desoneração”, mas, na verdade, ele é de oneração, vai trazer grandes prejuízos.

Eu lamento muito que o mecanismo da votação em bloco de requerimentos de destaque ainda esteja em vigor. Eu espero que a proposição do Senador Ronaldo Caiado, de fato, tenha acolhimento na Comissão de Constituição Justiça e modifique o mecanismo, porque seria legítimo aqui discutirmos, sim, cada questão, cada emenda apresentada, e podermos apresentar a cada Senador e Senadora as razões das emendas que foram apresentadas. Eu, por exemplo, apresentei seis requerimentos, mas nenhum será discutido em função do critério da análise da votação em globo. Lamento. Por isso, voltarei contra.

Mas devo deixar registrado: nós temos uma triste noite para a vida econômica e para o desenvolvimento do Brasil a partir do resultado dessa votação que a maioria governamental deu.

Eu dizia ao Senador Aécio há pouco: faltaram nove votos, apenas nove votos para que nós tivéssemos um resultado adverso para o Governo e favorável à economia. Mas o que vamos fazer? Maioria é maioria, e o processo é democrático.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Vamos...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só concluindo.

Primeiro eu quero dizer que esta Casa fez justiça. Nós aqui... O pescador foi penalizado, todos os pequenos foram penalizados, o servidor. E agora é a hora em que nós nivelamos e fechamos, com isso, o ciclo dessa proposição.

Mas vamos concluir, Sr. Presidente, falta pouco para concluir a votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos concluir a votação.

Votação em globo das Emendas nºs 1 a 29, com parecer contrário.

As Senadoras e os Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Rejeitadas.

Aprovada, a matéria vai à sanção e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a matéria aprovada:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 2015
(nº 863/2015, na Casa de origem)**

Altera as Leis nºs 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, 12.780, de 9 de janeiro de 2013, que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.035, de 1º de outubro de 2009; e revoga dispositivos da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, quanto à tributação de bebidas frias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do *caput* do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991:

..... ” (NR)

“Art. 7º-A A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 7º será de 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas de *call center* referidas no inciso I e as constantes dos incisos III, V e VI, todos do *caput* do art. 7º, que contribuirão à alíquota de 3% (três por cento).”

“Art. 8º Poderão contribuir sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, nos códigos referidos no Anexo I.

.....

§ 3º

.....

II – de transporte aéreo de carga e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de carga;

III – de transporte aéreo de passageiros regular e de serviços auxiliares ao transporte aéreo de passageiros regular;

..... “ (NR)

“Art. 8º-A A alíquota da contribuição sobre a receita bruta prevista no art. 8º será de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), exceto para as empresas constantes dos incisos II a IX e XIII a XVI do § 3º do art. 8º e para as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi nos códigos 6309.00, 64.01 a 64.06 e 87.02, exceto 8702.90.10, que contribuirão à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), e para as empresas que fabricam os produtos classificados na Tipi nos códigos 02.03, 0206.30.00, 0206.4, 02.07,

02.09, 02.10.1, 0210.99.00, 03.03, 03.04, 0504.00, 05.05, 1601.00.00, 16.02, 1901.20.00 Ex 01, 1905.90.90 Ex 01 e 03.02, exceto 0302.90.00, que contribuirão à alíquota de 1% (um por cento).”

“Art. 8º-B Ficam excluídas do art. 8º-A as empresas que fabricam os produtos nos códigos NCM mencionados no Anexo III, que poderão contribuir à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) sobre a receita bruta prevista no art. 8º.”

“Art. 9º
.....

§ 13. A opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a janeiro de cada ano, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para todo o ano calendário.

§ 14. Excepcionalmente, para o ano de 2015, a opção pela tributação substitutiva prevista nos arts. 7º e 8º será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa a novembro de 2015, ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada, e será irretratável para o restante do ano.

§ 15. A opção de que tratam os §§ 13 e 14, no caso de empresas que contribuem simultaneamente com as contribuições previstas nos arts. 7º e 8º,

valerá para ambas as contribuições, e não será permitido à empresa fazer a opção apenas com relação a uma delas.

§ 16. Para as empresas relacionadas no inciso IV do *caput* do art. 7º, a opção dar-se-á por obra de construção civil e será manifestada mediante o pagamento da contribuição incidente sobre a receita bruta relativa à competência de cadastro no CEI ou à primeira competência subsequente para a qual haja receita bruta apurada para a obra, e será irretratável até o seu encerramento.

§ 17. No caso de empresas que se dediquem a atividades ou fabriquem produtos sujeitos a alíquotas sobre a receita bruta diferentes, o valor da contribuição será calculado mediante aplicação da respectiva alíquota sobre a receita bruta correspondente a cada atividade ou produto.”(NR)

Art. 2º A contribuição de que trata o *caput* do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, permanecerá com a alíquota de 2% (dois por cento) até o encerramento das obras referidas:

I – no inciso II do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011;

II – no inciso III do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, nos casos em que houve opção pelo recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta; e

III – no inciso IV do § 9º do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, matriculadas no Cadastro Específico do INSS – CEI até o dia anterior à data da vigência do art. 1º desta Lei.

Art. 3º A Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, a atuação das pessoas jurídicas de que trata o *caput* no Brasil em atividades próprias e diretamente vinculadas à organização ou realização dos Eventos não configura estabelecimento permanente.

§ 2º O estabelecimento no Brasil da pessoa jurídica domiciliada no exterior contratada pelo Rio 2016 para prestar serviços de captação e transmissão de imagens de televisão dos Eventos de que trata esta Lei será realizado exclusivamente por meio de cadastro perante as administrações tributárias federal, estadual e municipal, nos termos por elas estabelecidos.

§ 3º As pessoas jurídicas de que tratam o § 2º deste artigo e os incisos I a VI do § 2º do art. 4º, domiciliadas no exterior, ficam dispensadas da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, quando não houver a contratação de pessoas físicas, com ou sem vínculo empregatício.

§ 4º O Poder Executivo poderá dispor sobre procedimentos diferenciados e simplificados para o estabelecimento no Brasil das pessoas jurídicas tratadas no *caput*.” (NR)

“Art. 4º

.....

§ 4º A isenção concedida nos termos deste artigo será aplicável, também, a bens duráveis:

I – cujo valor unitário, apurado segundo as normas do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio – GATT 1994, seja igual ou inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); ou

II – em relação aos quais seja assumido compromisso de doação formalizado em benefício de qualquer dos entes referidos nos incisos II e III do *caput* do art. 6º.

.....

§ 6º Os bens objeto do compromisso de doação referido no inciso II do § 4º deverão ser transferidos aos donatários até 31 de dezembro de 2017.

§ 7º Até a data prevista no § 6º, o doador poderá revogar compromisso de doação de bem em benefício da União, desde que realize de forma concomitante nova doação desse bem em favor de entidade relacionada no inciso III do *caput* do art. 6º.

§ 8º Para a fruição da isenção prevista neste artigo não se exige:

I - o transporte das mercadorias em navio de bandeira brasileira; e

II - a comprovação de inexistência de similar nacional.

§ 9º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá disciplinar os despachos aduaneiros realizados com fundamento neste artigo.”(NR)

“Art. 5º A isenção de que trata o art. 4º, ressalvadas as hipóteses previstas no seu § 4º, não se aplica à importação de bens e equipamentos duráveis destinados aos Eventos, que poderão ser admitidos no País sob o Regime Aduaneiro Especial de Admissão Temporária, com suspensão do pagamento dos tributos incidentes sobre a importação.

§ 1º O Regime de que trata o *caput* pode ser utilizado pelos entes referidos no § 2º do art. 4º, alcançando, entre outros, os seguintes bens duráveis:

.....

III - equipamento médico;

IV - equipamento técnico de escritório; e

V - embarcações destinadas à hospedagem de pessoas que atuarão na organização e execução dos Eventos.

..... ”(NR)

"Art. 12

.....
§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a isenção de que trata o *caput* a expressão: 'Saída com isenção do IPI', com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas."(NR)

"Art. 13.....

.....
§ 4º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata o *caput* a expressão: 'Saída com suspensão do IPI', com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro do imposto nas referidas notas."(NR)

"Art. 14.....

.....
§ 2º A suspensão de que trata este artigo será convertida em isenção depois da comprovação da utilização ou consumo nas finalidades previstas no *caput* das mercadorias ou serviços adquiridos, locados ou arrendados e dos direitos recebidos em cessão com a aplicação da mencionada suspensão.

§ 3º Ficam as pessoas mencionadas no *caput* obrigadas a recolher, na condição de responsáveis, as contribuições não pagas em decorrência da suspensão de que trata este artigo, acrescidas de juros e multa, na forma da legislação específica, calculados

a partir da data da aquisição ou contratação, caso não utilizem as mercadorias, serviços e direitos nas finalidades previstas nesta Lei.

§ 4º A suspensão prevista neste artigo aplica-se somente aos bens adquiridos, locados ou arrendados, serviços contratados, e direitos recebidos em cessão diretamente de pessoa jurídica previamente licenciada ou nomeada pelo CIO ou pelo RIO 2016 e habilitada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda, nos termos do art. 19.

.....

§ 7º A Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá limitar a aplicação dos benefícios previstos neste artigo em relação a determinados bens, serviços ou direitos.

§ 8º O disposto neste artigo aplica-se também no caso de locação e arrendamento mercantil (*leasing*) de bens e de cessão de direitos a qualquer título para as pessoas mencionadas no *caput* para utilização exclusiva na organização ou na realização dos Eventos.

§ 9º Deverá constar nas notas fiscais relativas às operações beneficiadas com a suspensão de que trata este artigo a expressão: 'Venda efetuada com suspensão do pagamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins', com a especificação do dispositivo legal correspondente." (NR)

“Art. 15. Sem prejuízo das isenções de que tratam os arts. 8º a 10, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins incidentes sobre receitas decorrentes de atividades diretamente vinculadas à organização ou realização dos eventos serão apuradas pelas pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º, quando domiciliadas no Brasil, na forma do art. 8º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e do art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.” (NR)

“Art. 18. Aplica-se o disposto no art. 14 aos patrocínios sob a forma de prestação de serviços, de locação, arrendamento mercantil (*leasing*) e empréstimo de bens, e de cessão de direitos efetuados por patrocinador dos Jogos domiciliado no País para as pessoas jurídicas mencionadas no § 2º do art. 4º.
..... ” (NR)

Art. 4º O art. 6º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º-A
.....
§ 3º
.....

IV – forem vinculadas a reassentamentos de famílias, indicadas pelo poder público municipal ou estadual, decorrentes de obras vinculadas à realização dos Jogos Rio 2016, de que trata a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.
.....

§ 10. Nos casos de operações previstas no inciso IV do § 3º, fica dispensado o atendimento aos dispositivos estabelecidos pelo art. 3º, cabendo ao poder público municipal ou estadual restituir integralmente os recursos aportados pelo FAR, no ato da alienação do imóvel a beneficiário final cuja renda familiar mensal exceda o limite estabelecido no *caput* deste artigo.” (NR)

Art. 5º A Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 5º-A:

“Art. 5º-A É facultada a cessão de uso de imóveis habitacionais de propriedade ou posse da União ou integrantes do patrimônio de fundos geridos por órgãos da Administração Federal Direta ou Indireta, para atividades relacionadas à realização dos Jogos Rio 2016, na forma regulamentada pelo Poder Executivo.”

Art. 6º A Secretaria da Receita Federal do Brasil disciplinará o disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor:

I - a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente ao de sua publicação quanto aos arts. 1º e 2º;

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Art. 8º Ficam revogados:

I - a partir de 1º de maio de 2015, os arts. 52 a 54 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;

II - a partir da data de publicação desta Lei, o art. 15 da Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009.

Anexo I

"Anexo III

(art. 8º-B da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011)

NCM
Vestuário e seus acessórios classificados nos Códigos 61 e 62

"

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Nós vamos votar dois requerimentos para os quais há consenso e assinatura da quase totalidade dos Líderes partidários.

Foi lido o **Requerimento nº 935, de 2015**, das Lideranças, solicitando a criação de Comissão Especial, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes, destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Há sobre a mesa, requerimento solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2015, que altera a Lei 11.314, de 3 de julho de 2006, que dispõe sobre o prazo referente ao apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002, seja examinada exclusivamente pela Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo em caráter terminativo.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 955, DE 2015

Aprovado
em 13/8/15

[Handwritten signature]
José de Freitas

508

Requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2015, de autoria do Senador José Serra, que “altera a Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que dispõe sobre o prazo referente ao apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002”, seja examinado exclusivamente pela Comissão Especial destinada a debater e propor soluções para o aprimoramento do pacto federativo, em caráter terminativo.

Sala das Sessões, em de agosto de 2015.

Senador

[Handwritten signature]

chussouza
r. (Chussouza)

[Handwritten signature]

Raafael Pais de

[Handwritten signature] *[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Em votação o requerimento.

As Senadoras e Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – E eu comunico ao Plenário que a Mesa Diretora do Senado Federal institui Comissão de Juristas responsável pela elaboração de anteprojetos de lei destinados a desburocratizar a Administração Pública brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com os cidadãos.

A Comissão será composta pelo Ministro Mauro Campbell Marques, que a presidirá; por Eumar Roberto Novacki; por João Geraldo Piquet Carneiro; por Mauro Roberto Gomes de Mattos; Otávio Luiz Rodrigues Júnior; Aristóteles de Queiroz Câmara; Mary Elbe Queiroz; e Paulo Roberto.

A Comissão é de juristas e de especialistas. Ela será, repito, presidida pelo Ministro do STJ Mauro Campbell Marques.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Maioria/PMDB - AL) – Está encerrada a Ordem do Dia e também encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 52 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

S/Partido - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Atafdes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 9

PSB-6 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

S/Partido - 2

Lúcia Vânia.	GO
Marta Suplicy.	SP

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	9
S/Partido.	2
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PSD-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (S/Partido-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Marta Suplicy* (S/Partido-SP)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Humberto Costa - PT (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,28)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT</p> <p>Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (3,37)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT</p> <p>Telmário Mota (4,38,42)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (16,18,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (13)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD</p> <p>Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (17)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (6)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do DEM</p> <p>José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Lídice da Mata - PSB (11,25)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 6</p> <p>João Capiberibe (1,14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB</p> <p>Roberto Rocha (45)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (15,19,29)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,27)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,26)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (5,10)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (9)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (8)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,7)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Delcídio do Amaral - PT (48)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),.
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).
25. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
26. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
29. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
34. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
35. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
36. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)
46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

**2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA
APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS**

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

** Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

*** Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

**** Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

***** Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR
DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA**

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

** Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final: 25/08/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

** . O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

9) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.

Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) (1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) (3)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) (1)	5. Senador Telmário Mota (PDT) (2)
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) (4)
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta e Marta Suplicy, como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).
2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).
3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).
4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira
VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres
RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggiore Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Eduardo Sanovicz

VAGO ⁽¹⁾

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggiore Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)	4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD)	1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Dalirio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
	2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido	
	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalirio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

** O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalirio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

** Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB)

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB)

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB)

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG)

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcello Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

** Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

** Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

*** Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

**** Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

***** Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2.
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** . Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

*** . Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

**** . Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** . Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

** . Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB)

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB)

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB)

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Moraes (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹⁴⁾
Senador Randolfé Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽²⁰⁾
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfé Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferraço (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**.. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Jorge Viana (PT)	1.
Senador Reguffe (PDT)	2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** . Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Ana Amélia (PP) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)	5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾	6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Dário Berger (PMDB)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. n° 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. n° 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

** . Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira(Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Moraes (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB) ^(1,12)
Senador Vicentinho Alves (PR) ⁽¹²⁾	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

** . Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalfrido Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT)
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalirio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (S/Partido)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalvírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

**** Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

***** Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

***** Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

** . Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** . Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

**** . Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

***** . Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDDB).

***** . Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Cameli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senadora Angela Portela (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (S/Partido) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

** Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

*** Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

**** Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros: 15 titulares****PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS

(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA GOUVEIA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOLSenador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾**Atualização:** 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PTB
PP
PDT
VAGO
PSB
VAGO
DEM
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
SD
VAGO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255
Fax: (61)3303-5260
E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSOL
Senador Randolfê Rodrigues (AP)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - S/Partido/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Gleisi Hoffmann - PT/PR
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA ⁽⁹⁾	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC ⁽²⁾	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO ⁽²⁾	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF ⁽²⁾	3. Ivo Cassol - PP/RO ⁽²⁾
Gladson Cameli - PP/AC ⁽²⁾	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE ⁽⁵⁾	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
- O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.
- Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco do PDT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
- Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.
- Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 61 3303-3122
E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTEs
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contra-inteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)</p>	<p>Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)</p>
<p>Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)</p>
<p>Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)</p>	<p>Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO</p>
<p>Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾</p>	<p>Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾</p>
<p>Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾</p>	<p>Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) ⁽⁵⁾</p>

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - S/Partido/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Magno Malta - PR/ES	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Rocha - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG ⁽⁷⁾
Tia Eron - PRB/BA ⁽¹¹⁾	8. Dâmina Pereira - PMN/MG ⁽¹⁶⁾
Ezequiel Teixeira - SD/RJ ⁽²⁾	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO ⁽³⁾	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR ⁽⁷⁾	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI ⁽⁸⁾	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹²⁾
Erika Kokay - PT/DF ⁽⁴⁾	3. Benedita da Silva - PT/RJ ⁽¹⁵⁾
Luizianne Lins - PT/CE ⁽⁴⁾	4. Margarida Salomão - PT/MG ⁽¹⁵⁾
Moema Gramacho - PT/BA ⁽⁴⁾	5. Maria do Rosário - PT/RS ⁽¹⁵⁾
Rogério Rosso - PSD/DF ⁽⁵⁾	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA ⁽⁶⁾	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Arnaldo Jordy - PPS/PA
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO ⁽¹³⁾	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO ⁽¹⁰⁾	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO ⁽⁹⁾	1. VAGO
PSOL ⁽¹⁾	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
- Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonseca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)	Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)	Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)	Senador Jorge Viana (PT/AC)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)	Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO	VAGO

ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais

Finalidade: Comissão mista destinada a apresentar Projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais

Número de membros: 5 Senadores e 5 Deputados

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA)

Instalação: 18/06/2015

Prazo final prorrogado: 21/08/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Arthur Oliveira Maia (SD/BA)
Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Deputado Andre Moura (PSC/SE)
Deputado Rogério Rosso (PSD/DF)
Deputado Leonardo Picciani (PMDB/RJ) ⁽²⁾

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Senador José Serra (PSDB/SP)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Substituição do Senador Romero Jucá na Presidência da Comissão pelo Senador Tasso Jereissati, conforme ATN nº 4/2015.
2. Vaga criada em decorrência do ATN nº4, de 2015

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO ⁽³⁾
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - PSD/MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS ⁽¹⁾
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTE
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
- Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL**PRESIDENTE**

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º SECRETÁRIO

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª SECRETÁRIA

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª SECRETÁRIA

Senadora Angela Portela (PT-RR)

LIDERANÇAS E VICE-LIDERANÇAS NO CONGRESSO NACIONAL**Líder do Governo**

Senador José Pimentel - PT / CE

Vice-Líderes

Senador Walter Pinheiro - PT / BA

Deputado Paulo Pimenta - PT / RS

Líder da Minoria

Deputado Pauderney Avelino - DEM / AM

Vice-Líderes

Deputado Alberto Fraga - DEM / DF

Deputado Carlos Melles - DEM / MG

Senador Ronaldo Caiado - DEM / GO

Senador Ataídes Oliveira - PSDB / TO



SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 340 páginas
(O.S. 13003/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL

